



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

GÁUDIA MARIA COSTA LEITE PEREIRA

**CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:
PROTAGONISMO E GESTÃO SOCIAL EM BUSCA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**RECIFE
2023**

GÁUDIA MARIA COSTA LEITE PEREIRA

**CONSELHEIRAS E CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:
PROTAGONISMO E GESTÃO SOCIAL EM BUSCA DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Tese e Produtos Finais apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisito para obtenção do título de Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de Instituições de Ensino Superior (UNIVASF, UFRPE e UNEB).

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos.

Coorientador: Prof. Dr. Wagner Lins Lira.

Coorientador Externo: Prof. Dr. Marcelo Miná Dias.

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Territorialidade.

**RECIFE
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P436c Pereira, Gáudia Maria Costa Leite
 Conselheiras e conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável: protagonismo e gestão social em busca do desenvolvimento local / Gáudia Maria Costa Leite Pereira. - 2023.
 322 f. : il.
- Orientador: Jorge Luiz Schirmer de Mattos.
 Coorientador: Wagner Lins Lira.
 Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Recife, 2023.
1. agricultura familiar. 2. CMDRS. 3. controle social. 4. micropolítica. 5. Pernambuco – Brasil. I. Mattos, Jorge Luiz Schirmer de, orient. II. Lira, Wagner Lins, coorient. III. Título

CDD 630.2745

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

GÁUDIA MARIA COSTA LEITE PEREIRA

**CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL: PROTAGONISMO E GESTÃO
SOCIAL EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Tese e Produtos Finais apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisito para obtenção do título de Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de Instituições de Ensino Superior (UNIVASF, UFRPE e UNEB).

Aprovada em 31 de julho de 2023.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **WAGNER LINS LIRA**
Data: 07/09/2023 11:37:45-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Wagner Lins Lira – UFRPE

Coorientador

Documento assinado digitalmente
 **MOACYR CUNHA FILHO**
Data: 13/09/2023 09:34:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Moacyr Cunha Filho

PPGADT – UFRPE

Documento assinado digitalmente
 **MONICA APARECIDA TOMÉ PEREIRA**
Data: 13/09/2023 10:42:25-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira

UNIVASF

Documento assinado digitalmente
 **TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA**
Data: 13/09/2023 12:23:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva

PPGADT – UFRPE

Documento assinado digitalmente
 **JULIANO LUIZ FOSSÁ**
Data: 07/09/2023 10:54:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá

UNOCHAPECÓ

DEDICATÓRIA

À todas as pessoas que, voluntariamente, lutam por justiça social para todos, priorizando quem mais precisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo amor incondicional que Tem por mim. A Jesus, Maria Santíssima, e Santa Ana, por me protegerem. A Doutor Bezerra de Menezes – O Médico dos Pobres, por cuidar de mim. A “Suadir”, o meu Guardiã, por estar sempre ao meu lado, me guiando e protegendo.

A Francisco Roberto Caporal (*in memoriam*), meu primeiro Orientador no Doutorado, por ter me escolhido como orientanda – uma honra! Serei eternamente grata por me orientar, por me incentivar, por se felicitar com minhas conquistas, por ter se tornado meu amigo. Caporal presente, Caporal semente!

Ao Professor Jorge Luiz Schirmer de Mattos, Coordenador deste Programa, por ter aceitado ser meu Orientador, quando da ausência de Professor Caporal. Obrigada por me incentivar, por me proporcionar oportunidades que contribuíram para minha permanência no curso, e por torcer por mim.

Ao Professor Wagner Lins Lira, meu Coorientador. Obrigada por seu tempo, obrigada por sua paciência, por seus ensinamentos, por suas valorosas orientações. Obrigada por construirmos conhecimentos. Sigamos!

Ao Professor Marcelo Miná Dias, meu Coorientador Externo. Obrigada por sua atenção. És uma referência para mim!

Aos Professores Óscar Emerson Zúñiga Mosquera, por me integrar ao Grupo de Pesquisa Sistemas Agroalimentares e Educação na Ruralidade (SAER), e Maurício Sardá de Faria, por me possibilitar estar na Escola Internacional de Autogestão. Agradeço imensamente pelas oportunidades, e por acreditarem em meu potencial enquanto pesquisadora.

À Professora Monica Aparecida Tomé Pereira, aos Professores Moacyr Cunha Filho, Tarcísio Augusto Alves da Silva e Juliano Luiz Fossá, integrantes das minhas Bancas de Pré-Defesa e de Defesa de Tese, por suas valorosas contribuições.

Às queridas Professoras e queridos Professores. Eu fiquei encantada por suas capacidades e desprendimentos. Têm minha profunda admiração e gratidão.

A Paulo Manoel dos Santos, Secretário de nosso Doutorado, por sua atenção, pela gentileza com que sempre me atendeu, por sua solidariedade, e por sua amizade. Sigamos!

À minha avó Adelaide (*in memoriam*), às minhas tias Aldenora (*in memoriam*), Aldenice (*in memoriam*) e Alidenor (*in memoriam*) que me educaram, me ensinaram com seus exemplos a ser solidária, a respeitar e servir ao próximo com dignidade. Elas me amaram (amam) como mais ninguém nesse mundo. Elas fizeram de mim, gente.

À Analice, minha mãe, pelo amor, pelo grandioso exemplo, pela paciência e por entender que a distância é necessária. Obrigada por ter criado seus filhos para o mundo e obrigada por rezar e torcer por mim, mãe!

Às minhas irmãs Eutânia, Enata e Rebeka, e aos meus irmãos Gáudio, Edvaldo e Phillip, por todo amor, força, torcida, orações, companheirismo e solidariedade. Minha família, meu tesouro!

A João Batista de Oliveira, meu Companheiro, por seu amor, paciência, respeito, empatia, apoio e incentivo. Obrigada por ser meu parceiro nas escritas científicas, nos estudos, nos trabalhos, nos caminhos e na vida. Que possamos seguir juntos nas próximas encarnações!

À Xenusa, minha amiga, irmã. O instrumento de Deus para meu retorno a Academia! Me auxiliou para que eu chegasse, permanecesse e concluísse o mestrado. Companheira também neste Doutorado, na turma da UNIVASF. Minha parceira de trabalhos científicos e congressos. Obrigada por me ouvir, pelas orientações, paciência e incentivo. Sigamos vida a fora!

A Luciano Costa, Pai Babalorixá Omi-silé, colega do Doutorado, na turma da UNEB. Obrigada por suas orações e vibrações, por seu respeito, consideração, torcida e solidariedade. Obrigada por sua amizade e seu amor. Sigamos!

Agradeço a Diana Alexandrino, minha colega, amiga, irmã, pela amizade, solidariedade, boa vontade, prestabilidade, gentileza, atenção e carinho com que me tratou durante todo Doutorado. Obrigada pelo apoio incondicional. Sem você, eu não teria conseguido concluir o curso.

Às Originais: Alessandra Quirino, Ana Luiza, Deiziane Lima e Telma Lúcia, pelo acolhimento, união, cumplicidade, amor, força, dedicação e solidariedade, desde o início do curso. Juntas, sigamos!

À Ariandeny Silva, Bianca Coelho, Fátima Cristina, Gilmar Correia, Gislei Knierim, Ivo Thadeu, José Ubiratan, Juciany Medeiro, Jurandy Gomes, Luiz Gondin, Paula Vanessa, Paulo Santana, Paulo Mansan e Wiviane Fonseca, e as demais

colegas citadas anteriormente. Foi uma honra estar com vocês estes quatro últimos anos. Cada uma e um de vocês tem uma importância ímpar na minha vida. Obrigada por compartilharem seus conhecimentos, obrigada pela solidariedade, obrigada pelo senso de família que nos permitimos construir. Tornei-me uma pessoa melhor, a partir de vocês. Vamos levar essa amizade para a vida. Amo vocês!

Um agradecimento especial às Conselheiras dos CMDRS de Caetés, Uedislaine Santana, e de São Bento do Una, Araci Miranda e Silvia de Almeida, pelo respeito, atenção, carinho, disponibilidade e total apoio para que essa pesquisa fosse realizada. Vocês são verdadeiros exemplos para mim. Muito obrigada.

Por fim, um agradecimento a todas as Conselheiras e os Conselheiros que se dispuseram participar desta pesquisa, sem vocês, não seria possível a construção desta tese!

EPÍGRAFE

"Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros".

Che Guevara

RESUMO

O campo da pesquisa aborda a gestão descentralizada estabelecida pela Constituição de 1988, que visa envolver a sociedade como protagonista por meio de conselhos municipais, estaduais e federais. Com o objetivo de compreender os elementos motivadores e impulsionadores de conselheiras e conselheiros no controle das políticas públicas em seus municípios, esta tese analisou o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Caetés e São Bento do Una – Pernambuco. De metodologia quali-quantitativa, caráter exploratório, utilizando-se de revisão bibliográfica narrativa, pesquisa do *Habitus*, por meio da História de Vida de conselheiras e conselheiros, e análise de dados estatísticos não paramétricos, das ações dos conselhos com base no Índice de Gestão Social (IGS). Os resultados apontaram que o exercício do controle social é um processo contínuo, em constante aprendizado, fortalecendo tanto a coletividade quanto a democracia. Os CMDRS em Pernambuco atuam como espaços aglutinadores de pessoas que se apoiam mutuamente, promovendo a participação ativa de agricultores familiares, instituições governamentais, organizações não governamentais e demais atores. Quanto às dificuldades encontradas destacamos a relação entre a macro e micropolítica que propicia dificuldades de articulação com outras esferas de poder e governança; a falta de recursos financeiros, técnicos e de estruturas adequadas; e a sucessão de representantes. Em conclusão, os CMDRS desempenham um papel fundamental na gestão descentralizada e na promoção do controle social das políticas públicas para Agricultura Familiar. As principais motivações têm origem nos valores de humanismo cristão, manifestados na solidariedade ativada pela compaixão ante o sofrimento das pessoas.

Palavras-Chave: agricultura familiar; CMDRS; controle social; micropolítica; Pernambuco – Brasil.

ABSTRACT

The field of research addresses the decentralised management established by the 1988 Constitution, which aims to involve society as a protagonist through municipal, state and federal councils. In order to understand the motivating and driving elements of councillors in the control of public policies in their municipalities, this thesis analysed the functioning of the Municipal Councils for Sustainable Rural Development (CMDRS) of Caetés and São Bento do Una – Pernambuco. The methodology was qualitative and quantitative, exploratory in nature, using a narrative literature review, a Habitus research through the Life History of counsellors, and the analysis of non-parametric statistical data, of the actions of the councils based on the Social Management Index (IGS). The results showed that the exercise of social control is a continuous process, in constant learning, strengthening both collectivity and democracy. The CMDRS in Pernambuco act as spaces that bring together people who support each other, promoting the active participation of family farmers, government institutions, non-governmental organisations and other actors. As for the difficulties encountered, we highlight the relationship between macro and micro-politics, which leads to difficulties in articulating with other spheres of power and governance; the lack of financial and technical resources and adequate structures; and the succession of representatives. In conclusion, the CMDRS play a key role in decentralised management and in promoting social control of public policies for Family Farming. The main motivations stem from the values of Christian humanism, manifested in solidarity activated by compassion in the face of people's suffering.

Keywords: family farming; CMDRS; social control; micropolitics; Pernambuco – Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Pernambuco com destaque para localização de Caetés.	67
Figura 2 – Entrada principal do município de Caetés – PE.	67
Figura 3 – Entrada principal do município de Caetés – PE.	71
Figura 4 – Praça Cônego João Rodrigues localizada no centro urbano de São Bento do Una – PE.	71
Figura 5 – Apresentação do Projeto de Pesquisa à Coordenação do CMDRS de Caetés, 2021.	75
Figura 6 – Apresentação do Projeto de Pesquisa à Coordenação do CMDRS de São Bento do Una, 2021.	76
Figura 7 – Árvore de Similitude das pessoas pesquisadas no CMDRS de Caetés – PE, 2022.	98
Figura 8 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com EC1, para compor História de Vida, 2023.	99
Figura 9 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com EC2, para compor História de Vida, 2023.	101
Figura 10 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com EC3, para compor História de Vida, 2023.	103
Figura 11 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com EC4, para compor História de Vida, 2023.	105
Figura 12 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com EC5, para compor História de Vida, 2023.	107
Figura 13 – Árvore de Similitude das pessoas pesquisadas no CMDRS de São Bento do Una – PE, 2022.	109
Figura 14 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com ES1, para compor História de Vida, 2023.	110
Figura 15 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com ES2, para compor História de Vida, 2023.	112
Figura 16 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com ES3, para compor História de Vida, 2023.	114
Figura 17 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com ES4, para compor História de Vida, 2023.	117

Figura 18 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo <i>software</i> Iramuteq, referente à entrevista com ES5, para compor História de Vida, 2023.	120
Figura 19 – Representação do resultado do Índice de Gestão Social do CMDRS de Caetés – PE, 2023.	122
Figura 20 – Representação do resultado do Índice de Gestão Social do CMDRS de São Bento do Una – PE, 2023.	123
Figura 21 – Distribuição com relação ao sexo (gênero) das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.	127
Figura 22 – Demonstração da relação de idades agrupada em quatro faixas etárias, das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.	128
Figura 23 – Distribuição quanto ao nível de escolaridade das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.	129
Figura 24 – Distribuição quanto ao tempo de participação das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.	130
Figura 25 – Demonstração quanto a motivações que levaram as pessoas entrevistadas de Caetés e São Bento do Una, a se engajarem nas ações do CMDRS.	131
Figura 26 – Demonstração quanto ao envolvimento das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una, em outras instâncias de protagonismo e controle social.	132
Figura 27 – Imagem do Canal Protagonismo e Controle Social, YouTube, 2023... ..	142
Figura 28 – Capa e entrecapa do Produto Editorial, 2023.	143
Figura 29 – Produto Editorial, 2023.	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferença a macropolítica e a micropolítica, apresentando o escopo do conceito, a abordagem, exemplos e importância.....	36
Quadro 2 – Instituições que compõem o CMDRS de Caetés, 2017-2023.	69
Quadro 3 – Instituições que compõem o CMDRS de São Bento do Una, 2017-2023.	72
Quadro 4 – Identificação dos entrevistados do CMDRS de Caetés, apresentando data, horário e duração das entrevistas, 2022.	81
Quadro 5 – Identificação dos entrevistados do CMDRS de São Bento do Una, apresentando data, horário e duração das entrevistas, 2022.	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC1, trazendo sete classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto no dendrograma (Figura 8).....	100
Tabela 2 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC2, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto apresentado do dendrograma (Figura 10).....	102
Tabela 3 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC3, trazendo percentuais de oito classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.	104
Tabela 4 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC4, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.	106
Tabela 5 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC5, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.	108
Tabela 6 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES1, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.	111
Tabela 7 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES2, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.	113
Tabela 8 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES4, trazendo percentuais de oito classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.	118
Tabela 9 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES5, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAAE	Comitê de Ética da Universidade Federal Rural de Pernambuco
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CDS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável
CF – 88	Constituição Federal de 1988
CGU	Controladoria Geral da União
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETAM	Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOMAFIRE	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Itaíba e Região
COOPAGEL	Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais

COOPANEMA	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale do Ipanema
CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DLS	Desenvolvimento Local Sustentável
EC	Entrevistado Caetés
ES	Entrevistado São Bento do Una
FADURPE	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco
FUMAC	Fundo Municipal de Apoio Comunitário
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Guia de Trânsito Animal
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGS	Índice de Gestão Social
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LA	Licenciatura em Ciências Agrícolas
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NE	Nordeste

NEDET	Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAB	Programa Alimenta Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PMDRSS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PPA	Plano Plurianual
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
PPGADT	Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
PPGADR	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural
PPGADR	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
PPGCAG	Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTEC	Programa de Turismo Ecológico e Cultural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PT	Partido dos Trabalhadores

RECAT	Cooperativa Rede de Cooperação Técnica
SAER	Sistemas Agroalimentares e Educação na Ruralidade
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SARA	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SINTAPE	Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
SYAL	Système Agroalimentaire Localisé
TCA	Análise de Correspondência Textual
TCLE	Termo de Livre Consentimento Esclarecido
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFCar	Universidade Federal de São Carlos
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

FICHA CATALOGRÁFICA	ii	
FOLHA DE APROVAÇÃO.....	iii	
EPÍGRAFE	vi	
LISTA DE FIGURAS	ix	
LISTA DE QUADROS	xii	
LISTA DE TABELAS	xiii	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xv	
INTRODUÇÃO.....	21	
2	DESENVOLVIMENTO	25
2.1	Elementos da Trajetória Pessoal, Profissional e a Relação com a Pesquisa.....	25
2.2	Referencial Teórico.....	33
2.2.1	Macro e Micropolítica	33
2.2.2	Protagonismo e Controle Social de Políticas Públicas	38
2.2.2.1	Exemplos da Legislação Brasileira que Garantem o Direito de Cidadãos Controlarem Políticas Públicas	41
2.2.3	Movimentos Sociais do Campo.....	43
2.2.4	Conselhos no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988	46
2.2.5	Dificuldades socioculturais inerentes aos CMDRS	51
2.2.6	Desenvolvimento Local	53
2.2.7	Desenvolvimento Territorial	57
2.2.8	Papel do PRONAF para o Desenvolvimento Local.....	62
2.3	Material e Métodos	64
2.3.1	Característica do Estudo	64
2.3.2	Municípios Onde Estão Localizados os CMDRS Estudados.....	66
2.3.2.1	Município de Caetés.....	66
2.3.2.1.1	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caetés	68
2.3.2.2	Município de São Bento do Una.....	70
2.3.2.2.1	Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Bento do Una	72
2.3.3	Aspectos Éticos	73
2.3.4	Fases da Execução do Projeto	74
A)	1ª Fase – Apresentação do Projeto aos Conselhos	74
A.1)	Apresentação do Projeto ao CMDRS de Caetés	74
A. 2)	Apresentação do Projeto ao CMDRS de São Bento do Una.....	75
B)	2ª Fase – Sensibilização, Convite aos Pesquisados e Assinatura de TCLE ..	77
B.1)	CrITÉrios de Inclusão.....	77
C)	3ª Fase – Aplicação de Questionário do Índice de Gestão Social Adaptado para Conselhos	78

D)	4ª Fase – Entrevista para História de Vida	80
E)	5ª Fase – Sistematização dos Dados.....	82
F)	6ª Fase – Análise dos Dados	82
F.1)	Análise dos Dados Gerados pela Adaptação do Questionário do Índice de Gestão Social (IGS)	82
F. 2)	História de Vida	88
F. 2. 1)	Habitus em Bourdieu	89
2.3.5	Elaboração dos Produtos Finais.....	94
2.3.5.1	Produto de Comunicação.....	94
2.3.5.2	Produto Editorial	95
2.4	Resultados e Discussão.....	96
2.4.1	Representação Gráfica de Similitude e Classificação Léxica	97
2.4.1.1	Análise da História de Vida de Conselheiras e Conselheiros de Caetés.....	98
2.4.1.2	Análise da História de Vida dos Conselheiras e Conselheiros de São Bento do Una.....	109
2.4.2	Resultados do IGS	122
2.4.3	Análise dos Resultados à Luz da Metodologia do Habitus	124
2.4.4	Análise dos Resultados à Luz do IGS	127
2.4.5	Análise dos Resultados à Luz da Conjuntura Sociopolítica	133
3	PRODUTOS TÉCNICOS FINAIS	141
3.1	Produto de comunicação	141
3.2	Produto de Editoração.....	142
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE	165
	APÊNDICE 1 – Questionário do IGS adaptado para CMDRS	166
	APÊNDICE 2 – Roteiro para as entrevistas.	194
	APÊNDICE 3 – Palavras contidas nos Dendrogramas, resultado das entrevistas.	196
	ANEXOS	259
	ANEXO 1 – Lei que cria o CMDRS de Caetés – PE.....	260
	ANEXO 2 – Estatuto do CMDRS de Caetés – PE.	263
	ANEXO 3 – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Município de Caetés – PE.	275
	ANEXO 4 – Lei que institui o CMDRS de São Bento do Una – PE.....	286
	ANEXO 5 – Estatuto do CMDRS de São Bento do Una – PE.....	289
	ANEXO 6 – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Município de São Bento do Una – PE.	305
	ANEXO 7 – Formulário de pesquisa do IGS.	316

INTRODUÇÃO

O processo decisório para a formulação de políticas públicas tem sido historicamente centrado nos gestores eleitos para o poder executivo, ou seja, prefeitos, governadores e presidentes, com a participação social (popular) ocorrendo por meio de protestos e contestações. Essa relação foi modificada pela Constituição Federal de 1988 (CF-88), que estabeleceu uma gestão descentralizada por meio dos conselhos municipais, estaduais e federais com a participação da sociedade civil (Rocha, 2008).

Os conselhos representam setores sociais que se beneficiam de políticas específicas e têm interesse em participar e implementar ações relacionadas ao tema das políticas públicas a serem desenvolvidas, incluindo em sua composição lideranças da sociedade civil e do poder público (Brasil, 1988).

Com base nessa nova definição legal da descentralização político-administrativa do Estado brasileiro, vários mecanismos de interação entre o Estado e a sociedade civil foram estabelecidos ao longo das últimas décadas com o objetivo de promover a renovação das práticas de planejamento, a formulação e implementação de políticas públicas e gestão. Fóruns, comitês setoriais de políticas públicas, mesas de diálogo, orçamento participativo, mecanismos de monitoramento e prestação de contas têm surgido com diferentes finalidades e abrangências (Dagnino; Tatagiba, 2007).

Esses mecanismos têm resultado na consolidação de programas que orientam e facilitam a formulação de políticas públicas para os diversos setores da sociedade, além de assegurar a participação da sociedade civil nas decisões sobre a destinação de recursos públicos (Souza, 2004).

No entanto, mesmo com a criação dos conselhos, a participação efetiva da sociedade civil na elaboração e supervisão das políticas governamentais ainda não é plenamente concretizada (Madrigal, 2015). Embora os conselhos tenham algum envolvimento, não são os fatores principais na formulação das políticas públicas, que ainda são desenvolvidas com base em diversas outras influências (Madrigal, 2015). A temática dos conselhos está intrinsecamente ligada à governança democrática, uma vez que busca romper com uma abordagem hierárquica e centralizada, enfatizando a

horizontalidade, o compartilhamento e a descentralização das decisões, além da transparência nas ações (Carneiro, 2006).

A participação da sociedade civil organizada em conselhos permite o exercício do controle social sobre as políticas governamentais, a formulação e proposição de diretrizes, o estabelecimento de prioridades de atuação voltadas para o atendimento das necessidades e interesses dos diversos segmentos sociais, a avaliação das ações e a negociação do direcionamento dos recursos financeiros (Presoto; Westphal, 2005, p. 70).

Os conselhos, como entidades públicas, são resultado da participação conjunta do poder público e da sociedade civil, diferenciando-se das organizações civis formadas apenas por membros exclusivamente civis (Zanardi *et al*, 2019). Eles contribuem para um diálogo singular em busca de consensos, redefinição de valores, reconstrução de identidades, desarticulação de sistemas centralizadores e mobilização da sociedade (Pires; Vaz, 2012).

A pesquisa sobre o protagonismo e gestão social das conselheiras e conselheiros atuantes nos CMDRS tem relevância tanto para a sociedade quanto para a Academia. A participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas é um princípio fundamental da democracia, e os conselhos representam uma importante ferramenta para essa participação. Compreender os elementos motivadores e impulsionadores para o exercício do protagonismo nesses conselhos é fundamental para fortalecer a relação entre o Estado e a sociedade, garantindo que as políticas públicas atendam de forma efetiva às necessidades e interesses dos diversos segmentos sociais.

Esta tese contribui para a academia ao avançar na compreensão dos fatores que influenciam o engajamento e a participação ativa das conselheiras e conselheiros nos CMDRS. Ao analisar a História de Vida desses indivíduos, é possível identificar os condicionamentos subjetivos e as condições objetivas que moldam o seu protagonismo e controle social das políticas públicas. Essa abordagem enriquece o campo dos estudos sobre participação cidadã, oferecendo uma perspectiva mais abrangente e aprofundada sobre os processos de tomada de decisão e implementação de políticas públicas em nível local.

Também se mostra relevante para a sociedade ao destacar a importância dos CMDRS como espaços de diálogo e construção coletiva, contribuindo para a construção de consensos, redefinição de valores e reconstrução de identidades. Ao promover a descentralização das decisões e enfatizar a transparência e a horizontalidade, os conselhos têm o potencial de fortalecer a democracia participativa e ampliar o poder de influência da sociedade civil nas políticas governamentais. Compreender os elementos que impulsionam o protagonismo das conselheiras e conselheiros nos CMDRS é fundamental para fortalecer esses espaços de participação e garantir uma governança mais inclusiva e responsiva às demandas da sociedade.

No entanto, enfrenta-se o desafio institucional de implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural/local/territorial, que envolve a criação de condições para que os beneficiários, especialmente os mais vulneráveis e em situação de pobreza, tenham voz nas discussões sobre as diretrizes das políticas e dos processos de desenvolvimento (Abramovay, 2001; Pereira, 2018a).

Esta tese tem como tema conselheiras e conselheiros que atuam em CMDRS. Como recorte deste tema, foram pesquisados o protagonismo e a gestão social em busca do Desenvolvimento Local. Dentro deste recorte, o problema analisado foi a impossibilidade de entender o porquê de algumas pessoas serem tão ativas, determinadas e se esforçarem para atuar nos CMDRS como voluntárias e voluntários. A partir daí, a questão norteadora que foi respondida: a História de Vida da pessoa é um elemento determinante para produzir condições objetivas e condicionamentos subjetivos para o exercício do protagonismo e controle social das políticas públicas, visando o desenvolvimento local?

Para responder a essa questão, delimitou-se o campo de pesquisa nos CMDRS de Caetés e São Bento do Una – PE, tendo como sujeitos da pesquisa conselheiras e conselheiros titulares e atuantes em seus respectivos CMDRS. O objetivo foi compreender quais elementos objetivos e subjetivos são motivadores e impulsionadores para o exercício do protagonismo das conselheiras e dos conselheiros e controle social de políticas públicas. Esses Conselhos foram objetos de pesquisa no mestrado concluído em 2018-2 (Pereira, 2018a).

A metodologia adotada foi quali-quantitativa, de caráter exploratório. A pesquisa de campo ocorreu no período entre maio de 2021 a maio de 2023, e os métodos

consistiram na aplicação de um questionário e na realização de entrevistas semiestruturadas junto a dez conselheiras e conselheiros, sendo cinco de cada CMDRS, a partir da História de Vida.

A sistematização dos resultados obtidos na pesquisa de campo foi realizada utilizando o Índice de Gestão Social (IGS) com análise de dados estatísticos não paramétricos, de cunho social, e o software Iramuteq, com a sistematização dos dados considerando a teoria do *Habitus* de Pierre Bourdieu. A estrutura desta tese é composta por seis tópicos, além desta introdução: Desenvolvimento (Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussões), Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

A tese defende que a participação das conselheiras e conselheiros extrapola os resultados práticos efetivos alcançados, e as principais motivações têm origem nos valores de humanismo cristão, manifestados na solidariedade ativada pela compaixão ante o sofrimento das pessoas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Elementos da Trajetória Pessoal, Profissional e a Relação com à Pesquisa

Venho de uma família de agricultores do município de Saloá – Pernambuco. Minha família plantava café (*Coffea*), cultura então predominante na região, além da mamona (*Ricinus communis*) e do tabaco (*Nicotiana tabacum*), para comercialização, e mantinha a produção de grãos, verduras, frutas, raízes, tubérculos, criação de pequenos e grandes animais, exclusivamente, para alimentação da família.

Minha avó materna, Adelaide Ferreira Ferro, foi educada em casa, meus bisavós primaram por sua educação. Ela foi a terceira esposa de meu avô, Joaquim Silvestre da Costa, e teve com ele, quatorze filhos. Meu avô já viúvo das duas primeiras esposas, trouxe para o casamento com minha avó, os vinte e quatro filhos, dos seus dois primeiros casamentos, totalizando trinta e oito filhos biológicos dele, além de dois filhos adotivos.

A minha mãe foi a caçula de toda a prole deste casal. Meu avô, infelizmente morreu cedo, e minha avó ficou com os filhos menores para criar. Ela educou com muita seriedade todos os filhos, passando a estes a importância do trabalho com a terra, mas, também a necessidade da educação escolar, e princípios religiosos da igreja católica. Todas as suas filhas e filhos foram à escola.

Minha mãe, Analice Ferreira Costa, assim como as irmãs mais velhas, foi estudar em Garanhuns – PE, e a partir do Colégio, conheceu e entrou para o Movimento dos Focolares. Se tornou evangelizadora, atuando no Brasil, e foi emancipada por minha avó, para seguir servindo ao Movimento, na Europa. Ficou lotada na Itália, e lá teve a oportunidade de estudar, se tornou tradutora – é poliglota, e cursou as faculdades de Sociologia e Comunicação.

Quando minha mãe voltou para o Brasil, para passar um período com minha avó, que se encontrava enferma, em 1964, em pleno golpe militar, não lhe foi mais permitido o retorno à Itália, ficou lotada em Olinda – PE, e lá decidi fazer a faculdade de Direito. Conheceu meu pai, Edvaldo Leite Pereira, e com ele teve a mim, e a meu irmão Gáudio Jorge. O casamento não durou muito tempo, e meus pais se separaram, desquitaram e ela já advogada, quando a legislação brasileira permitiu, fez seu próprio

divórcio. Montou seu escritório, e começou a advogar. Voltou aos estudos, fez Mestrado em Direito, e iniciou o Doutorado, mas, em função da necessidade de sustentar os filhos – não contou com meu pai para isto, não teve condições de continuar os estudos.

A minha mãe achou por bem, me mandar para Garanhuns, para morar com minha avó, e minhas tias, Aldenora Ferreira da Costa e Aldenice Ferreira Costa, ambas Professoras, para ser educada por elas, foram as responsáveis por custear meus estudos. Foi a melhor educação que eu poderia ter nesta vida.

Estudei em Garanhuns onde estudaram as mulheres de minha família, no Colégio Santa Sofia, da rede Damas da Instrução Cristã, que tem sua formação educacional baseada no Método Montessori, e lá aprendi a refletir, a viver em comunidade, respeitar o próximo, fortalecer vínculos, e tomar ainda mais gosto pelos estudos. Quando cheguei à fase de cursar o ensino científico fui enviada para Recife, em busca de uma educação ainda melhor. Terminando o científico, prestei vestibular para a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e passei para Zootecnia.

Durante o período de curso (1992.2 até 1999.2) passamos por três grandes greves na Universidade, o que atrasou o término do curso), tive a oportunidade de ingressar no Projeto Rondon (1996 – 1998), no primeiro ano, atuei como integrante em Serra Talhada nas comunidades Itaporanga e Conceição de Baixo. Estava aprendendo com agricultores de outra região, como conviver com o clima semiárido mais extremo; no segundo ano, fui monitora, no mesmo local. Lá eu aprendi a ser Extensionista Rural.

No Rondon atuei com alfabetização de adultos, numa escola que funcionava com lampiões, pois a comunidade não tinha energia elétrica. Com a prática, aprendi a ser Professora. Com muito jeito, pedia aos meus alunos que deixassem, por gentileza, as armas na entrada da escola, e lhes explicava que na sala de aula não precisávamos estar armados com armas de fogo ou armas brancas, nós precisávamos nos armar de atenção e dedicação, desarmando nossos espíritos para darmos lugar ao aprendizado. Nos anos seguintes fui evoluindo no Projeto Rondon, e de monitora de equipe, passei a articuladora regional.

Graças ao meu desempenho, fui convidada por Dário Emerenciano Ferreira, Coordenador do Rondon em Pernambuco, para planejar e coordenar um projeto intitulado “Programa de Turismo Ecológico e Cultural (PTEC)”, que foi apresentado

como uma proposta de parceria entre o Projeto Rondon e a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADURPE). O PTEC desenvolvia projetos de turismo nos municípios já trabalhados pelo Projeto Rondon, em função do projeto já conhecer as potencialidades dos municípios em que atuava, o que facilitou o contato com os gestores municipais, com outras instituições e com a sociedade em geral.

Pelo Programa, formamos Conselhos de Turismo, e desenvolvemos projetos de turismo cultural e ecológico a exemplo do projeto “As Pegadas de Lampião” (Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo – PE), “Carnaval do Papangu” (Bezerros – PE). Outro projeto muito significativo foi o da “Serra da Barriga” (relativo ao Quilombo de Palmares, em União dos Palmares – AL), que tratava da história de Zumbi e da importância da luta do povo negro por sua liberdade.

Com o fim do PTEC, passei a trabalhar no Programa “Casa Familiar Rural”, executado pela FADURPE. O trabalho consistia em implantar escolas com base na Pedagogia da Alternância em todo o Nordeste e Norte de Minas Gerais. Atuando como assessora do Programa, tive a oportunidade de fazer o curso completo para monitoria em Pedagogia da Alternância ministrado pelo consultor francês Pierre Gilly, uma sumidade Mundial em Pedagogia da Alternância. Aprendi muito sobre a implantação dessa modalidade de escolas.

Quando concluí a faculdade de Zootecnia, em 1999, entrei de imediato para a Cooperativa Rede de Cooperação Técnica (RECAT), uma cooperativa de prestação de serviços, para a qual fui convidada a assumir o cargo de Gerente de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), também assumindo a função de Responsável Técnica junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Pernambuco (CRMV), pela Cooperativa. A RECAT atuava em todo estado de Pernambuco. O primeiro cliente que atendi foi a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale do Ipanema (COOPANEMA), à qual hoje sou associada.

Outro trabalho muito relevante foi a assessoria ao Projeto Nordeste Sustentável, um convênio entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) / Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) / Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais (COOPAGEL), em 2002, passei a residir em Itaporanga – PB, onde desempenhei trabalhos de mobilização, sensibilização, acompanhamento de diagnóstico participativo, instalação e moderação

de fórum de desenvolvimento local, construção de Planos de Desenvolvimento do Aglomerado Diamante da Paraíba.

Em 2003, retornei à UFRPE, para concluir o curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas (LA), do qual já havia cursado disciplinas, enquanto cursava Zootecnia. Me aprofundei nos conhecimentos sobre a Extensão Rural, ocasião em que fui aluna de algumas personalidades ímpares na área, a exemplo de Professores Jorge Roberto Tavares de Lima e Ângelo Braz Fernandes Callou.

Em 2004 decidi abrir a minha própria empresa, a Versatile Serviços e Representações para trabalhar com ATER. Inicialmente, o principal trabalho da empresa foi a elaboração de projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nas suas várias linhas, bem como ATER para os beneficiários desse Programa. A empresa chegou a atender simultaneamente a setenta e três agências do Banco do Brasil no estado de Pernambuco, sendo algumas dessas agências regionais, atendendo na elaboração do projeto e ATER em torno de cem municípios no Estado.

Em 2007, por uma determinação do Governo Federal, empresas de lucro presumido – classificação da Versatile, não poderiam mais elaborar projetos de Pronaf das linhas A e B, justamente as linhas que custeavam a maior parte dos serviços, pela empresa, prestados. Sem mais poder trabalhar com projetos de crédito fui convidada pelo Banco do Brasil a trabalhar com a fiscalização do crédito concedido pelo banco, em todas as linhas de crédito rural.

Assumi a fiscalização de parte do estado de Pernambuco – nos municípios onde a Versatile não havia elaborado projetos, por uma questão ética; e logo o Banco me propôs a fiscalização de todo estado de Alagoas (101 municípios); depois me propuseram assumir o estado de Sergipe (75 municípios), e os municípios limítrofes dos sergipanos, no estado da Bahia. Minha empresa trabalhou três anos com a fiscalização nos quatro estados.

Por uma determinação do banco, as empresas que prestavam serviços de fiscalização, deveriam assumir todos os estados de uma região, e ofereceram a Versatile, a Região Nordeste. A nossa equipe era formada por dez fiscais, e a capacidade instalada era limitada para os quatro estados. O pagamento era realizado por medição, e a empresa não possuindo condições financeiras de se expandir para todo Nordeste (NE), encerrou o contrato com o banco. O aprendizado adquirido neste

período, fiscalizando o crédito que ia da agricultura familiar ao agronegócio, foi de uma riqueza ímpar.

Em 2011 sofri um sério acidente, com politraumatismo, e levei três anos para voltar a andar. Um grande exercício de humildade e paciência. Em 2013, ainda em recuperação, fui convidada pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaíba para assessorar na criação de uma cooperativa de agricultores familiares, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Itaíba e Região (COOMAFIRE), cooperativa que assessoro até os dias atuais, e assim, fui retomando minhas atividades laborais.

Em 2013, também elaborei para COOPANEMA, um projeto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de concorrer à assessoria da Base de Serviços da Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco (CODETAM) – Território da Cidadania. Este projeto foi o vencedor e eu assumi a função de Assessora da Base de Serviços, para os vinte Municípios que compunham a CODETAM.

Em 2014, no início desse trabalho, nos deparamos com um Território que não mantinha a frequência de reuniões, e estava sem Coordenação por falta de quórum para eleição. Apenas quatro municípios estavam participando. No primeiro ano de trabalho na Assessoria, com grande empenho na mobilização e sensibilização, tivemos os vinte municípios comparecendo e atuando nas Plenárias Territoriais.

Os CMDRS dos municípios, compunham a CODETAM. Foi possível identificar limitações importantes que dificultavam as ações das conselheiras e dos conselheiros no seu exercício de proposição, implementação e gestão das políticas públicas. Essas dificuldades eram basicamente de três aspectos: os CMDRS esvaziados devido à pouca percepção, por parte da sociedade envolvida, de sua importância; o desconhecimento das políticas públicas; e a incapacidade de gerar consensos e acessar as políticas que conheciam.

Diante deste quadro, idealizei, elaborei e implantei o Programa de “Educação Continuada de conselheiras e conselheiros” que teve como objetivo o empoderamento político institucional dessas instâncias. Propus a CODETAM a execução deste Programa, o que foi aprovado por unanimidade pela Plenária Territorial. O Programa buscava fazer entender o papel e estrutura jurídica dos CMDRS. As etapas da formação foram desenvolvidas nas instalações da Federação dos Trabalhadores

Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) – Regional Garanhuns, e na Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG)/UFRPE, hoje, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE).

No último ano como Assessora da Base de Serviços, 2016, fui convidada pelo Professor Doutor Victor de Oliveira Pereira, para participar do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) / MDA para atuar no Agreste Meridional de Pernambuco prestando assessoria ao Colegiado Territorial, resultado de uma parceria MDA, CNPq e UAG / UFRPE. Neste convênio, assumi a função de Assessora Territorial de Gênero.

Durante as ações com o NEDET tivemos a oportunidade de conhecer e aplicar o questionário do IGS, para a análise da gestão social da CODETAM. Para realização do trabalho de pesquisa desta tese, foi utilizado o IGS, com devidas adequações, para averiguar a gestão social dos Conselhos pesquisados.

O NEDET demandava um trabalho de Inclusão Produtiva, sendo a minha primeira graduação em Zootecnia e a segunda em LA, os dois cursos foram complementares a este propósito pois representam preparação em duas dimensões: no âmbito da Zootecnia, estar atualizada tecnicamente para o manejo com os animais e, através do LA, ser capaz de uma adequada e respeitosa comunicação com as famílias, o que exige relação interpessoal para além da técnica.

Isto foi importante porque a política de desenvolvimento para o Agreste Meridional de Pernambuco, há décadas, decidiu por suprimir o café e adotar a bovinocultura de leite, hoje, o detentor do título de maior bacia leiteira do Estado e tem o leite como principal fonte de renda das famílias no Território da CODETAM. Os dois cursos me subsidiaram com ferramentas para desenvolver um trabalho humano e tecnicamente adequado na região.

O Mestrado em Extensão Rural, realizado na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), teve quatro dos CMDRS, que compõem a CODETAM, como objeto da minha pesquisa. Ao realizar o trabalho de pesquisa de mestrado de 2016-2018, junto aos CMDRS de Caetés, Itaíba, São Bento do Una e Tupanatinga, foi possível constatar várias situações em que a expectativa que se criou com a valorização da participação social como mecanismo importante para se alcançar sucesso nas políticas públicas, nem sempre se verifica.

Essa participação não vinha conseguindo uma capacidade real de produzir efeitos significativos na gestão pública. Apesar de que os CMDRS conseguem gerar outros resultados concomitantes como mobilização social, pressão política e trazer para pauta temas importantes para a agricultura familiar, acabam apresentando, por vezes, insuficientes resultados práticos.

Na elaboração da dissertação do mestrado, que tratou da análise da relevância dos quatro CMDRS citados, constatou-se a importância desses conselhos para a agricultura familiar, especialmente como espaço agregador de encontros onde se dão trocas de experiências, reforçam convicções e se retroalimentam de esperanças.

Ao final do curso, foram publicados a dissertação: (Re)Conhecimento dos CMDRS como etapa estratégica para o alcance dos objetivos da Política Territorial no Agreste Meridional – PE; e também o produto final, um livro intitulado Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: espaços de poder da agricultura familiar, ambos, publicados pela UNIVASF, em 2018.

A motivação por aprofundamento acadêmico sobre essa temática fica evidente quando, profissionalmente, na vivência com as famílias de agricultores familiares, houve vários incômodos sentidos na percepção de relações de injustiças e dificuldades sócio-político-ambientais enfrentadas por essas famílias: gestão inadequada da propriedade; desequilíbrio na relação custo benefício na produção; perdas ambientais e superexploração dos ecossistemas; desperdício de recursos; vulnerabilidade às secas (no Agreste, não é usual o termo “estiagem”); negociações desvantajosas dos seus produtos; manejo inadequado do solo, do rebanho e da produção; discriminação da mulher e dos jovens no sistema de produção; dificuldades com infraestrutura; e escoamento da produção.

Otimista quanto à possibilidade de mudanças nesse quadro social e percebendo que muito se tem feito nos últimos anos quanto a isto, tenho plena consciência de que venho, ao longo de mais de 20 anos atuando como protagonista nessas mudanças em nossa região. A minha inserção no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) estava em sintonia com essa trajetória e constituiu um passo largo quanto a minha adequação aos novos modelos predominantes para o enfrentamento dos desafios atuais.

Nesse contexto, compreendi que a linha de pesquisa I do PPGADT, Identidade, Cultura e Territorialidade, atenderia adequadamente à minha necessidade de

compreensão mais abrangente e aprofundada para entender as pessoas, as dinâmicas sociais e suas organizações e, ao compreender isto de forma dialética, ser capaz de produzir orientações mais pertinentes e factíveis, de modo que as Políticas Públicas sejam produzidas de forma democrática, participativa e executadas sob a governança social.

Que haja um enfrentamento qualificado ao modelo predominante hoje, em que, é possível perceber que a maioria dos “gestores tradicionalmente eleitos governam com base em clientelismos e reproduzem um modelo de desenvolvimento excludente, com ações desarticuladas” (Pereira, 2018a, p. 50–51), respostas parciais, pontuais e temporária aos problemas.

Com o intuito de ampliar e aprofundar as pesquisas realizadas no mestrado, para esta tese, optei pelo estudo de dois dos quatro CMDRS antes estudados, Caetés e São Bento do Una. A escolha desses dois CMDRS se justificou pelos resultados alcançados na pesquisa para o mestrado, que os apresentou como tendo características diferentes que, ao nosso ver, são situações complementares: Caetés apresentando maior presença do poder público e São Bento do Una demonstrando maior capacidade da sociedade civil.

O CMDRS de Caetés tem uma forte presença da Prefeitura, enquanto participante ativa, tendo no período da pesquisa de mestrado, o Secretário de Agricultura, seu principal articulador e mobilizador, e isto fez com que o CMDRS representasse um importante espaço de deliberação para as políticas públicas executadas no município. É importante frisar que este não é um Conselho “prefeiturizado”, mas um Conselho que consegue, quando define ser necessário, boas parcerias com a Prefeitura.

Já o CMDRS de São Bento do Una possui uma forte presença da sociedade civil, o que lhe é característico e determinante, conduz suas ações e encaminha demandas ao poder público, instâncias municipal, estadual e federal, quando necessário. É um Conselho com práticas de ações territoriais exitosas.

O aprofundamento desta pesquisa possibilitou averiguar e entender como os fatores sociais influenciam no desempenho das conselheiras e conselheiros e como essas influências interferem nas suas capacidades de atuação no campo político, dificultando ou facilitando o cumprimento das funções que lhes competem. Entender esse complexo de inter-relações e o porquê das diferenças dos desenhos da estrutura

organizacional possibilita importante contribuição para a sociedade e para a Academia.

2.2 Referencial Teórico

2.2.1 Macro e Micropolítica

Nesta pesquisa o foco esteja colocado em nível local, na micropolítica, essa instância está sujeita às decisões tomadas em nível macro, sendo que em várias situações, a exemplo da organização interna para receber, reformatar o desenho e o alcance das políticas públicas, as atitudes são mais reativas às decisões tomadas na macropolítica.

Macropolítica é um termo usado para descrever as estratégias, políticas e decisões que afetam a sociedade como um todo ou grandes grupos de pessoas. Geralmente, a macropolítica envolve as ações do governo, organizações políticas, instituições econômicas e outras entidades poderosas que possuem influência significativa sobre a vida das pessoas.

Pode incluir questões como política econômica, relações internacionais, direitos civis, políticas de saúde pública, políticas ambientais e muitos outros tópicos que afetam o bem-estar da sociedade. O objetivo da macropolítica é moldar a estrutura da sociedade, influenciando a forma como as pessoas interagem e as condições em que vivem (Foucault, 1997; Landinez, 2010; Wacquant, 2013).

A macropolítica também pode ser contrastada com a micropolítica, que se concentra nas dinâmicas de poder e tomada de decisão em níveis mais baixos, como famílias, grupos sociais e comunidades locais. Ambas as abordagens são importantes para entender as forças que moldam a sociedade e os sistemas políticos em que vivemos.

Modelos que precisam ser adequados à uma lógica de desenvolvimento que não seja um desenvolvimento único para todas as classes sociais. Sobre isso, Gramsci (2011), refere-se à “guerra de posições” que acontece nas estruturas políticas, jurídicas, econômicas e sociais. Essas estruturas moldam a política em níveis mais amplos. Esse “moldar” é dialético e está em constante redesenho, e

consegue mais perenidade e hegemonia no macrosistema, a classe social que controla os aparelhos ideológicos e produz cultura.

O Estado hegemônico pleno e pacífico é buscado por cada uma das classes sociais, mas é impossível, dado ao fato de que a sociedade é dinâmica. É necessário, pois, que se considere na disputa as peculiaridades e complexidades inerentes aos grupos sociais resultantes de concepções diferentes das realidades e dos procedimentos para as tomadas de decisões. Isto ocorre mesmo no interior das próprias classes sociais e devem ser consideradas na formulação e implantação de políticas públicas (Foucault, 1997; Gohn, 1997).

As políticas acabam seguindo a perspectiva da identidade única, da monocultura, como diria Caporal (2009), a monocultura é sistêmica. Ela está na agricultura, na religião, na moda, na educação e nos costumes. Mas existem, para cada uma dessas situações, outras possibilidades. A hegemonia pode ser questionada e outras situações colocadas no cenário: agroecologia, educação quilombola, outros valores. Essas disputas vêm se dando a partir das organizações comunitárias, presentes nos CMDRS, pois as raízes das macropolíticas hegemônicas não chegam até às famílias de forma satisfatória, a ponto de assegurar segurança e autonomia (Pereira, 2018a).

Ao englobar, nas políticas públicas, as diferentes peculiaridades, temos, por exemplo, a educação escolar quilombola, porque os povos quilombolas articularam para que dentro da CF-88 houvesse espaço para uma política pública para esse público específico. E a educação no campo está acontecendo em vários locais do estado de Pernambuco. Isto acontece porque houve mobilização e reivindicação, pressão no campo da política, e isto modifica a formatação do Estado (Silva *et al.*, 2021; Soares; Santos; Lameira, 2022).

Mas a pressão segmentada, por si só, não modifica a lógica do Estado, que tende a ser hegemônica. Mesmo políticas visando atender demandas específicas tendem a ser construídas para ser hegemônicas e universais. Nesse contexto, surgem articulações perenes locais, como os CMDRS que, embora o Estado os inclua em políticas genéricas, eles questionam por dentro do sistema, a inadequação dessas políticas, evidenciando suas limitações, e o baixo impacto na vida das famílias (Abramovay, 2001).

Essa ação dos CMDRS acontece em nível da base social, na periferia do poder. Para Deleuze e Guatari (1997), a micropolítica é uma forma de análise política que se concentra nas forças e nas dinâmicas que agem nas margens e nos interstícios do poder estabelecido, espaços que possibilitam resistência e transformação nas microrrelações sociais e agrega e suprime elementos na cultura local. É nesse campo de lutas pelo poder que as estruturas macro e micros se remodelam (Bourdieu, 2008).

Tendo em vista os estudos de Foucault (1997), a micropolítica envolve as dinâmicas de poder e tomada de decisão em níveis mais baixos da sociedade, como famílias, instituições, grupos sociais e comunidades locais. Ao contrário da macropolítica, que se concentra em questões que afetam a sociedade como um todo, a micropolítica se concentra em como as relações de poder e decisão são negociadas e exercidas em contextos específicos.

A micropolítica também pode se concentrar em como as pessoas exercem poder e influência em grupos menores, muitas vezes de forma sutil e não explícita. Isso pode incluir dinâmicas como a influência de líderes informais em um grupo ou a maneira como as normas sociais são estabelecidas e reforçadas em uma comunidade.

Desde a CF-88, as peculiaridades desses grupos que fazem os CMDRS, que são historicamente oprimidos, essas são as coletividades que questionam e tornam possíveis a revisão das posições de poder e formas adotadas para as tomadas de decisões. Ante a hegemonia do Estado, esses grupos mostram que há possibilidades de se fazer diferente, que existem multiplicidades de modelos, que conceitos, como o de desenvolvimento e de sustentável, não são fixos, únicos e universais. Esses sujeitos, por sua vez, se unem de forma solidária em prol de construir uma maioria plural em suas demandas e formatos sociais.

Compreender a micropolítica é importante porque ela pode afetar a forma como as pessoas se sentem e se comportam em contextos específicos. Também pode ajudar a explicar como as relações de poder se desenvolvem e são mantidas em diferentes níveis da sociedade.

É importante notar que, embora a macropolítica e a micropolítica sejam distintas (Quadro 1), elas estão interconectadas e influenciam uma à outra. As políticas macro podem afetar as dinâmicas de poder em grupos menores, e as relações de poder em grupos menores podem influenciar a formação de políticas macro. É essencial

considerar tanto a macropolítica quanto a micropolítica na hora de executar políticas públicas sociais, porque essas duas dimensões são interdependentes e têm um impacto significativo no sucesso ou fracasso dessas políticas.

Quadro 1 – Diferença entre a macropolítica e a micropolítica, apresentando o escopo do conceito, a abordagem, exemplos e importância.

	Macropolítica	Micropolítica
Escopo	Nível de sociedade como um todo ou grandes grupos de pessoas.	Nível de grupos menores como famílias, comunidades e municípios.
Abordagem	Estratégias políticas e decisões de entidades poderosas, como o governo e instituições econômicas.	Dinâmicas de poder e tomada de decisão em contextos específicos.
Exemplos	Política econômica, direitos civis, política ambiental, relações internacionais, políticas de saúde pública.	Dinâmica de poder em uma família, relações interpessoais em um grupo de amigos, conselhos, empresas, tomada de decisão em uma comunidade local.
Importância	Compreender a estrutura da sociedade e influenciar a forma como as pessoas interagem e as condições em que vivem.	Compreender como as relações de poder são negociadas e exercidas em contextos específicos, afetando como as pessoas se sentem e se comportam em diferentes contextos.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Por um lado, a macropolítica pode influenciar o financiamento e o suporte que as políticas públicas sociais recebem. Por exemplo, políticas de austeridade econômica podem reduzir os recursos disponíveis para programas sociais, tornando mais difícil para as pessoas obterem acesso a serviços essenciais como saúde, educação e assistência social. As políticas macro também podem afetar o quadro geral de emprego e renda, o que pode impactar a capacidade das pessoas de se beneficiar das políticas públicas sociais.

Por outro lado, a micropolítica pode influenciar a forma como as políticas públicas sociais são implementadas e recebidas pelas pessoas. As relações de poder e as normas sociais em grupos menores podem afetar a capacidade das pessoas de acessar e se beneficiar dos serviços públicos. Por exemplo, em comunidades em que as mulheres têm menos poder, pode ser mais difícil implementar políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero.

Ao implementar políticas públicas sociais, é importante levar em consideração as realidades macro e micropolíticas. Isso pode envolver uma análise cuidadosa das condições econômicas, políticas e sociais onde as ações serão implementadas, bem como uma compreensão das relações de poder e normas sociais que podem afetar a

implementação bem-sucedida da política. Além disso, é importante garantir a participação das pessoas afetadas pela política no processo de planejamento e implementação, a fim de garantir que suas necessidades e preocupações sejam consideradas e abordadas (Pereira, 2018a).

A macropolítica é geralmente feita por entidades de alcance abrangente e instituições como o governo, partidos políticos, organizações internacionais, grandes empresas e grupos de interesse. Essas entidades têm influência significativa nas políticas públicas e tomam decisões que afetam a sociedade como um todo ou grandes grupos de pessoas.

Já a micropolítica é geralmente feita em grupos menores, como famílias, comunidades, organizações da sociedade civil e outros grupos sociais. As relações de poder em grupos menores podem ser complexas e variam amplamente, dependendo da cultura, história e contexto social em que os grupos estão inseridos. A micropolítica pode envolver a negociação de relações de poder, a tomada de decisão coletiva e a resolução de conflitos, bem como a definição de normas sociais e comportamentos em grupos menores (Wacquant, 2013).

No entanto, é importante notar que essa divisão entre macropolítica e micropolítica nem sempre é clara e nítida. As relações de poder e as dinâmicas políticas podem se estender em ambos os níveis, e as políticas públicas podem ser influenciadas tanto pela macropolítica quanto pela micropolítica. Além disso, a ação coletiva e a participação cidadã podem ajudar a promover mudanças em ambas as dimensões da política, envolvendo tanto a ação em nível local quanto a pressão por mudanças em nível mais amplo (Gohn, 1997; Romagnoli, 2016).

Para atuação em quaisquer dos níveis é necessário se preparar, pois, a definição das estratégias exige tomada de consciência sobre o alcance e as consequências das decisões. Conselheiras e conselheiros de CMDRS exercem o protagonismo baseado nas próprias experiências de vida que favorecem saberes intuitivos sobre a realidade e possíveis conjecturas de soluções.

No entanto, é claramente percebido nas entrevistas realizadas para esta tese, a presença de autoconsciência das conselheiras e dos conselheiros quanto ao seu papel de cidadania que se manifesta em formas questionadoras e colaborativas, pensamento solidário, fortalecimento de ações que apresentam soluções coletivas e do protagonismo que exercem ao atuarem nos conselhos, se sentem reconhecidos

como lideranças e apontam resultados alcançados que beneficiaram muitas famílias e são de grande valor. Percebe-se assim, o protagonismo e controle social de políticas públicas como uma ação consciente e deliberada por parte das conselheiras e conselheiros.

2.2.2 Protagonismo e Controle Social de Políticas Públicas

Protagonismo é a capacidade de assumir um papel ativo e decisivo na vida, na sociedade ou em determinada situação. O protagonista é aquele que assume a responsabilidade por suas ações, toma iniciativa, busca soluções e enfrenta os desafios de forma proativa.

É a habilidade de tomar as rédeas da própria vida e agir de maneira autônoma em relação aos problemas e oportunidades que surgem. Trata-se de uma abordagem que valoriza a participação cidadã, o diálogo, a cooperação e o respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Freire, 2003).

No contexto das lideranças sociais, o protagonismo é uma abordagem político-democrática que busca promover a participação ativa dos trabalhadores em seu próprio processo de encontrar soluções para seus problemas. Nessa perspectiva, os agricultores familiares são incentivados a assumirem a sua própria história, desenvolvendo habilidades como autonomia, criatividade, liderança e cooperação. A ideia é que o protagonismo ajude a formar cidadãos mais críticos, responsáveis e engajados com a sociedade (Gohn, 1997, 2004).

O protagonismo é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento. Por isso, é preciso que o mediador se liberte de ideias conservadoras e estáticas, para poder sentir as demandas de um grupo, se conscientizando de seu papel na sociedade perante a responsabilidade social da área em que atua, procurando incentivar a tolerância e abertura por parte dessa sociedade face à diversidade cultural e étnica dos que vivem à margem (Guedes-Farias; Varela-Varela, 2017, p. 93).

Assim, uma pessoa protagonista detém a habilidade de assumir um papel ativo e transformador na sociedade em que está inserida, por meio de ações que impulsionem mudanças sociais positivas. Isso pode se manifestar de diversas

maneiras, tais como através da criação ou envolvimento em grupos, colegiados, organizações, movimentos sociais ou projetos comunitários.

Essas iniciativas podem ter como propósito a defesa de direitos, a busca por justiça social, a preservação ambiental, a luta contra a discriminação e o aprimoramento da qualidade de vida da população, entre outras metas. Controle social, por sua vez, é um processo de participação cidadã que visa garantir a concretização dos resultados planejados nas respectivas Políticas Públicas¹.

De certa forma, no contexto da discussão e tomada de decisões sobre a melhor forma de implementar ações governamentais que chegam às comunidades, os CMDRS desempenham um papel de certo protagonismo e controle social, pois possuem um conjunto de mecanismos e práticas que lhes possibilitam influenciar e fiscalizar as ações do Estado, dos governantes e das instituições públicas, com o intuito de assegurar o cumprimento das leis e a transparência na gestão pública (Abramovay, 2006).

Existem diversas formas de participação e envolvimento social, como a participação em conselhos de políticas públicas, audiências públicas, manifestações, petições, monitoramento de programas e projetos sociais, entre outros. Por meio dessas práticas, a sociedade pode exercer influência nas decisões governamentais, demandar transparência e prestação de contas, e denunciar irregularidades e abusos de poder.

Essa participação é essencial para a construção de uma cultura de cidadania, que valoriza a transparência, a responsabilidade e a ética na gestão pública. É importante salientar que o controle social não se limita apenas à denúncia de irregularidades ou corrupção, mas também envolve a participação efetiva e propositiva da sociedade na construção e implementação de políticas públicas, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população.

No Brasil, há diversos mecanismos de controle social de políticas públicas, cujo objetivo é garantir a transparência, a participação e a fiscalização da gestão pública. É comum que as conselheiras e os conselheiros participem de diversos desses mecanismos, embora nem sempre sejam eles os propositores, como é o caso de audiências e denúncias. Segue abaixo alguns dos principais mecanismos previstos na

¹ Para mais detalhes sobre Políticas Públicas para Agricultura Familiar, consultar: Pereira (2018a).

CF-88 (BRASIL, 1988):

- Conselhos de políticas públicas: são campos de envolvimento da comunidade na administração estatal, estabelecidos por legislação, com a finalidade de conceber, monitorar e avaliar a execução de políticas públicas. Esses grupos são constituídos por membros do governo e da sociedade civil, que debatem e tomam decisões acerca das medidas a serem efetivadas.
- Ouvidorias: são canais de comunicação entre a população e as instituições públicas, que permitem que os cidadãos registrem denúncias, sugestões, elogios e reclamações sobre os serviços públicos. As ouvidorias têm por objetivo ampliar a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado.
- Audiências públicas: são eventos realizados pelo poder público para promover o diálogo entre as autoridades e a sociedade civil sobre temas relevantes para a comunidade. As audiências públicas têm por objetivo permitir a participação e o debate público sobre questões que afetam a população.
- Consultas públicas: são processos de consulta à população para coletar opiniões e sugestões sobre políticas públicas em discussão. As consultas públicas podem ser realizadas presencialmente ou pela internet, permitindo que um grande número de pessoas participe do processo de elaboração das políticas públicas.
- Participação em processos de licitação: a Lei de Licitações permite que a sociedade civil participe dos processos de licitação de obras, serviços e compras governamentais, permitindo que os cidadãos possam fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos.
- Ações judiciais: a sociedade civil pode recorrer ao Poder Judiciário para questionar ações ou omissões do poder público que violem direitos e garantias constitucionais. As ações judiciais são um importante mecanismo de controle social, permitindo que a população exija o cumprimento da lei e a responsabilização dos gestores públicos.

Agentes sociais se tornam protagonistas quando se sentem empoderados e se capacitam, se tornam dispostos a ampliar seus horizontes e atuar de forma coletiva, pois é no grupo que ele pratica seu protagonismo. A construção desse sujeito não

parte apenas da disposição particular e individual, mas aflora das e nas relações democráticas, respeitadas e incluídas. Onde as vozes de todos – com respeito às regras de decisões coletivas –, e de cada um – como sujeito que representa um lugar social de fala –, são valorizadas e consideradas relevantes para a construção de entendimentos e de caminhos coletivos.

Sendo capazes de assumir responsabilidades junto à sociedade e governos, as conselheiras e os conselheiros adentram ao universo daqueles que constroem as políticas tendo em vista o bem-estar das comunidades (Gerschman, 1995; Carvalho, 1998). Sendo capazes de influenciar, modificam as relações de poder e transformam os sistemas, se libertando de políticas opressivas e colocando em seu lugar políticas que libertam. Enfatizam a transparência e boa gestão dos recursos, enxergam as pessoas excluídas e apontam perspectivas, ajudam de forma solidária sem gerar dependência nem humilhações (Gohn, 2004).

2.2.2.1 Exemplos da Legislação Brasileira que Garantem o Direito de Cidadãos Controlarem Políticas Públicas

Existem diversas leis brasileiras que garantem o direito de os cidadãos acompanharem e fiscalizarem a execução de políticas públicas. Algumas das principais leis estão mencionadas abaixo, porém, é a CF-88 que viabiliza a diversidade de formas, e propicia o envolvimento dos mais diferentes setores sociais nas discussões, proposições e controles das políticas:

- Constituição Federal de 1988: a CF-88 é a lei fundamental do país e estabelece os princípios e as normas que regem a organização do Estado e dos poderes públicos. Entre os seus dispositivos, destaca-se o artigo 5º, que garante o direito à participação política e, o artigo 37, que estabelece a obrigatoriedade da administração pública de prestar contas de suas atividades (Brasil, 1988).
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): essa lei estabelece as regras para o acesso a informações públicas pelos cidadãos, permitindo que qualquer pessoa possa solicitar e receber informações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. A Lei de Acesso à Informação é um importante instrumento de transparência e controle social, que possibilita a fiscalização das atividades do Estado (Brasil, 2011).

- Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009): essa lei obriga os governos federal, estaduais e municipais a disponibilizarem na internet informações sobre a execução orçamentária e financeira, permitindo que os cidadãos possam acompanhar de perto a aplicação dos recursos públicos e fiscalizar a gestão pública (Brasil, 2009).
- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742/1993): essa lei estabelece as bases do sistema de assistência social no país e prevê a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e fiscalização das políticas de assistência social. A LOAS também cria o Conselho Nacional de Assistência Social, um importante espaço de participação e controle social (Brasil, 1993).
- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): essa lei estabelece as normas para a proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente. Entre as suas disposições, destaca-se a criação dos Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e garantir o acesso a políticas públicas específicas (Brasil, 1990a).
- Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990): essa lei estabelece as bases do sistema de saúde no país e prevê a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A lei cria os Conselhos de Saúde em todos os níveis de governo, que têm como atribuição fiscalizar a implementação das políticas de saúde e participar da elaboração do Plano de Saúde (Brasil, 1990b).
- Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): essa lei estabelece as diretrizes e os instrumentos para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos no país. A lei prevê a participação da sociedade na elaboração e na implementação das políticas de resíduos sólidos, por meio de conselhos e fóruns de participação social (Brasil, 2010a).
- Lei do Sistema Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010): essa lei estabelece as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Cultura. A lei prevê a participação da sociedade na gestão da cultura, por meio de conselhos e conferências de cultura (Brasil, 2010b).

- Lei de Participação e Controle Social (Lei nº 13.019/2014): essa lei estabelece as normas para a celebração de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A lei prevê a participação da sociedade na gestão dos recursos públicos destinados às parcerias, por meio de conselhos, audiências públicas e outras formas de participação (Brasil, 2014).

Além dessas leis, existem diversas outras normas que estabelecem mecanismos de participação e controle social, como as leis que criam, por exemplo, os conselhos de políticas públicas, por exemplo. Embora a sociedade tenha legalmente garantido o espaço a participação, é importante que os espaços sejam ocupados, e a democracia participativa seja efetivada. Esse conjunto de leis assegura a legalidade e traz as regras para a operação das ações coletivas.

2.2.3 Movimentos Sociais do Campo

Os movimentos sociais do campo no Brasil têm uma história rica e complexa, marcada por lutas pela terra, reforma agrária, direitos dos trabalhadores rurais e preservação ambiental. Há um enfrentamento constante entre a agricultura familiar e a estrutura agrária brasileira forjada desde a colonização que se caracteriza por latifúndios e exploração excessiva dos recursos naturais, exploração da mão de obra dos trabalhadores rurais e atribui pouca relevância da agricultura familiar no cenário político nacional controlado pelas oligarquias rurais (Medeiros, 1989; Miranda; Fiúza, 2017).

No início do século XX, o Brasil era predominantemente agrário, e o acesso à terra era extremamente desigual. Os movimentos camponeses emergiram como resposta a essa realidade, lutando por melhores condições de vida e trabalho no campo. Destacam-se a Guerra de Canudos (1896-1897), liderada por Antônio Conselheiro, e a Revolta de Juazeiro (1914-1915), liderada por Padre Cícero (Motta; Mola, 2019).

Nas décadas de 1950 e 1960, surgiram as Ligas Camponesas, movimentos organizados que lutavam pela reforma agrária e melhores condições para os trabalhadores rurais. O líder mais conhecido das Ligas Camponesas foi Francisco Julião, que defendia a distribuição de terras e a organização coletiva dos trabalhadores (Julião, 1980).

Os povos indígenas no Brasil também têm lutado historicamente por seus direitos territoriais e culturais. Movimentos como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) têm sido importantes na defesa dos direitos indígenas e na proteção do meio ambiente (Funai, 2010).

Além dos movimentos específicos do campo, várias organizações ambientalistas atuam em defesa da natureza e dos recursos naturais nas áreas rurais do Brasil. O combate ao desmatamento, a preservação da Amazônia e de outros biomas, a promoção de práticas sustentáveis são pautas centrais desses movimentos ambientalistas (Moura, 2016).

Dois outros movimentos são de grande relevância para o campo no Brasil, trata-se do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (STR) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que vêm produzindo incidências políticas importantes e influenciam as definições e execuções das políticas públicas para o campo.

O sindicalismo dos trabalhadores rurais buscou se reestruturar a partir da década de 1970 a fim de sair da tutela do governo militar e se tornar protagonista na luta por direitos sociais. Trata-se de uma importante forma de organização, pois abarca várias dimensões da condição dos trabalhadores rurais: produção, políticas públicas e reforma agrária, desempenhando um papel fundamental na luta por direitos e melhorias nas condições de trabalho. O Sindicalismo Novo representou uma ruptura com as estruturas sindicais tradicionais, buscando uma atuação mais independente e voltada para a defesa dos interesses dos trabalhadores e contribuiu com o processo de democratização do Brasil (Ladosky; Oliveira, 2014).

Conhecido como "Sindicalismo Novo", esse movimento foi caracterizado por uma abordagem mais combativa e autônoma em relação ao Estado e aos partidos políticos e provocou impactos no cenário político e social da época, se baseava em um discurso de resistência e luta contra a ditadura, buscando articular a classe trabalhadora em torno de reivindicações políticas e sociais. Essa postura mais combativa contribuiu para a formação de uma consciência política entre os trabalhadores e para o fortalecimento da oposição ao regime militar (Alves, 2000).

Outro aspecto importante foi a sua busca por uma maior autonomia em relação aos partidos políticos. Diferentemente do sindicalismo vinculado a partidos de

esquerda, o Sindicalismo Novo buscava construir sua própria agenda e suas próprias estratégias de ação. Essa autonomia foi fundamental para a construção de uma identidade própria do movimento sindical e para a defesa dos interesses específicos dos trabalhadores (Ramos, 2010).

Esse movimento teve um papel relevante na articulação de pautas voltadas para a democracia e para a defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, é importante destacar o protagonismo das mulheres, que contribuíram para a construção de uma agenda feminista dentro do sindicalismo, possibilitando a organização de demandas específicas relacionadas à equidade de gênero e à inserção feminina no mercado de trabalho e na política (Boni, 2004).

Caracterizado por uma postura mais radical, e engajamento nas lutas por democracia e direitos humanos, esse movimento sindical deixou um legado significativo para a história do sindicalismo brasileiro. A sua atuação contribuiu para a formação de uma consciência política entre os trabalhadores e para o fortalecimento da resistência à ditadura militar, superação do regime militar e mobilização para a elaboração da Constituição Federal em 1988 (Reis Filho, 2014).

O MST foi fundado em 1984 e se tornou o maior e mais influente movimento social do campo no Brasil. Ele se dedica à luta pela reforma agrária, pela produção de alimentos, por educação e saúde, e pela promoção dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. O MST pressiona o governo por políticas agrárias mais justas e busca construir assentamentos sustentáveis para os sem-terra.

O MST desempenha um papel fundamental na luta pela reforma agrária e pela justiça social no Brasil. Conforme Guitarrara (2022), o MST é uma das mais importantes organizações populares do país, representando os interesses dos trabalhadores rurais sem terra e buscando a transformação da estrutura agrária desigual. O movimento tem como objetivo central a conquista da terra para aqueles que não possuem acesso a ela, além de promover a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Uma das principais contribuições do MST é a sua capacidade de mobilização e organização das massas camponesas. O movimento utiliza estratégias de ocupação de terras e acampamentos para reivindicar a reforma agrária e se destaca pela sua capacidade de articular milhares de trabalhadores rurais em ações coletivas, promovendo a conscientização política e fortalecendo a solidariedade entre os

membros e contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais (Laurentino *et al.*, 2022).

O Movimento se dedica a uma série de demandas sociais, como educação, saúde e cultura. Possui uma extensa rede de escolas e centros educacionais, que visam promover a alfabetização e a formação política das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. Conforme Caldart (2000), a educação no MST se efetiva como um instrumento de transformação social, voltada para a conscientização dos camponeses e para a valorização de sua identidade sociocultural.

Outra contribuição significativa do MST é a sua luta pela agroecologia e pela produção de alimentos saudáveis. O movimento promove práticas sustentáveis de cultivo, baseadas na preservação do meio ambiente e na utilização de técnicas agrícolas mais naturais. O MST busca construir uma nova relação com a terra e com a produção de alimentos, baseada em princípios agroecológicos que valorizam a diversidade, a sustentabilidade e a saúde (Souza; Santos; Costa, 2021).

O Movimento desempenha um papel importante na construção de alianças e na articulação com outros movimentos sociais. Participa ativamente de fóruns, redes e campanhas em defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social e se insere em uma teia de movimentos sociais e organizações populares, buscando ampliar suas alianças e fortalecer a luta coletiva por transformações estruturais (Caldart, 2001).

Esse conjunto de lutas constituídas na década de 70 foi fundamental para o enfrentamento do poder centralizado e autoritário do Estado controlado pelos militares e conquistar a redemocratização. Em 1985 houve a primeira eleição que elegeu um presidente civil e, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal que trouxe importantes avanços quanto aos direitos sociais e traz a garantia jurídica para a participação e controle social das políticas públicas pela sociedade civil, dentre esses mecanismos de participação e controle, traz a criação de conselhos de direitos e conselhos setoriais. Os movimentos sociais continuam sendo ampliados e fortalecidos e continuam relevantes para preservar, manter e sustentar a democracia participativa.

2.2.4 Conselhos no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988

A CF-88 estabelece a criação de Conselhos para a participação da sociedade

na gestão pública e na defesa dos direitos fundamentais. O artigo 5º da Constituição prevê que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Além disso, o artigo 37 determina que: “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Brasil, 1988).

A utilização de “órgãos consultivos” na administração estatal, ou em grupos organizados da sociedade civil, não é recente. Essas instituições são tão antigas quanto a própria democracia. “Os conselhos são a única forma possível de um governo horizontal, um governo que tenha como condição de existência a participação e a cidadania” (Gohn, 2004, p. 176). Segundo Labra e Figueiredo (2002), como resultado da pressão social, a experiência da redemocratização, a partir da CF-88, favoreceu o surgimento de mecanismos de participação popular, na tomada de decisão da esfera pública, por exemplo, os conselhos.

Para Abramovay (2001), a proliferação de conselhos gestores foi importante inovação institucional das políticas públicas na democracia brasileira, pois possuem capacidade de promover transformação política. Além disso, eles permitem que questões políticas entrem na realidade vivida pelas comunidades que, historicamente, se encontram marginalizadas.

A experiência profissional junto aos CMDRS em Pernambuco evidencia que esse exercício da participação social nas políticas públicas não é pacífico, pois coloca em confronto interesses diversos e, embora existam estruturas governamentais já bastante consolidadas que asseguram o funcionamento operacional de alguns conselhos, a exemplo dos Conselhos da Saúde, Educação e Criança e Adolescentes (Pereira, 2018b).

Por se tratar da atuação de agricultores familiares, a sua participação exige bastante esforço e compromisso com as questões sociais, pois este segmento enfrenta obstáculos para se afirmar nesses ambientes e esta situação é agravada conforme a instância de participação, seja municipal, estadual ou federal (Gohn, 2004). Entre as dificuldades estão: pouca familiaridade com temáticas específicas, indisponibilidade de tempo para as atividades, desfavoráveis situações financeiras

para deslocamentos, e desmotivações devido a demoras e poucos resultados efetivos das políticas (Gonh, 2004).

Por diversos motivos, os CMDRS seguem com dificuldades em sua operacionalização e validação de suas decisões, dentre elas: imposição dos dirigentes das prefeituras em torno de seus interesses, servir as exigências de programas e financiadores, o não reconhecimento de suas decisões por autoridades administrativas, dentre outras (Aquino, 2015, p. 52).

Para Siraque (2009, p. 128), conselhos são: “instrumentos concretos de partilha de poder entre os governantes e a sociedade para a democratização da elaboração e gestão das políticas públicas”, que implicam participação. Para Moroni (2005):

A participação tem valor em si mesma. Por isso não é instrumental de um projeto político. Podemos dizer que a participação em duas dimensões fundamentais interligadas e que interagem permanentemente: a dimensão política e a pedagógica. Participação, antes de mais nada é partilha de poder e reconhecimento do direito a interferir de maneira permanente nas decisões políticas (dimensão política) (Moroni, 2005, p. 288).

Como mecanismos efetivos de controle social, os conselhos desempenham um papel fundamental como instrumentos legais que funcionam enquanto instituições que reúnem líderes sociais para se envolverem na administração pública. Esses conselhos podem assumir diferentes formatos: deliberativos, consultivos, de fiscalização e monitoramento na implementação de políticas públicas (Hourneaux Junior, 2014).

Além disso, eles também têm como objetivo produzir e divulgar relatórios e formalizar denúncias às autoridades competentes. É essencial que esses conselhos operem de maneira democrática e atraiam representantes dos diferentes segmentos da sociedade relacionados às áreas que abrangem, a fim de contribuir para a construção qualificada e conferir legitimidade às políticas públicas (Hourneaux Junior, 2014).

Os conselhos asseguram a "participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações estatais" (Madrigal, 2015, n.p.). Nessa perspectiva de participação legal, as conselheiras e os conselheiros buscam promover a presença ativa da sociedade nos espaços de decisão, principalmente nas comunidades locais, como associações rurais, cooperativas e sindicatos, bem como em áreas de interesse

específicas, como mulheres, juventudes, povos tradicionais, quilombolas e indígenas. Eles desempenham um papel fundamental na formulação e fiscalização das ações governamentais.

Ademais, havendo reivindicação para que tais segmentos sociais sejam percebidos e tenham suas necessidades consideradas e atendidas pelo poder público; e existindo a possibilidade desses grupos sociais perceberem que por meio dos conselhos, ao se fazerem presentes nos debates, passarão a existir como sujeitos, fazem com que esse espaço dos CMDRS seja uma alternativa real de inclusão social.

A reunião entre os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano é considerada como um passo relevante para conversar, debater e apresentar demandas e propostas da política de desenvolvimento rural sustentável. Entretanto, o não cumprimento das propostas elencadas coletivamente nos fóruns, conselhos e plenárias prioritariamente pelo Poder Público, é uma forma de fragmentar a construção coletiva, a organização política da região e afasta a população do campo do direito ao acesso aos direitos sociais. Para fortalecer coletivamente os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e o Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, a fim de debaterem um conjunto de políticas públicas para a reforma agrária e a política de desenvolvimento rural sustentável torna-se imprescindível dialogar com as instâncias de controle social (Nascimento, 2020, p. 195).

Assim, para planejar e decidir sobre as políticas públicas cabe às conselheiras e os conselheiros perceberem, através das experiências dialógicas entre diferentes atores, as realidades negadas ou não entendidas, e trazê-las à tona para a arena de disputas políticas no intento de que se tornem evidentes, aos gestores públicos, e sejam entendidas como situações heterogêneas, pois nelas interagem práticas justificadas por contextos culturais diferentes, mas que devem ser considerados na prática política. Comunicar isto de forma adequada se faz necessário para a consolidação da democracia como regra básica nas relações sociais no âmbito dos conselhos.

Segundo Nascimento (2020) em estudo realizado sobre a comunicação entre os CMDRS do Estado de Sergipe, constatou que:

[...] no que tange a articulação os CMDRS de Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Porto da Folha têm participado através de reuniões. O CMDRS de Gararu afirma ter participado do núcleo diretivo do Colegiado de Desenvolvimento Rural Sustentável. Enquanto, o CMDRS de

Monte Alegre afirma ter comunicação por e-mail e o CEDRS afirma ter uma convivência, mas não uma articulação. Tal afirmação, mostra a necessidade de fortalecer os mecanismos de articulação entre os CMDRS e Colegiado de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão Sergipano. Porém, estes requerem melhorias para alcançar os anseios da população no meio rural no processo de formulação, de modo que, alcance o público-alvo desta política camponesa, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores familiares, ribeirinhos que constituíram no meio rural a sua fonte de vida e trabalho ao longo de gerações (Nascimento, 2020, p. 193).

Os agentes reconhecem que o engajamento da sociedade civil desempenha um papel crucial para promover um impacto positivo na gestão e garantir que as ações de governos estejam alinhadas com a vontade e as necessidades sentidas pelas comunidades. De acordo com Presoto e Westphal (2005), a participação em conselhos visa exercer o controle social sobre as políticas públicas pertinentes, possibilitando a formulação e apresentação de diretrizes, assim como o estabelecimento de estratégias e prioridades para as ações voltadas para atender às demandas e interesses de diversos grupos sociais. Além disso, busca-se avaliar as ações empreendidas e negociar a alocação dos recursos financeiros disponíveis. A Controladoria Geral da União (CGU) define como atribuições dos CMDRS:

Descobrir os potenciais de desenvolvimento rural e indicar estratégias e alternativas para melhoria das condições de vida de populações rurais por meio da elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Rural. Têm como principais atribuições: a) Definir as prioridades das ações que contribuam para o desenvolvimento do meio rural do município; b) acompanhar a elaboração e aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; c) garantir a integração dos demais conselhos do município que possuam ações no meio rural; d) controlar e avaliar a política municipal de Desenvolvimento Rural; e) difundir informações que possibilitem à população do município o conhecimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (CGU, 2012, p. 14–15).

Aquino (2015), ao se referir aos CMDRS dos municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri – localizados na regional do Alto Acre, e Capixaba - Baixo Acre, menciona que:

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) são os principais parceiros na mobilização dos atores sociais em cada um dos cinco municípios. Seguem no processo de sua formação, o mesmo padrão nacional e regional, ou seja, vinculado às prefeituras e em certa medida

submetido às instabilidades decisórias das mesmas. Por isso, carecem de melhor atuação e maior credibilidade para intervirem qualitativamente na definição das prioridades das ações de impacto localizado (Aquino, 2015, p. 82).

Os CMDRS buscam influenciar as decisões na elaboração de políticas por meio da identificação e apresentação de demandas e da pressão exercida sobre os governantes, a fim de que considerem as soluções para os problemas reais enfrentados pelas comunidades em termos de: saúde, educação, segurança, meio ambiente, entre outras. Seu foco principal é atuar em ações voltadas para as famílias agricultoras (Pereira, 2018a).

Em geral, eles almejam o fim das injustiças sociais e a devida reparação, a defesa da equanimidade e igualdade de oportunidades, garantia de direitos e a melhoria de vida das famílias. Para que sejam efetivas, as ações dos governos devem ser planejadas coletivamente, executadas, aprimoradas e avaliadas de forma participativa e sistemática, considerando as necessidades da população, bem como as condições sociais, políticas, econômicas e culturais em que estão inseridas.

Nessa abordagem, percebe-se as políticas públicas como fundamentais para a consolidação de uma sociedade justa e democrática, que garanta serviços e bens públicos de qualidade, como a proteção dos direitos humanos e sociais, a promoção do desenvolvimento sustentável e a participação cidadã na gestão pública. Para isso, é necessário um significativo envolvimento da sociedade a fim de realizar um controle social efetivo (Gohn, 2004).

2.2.5 Dificuldades socioculturais inerentes aos CMDRS

Os CMDRS enfrentam desafios e limitações que podem comprometer sua efetividade. Destacamos os limites, fraquezas, ineficiências e impossibilidades, entre as dificuldades estão: pouca familiaridade com temáticas específicas, indisponibilidade de tempo para as atividades, desfavoráveis situações financeiras para deslocamentos, e desmotivações devido a demoras e poucos resultados efetivos das políticas (Gohn, 2004).

A proliferação de conselhos na gestão pública brasileira vem se dando de forma rápida sem a devida maturidade da sociedade para compreender todos meandros

desse modelo participativo de gestão, e isto pode explicar situações de incoerência e fragilidades (Alencar *et al.*, 2013; Fonseca, 2011).

Um dos principais limites dos CMDRS é a falta de representatividade e participação efetiva dos diferentes atores sociais. Os CMDRS muitas vezes são compostos por representantes de organizações já estabelecidas, como sindicatos e associações, deixando de lado outros segmentos da sociedade rural. Essa falta de representatividade, por vezes pelo desinteresse dos agricultores familiares, compromete a diversidade de perspectivas e limita a capacidade dos conselhos em abordar as demandas e necessidades de todos os grupos envolvidos (Toledo; Oliveira, 2017).

Além da representatividade, os CMDRS enfrentam desafios em relação à capacidade de articulação e coordenação das ações propostas. A falta de recursos financeiros, técnicos e de estruturas adequadas para o funcionamento dos CMDRS muitas vezes limita a efetividade das decisões tomadas. Soma-se a isto, a fragilidade dessas instituições ante a vontade de governos, haja vista, todos os conselhos existentes no Brasil foram extintos pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro em um único Decreto – Decreto 9.759 de 11 de abril de 2019 (Brasil, 2019); que foi revogado em 2023 pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o Decreto nº 11.371 de 1º de janeiro de 2023 (Brasil, 2023).

Outra fraqueza dos CMDRS está relacionada à inexistência de continuidade e estabilidade nas políticas públicas. As mudanças de gestão e as diferentes agendas políticas podem afetar a continuidade dos trabalhos, comprometendo a efetividade das ações planejadas. A falta de uma política pública de longo prazo, e a dependência de interesses políticos, fragilizam a capacidade dos conselhos de planejar e implementar ações consistentes, de modo que compromete a execução das políticas públicas na medida em que impede o protagonismo efetivo dos envolvidos (Delgado; Bonnal; Leite, 2007; Delgado; Grisa, 2014; Saquet; Sposito, 2009).

A pouca capacitação e formação adequada dos membros dos CMDRS também é um desafio que limita a atuação dessas instâncias. A ausência de conhecimento técnico específico sobre temas relacionados ao desenvolvimento rural sustentável pode dificultar a análise crítica das propostas e a tomada de decisões embasadas. A capacitação dos membros dos conselhos é fundamental para fortalecer sua atuação e garantir a qualidade das discussões e deliberações, pois:

[...] o empoderamento é resultado de um processo educativo que favorece a ampliação da consciência, cria as condições para o exercício da liberdade, aquisição de habilidades para qualificar as relações interpessoais, aumento da capacidade para discernir elementos nos contextos e desenvolve competências para definir instrumentos e estratégias de ação (Pereira *et al.*, 2023, p. 154).

Os CMDRS também enfrentam a dificuldade de articulação com outras esferas de poder e governança. A falta de alinhamento e coordenação entre os CMDRS e outras instâncias de gestão, como os conselhos estaduais e nacionais, pode comprometer a integração das políticas públicas e a implementação de ações mais abrangentes, especialmente é grave a relação de poder imposta pelo Pacto Federativo que reconhece como entes federados apenas a União, os Estados e os Municípios, de modo que esferas onde atuam os CMDRS não conseguem poder de fato (Lotta; Favareto, 2016).

A articulação entre diferentes níveis de governança, portanto, é essencial para promover a convergência de esforços e alcançar resultados mais efetivos no desenvolvimento rural sustentável. Com base nesse pressuposto é que foram pautadas as políticas públicas visando a superação da pobreza no meio rural numa perspectiva de efetivar as transformações no local, espaço de vida das famílias, se apoiando nas teorias do Desenvolvimento Sustentável (Sachs, 2002).

2.2.6 Desenvolvimento Local

O Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), é um conceito que busca promover o crescimento econômico, social e ambiental de uma determinada comunidade ou região, levando em consideração a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O desenvolvimento sustentável consiste em atender às necessidades da geração atual, mas sem comprometer os recursos disponíveis para as gerações satisfazerem às suas necessidades futuras (Sachs, 2002).

O DLS considera as diversas dimensões da existência humana: a expressão econômica, as relações sociopolíticas, as relações dos humanos com a natureza e as manifestações culturais em um território em movimento. É um processo que busca valorizar as potencialidades econômicas locais e as identidades particulares, articulando solidariamente esses elementos para alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável. A gestão social, produzida pelas ações organizadas no local, é considerada uma condição básica para obter o DLS (Gehlen, 2006).

Nesse sentido, DLS implica em identificar e analisar as interações entre os diversos atores locais, como governo, empresas, organizações não governamentais e comunidade, bem como as políticas, estratégias e práticas adotadas para promover a sustentabilidade. Acontece induzido por metodologias participativas que buscam conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social (Buarque, 2002).

O desenvolvimento local se fortalece através de políticas públicas e das organizações formais e informais. As políticas públicas são importantes para induzir o DLS, pois podem fornecer recursos e incentivos para ações que visem a valorização das potencialidades econômicas locais e das identidades socioculturais. Além disso, as organizações formais e informais também desempenham um papel importante, pois podem mobilizar recursos e promover ações que visem o DLS da comunidade (Kronemberger, 2019).

O desenvolvimento local: comunidade, município, regional ou territorial exige a criação de ferramentas de participação nas decisões e nas atividades da vida cotidiana, especialmente as profissionais, desabrochando com nitidez uma nova perspectiva de viver a cidadania e as identidades. A vida política consagra a participação, valorizando a sociedade civil. O novo desafio para o cidadão é construir caminhos de participação independentes do trabalho, pela valorização do público, do social e relativização do privado, do econômico.

A gestão social é operada pela comunidade organizada em associações, conselhos ou outras instâncias colegiadas, a qual deve assumir o controle dos processos, construindo seu próprio modelo. As experiências recentes de organização associativa de produtores agroecológicos e de programas de DLS em muitos municípios, chamam a atenção de seus processos gestionários, pelos expressivos resultados obtidos (Toledo; Oliveira, 2017; Silva *et al.*, 2023).

Nas últimas décadas, três concepções de desenvolvimento estiveram em debate no Brasil. A primeira delas é a neoliberal, que enfatiza a abertura da economia para o mercado internacional e a redução do papel do Estado na economia. A segunda é a desenvolvimentista, que enfatiza o capital nacional e a distribuição de renda pela remuneração de salários. A terceira é o desenvolvimento sustentável, que considera todas as dimensões do assentamento humano em um determinado ambiente, para que o arranjo social e econômico que nele se constitua seja justo, equilibrado e duradouro (Mance, 2008).

As propostas formuladas no âmbito de um Plano de Desenvolvimento Sustentável devem prever impactos sociais e econômicos, atrair parcerias e mobilizar recursos, visar a articulação com outros circuitos econômicos regionais para dinamizar a sua economia, alcançar a sustentabilidade ancorada, tanto quanto possível, no trabalho e consumo praticados na própria região, sem perder o horizonte de também comercializar a produção em outras regiões, estados e países (Salette *et al.*, 2014; Favareto *et al.*, 2021).

Além disso, os projetos de desenvolvimento sustentável devem estar voltados para a erradicação da pobreza, fortalecimento da sociedade civil e, particularmente, do seu setor popular, reforço de instâncias de mobilização e participação para governança participativa e democrática, colaboração para a formulação permanente de políticas públicas, favorecimento da equidade de gênero e promoção da cultura local, e organização de arranjos socioprodutivos solidários (Kronemberger, 2019; Mance, 2008).

A abordagem do Desenvolvimento Local é relevante para não se perder de vista que a melhoria da qualidade de vida das pessoas deve se fazer no seu cotidiano, pois, considera todas as dimensões das necessidades humanas em um determinado ambiente e isto é importante para que o arranjo social e econômico que nele se constitua seja justo, equilibrado e duradouro.

Isso significa que o Desenvolvimento Local busca promover a participação ativa da comunidade na construção de soluções para os problemas locais, levando em conta as características e necessidades específicas de cada região. Dessa forma, o desenvolvimento local pode contribuir para a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento da economia local e a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica (Buarque, 2002).

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no DLS, contribuindo para a segurança alimentar, a preservação ambiental e a inclusão social. É responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no mundo, além de manter a diversidade genética de cultivos e preservar os conhecimentos tradicionais relacionados à agricultura.

Promove a fixação das pessoas no campo, evitando o êxodo rural e contribuindo para a geração de renda e emprego nas áreas rurais. No contexto do DLS, pode adotar práticas agroecológicas, reduzir o uso de agrotóxicos, promover a conservação do solo e da água, e fortalecer os circuitos locais de produção e comercialização (Cazella; Bonnal; Maluf, 2009; Leite, 2021; Moreira *et al.*, 2017).

Apesar dos esforços em prol do DLS, existem desafios e obstáculos que podem dificultar sua implementação. Um dos principais desafios é a falta de conscientização e engajamento da comunidade. Muitas vezes, as pessoas não compreendem a importância da sustentabilidade e não estão dispostas a modificar seus hábitos e comportamentos em prol do DLS.

A falta de recursos financeiros e tecnológicos também pode ser um obstáculo significativo. Muitas comunidades e organizações locais enfrentam dificuldades para obter financiamento e acesso a tecnologias sustentáveis, o que limita suas capacidades de implementar projetos e práticas adequadas. Todas as dimensões precisam ser consideradas para se chegar a uma compreensão holística dos processos (Iaquinto, 2018).

De acordo com Loorbach (2010), a educação para a sustentabilidade desempenha um papel crucial na formação de uma consciência sustentável e na capacitação das pessoas para agir de forma responsável em seus contextos locais. Além disso, políticas de incentivo, como subsídios e benefícios fiscais para práticas sustentáveis, podem estimular a adoção de medidas nas práticas dos produtores e dos indivíduos.

A implementação de políticas públicas adequadas, a conscientização da população, a adoção de práticas sustentáveis e o investimento em educação e capacitação são passos importantes nessa jornada. Com o comprometimento de todos os atores envolvidos, o DLS pode contribuir para a construção de um futuro mais justo e equilibrado social e ecologicamente (Fabregá *et al.*, 2020).

2.2.7 Desenvolvimento Territorial

O conceito de território, em um primeiro momento, considerava-o como sendo o local onde acontecem as relações concretas e as estratégias são construídas pelos atores locais. Na prática, o território se tornou campo de ação e os atores reagiram para atender às demandas impostas de fora. Ademais, a disputa por espaços políticos no interior do próprio governo, estruturado em bases de coalisão com pautas contraditórias, permitiu a ascensão de forças neoliberais nas finanças, e lideranças tradicionais atropelaram os planejamentos participativos (Ortega, 2016; Gugliano *et al.*, 2022).

No campo dos estudos territoriais, pode-se distinguir diferentes períodos e ações, dependendo do que se usa como critério para definir o campo. Temos estudos territoriais que remontam há mais de um século. Isto é, se formos abordar a tradição dos estudos sobre desenvolvimento regional, teremos que fazer menção desde as teorias da localização, passando pelas teorias do desenvolvimento regional até chegar pós anos 70, na introdução ou associação do conceito ou da ideia de território, a ideia de desenvolvimento (Abramovay; Favareto, 2008; Favareto, 2009). Em uma breve linha do tempo podemos mencionar autores como:

- Friedrich Ratzel (1883), geógrafo alemão, que desenvolveu a ideia de que o território desempenha um papel crucial no desenvolvimento das sociedades. Ele argumentou que a conquista e a expansão territorial eram essenciais para o crescimento e a sobrevivência das nações (Ratzel, 1983).
- Paul Vidal de la Blache (1913), geógrafo francês, que enfatizou a importância do território na compreensão das interações entre sociedade e espaço. Ele destacou como o território molda as atividades humanas e influencia as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento regional (La Blache, 2021).
- David Harvey (1971), geógrafo britânico, que analisou as relações entre território, desenvolvimento e políticas públicas em seu trabalho sobre a geografia do capitalismo. Ele explorou como os processos de acumulação de capital moldam e reconfiguram os territórios, afetando o desenvolvimento e exigindo intervenções políticas para lidar com as desigualdades resultantes (Amedeo; Harvey, 1971).

- Milton Santos (1978), geógrafo brasileiro, que contribuiu para a compreensão do território como uma construção social e política. Ele defendeu que as políticas públicas devem considerar as características específicas de cada território, levando em conta a diversidade cultural, socioeconômica e ambiental, para promover um desenvolvimento mais equitativo (Santos, 2004).
- Robert Stimson, Roger R. Stough e M. Salazar (2005), economistas e geógrafos, que destacaram a importância do território como um elemento-chave nas políticas públicas de desenvolvimento regional. Eles defendem abordagens integradas que consideram tanto as características territoriais como os fatores econômicos, sociais e institucionais para promover um desenvolvimento sustentável e equilibrado (Stimson; Stough; Salazar, 2005).
- Saskia Sassen (2008), socióloga e urbanista, que abordou a relação entre território, desenvolvimento e políticas públicas. Ela explorou como as cidades globais se tornaram centros de poder econômico e político, destacando a importância do território urbano como palco de dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Sassen argumentou que as políticas públicas devem considerar as implicações do desenvolvimento urbano globalizado e suas consequências para as populações locais (Sassen, 2008a, 2008b).

Outros autores que contribuem com essa discussão foram reunidos na obra organizada por Milton Santos e Bertha Koiffmann Becker (Santos; Becker, 2011). Além desses, Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga (Veiga, 2005; Abramovay, 2006) estão entre as principais referências para entender as políticas territoriais implantadas pelo Governo Federal no período de 2003 a 2015 (Ortega, 2016) (e os seus estudos e publicações no final dos anos 90, passaram a estimular uma série de outras publicações que vão fomentar a criação de uma política pública de desenvolvimento territorial, a princípio como algo muito embrionário.

Quando o Gilson Alceu Bittencourt assumiu a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ainda no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (2001-2002), o Desenvolvimento Territorial se transformou em uma política pública. Porém, com maior amplitude, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), quando Humberto Oliveira assume e é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) essa estratégia ganha impulso significativo.

A partir da criação da SDT em 2003, os CMDRS tiveram assegurada cadeiras nos Colegiados Territoriais, o que lhe colocava em nível de instituições como a prefeitura e o movimento sindical dos trabalhadores rurais. Essa representação autêntica dos agricultores familiares fez com que houvesse fortalecimento e legitimidade dessas organizações com base municipal. Para entendê-los, portanto, é importante compreender a Estratégia Territorial para o Desenvolvimento local assumida pelo Governo Federal (Delgado; Bonnal; Leite, 2007).

Essa política foi descontinuada a partir de 2016 porque houve uma mudança na orientação política do Estado brasileiro após o impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff. Mas, ela já vinha sendo afetada e relegada ante outros programas que recebiam mais investimentos, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que não considerava as deliberações dos Colegiados Territoriais. Esse desvio do olhar e enfraquecimento da política territorial merece ser discutido, trazido para o debate, pois sugere-se que havia um entendimento de que ela não estava entregando de fato o que prometia (Lotta; Favareto, 2016; Favareto; Lotta, 2017).

Por que ela não entregou aquilo que prometia? Alguns elementos podem ser mencionados, sem, no entanto, esgotar as possibilidades de releituras: ao colocar a centralidade na Agricultura Familiar, no Brasil (e no mundo) configurou-se uma tendência histórica desse segmento social entrar em declínio e perder poder ante outras forças emergentes (Silva *et al.*, 2023).

Um fator relevante é a falta de políticas públicas adequadas que promovam e fortaleçam a agricultura familiar. A agricultura familiar enfrenta desafios como a falta de acesso a crédito, tecnologia e infraestrutura, além de problemas relacionados à sucessão rural e à comercialização dos produtos. Esses obstáculos contribuem para a perda de poder e o declínio desse segmento, resultando em impactos negativos para o DLS (Silva *et al.*, 2023).

Contudo, o desafio das lideranças protagonistas das políticas em prol do desenvolvimento local é encontrar caminhos que sejam capazes de atribuir significados às ações que sejam agregadoras e demonstrem coerência entre o conceito e a prática e estejam estruturadas de forma sistêmica, construídas coletivamente e tenham como referência o bem-estar e a autorrealização das pessoas, mantendo o compromisso com as pautas sociais, ambientais, respeite os direitos humanos, seja inclusiva e resulte em equanimidade.

Os territórios são muito heterogêneos e encontram respostas diferentes para problemas semelhantes, por isso políticas generalistas (macropolíticas), podem não representar estratégias adequadas. Mas, como gerenciar as autonomias locais e não privilegiar situações que produzam desigualdades sociais? A resposta parece ser ampliar as participações sociais a fim de que a construção seja representativa, e da vontade efetiva da população para enfrentar os desafios (Silva; Guimarães, 2008; Saquet; Sposito, 2009; Locken, 2018).

Essa participação deve incluir o rural, para além do agrícola, na perspectiva de Eli da Veiga que aborda os “municípios rurais” (Veiga, 2002, 2005). Há múltiplas realidades no território que estão atuando e fazendo esse lugar de vida e cultura. Estruturar tratamento adequado para cada segmento é um desenho complexo para ser feito de longe, mas possível, se as vozes locais refletirem essa dinamicidade, tendo como exemplo o que vêm fazendo os CMDRS que agem como protagonistas, que trazem as demandas e sabem o que precisa ser feito no local para contornar a situação. Embora, não existe saída única, o olhar mais amplo sobre as fronteiras tênues entre o rural e o urbano se faz necessário (Salette *et al.*, 2014; Wanderley, 2001, 2000).

Dentre os aprendizados, precisa-se resgatar o sentido de território como espaço onde os atores locais constroem história, e que não é suficiente ter uma secretaria secundária no governo disputando espaço com oligarquias que controlam o orçamento do Estado. Nem é suficiente focar unicamente em um segmento social, a exemplo do que foi feito no rural, mas considerar uma dinâmica mais complexa, abrangente e plural que caibam todos os segmentos presentes no território e preveja abertura para adaptações e adições (Lotta; Favareto, 2016).

Os Estados do Piauí e Bahia deram sequência a partir dos governos estaduais às políticas territoriais e precisam ser avaliados para mensurar o que tem produzido em termos de resultados práticos. Vale destacar que o atual governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (2023-2026), se destacou no Estado como Coordenador dos Territórios, mantendo ativos os colegiados e atuando junto ao então governador, para considerar as demandas aprovadas nos Planos Territoriais como base norteadora dos investimentos.

Também como exemplo, podemos citar a organização dos Conselhos de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul, que é um tema relevante no

contexto do planejamento e gestão territorial. A criação desses conselhos tem como objetivo promover a participação democrática da sociedade civil e dos poderes públicos na definição de estratégias e ações para o desenvolvimento regional (Polleto *et al.*, 2019).

Esses espaços de discussão e deliberação permitem que diferentes atores locais contribuam com suas experiências e conhecimentos, visando o fortalecimento das regiões e a promoção de políticas públicas mais adequadas às suas necessidades específicas. A organização e funcionamento dos Conselhos de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul são fundamentais para fomentar a participação cidadã e a governança colaborativa, contribuindo para o DLS (Polleto *et al.*, 2019).

Outros resultados importantes: foram criados vários programas de pós-graduação em diversas universidades, a exemplo deste Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), e outros: Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) (PPGCAG) / (Universidade Federal da Paraíba) UFPB; Programa de Pós-Graduação em Agroecologia (PPGA) / (Universidade Estadual do Maranhão) UEMA; Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado) (PPGADR) / (Universidade Federal da Fronteira Sul) UFFS; Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) / Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Nos quais algumas temáticas foram fortalecidas: convivência com o semiárido, agroecologia, organização de mulheres, quilombolas, indígenas; muitas pesquisas e publicações foram realizadas. Alguns conceitos como planejamento, controle social, protagonismo, desenvolvimento... estão presentes no vocabulário de grupos sociais nos municípios e isto não deve ser banalizado, mas ir ganhando forma de modo a entregar à sociedade aquilo que se propõe a fazer.

No momento, a realidade se mostra paradoxal pois, por um lado, várias coisas estão acontecendo e, por outro, um sentimento de que tudo está parado. Pensar em interdisciplinaridade, intersetorialidade, coordenação colegiada, metodologias participativas, políticas setoriais e intermunicipalidade deve ser sempre meta a ser alcançada com cada vez mais efetividade e coerência. A ambiguidade possivelmente esteja presente, não porque não tenha havido avanços, mas porque sabemos que há muito mais a avançar.

As capacidades técnicas para assessoria estão sendo preparadas nos diferentes cursos ofertados (inclusive esse doutorado que está permitindo essa tese). A produção de conhecimento sobre a população nos territórios, considerando os aspectos subjetivos e as disposições para criarem e adotarem inovações, devem ser mais realistas e abrangentes. Os movimentos e organizações sociais precisam ocupar mais espaços na sociedade, pois são âncoras importantes para resistirem à reveses.

Paralelo a isto, as instituições públicas precisam estar mais coesas e alinhadas. Deve haver coordenação setorial entre governo e sociedade e entre as instituições sociais (empresas, órgãos de pesquisa, assessoramento) para somar forças em uma direção. O orçamento público e das instituições sociais disponibilizados numa mesma linha de atuação a fim de serem complementares.

Não basta a justaposição de programas ou acesso pontual descontinuado, a determinado investimento. Nem é saudável o alinhamento das instituições sociais e de pesquisa visando se adequar às políticas públicas que estão na agenda. Mas, isso sim, fazer a agenda das políticas públicas e cada instituição primar por atitudes emancipadas e emancipadoras.

2.2.8 Papel do PRONAF para o Desenvolvimento Local

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) criado pelo Governo Federal em 28 de junho de 1996, mediante o Decreto no 1.946, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, aumentando sua capacidade produtiva, gerando empregos e melhorando sua renda. Desde sua criação, o Pronaf tem desempenhado um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar, facilitando o acesso ao crédito e impulsionando o desenvolvimento local. No entanto, apesar de seus benefícios, alguns problemas como a inadimplência têm sido enfrentados pelos agricultores familiares e muitos dos problemas estão ligados ao modelo de gestão e os conflitos de interesses (Ortega, 2016; Silva; Ciríaco, 2022).

O Pronaf desempenha um papel fundamental no desenvolvimento local, promovendo a inclusão social e econômica dos agricultores familiares. Ao fornecer crédito e assistência técnica, o Programa permite que os agricultores familiares

expandam suas atividades agrícolas, aumentem sua produtividade e melhorem sua renda. Isso não apenas beneficia os agricultores individualmente, mas também impulsiona a economia local, uma vez que eles passam a ter mais recursos para investir em suas propriedades e adquirir insumos agrícolas.

O Pronaf também contribui para o fortalecimento das cadeias produtivas locais, estimulando o desenvolvimento de novas atividades econômicas nas comunidades rurais. Isso cria empregos, gera renda e contribui para a redução da pobreza no campo (Araújo; Vieira Filho, 2018).

Um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares é o acesso ao crédito. Antes do Pronaf, muitas instituições financeiras se mostravam relutantes em conceder empréstimos para esse grupo, devido às condições desfavoráveis de crédito e à falta de garantias. No entanto, o Pronaf mudou essa realidade ao estabelecer linhas de créditos específicas para os agricultores familiares, com condições mais favoráveis e taxas de juros mais baixas.

O Programa tem uma séria dificuldade quanto ao serviço de assistência técnica aos agricultores, é uma das queixas mais frequentes dos beneficiários. Auxiliar na elaboração de projetos e a desenvolver habilidades de gestão agrícola. Isso poderia aumentar as chances de sucesso dos projetos financiados pelo Programa e reduz os riscos para os agricultores e para as instituições financeiras (CGU, 2020).

Embora o Pronaf tenha trazido inúmeros benefícios para os agricultores familiares, também existem desafios a serem superados. Muitos agricultores familiares têm dificuldades em pagar seus empréstimos devido a fatores como condições climáticas adversas, preços baixos dos produtos agrícolas e falta de infraestrutura adequada. Isso leva a um ciclo de endividamento e pode comprometer a sustentabilidade financeira dos agricultores (Pereira; Oliveira; Pereira, 2016).

Outro desafio é a burocracia enfrentada pelos agricultores na obtenção do crédito. Muitas vezes, os agricultores têm dificuldades em preencher a documentação necessária e em cumprir os requisitos exigidos pelas instituições financeiras. Isso pode gerar atrasos na concessão do crédito e dificultar o acesso dos agricultores aos recursos financeiros necessários para investir em suas atividades agrícolas (Amorim; Elizário; Terra, 2014; Pereira; Oliveira; Pereira, 2016).

Por fim, o Pronaf desempenha um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Ao facilitar o acesso ao crédito e promover o

desenvolvimento local, o Programa tem contribuído para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e impulsionar a economia rural. No entanto, é importante enfrentar os desafios, como a inadimplência e a burocracia, a fim de garantir a sustentabilidade financeira dos agricultores e maximizar os benefícios do Pronaf. É essencial que o governo continue investindo no Programa e adote medidas para superar esses desafios, a fim de promover um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável.

2.3 Material e Métodos

2.3.1 Característica do Estudo

Esta pesquisa foi amparada em abordagem quali quantitativa (Creswel, 2010), de caráter exploratório e descritivo. Foi utilizada pesquisa bibliográfica narrativa, entrevistas e questionários (Godoy, 1995). Quanto à análise de resultados do IGS, foi realizada a partir de estatística não probabilística (Smith; Johnson, 2018). Esta, tem sido amplamente utilizada como método alternativo de coleta e análise de dados em diversas áreas de estudo.

Nessa abordagem, a seleção de participantes ou amostras não é baseada em critérios probabilísticos, mas em critérios específicos, como conveniência, disponibilidade ou julgamento da pesquisadora ou do pesquisador. As estatísticas não probabilísticas permitem que informações valiosas sejam obtidas onde a amostragem probabilística tradicional é impraticável ou inacessível, fornecendo insights importantes para pesquisas exploratórias (Smith; Johnson, 2018).

A estatística não probabilística ocorre em pesquisas qualitativas e para esse tipo de estudo a seleção dos participantes não é baseada na representatividade estatística, mas sim na diversidade de experiências e perspectivas relevantes para a investigação em questão. A análise qualitativa busca compreender e interpretar os dados de forma holística, proporcionando uma compreensão rica e aprofundada do fenômeno estudado (Patton, 2002).

A estatística não probabilística tem sido aplicada em pesquisas de cunho exploratório, nas quais o objetivo é investigar um fenômeno pouco conhecido ou compreender uma população específica em detalhes. Essa abordagem permite que o pesquisador obtenha insights preliminares, produza inferências e gere hipóteses a serem testadas em estudos posteriores. Embora os resultados não possam ser generalizados para uma população maior, a estatística não probabilística oferece uma base sólida para a investigação inicial especialmente quando se trata de grupos de pessoas pequenos pela sua natureza (Siegel; Castellan Jr, 2006), nesse caso conselheiras e conselheiros dos CMDRS.

É importante ressaltar que a estatística não probabilística não substitui a amostragem probabilística em termos de representatividade estatística e inferência generalizável. É necessário que as pesquisadoras e os pesquisadores sejam transparentes quanto aos métodos de coleta e análise de dados empregados, reconhecendo as limitações e considerando cuidadosamente a interpretação dos resultados (Siegel; Castellan Jr, 2006). Quanto a metodologia qualitativa do problema da pesquisa, Richardson (1999) ressalta:

[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. [...] estudos com abordagem qualitativa podem contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 1999, p. 80).

As pesquisas bibliográficas foram realizadas em livros e artigos científicos; além de ter consultado estatutos, relatórios e planos dos CMDRS (Gil, 2002). As entrevistas e os questionários envolveram um total de dez conselheiras e conselheiros dos municípios de Caetés e São Bento do Una – PE e ocorreram de forma remota em função da necessidade de isolamento social devido à pandemia da Covid-19.

As entrevistas foram realizadas com auxílio da *Google Meet* e devidamente gravadas, para consulta posterior. Eventuais dúvidas foram dirimidas por meio de ligações telefônicas ou mensagens via *Whatsapp*. Nas entrevistas, conforme roteiro pré-definido, a abordagem da temática buscou captar a percepção destes integrantes

enquanto sujeitos proativos e membros dos Conselhos em busca do desenvolvimento local sustentável.

A pesquisa está inserida em um contexto que evidencia tanto os avanços quanto os desafios presentes nos esforços por participação e inserção nas discussões, visando alcançar uma influência capaz de melhorar a qualidade de vida da população. Com a criação do marco legal² que define a Agricultura Familiar e o reconhecimento desse segmento social como protagonista de políticas governamentais, observa-se que a proliferação de conselhos (Fonseca, 2011), resultou em uma democratização parcial da administração pública e em mobilizações sociais.

2.3.2 Municípios Onde Estão Localizados os CMDRS Estudados

2.3.2.1 Município de Caetés

Caetés é um município que se localiza no semiárido, na mesorregião do Agreste de Pernambuco e tem Garanhuns como cidade polo (Figura 1). Com área de 322,9 km² representa 0,33% da área do estado de Pernambuco. Sua altitude é de aproximadamente 840 metros. Sua localização georreferenciada é 8°46'23" de latitude Sul e 36°37'21" de longitude Oeste. Situa a 249,2 km da capital, Recife, cujo acesso se dá no sentido Caetés-Recife: BR-424, BR-423 e BR-101 (Beltrão *et al.*, 2005a).

Caetés tem uma população de 29.065 habitantes (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,522, tido como baixo se comparado com o IDHM de Pernambuco que é 0,678. A dimensão preponderante que incide sobre o IDHM é a longevidade, que alcança 0,732, seguido da renda de 0,497 e da educação de 0,392 (PNUD, 2013a).

² Marco Legal da Agricultura Familiar: Lei nº 11.326/2006; Lei nº 8.629/1993; Lei nº 12.188/2010; Lei nº 8.171/1991; Plano Safra da Agricultura Familiar 2023.

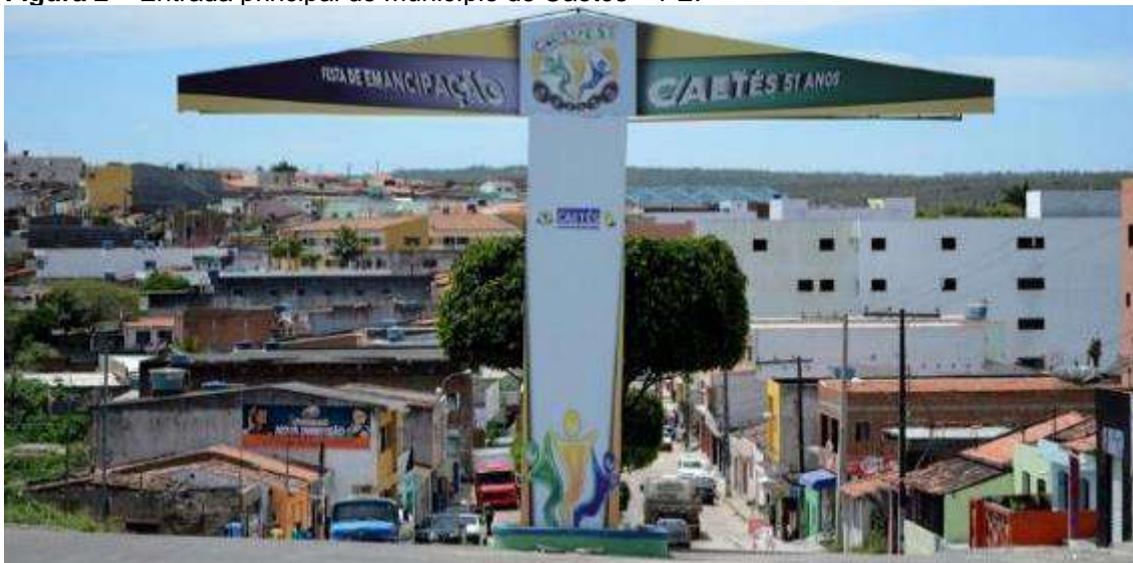
Figura 1 – Mapa de Pernambuco com destaque para localização de Caetés.



Fonte: Wikimedia Commons (2023).

Caetés (Figura 2), se situa na região semiárida e a vegetação é típica do bioma Caatinga. O índice pluviométrico é menor que 800 mm/ano e está sujeito a secas prolongadas. O período chuvoso (“inverno”) ocorre entre os meses de fevereiro a julho ou mesmo fora desse período. As chuvas também ocorrem muito concentradas em períodos curtos nesse intervalo, que caracteriza a “seca verde”, ou seja, quando a paisagem fica folhosa, mas, com perdas agropecuárias graves ou até mesmo inviabilizando a colheita.

Figura 2 – Entrada principal do município de Caetés – PE.



Fonte: Folha, 2018.

O município de Caetés, atualmente, conta com dois grandes parques geradores de energia eólica instalados. São 131 torres de aerogeradores em dois parques: 43 no Parque Santa Brígida e 88 no Parque São Clemente. Nos depoimentos dos entrevistados registrou-se que havia muita expectativa com os “alugueis” das propriedades tidas como pouco produtivas e que a família estaria fazendo um bom negócio. Porém, em vários casos, as torres ficaram muito próximas das casas (150 metros) e o movimento e barulho das hélices representam um transtorno grave.

2.3.2.1.1 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caetés

O CMDRS de Caetés foi criado a partir da Lei nº 139, de 4 de fevereiro de 1998, que define: Fica Criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, que dispõe sobre o desenvolvimento rural do município de Caetés, de caráter consultivo e de funcionamento permanente (Anexo 1). Suas ações são regidas por Estatuto (Anexo 2). Seu Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PMDRSS), foi construído e aprovado em 2016, com validade até 2025 (Anexo 3).

Segundo os depoimentos dos entrevistados, embora o CMDRS desse município não seja “prefeiturizado”, a prefeitura o assimilou como espaço privilegiado para dialogar com a população, haja vista, sua composição contar com praticamente todos os setores e instituições que atuam no município (Quadro 2). Isto o coloca como legítimo, pois envolve todas as secretarias municipais e órgãos públicos estaduais que lá atuam, todas as associações e representa o portal de entrada para qualquer política pública a ser executada.

Conscientes disso, os seus membros se posicionam como proativos, deliberando sobre a melhor forma de as ações de governo serem executadas, bem como propondo problemas a serem resolvidos pelo poder público. Também a população local, quando quer se comunicar com o poder público, vai ao Conselho para fazer solicitações, denúncias e dar informações importantes que precisam chegar a toda a população do município. O CMDRS de Caetés conta com 37 cadeiras, sendo 1 do Poder Executivo, 1 do Poder Legislativo, 1 Governo do Estado – Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), 1 da Igreja Católica, 1 do Sindicato de

Trabalhadores Rurais e 32 de associações da Agricultura Familiar, 89% da sociedade civil, de representantes da Agricultura Familiar (Quadro 2).

Ao se consolidar como espaço privilegiado e democrático, se tornou fórum para o exercício da cidadania. Por isto, através dele, tem chegado ou se fortalecido projetos e programas para o município que envolvem significativos montantes de recursos financeiros, a exemplos do Agroamigo, microcrédito contratado do Pronaf pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB); construção de cisternas para consumo humano (capacidade de 15 mil litros) e para produção (capacidade de 52 mil litros) via Articulação do Semiárido (ASA); e tecnologia de bioágua – tratamento de águas cinzas, tecnologia social experimentada para o saneamento rural, todos, acompanhados pelo CMDRS.

Quadro 2 – Instituições que compõem o CMDRS de Caetés, 2017-2023.

Nº	INSTITUIÇÕES
1	Prefeitura Municipal de Caetés
2	Poder Legislativo de Caetés
3	Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)
4	Igreja Católica
5	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetés
6	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Caetés (APEPROCA)
7	Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida - Assentamento Mulungu
8	Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Sítio Piador
9	Associação Comunitária Leonardo Marcelino
10	Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida - Sítio Várzea do Tatu
11	Associação Comunitária José Mendes
12	Associação Comunitária Várzea da Espera
13	Associação Rural Comunitária dos Moradores da Cachoeira
14	Associação Rural José Arcemínio
15	Associação dos Amigos da Rua Nova de Caetés
16	Associação Comunitária do Sítio Malhada da Arara
17	Associação Comunitária Santa Joana D'Arc
18	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Sítio Laguinha
19	Associação Comunitária do Sítio Riacho Fundo
20	Associação Comunitária Rural do Riacho das Porteiras
21	Associação Rural do Sítio Laje de Pedra
22	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Quati
23	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nossa Senhora das Dores
24	Associação dos Agricultores da Agricultura Familiar de Caetés
25	Associação Comunitária do Sítio Pau Berno
26	Associação de Desenvolvimento Rural Comunitário da Várzea Comprida e Adjacências
27	Associação dos Produtores Rurais do Sítio Macambira
28	Associação dos Produtores Rurais do Sítio Várzea Suja
29	Associação Rural Comunitária São Bernardo
30	Associação dos Agricultores Familiares do Sítio Queimada Grande e Adjacências
31	Associação de Desenvolvimento Rural São Sebastião
32	Associação Quilombola de Atoleiro
33	Associação do Desenvolvimento Rural Comunitário do Sítio Toquinho e Adjacências

34	Associação das Mulheres da Barroca
35	Associação Comunitária São José do Sítio Campo Alegre
36	Associação Comunitária do Sítio Alegre e Adjacências
37	Associação Comunitária do Sítio Quitongas

Fonte: Adaptado de Pereira (2018), atualizado pela autora (2023).

E a diretoria é eleita democraticamente pela Assembleia do CMDRS, com mandato de dois anos. As reuniões mensais acontecem na Câmara dos Vereadores e, além das conselheiras e dos conselheiros, conta-se com a presença de vereadoras e vereadores, secretárias e secretários municipais e técnicos de órgãos estaduais. Para ações específicas, são criadas “equipes técnicas” (Grupos de Trabalho com missão específica e temporária). Estas equipes fazem reuniões nas comunidades, nas sedes das associações locais, abertas para toda a população local e os resultados são levados para a plenária do CMDRS no encontro mensal.

2.3.2.2 Município de São Bento do Una

São Bento do Una está localizado na mesorregião do Agreste Meridional de Pernambuco (Figura 3), e é cortado pelo rio Una. Se situa numa altitude média de 614 metros e coordenadas geográficas de 8°3'22" de latitude Sul e 36°6'40" de longitude Oeste. Sua área é de 712 km² e representa 0,72% da área do estado de Pernambuco. A sede do município está distante 206 km da capital do Estado, Recife e o acesso, sentido São Bento do Una-Recife, se dá pelas PE-180, BR-232 e BR-101 (Beltrão *et. al.*, 2005b).

São Bento do Una está localizado na região semiárida, sujeito a secas periódicas prolongadas e apresenta uma pluviometria média de 850 mm/ano. Tem sua economia baseada principalmente na produção de leite e frangos de corte, além da produção de outros alimentos, tais como: cereais, frutas em escala menor. Conta com aproximadamente uma população de 58.956 habitantes (IBGE, 2018), cujo IDHM é de 0,593, considerado baixo em relação ao IDHM de Pernambuco que é 0,678. As dimensões que se apresentam melhor neste índice é a longevidade, 0,789; renda, 0,593; e educação, 0,446 (PNUD, 2013b).

Figura 3 – Entrada principal do município de Caetés – PE.



Fonte: Wikimedia Commons, 2023.

Essa foto (Figura 4) mostra a sede do poder municipal, que fica na praça principal, logo na entrada da cidade. Nessas mediações se concentra a maior parte do comércio local e órgãos públicos. Tem forte expressão cultural, a exemplo da corrida da galinha, que representa seu status de município que se destaca na produção de frangos e ovos de granja que são distribuídos por toda a região. Além das festas de exposições de gado, pois também é um grande produtor de leite.

Figura 4 – Praça Cônego João Rodrigues localizada no centro urbano de São Bento do Una – PE.



Fonte: Prefeitura Municipal de São Bento do Una, 2021.

2.3.2.2.1 Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Bento do Una

O CMDRS de São Bento do Una, foi instituído pela Lei nº 1.649, de 4 de maio de 2001, que Dispões sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e dá outras providências (Anexo 4). Suas ações são regidas por Estatuto (Anexo 5). Seu Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PMDRSS), foi construído e aprovado em 2016, com validade até 2025 (Anexo 6).

É uma instituição reconhecida no município. Sua organização e capacidade de incidência política foi o principal motivo para sua escolha para este estudo. Atua de forma independente do poder público municipal e mostra resiliência e boa capacidade de chamar para si, o debate das políticas públicas a serem implementadas junto à população rural.

Esse município é um dos três maiores do Território do Agreste Meridional de Pernambuco, com mais de 50 mil habitantes, sua demanda por políticas públicas é abrangente e envolve cadeias produtivas como a do leite e frango de corte, exercida por Agricultores Familiares. Essa realidade também apresenta um grau de complexidade importante, pois exige que conselheiras e conselheiros precisem discutir projetos de diferentes áreas, que demandam financiamentos do Pronaf, para além do microcrédito do Agroamigo, a exemplo da modalidade “V” (variável).

O CMDRS é regido por seu tem sede própria para suas reuniões ordinárias mensais que é mantida com recursos da prefeitura e das associações, que pagam uma taxa mensal. O Conselho conta com 39 cadeiras, sendo 1 cadeira do Poder Executivo, 1 cadeira do Governo do Estado representado pelo IPA, e 37 cadeiras de representação da Agricultura Familiar. Cerca de 95% dos membros que o compõem, são da sociedade civil da Agricultura Familiar (Quadro 3).

Quadro 3 – Instituições que compõem o CMDRS de São Bento do Una, 2017-2023.

Nº	INSTITUIÇÕES
1	Prefeitura Municipal de São Bento do Una – Secretaria de Agricultura
2	Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA
3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR (FETAPE)
4	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF (FETRAF)
5	Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiar – SINTRAF (FAFER)
6	Associação Comunitária da Fazenda Basílio
7	Associação Comunitária do Quilombo do Serrote do Gado Bravo
8	Associação Comunitária do Sítio Alto do Ponto e Adjacências

9	Associação Comunitária do Sítio Calunga e Tapera
10	Associação Comunitária do Sítio Jiquiri e Adjacências
11	Associação Comunitária do Una do Simão e Adjacências
12	Associação Comunitária dos Agricultores do Sítio Sodré e Adjacências
13	Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Sítio Gravatá
14	Associação Comunitária dos Trabalhadores do Sítio Riachão do Gama
15	Associação Comunitária Nova Esperança do Sítio Maniçoba dos Soares
16	Associação Com. Sta. Quitéria dos Peq. Agri. da Vida do Espírito Santo
17	Associação Comunitária Unidos da Muzelinha e Macambira
18	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sítio Segredo e Adjacências
19	Associação de Micro e Pequenos Agricultores Familiares do Sítio Tamanduá I, II e III e Várzea do Alegre.
20	Associação dos Agricultores do Povoado Pimenta
21	Associação dos Agricultores Familiares do Povoado da Jurubeba
22	Associação dos Agricultores Rurais do Sítio Batalha e Adjacências
23	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Tamanduá
24	Associação dos Pequenos Agricultores e Moradores da Comunidade Zé Bento e Adjacências
25	Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Lagoa do Almeida
26	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Campo Verde
27	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Gama e Vizinhos
28	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Parceiros do Sítio Açude Novo
29	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Parceiros do Sítio Armazém
30	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Rendeiras do Sítio Milho Branco.
31	Associação dos Produtores Rurais do Açude das Capoeiras e Adjacências
32	Associação dos Trabalhadores Rurais da Região de Queimadinha
33	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Luana
34	Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Arrançamento e Adjacências
35	Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Pimentel e Adjacências
36	Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Poço Doce
37	Associação Gildo Soares
38	Associação Produtiva Rural Familiar
39	Associação Unidos da Gameleira e Adjacências

Fonte: Adaptado de Pereira (2018); atualizado pela autora (2023).

É comum que secretários municipais, técnicos do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e agentes de crédito do BNB participem das reuniões. Também é uma referência para pesquisadores, divulgadores de alguma ação governamental, executores de políticas públicas no município.

2.3.3 Aspectos Éticos

O projeto de pesquisa que gerou esta tese, foi cadastrado na Plataforma Brasil e submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal Rural de Pernambuco (CAAE: 43952621.3.0000.9547) e aprovado em 26 de abril de 2021. No mês de junho de 2021, foi dado início a pesquisa de campo para coleta da documentação e realização das entrevistas. A pesquisa de campo ocorreu no período entre maio de 2021 a maio de 2023.

2.3.4 Fases da Execução do Projeto

A) 1ª Fase – Apresentação do Projeto aos Conselhos

A.1) Apresentação do Projeto ao CMDRS de Caetés

- a) Articulação com o Conselho para marcar a reunião remota de apresentação do projeto de pesquisa, em função da pandemia.

Foi realizado o contato por WhatsApp com Uedislaïne de Santana, Secretária do Conselho, no dia 1º de junho de 2021. Lhe solicitei que fizesse uma articulação com a Coordenação do Conselho e conselheiras e conselheiros que tivesse interesse, para participarem da reunião de apresentação do projeto ao Conselho. Ela informou, que em função da pandemia, o Conselho não estava se reunindo, e que quando precisavam fazer uma deliberação coletiva, reuniam oito pessoas, a coordenação e três presidentes de associações.

A data para realização, foi combinada com eles. Ocorreram marcações de três tentativas de data, com insucessos: 22 de junho – desmarcada por eles, pois o Coordenador do Conselho não poderia estar presente; 24 de junho – conselheiras e conselheiros se reuniram, mas a reunião não aconteceu, por ausência desta pesquisadora, que havia marcado a data errada na agenda – me desculpei com o Conselho pelo ocorrido; propuseram que a nossa reunião fosse marcada depois da reunião mensal do Conselho, que seria em 5 de julho, o que não ocorreu. A reunião então foi marcada para 6 de julho de 2021, quando foi realizada.

Nesta reunião, além da apresentação do projeto, foi solicitado aos representantes, que ajudassem a identificar as conselheiras e os conselheiros para a pesquisa. Para tanto, foi apresentado, os parâmetros pré-estabelecidos, para seleção das pessoas participantes da pesquisa.

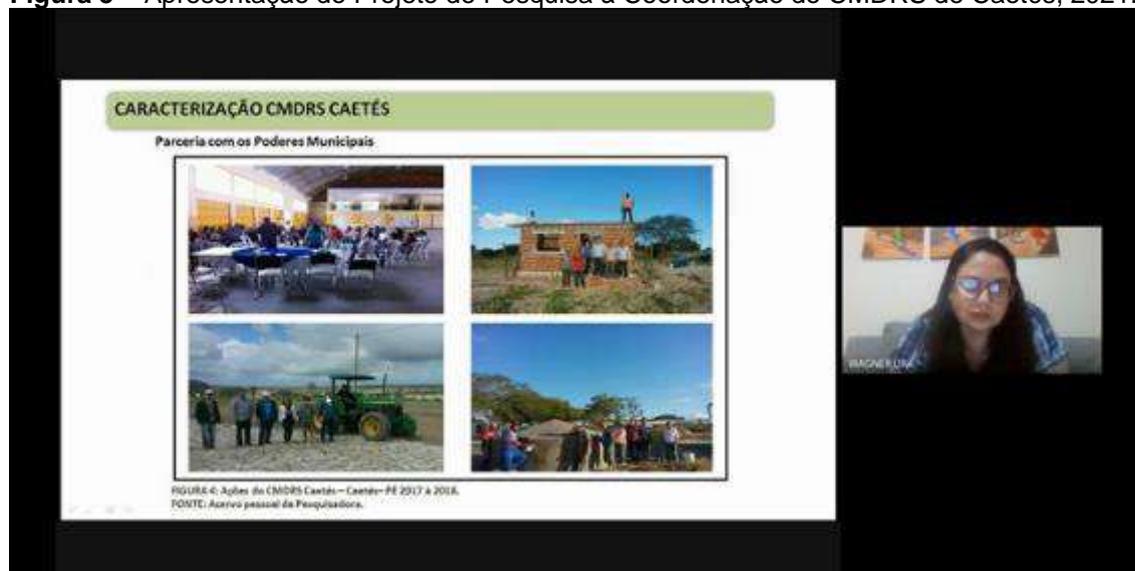
- b) Reunião

Caetés – 06 de julho de 2021.

Participantes: Simão Salgado da Silva (STR/Coordenador do CMDRS); Mallon Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA); Uedislaine Santana (Associação Atoleiro); e Thiago Brasil (Secretaria de Agricultura).

Durante a apresentação do projeto de pesquisa para a Coordenação do CMDRS de Caetés, foi apresentado parte do levantamento feito durante o período de 2015-2017, para pesquisa do mestrado (Figura 5), no intuito de relembrar ações do conselho no acompanhamento a implementação de políticas públicas.

Figura 5 – Apresentação do Projeto de Pesquisa à Coordenação do CMDRS de Caetés, 2021.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Foram apresentados e discutidos com a Coordenação do Conselho, os objetivos propostos para este novo trabalho de pesquisa, a importância da discussão consistia no fato desta nova pesquisa ter um diferencial substancial, da pesquisa de mestrado, que se fundamentou em uma análise documental sobre os registros dos Conselhos em atas. Já a pesquisa para esta tese, seria sobre a vida e ação de conselheiras e conselheiros, junto ao Conselho.

A. 2) Apresentação do Projeto ao CMDRS de São Bento do Una

- a) Articulação com o Conselho para marcar a reunião remota de apresentação do projeto de pesquisa, em função da pandemia.

Foi realizado o contato por WhatsApp com Silvia Santos, Coordenadora do Conselho, no dia 18 de agosto de 2021. Lhe solicitei que fizesse uma articulação com o Conselho, para participarem da reunião de apresentação do projeto. Ela informou, que em função da pandemia, o Conselho não estava se reunindo, e que quando precisavam faziam reuniões remotas. A data para realização, foi combinada com eles, e ocorreu sem intercorrências, no dia 16 de setembro de 2021.

b) Reunião

São Bento do Una – 16 de setembro de 2021.

Participantes: Silvia Santos (Associação / Coordenadora do CMDRS); Pauliene Silva (Associação); Raphael Gomes (IPA); Iracy Silva (Sintraf); Marthony Santana (Secretário de Agricultura); e João Batista de Oliveira (PPGADT).

Assim como na apresentação do Conselho de Caetés, foi apresentado o projeto de pesquisa para a Coordenação do CMDRS de São Bento do Una, foi lembrado parte do levantamento feito durante o período de 2015-2017, para pesquisa do mestrado (Figura 6), no intuito de mostrar que esta nova pesquisa, seria um aprofundamento, da iniciada no mestrado.

Figura 6 – Apresentação do Projeto de Pesquisa à Coordenação do CMDRS de São Bento do Una, 2021.



Fonte: acervo da autora.

Foram apresentados e discutidos com a Coordenação do Conselho, assim como, com o Conselho de Caetés, os critérios para seleção das pessoas para participarem da pesquisa, buscando o auxílio da Coordenação, quanto a indicação e contatos das pessoas a serem entrevistadas.

Com a conclusão da 1ª Fase, foi dado início a continuidade da pesquisa, em sua 2ª Fase, a de contatos com conselheiras e conselheiros indicados pelas Coordenações dos Conselhos para serem entrevistados.

B) 2ª Fase – Sensibilização, Convite aos Pesquisados e Assinatura de TCLE

B.1) Critérios de Inclusão

Para participar da pesquisa os entrevistados precisavam ser conselheiras e conselheiros que participassem como titulares nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caetés e São Bento do Una – PE.

Os critérios de seleção foram definidos buscando atender gênero, geração, atuação, sociedade civil e poder público. Buscando assim, equidade nas respostas. Foram convidados a participar da pesquisa 10 conselheiras e conselheiros, seguindo os seguintes critérios de seleção:

- 1 Conselheira ou 1 Conselheiro Titular mais antigo na ocupação de cadeira no Conselho, sendo 1 de cada Conselho;
- 1 Conselheira Titular mais idosa, sendo 1 de cada Conselho;
- 1 Conselheira ou 1 Conselheiro Titular mais jovem, sendo 1 de cada Conselho;
- 1 Conselheira ou 1 Conselheiro Titular mais atuante nas plenárias dos Conselhos, reconhecidos neste sentido, pela Coordenação do Conselho, sendo 1 de cada Conselho;
- 1 Conselheira ou 1 Conselheiro Titular representante do Poder público, sendo 1 de cada Conselho.

Em seguida as reuniões de apresentação nos dois Conselhos, e seleção das pessoas entrevistadas, foi dado início ao processo de contato com as pessoas a serem

pesquisadas. A Coordenação de cada Conselho indicou as pessoas, com base nos critérios pré-definidos, e passou os contatos de *WhatsApp* das mesmas, para que se pudesse entrar em contato com elas.

No primeiro contato, foi realizada a minha apresentação, enquanto pesquisadora, e do projeto de pesquisa, e uma sensibilização para que a pessoa tivesse interesse em participar. Com resposta afirmativa, foi lido e passado para cada uma das pessoas participantes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), para que assinassem e devolvessem.

As devoluções dos TCLE das pessoas pesquisadas em Caetés ocorreram por *WhatsApp*, digitalizados. Quanto a devolução dos TCLE das pessoas pesquisadas em São Bento do Una, ocorreu em meio físico. A documentação foi recolhida e organizada pela Coordenação do Conselho, e trazida para mim, em Garanhuns, de São Bento do Una, pelo Agente de Desenvolvimento do BNB, Danilo Moraes.

Após o recebimento dos TCLE, devidamente assinados pela pessoa a ser entrevistada e por duas testemunhas, foi dado início a 3ª Fase da pesquisa. A resposta ao questionário do Índice de Gestão Social (IGS).

C) 3ª Fase – Aplicação de Questionário do Índice de Gestão Social Adaptado para Conselhos

O IGS resultou de um conjunto de experimentações que foram feitas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) para mensurar os resultados do cumprimento do Plano Nacional dos Territórios Rurais (PRONAT). O PRONAT recebeu investimentos do Governo Federal, conforme demanda dos Colegiados Territoriais, cuja expectativa era de que seus impactos incidissem sobre o fortalecimento institucional e na melhoria da qualidade de vida das famílias. Em um primeiro momento foi tomada a seguinte providência:

Uma equipe de servidores federais e consultores desenharam cinco pesquisas – envolvendo referências teóricas, metodologia e instrumentos de coleta – estruturadas em cinco indicadores sintéticos, homologados pela secretaria: a) Capacidades institucionais (CI): permite criar estratos territoriais em relação ao avanço no desenvolvimento institucional, fundamental para o sucesso da gestão social e da execução da política; b) Gestão do colegiado (GC): permite acompanhar a conformação, organização, coordenação, representação e tipo de atividades desenvolvidas pelos

Colegiados; c) Avaliação de projetos: permite mensurar a eficiência na gestão e o impacto de projetos financiados pelo PRONAT para entender processos de planejamento, execução e impacto; d) Identidade territorial: para identificar as identidades territoriais, partindo da ideia de que a identidade é uma característica do território; e) Índice de condições de vida (ICV): calculado a partir de uma amostra probabilística de famílias nos territórios (Piroux *et. al.*, 2020, p. 7).

Com base nesses índices a SDT/MDA criou o Sistema de Gestão Estratégica (SGE) que foi disponibilizado online para ser alimentado pelas assessorias dos Colegiados Territoriais (MDA, 2011), mas houve diferentes problemas na funcionalidade dessa ferramenta, desde dificuldade com a internet nos territórios até quanto à pertinência e qualidade das informações disponibilizadas. Diante disto, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) que, dentre outras funções, se incumbiu de criar o IGS que deveria considerar e trazer informações “[...] agrupadas em três dimensões: participação, arranjos institucionais, e resultados” (Piroux *et. al.*, 2020, p. 8).

Ao final, o Grupo de Trabalho chegou a fórmulas de cálculos visando alcançar uma proximidade mais realista da Gestão Social dos territórios a ser alcançadas através de um questionário cujas questões a ser pontuadas abarcam as seguintes dimensões e indicadores:

Participação e Mobilização: a) Capacidade de mobilização; b) Capacidade de decisão dos diferentes segmentos; Estrutura de Governança: a) Capacidade de gestão do colegiado; b) Desempenho do funcionamento; Impactos do Funcionamento: a) Legitimidade do colegiado junto à sociedade; b) Exercício do poder; c) Aprendizagem dos membros do colegiado; d) Territorialização das políticas públicas; e) Melhoramento dos laços sociais (Caniello *et al.*, 2014).

Para a utilização do questionário do Índice de Gestão Social (IGS) (Anexo 7), foi realizada uma adequação no formulário original de pesquisa (Apêndice 1), para que se adequasse a CMDRS. Para sua aplicação, foi elaborado um Formulário *Google*, com aplicação remota, visando a segurança da saúde dos entrevistados e da pesquisadora devido a pandemia de Covid-19. O formulário eletrônico foi criado de acordo com o formulário original do IGS disponibilizado pelo MDA, porém adaptado à realidade dos conselhos (Apêndice 1).

Para operacionalizar a coleta das informações, o *link* do formulário foi enviado aos entrevistados por *WhatsApp*. Assim, à medida que o questionário era respondido, as respostas chegavam automaticamente à Planilha *Google* de coleta de dados, o que facilitou o trabalho de sistematização e análise. Após esta fase, seguiu-se para 4ª Fase da pesquisa: as entrevistas.

D) 4ª Fase – Entrevista para História de Vida

Esta fase consistiu em entrevistas *online*, via *Google Meet*, que foram gravadas utilizando-se o e-mail institucional, o que facilitou o registro dos dados. O roteiro para as entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2) seguiu a seguinte ordem:

- 1) Família – Nascimento – religião – vivenciou voluntariado – primeira escola (0 a 10 anos);
- 2) Crescimento – continuidade de estudos – constituiu família (11 a 20 anos);
- 3) Fonte de renda da família – aposentadoria (21 a 30 / 40 / 50 / 60 / 70 anos);
- 4) Trabalho x família x CMDRS – concilia (tempo presente);
- 5) Participa de outros conselhos (tempo presente);
- 6) Outras ações voluntárias (tempo presente);
- 7) Percepção de si, enquanto conselheira e conselheiro (tempo presente).

À medida que as respostas eram dadas, mas não eram satisfatórias em conteúdo, novas questões eram elaboradas, buscando-se a sua complementação. Em alguns casos os entrevistados foram sucintos em suas respostas, ou seja, responderam com objetividade, em outros casos, os entrevistados discorreram livremente sobre passagens marcantes de suas vidas, tais como o falecimento de alguém da família ou da situação de trabalho na instituição onde trabalha.

As pessoas entrevistadas do Conselho de Caetés (Quadro 4), foram aqui identificadas como Entrevistado Caetés (EC), preservando sua identidade, conforme acordado no TCLE.

Quadro 4 – Identificação dos entrevistados do CMDRS de Caetés, apresentando data, horário e duração das entrevistas, 2022.

Número	Entrevistados	Data	Hora	Duração
1	EC1	21/03/22	10h	1h
2	EC2	23/03/22	10h	40min 53s
3	EC3	23/03/22	14h	29min 23s
4	EC4	25/03/22	10h	1h 9min
5	EC5	28/06/22	14h	28min 38s

Fonte: elaborado pela autora (2023).

As pessoas entrevistadas do Conselho de São Bento do Una (Quadro 5), foram aqui identificadas como Entrevistados São Bento do Una (ES), preservando sua identidade, conforme acordado no TCLE.

Quadro 5 – Identificação dos entrevistados do CMDRS de São Bento do Una, apresentando data, horário e duração das entrevistas, 2022.

Número	Entrevistados	Data	Hora	Duração
1	ES1	25/03/22	14h	32min 45s
2	ES2	29/03/22	10h	46min 28s
3	ES3	30/03/22	14h	1h 29min 20s
4	ES4	28/06/22	10h	30min 20s
5	ES5	29/06/22	15h	23min 48s

Fonte: elaborado pela autora (2023).

As datas e horários foram acordadas com cada entrevistado, de acordo com suas agendas, e decorreram de forma harmônica, respeitosa, em linguagem coloquial. Ao final de cada entrevista os entrevistados foram perguntados se gostariam de ser ressarcidos do custo da internet utilizada para responder o questionário do IGS e a entrevista.

Nenhum dos pesquisados solicitou ressarcimento. Todos manifestaram satisfação em poder colaborar com a pesquisa e sentiram-se lisonjeados e prestigiados por terem sido indicados por seus Conselhos para fazerem parte de uma pesquisa de doutorado, fato que consideraram tratar-se de um reconhecimento aos seus esforços em manter seus Conselhos atuantes e proativos.

E) 5ª Fase – Sistematização dos Dados

A sistematização e análise dos dados levantados na pesquisa de campo foram realizadas em duas etapas, conforme cada instrumento utilizado. Para o questionário, através do IGS, foi utilizada Planilha do *Google* – *software* gratuito. Para as entrevistas foi feita a transcrição das falas, totalizando 78 páginas, em caracteres tipo Arial, tamanho 12, com espaçamento simples. Para tanto, foi utilizado o áudio das entrevistas, em um ditado de voz, no *Microsoft Word online*, armazenado no *OneDrive* – *software* gratuito e, em seguida, foi feita revisão e formatação dos textos.

F) 6ª Fase – Análise dos Dados

F.1) Análise dos Dados Gerados pela Adaptação do Questionário do Índice de Gestão Social (IGS)

Para estudo dos dados do questionário foram utilizados três parâmetros junto aos participantes sobre as ações dos conselhos: 1) Mobilização e Decisão; 2) Funcionamento do Conselho como instância de governança; e 3) Resultados da Gestão Social. Parte deste estudo foi amparado no método de análise do IGS, elaborado pelo MDA em parceria com universidades do Brasil no ano de 2015, e passou a ser utilizado em 2016 para análise de ações de Territórios da Cidadania e Territórios Rurais (Brasil, 2016, n.p.).

O IGS foi calculado a partir de uma pesquisa de opinião e não de uma quantificação dos impactos ligados aos recursos implementados em políticas públicas, e acompanhados pelos CMDRS (Brasil, 2016). A fórmula do IGS, descrita abaixo, assim como seus indicadores, foi desenvolvida pelo Grupo de Trabalho IGS (GT-IGS)³, do MDA, para análise da Gestão Social dos Territórios Rurais e de Cidadania. A fórmula não está disponível na internet, mas foi gentilmente cedida para esta

³ Prof. Márcio Caniello – UFCG, Prof. Olívio Teixeira – UFSM, Prof^a. Mireya Valencia – UnB, Prof. Waldecy Rodrigues – UFT, Prof. Marc Piraux – CIRAD/UFGA, Prof. Miquéias Calvi – UFGA, Prof. Marcelo Conterato – UFRGS, Prof. Lamounier Erthal – UFRRJ, Prof^a Betty Rocha – UFRRJ/SDT/MDA, Kayton Ávila – SDT/MDA.

pesquisa pelo Professor Dr. Márcio Caniello, da Universidade Federal de Campina Grande, integrante do GT do IGS.

Destarte, vale salientar que, esta é a primeira vez que a fórmula do IGS foi utilizada para análise da Gestão Social de CMDRS, razão pela qual a mesma sofreu algumas adaptações, de modo a tornar-se ferramenta útil na presente pesquisa. A seguir, as equações relacionadas aos seus respectivos indicadores:

$$Ind1.1 = \frac{P15 + P18 + (1 - P19)}{3}$$

$$Ind1.2 = \frac{P16 + (P20 * 2) + P21}{4}$$

$$Ind2.1 = \frac{P17 + P23 + P24 + P27 + (P29 * 5) + P30 + P31 + P34 + (P35 * 2) + P39 + P40 + P41}{17}$$

$$Ind2.2 = \frac{(P26 * 2) + P28 + P32 + P33 + P36 + P37 + P38 + P42 + ((1 - P43) * 6)}{15}$$

$$Ind3.1 = \frac{P44 + P45}{2}$$

$$Ind3.2 = \frac{P46 + P47 + P48}{3}$$

$$Ind3.3 = P49$$

$$Ind3.4 = \frac{P50 + P51}{2}$$

$$Ind3.5 = \frac{P52 + P53 + p54}{3}$$

$$DDDm1 = \frac{Ind1.1 + Ind1.2}{2}$$

$$DDDm2 = \frac{Ind2.1 + Ind2.2}{2}$$

$$DDDm3 = \frac{Ind3.1 + Ind3.2 + Ind3.3 + Ind3.4 + Ind3.5 + P55}{6}$$

$$IGS = \frac{3}{\left(\frac{1}{DDDm1} + \frac{1}{DDDm2} + \frac{1}{DDDm3} \right)}$$

Indicadores para calculo do IGS

Indicador 1.1 Capacidade de mobilização

O Indicador 1.1 é formado por três variáveis:

- P15 – Como você avalia o processo de mobilização dos membros do Colegiado para participar das reuniões? (Escala de 0 a 10)
- P18 – Existem grupos ou pessoas que você considera importantes para o desenvolvimento do território que NÃO SÃO membros do Colegiado? [(0) Sim (1) Não]
- P19 – Caso sim, quais? (Proporção de itens marcados em 22 opções possíveis.)

Indicador 1.2 – Capacidade de decisão dos diferentes segmentos

As variáveis que formam o Indicador 1.2 são:

- P16 – Como você avalia a participação dos membros do Colegiado nas plenárias territoriais? (Escala de 0 a 10)
- P20 – Como você avalia, atualmente, a influência dos grupos abaixo na tomada de decisão do Colegiado Territorial? (Média da escala de 0 a 10 para até 22 itens)
- P21 – Normalmente, qual o papel desempenhado pela Plenária do Colegiado em relação aos projetos financiados pelo PROINF? (Proporção de itens assinalados em 7 opções possíveis).

Indicador 2.1 – Capacidades de gestão do colegiado

Este indicador inclui 12 variáveis, utilizando pesos para algumas delas.

- P17 – A tomada de decisão nas reuniões do Colegiado Territorial ocorre na maioria das vezes por: [Consenso (1) ou Votação (0)]
- P23 – Como você avalia o debate das seguintes Políticas Públicas no âmbito do Colegiado Territorial: (Média da escala de 0 a 10 para até 19 itens)
- P24 – Houve um debate coletivo na sua entidade ou instituição para escolha dos representantes no Colegiado Territorial? [Sim (1) ou Não (0)]
- P27 – Na sua visão, existem atualmente grupos dominantes no Colegiado? [Sim (1) ou Não (0)]
- P29 (PESO 5) – Avalie a capacidade de gestão do Colegiado e suas instâncias para as seguintes atividades: (Média da escala de 0 a 10 para até 10 itens)
- P30 – Frequentemente, quem define a agenda política e o planejamento anual do Colegiado? [Núcleo Diretivo ou Plenária (1) ou demais itens (0)]
- P31 – As atividades do Colegiado Territorial melhoraram após a implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)? [Sim (1) ou Não (0)]
- P34 – Frequentemente, quem constrói a pauta das atividades realizadas pelo Colegiado? [Núcleo Diretivo ou Plenária (1) ou demais itens (0)]
- P35 (PESO 2) – Como você avalia o repasse de informações entre os integrantes do Colegiado Territorial e as entidades/instituições que eles representam? (Escala de 0 a 10)
- P39 – O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) orienta as decisões e ações realizadas para o desenvolvimento do Território? (Escala de 0 a 10)
- P40 – Quais ações são realizadas pelo Colegiado para elaboração e aprovação dos projetos de desenvolvimento territorial? (Proporção de itens assinalados em 5 opções possíveis)
- P41 – Existem outras fontes de recursos para assegurar o funcionamento do Colegiado que não sejam da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA? [Sim (1) ou Não (0)]

Indicador 2.2 – Desempenho do funcionamento

As nove variáveis que compõem o indicador 2.2 estão listadas a seguir.

- P26 (PESO 2) – Com relação às suas expectativas, como você avalia o funcionamento do Colegiado? (Escala de 0 a 10)
- P28 – Na sua visão, existem atualmente grupos marginalizados no Colegiado? [Não (1) ou sim (0)]
- P32 – Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no território? (Escala de 0 a 10)
- P33 – Como avalia o trabalho desenvolvido por Organizações Não Governamentais (ONG) contratadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para apoiar os territórios? (Escala de 0 a 10)
- P36 – Qual a sua avaliação sobre o nível de conhecimento do Colegiado Territorial sobre os seguintes temas: (Média da escala de 0 a 10 para até 5 itens)
- P37 – Qual o seu nível de informação e conhecimento sobre as seguintes políticas públicas: (Média da escala de 0 a 10 para até 20 itens)
- P38 – Como você avalia a troca de informações entre as Instâncias do Colegiado (Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico ou Câmara Técnica, Câmaras ou Comitês Temáticos/Setoriais)? (Escala de 0 a 10)
- P42 – Como você avalia o diálogo do Colegiado com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRS ou equivalente? (Escala de 0 a 10)
- P43 (PESO 6) - Em que medida as situações a seguir prejudicam o desempenho do Colegiado? (Média da escala de 0 a 10 para até 13 itens)

Indicador 3.1 – Legitimidade

O indicador de legitimidade é composto pelas duas variáveis abaixo:

- P44 – Na sua opinião, a sociedade local considera o Colegiado Territorial como um espaço legítimo (reconhecido e importante) para o desenvolvimento territorial? [Sim (1) ou Não (0)]
- P45 – Sua participação no Colegiado tem oferecido algum benefício para sua entidade ou instituição? [Sim (1) ou Não (0)]

Indicador 3.2 – Exercício do poder

Três variáveis compõem o indicador 3.2:

- P46 – O Colegiado possibilitou uma repartição mais equilibrada do poder político no Território? [Sim ou Não (0)]
- P47 – O processo desenvolvido pelo Colegiado possibilitou uma renovação das lideranças no território? [Sim (1) ou Não (0)]
- P48 – As ações do Colegiado tendem a privilegiar apenas um grupo específico do território? [Sim (0) ou Não (1)]

Indicador 3.3 – Aprendizagem

Este indicador é formado por apenas uma variável, P49, seguida de uma lista de 15 aspectos que deveriam ser avaliados com notas de 0 a 10.

- P49 – Como você avalia seu processo de aprendizagem como resultado de sua participação no Colegiado em relação aos seguintes aspectos (Média da escala de 0 a 10 para até 15 itens)

Indicador 3.4 – Territorialização das políticas públicas

O indicador 3.4 é formado por duas variáveis:

- P50 – Em que medida o Colegiado Territorial influenciou na execução, ajuste ou orientação das seguintes Políticas Públicas federais para se adaptarem às realidades do território? (Média da escala de 0 a 10 para até 15 itens)
- P51 – A partir do trabalho do Colegiado, as políticas municipais e/ou estaduais mudaram ou foram adaptadas às realidades dos territórios? [Sim (1) ou Não (0)]

Indicador 3.5 – Melhoramento dos laços sociais

Esse último indicador compõe-se de três variáveis:

- P52 – Como você avalia a influência do Colegiado em: (Média da escala de 0 a 10 para até 3 itens)

- P53 – A partir da sua participação no Colegiado seu sentimento de pertencimento ao território foi fortalecido? [Sim (1) ou Não (0)]
- P54 – Fazer parte do Colegiado contribuiu para mudar sua maneira de pensar e agir? [Sim (1) ou Não(0)]
- P55 – Impactos do Colegiado

Complementando o estudo das variáveis que formam a Dimensão 3, será feita a apuração de P55. Essa variável indaga sobre como evoluíram no decorrer do tempo uma lista de seis impactos que poderiam ser atribuídos ao Colegiado:

1. Legitimidade do Colegiado frente à sociedade
2. Aprendizagem dos membros do Colegiado
3. Territorialização de Políticas Públicas
4. Laços Sociais
5. Sentimento de pertencimento ao território
6. Qualidade de vida da população

F. 2) História de Vida

Para compor o *habitus* de acordo com Bourdieu (2011) foram feitas entrevistas e aplicado um questionário com as perguntas previstas no IGS. Ambos os resultados nos permitiram construir um panorama da realidade pessoal, profissional e cidadã das conselheiras e conselheiros e, especialmente, o IGS adaptado possibilitou uma visão dos resultados alcançados pelos CMDRS em termos de capacidade de produzir incidência nas políticas públicas.

F. 2. 1) *Habitus* em Bourdieu

Essa abordagem da interação social no funcionamento dos conselhos foi analisada a partir da perspectiva de Bourdieu (2011). Em seus estudos sobre o campo político, o autor mencionou que o espaço de participação social funciona como um campo real de relações objetivadas, onde os agentes ocupam diferentes posições e possuem diferentes capacidades para transformar, conservar ou moldar a estrutura social.

Os diversos segmentos sociais (entidades públicas, gestores, organizações da sociedade civil de vários segmentos: produtores, técnicos, trabalhadores, empresários etc) disputam espaços no interior dos conselhos. Para Bourdieu (2009), os campos relacionais como decorrência da diferenciação social dos agentes e de instituições que compartilham do mesmo *habitus*, são dotados de uma relativa autonomia e criam suas próprias normas de funcionamento. Cada campo relacional tem suas próprias regras e delimita a entrada e saída dos agentes que compartilham poder e disputam sua hegemonia, os agentes mais bem posicionados no campo têm, assim como Bourdieu discute, o poder para nomear, ou seja, ditar as regras.

Os campos são flexíveis e mutáveis, pois são construídos ao longo do tempo, adequando-se aos interesses comuns de seus próprios agentes, pois, como espaços estruturados de posições, residem conflitos e lutas internas, que resultam em forças e estratégias para a conquista de posições que podem monopolizar os recursos relacionais disponíveis no campo, sob a forma de um tipo de violência simbólica, que é usada pelos dominantes. Agentes controladores do campo, em relação aos dominados (Bourdieu, 2011, p. 145).

Opondo-se à sociologia clássica, que em suas análises utilizavam os conceitos antagônicos de condicionamento da ação a partir da sociedade ou dos indivíduos, Bourdieu (2011) descarta a teoria de sujeito social como um ator estático, programado para agir independentemente, preferindo trabalhar com o conceito de agentes, que são dinâmicos, construídos de forma complexa, a partir da interdependência das estruturas estruturadas e das estruturas estruturantes, vivendo em constante disputa com outros agentes dentro de um campo.

Bourdieu (1996), nega também o método biográfico para análise sociológica, por considerar que as biografias são estudos isolados, que descrevem uma sucessão

de fatos históricos, insuficientes para compreender a complexidade das trajetórias decorrentes de uma determinada posição ocupada em um campo.

A História de Vida como método biográfico, compõe a metodologia desta tese. A escolha se deu em função da necessidade de entender sobre a formação ética e educacional das conselheiras e conselheiros pesquisados. Não se tratou de uma biografia aprofundada. O resultado do emprego deste método, careceu de ser somado aos demais métodos utilizados na pesquisa, para origem desta tese.

Segundo Laville e Dionne (1999) a análise da trajetória biográfica (ou História de Vida) diferentemente, permite fazer análises que expliquem o modo de atuação do agente que traz em si elementos inconscientes e, com base nesses elementos, interpreta e constrói realidades, o *habitus* que insere o sujeito em determinada posição em um campo. Para Bourdieu (1983), o *habitus* é:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983, p. 65).

O conceito de *habitus* se propõe a identificar elementos mediadores que se fazem presentes na interação do indivíduo com a sociedade, sendo esta uma categoria chave da teoria de Bourdieu, além de ser importante na nossa análise porque ela consegue conciliar duas perspectivas de interpretação da realidade: o mundo social aparente e o mundo individual. Conforme esclarece Setton (2002) essa relação é de interdependência, pois o *habitus* é um conceito:

Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Habitus é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (Setton, 2002, p. 63).

Os CMDRS, enquanto pessoa jurídica, campo de ação de forças antagônicas em disputa, têm demonstrado ser espaço privilegiado para atuação dos agricultores familiares onde se autopercebem com relativa autonomia para expressar suas

demandas, pleitear ações do poder público e acompanhar a execução de políticas públicas, atuando as conselheiras e os conselheiros enquanto protagonistas de ação política (Pereira, 2018a).

Quanto à análise das manifestações das conselheiras e dos conselheiros através das entrevistas e reuniões, sobre a trajetória de vida, foi amparada na metodologia dos *habitus* de Bourdieu. Esta metodologia segue o trabalho em etapas que se sobrepõem, mas que podem ser explicitadas separadamente, segundo Thiry-Cherques (2006):

[...] 1 - marcação de um segmento do social com características sistêmicas (campo); 2 - construção prévia do esquema das relações dos agentes e instituições objeto do estudo (posições); 3 - decomposição de cada ocorrência significativa, característica do sistema de posições do campo (*doxa*⁴, *illusio*⁵...); 4 - análise das relações objetivas entre as posições no campo (lógica); 5 - análise das disposições subjetivas (*habitus*); 6 - construção de uma matriz relacional corrigida da articulação entre as posições (estrutura); 7 - síntese da problemática geral do campo (Thiry-Cherques, 2006, p. 42 Grifo da autora).

As pessoas que atuam como conselheiras e conselheiros fazem isso motivadas por algo que faz sentido para elas. Elas acreditam que ao participar estão contribuindo para o desenvolvimento do município. Acreditam que através de políticas públicas tendo como instrumento coletivo o CMDRS, conseguem “buscar” recursos e operacionalizar com justiça sua distribuição. Através das entrevistas nos foi possível construir uma compreensão sobre essa realidade.

⁴ Todo campo desenvolve uma *doxa*, um senso comum, e *nomos*, leis gerais que o governam. O conceito de *doxa* substitui, dando maior clareza e precisão, o que a teoria marxista, principalmente a partir de Althusser, denomina "ideologia", como "falsa consciência" (Bourdieu; Eagleton, 1996:267, p. 267). A *doxa* é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo. Bourdieu adota o conceito tanto na forma platônica o oposto ao cientificamente estabelecido, como na forma de Husserl (1950) de crença (que inclui a suposição, a conjectura e a certeza). A *doxa* contempla tudo aquilo que é admitido como "sendo assim mesmo": os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não (Bourdieu, 1984, p. 82).

⁵ Esta palavra vem de *ludus* (jogo) e "poderia significar estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério. A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar [...] *Illusio* [...] é dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele [...] É 'estar em', participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos [...]. Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social" (Bourdieu, 1996, p. 139 –140).

Segundo o próprio Bourdieu, suas elaborações teóricas emergiram de desafios que lhe foram apresentados em situações de pesquisa nas quais sentiu a necessidade de ressignificações conceituais (como a do próprio conceito de *habitus*). A indissociabilidade entre teoria e metodologia é uma convicção que reaparece por diversas vezes ao longo dos estudos que conduziu, de sua prática do ofício (Barros *et al.*, 2017, p. 195).

O roteiro da entrevista favoreceu o alcance da origem social da conselheira e do conselheiro, sua percepção de realidade, seus dilemas e convicções em relação ao seu papel na sociedade e que futuro está lutando para construir. Também, em se tratando de políticas públicas como algo vindo de fora, “dos governos”, foi possível entender essa cosmovisão de relações que conselheiras e conselheiros constroem, pois nela há um aspecto de abstração como se se tratando de algo que está para além da atuação enquanto conselheiras e conselheiros, mas, por outro lado, acreditam que é sua atuação que incide sobre a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Para sistematização dos dados coletados nas entrevistas foi utilizado o Iramuteq, um software gratuito para processamento de dados textuais, especialmente projetado para pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Ele foi desenvolvido por Pierre Ratinaud para auxiliar na análise de dados textuais de grandes volumes de texto (Camargo; Justo, 2013).

O Iramuteq baseia-se em técnicas de processamento e organização lógica de textos favorecendo a Análise de Correspondência Textual (TCA) e a Análise de Classes de Palavras. Ele permite que os pesquisadores realizem várias tarefas, incluindo a análise de frequência de palavras, análise de correspondência textual, análise de nuvem de palavras e análise hierárquica descendente.

O processo de análise com o uso do Iramuteq envolveu as seguintes etapas (Klant; Santos, 2021):

- a) Preparação dos dados: os textos analisados foram preparados, e organizados em um formato adequado para importação no Iramuteq. Isso envolveu a limpeza dos dados, remoção de *stopwords* (palavras comuns que não contribuem muito para a análise).
- b) Importação dos dados: os textos preparados no formato de “*corpus* textuais”

(Camargo; Justo, 2018) foram importados para o Iramuteq, onde foram convertidos em um formato específico para análise.

- c) Análise textual: análise de correspondência (Similitude) textual foi uma das principais técnicas utilizadas, permitindo identificar padrões e relações entre as palavras que são agrupadas por “comunidades” ou de forma hierarquizada.
- d) Visualização dos resultados: Figuras, tabelas e outros elementos visuais puderam ser gerados para representar os padrões e as relações encontradas nos dados.

A análise de similitude baseia-se na Teoria dos Grafos (Mota, 2019; Prestes, 2020). É utilizada frequentemente por pesquisadores das representações sociais. Esta teoria estuda as relações de objetos de um dado conjunto. Sua fórmula é: $G(V, E)$ onde G significa grafo e é composto de vértices (V) e de várias ligações entre dois vértices (E) (Camargo; Justo, 2013, 2018).

Este tipo de análise permite identificar as coocorrências (possibilidade de unidades ocorrerem uma(s) em combinação com outra(s) entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre as palavras, auxiliando na identificação de estrutura do conteúdo de um *corpus* textual, permite também identificar as partes comuns e as especificidades em função das variáveis descritivas identificadas nas análises (Camargo; Justo, 2013; Souza *et al*, 2018).

Dois tipos de Figuras são apresentados nesse estudo correspondentes a cada uma das dez entrevistas realizadas: Figura de correspondência através de “Árvore de Similitude” e Figura de Classificação Hierárquica Descendente através de “Dendrograma”, este, acompanhado de uma tabela, evidenciando os resultados:

- a) A análise e organização em uma "árvore de similitude" é feita através de uma abordagem que permite representar visualmente a semelhança entre diferentes objetos por meio de uma estrutura em forma de árvore. Essa técnica foi usada para classificação e agrupamento (comunidades) de dados trazidos pelas entrevistas. O resultado é então visualizado em forma de galhos (traços de diferentes espessuras) que se concatenam, onde os objetos são representados como nós de uma rede de entrelaçamentos e as conexões entre eles indicam sua relação e proximidade e a espessura do traço, a sua força de ligação;

- b) A técnica de análise para se chegar ao Figura de Classificação Hierárquica Descendente – “Dendrograma”, envolve a criação de uma hierarquia de classes lexicais que representam diferentes conceitos ou categorias. Cada classe é definida por um conjunto de palavras-chave que são relevantes para uma ‘categoria. Ao final, é mostrado os percentuais de incidência da classe no texto em um dendrograma e considera-se que as primeiras cinco palavras na coluna são as mais relevantes.

2.3.5 Elaboração dos Produtos Finais

Como produtos resultantes deste estudo junto aos CMDRS, foram elaborados dois produtos: um canal no *YouTube* e um livro, formato *e-book*. O livro descreve a operação e a finalidade do respectivo canal que foi pensado, considerando as demandas trazidas pelas conselheiras e conselheiros durante esta pesquisa. A principal necessidade desse produto é contribuir para que as práticas das lideranças protagonistas nos CMDRS sejam divulgadas, compartilhadas e discutidas de forma mais aberta e abrangente com toda a sociedade.

2.3.5.1 Produto de Comunicação

Produto elaborado cumprindo o que é determinado pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) para a produção dos produtos finais interdisciplinares, seguindo a orientação da normativa do Grupo de Trabalho CAPES, para produção Interdisciplinar, no item 16 – Produto de Comunicação:

Definição: O produto implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. Trata-se, portanto, de produto mediatizado. Mídia compreende o conjunto das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das outras formas de comunicação de massa, bem como, das recentes mídias sociais em suas diversas plataformas. Exemplos: a) programas de mídia; b) programas de veículos de comunicação; – c) programas de mídia social. Não se aplica: Participação de docentes e discentes em programas de mídia ou mídia social sem que o autor participe do processo de elaboração do produto, o qual deverá estar aderente ao PPG (CAPES, 2019, p. 63, grifo da autora).

Este produto – canal do YouTube – surgiu das pesquisas de campo, realizadas junto aos CMDRS de Caetés e São Bento do Una – PE, como resposta às necessidades de comunicação trazidas por conselheiras e conselheiros. Atualmente, as conselheiras e os conselheiros realizam reuniões nos seus municípios e há uma coordenação estadual que promove encontros periódicos envolvendo CMDRS de todo o Estado. No entanto, poucas gestoras e gestores públicos com competência para tomar decisões participam, e as notícias não chegam de forma ampla à sociedade.

Para se chegar à formatação definitiva do canal foram seguidos os seguintes passos: foi aberta uma conta de e-mail de *Gmail* especialmente para o canal, a partir dessa conta foi criado o canal “Protagonismo Controle Social” no site do YouTube e feito os ajustes e personalização desse espaço. O *YouTube* tanto permite que sejam armazenados vídeos gravados previamente ou que sejam feitas transmissões ao vivo. Já utilizamos esses dois recursos em vídeos que se encontram disponíveis nesse espaço.

Para a operacionalização do canal, os vídeos de entrevistas quinzenais serão gravados com antecedência e disponibilizados posteriormente, já as Mesas de Diálogos bimestrais serão transmitidas ao vivo e isto será realizado através de um outro recurso de software gratuito *StreamYard* que disponibiliza uma “sala de transmissão” vinculada ao *YouTube*. O detalhamento do canal está descrito no Produto Editorial, apresentado nesta tese como complemento desde produto de Comunicação. No canal ainda serão disponibilizados documentários e material didático produzidos de forma autônoma ou através de parcerias.

2.3.5.2 Produto Editorial

Produto elaborado de acordo com o que determina o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) nas orientações para confecção e apresentação de produtos finais que acompanham a Tese. Deve-se caracterizar pela dimensão interdisciplinar e representar uma solução a situações-problemas identificadas durante a pesquisa. Esse elemento, “Produto Editorial” consta na lista de produtos disponibilizados pela CAPES, no item 9.

Definição: Produto de editoração resulta de atividade editorial de processos de edição e publicação de obras de ficção e não-ficção. Compreende planejar e executar, intelectual e graficamente, livros, enciclopédias, preparando textos, ilustrações, diagramação etc. com vinculação ao Programa (projetos, linhas, discentes/egressos). Exemplos: mídia impressa (jornal, revista, livro, panfleto, cartaz, etc.), eletrônica (e-books, mídias interativas) ou digital (internet, celular) (CAPES, 2019, p. 41, grifo da autora).

O Produto de Editoração, trata-se de um *e-book*, intitulado “Protagonismo e Controle Social: o Canal” (Apêndice 4), tem como objetivo apresentar a jornada de criação e desenvolvimento do canal do *YouTube*, Produto de Comunicação apresentado nesta tese. Traz os objetivos do canal, sua finalidade, justificativa, fundamentação teórica e forma de sua operacionalização.

Dividido em quatro capítulos cuidadosamente elaborados, cada um abordando aspectos específicos e interconectados. Este *e-book* busca oferecer uma visão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades inerentes ao tema. Vamos mergulhar em uma jornada que nos levará a refletir sobre a natureza dos produtos de comunicação, o papel do protagonismo e controle social, a importância da comunicação entre os CMDRS no estado de Pernambuco e, deste, com a sociedade e o Estado.

2.4 Resultados e Discussão

Neste item são apresentados os resultados encontrados no campo pela pesquisa, demonstrados em figuras e textos tendo em vista fornecer uma visão clara da realidade vivenciada nos CMDRS pesquisados, suas conquistas, esperanças, desafios, perspectivas e quem são esses agentes que constroem essa história no cotidiano das políticas públicas nos municípios promovendo o desenvolvimento local.

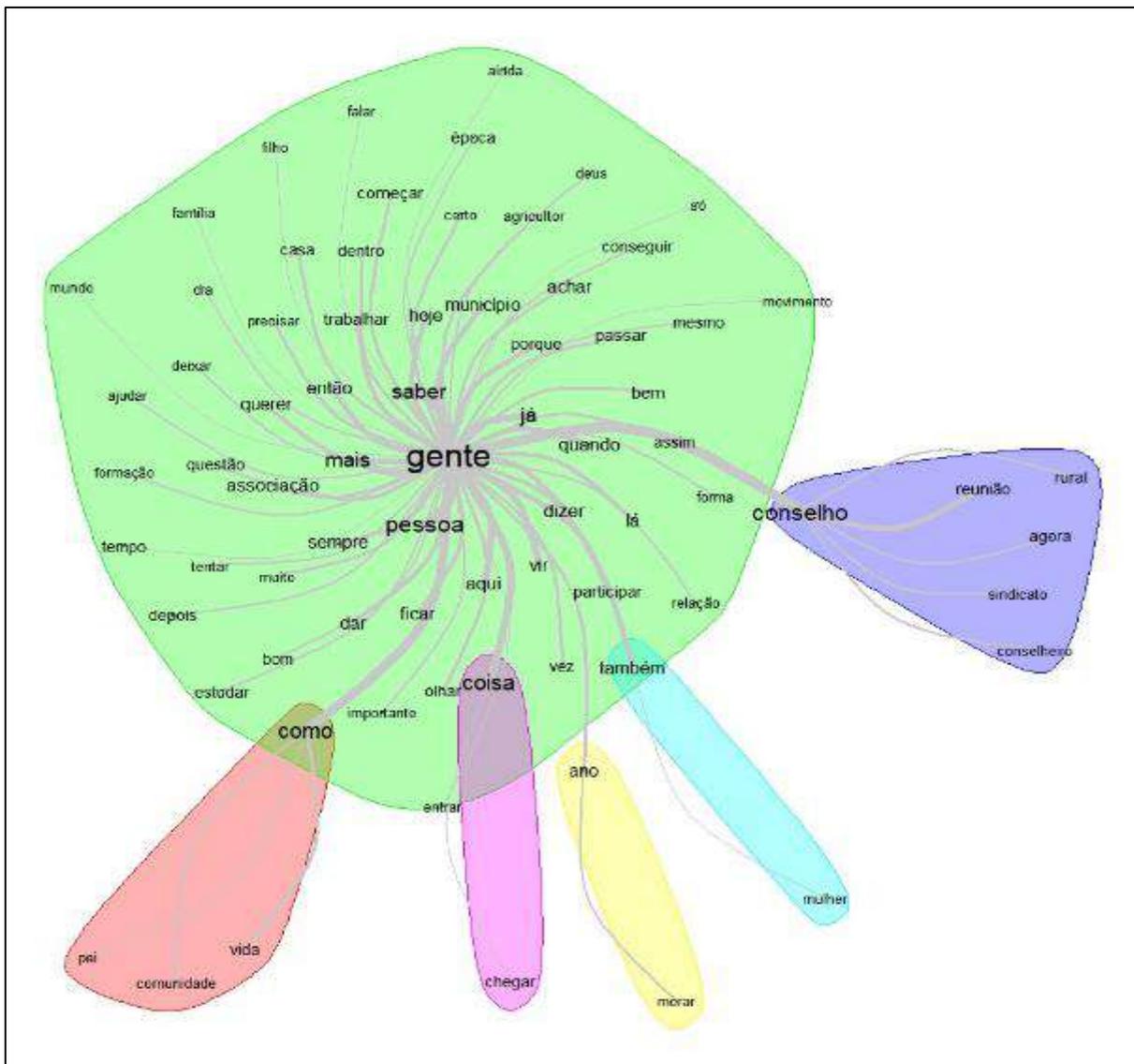
2.4.1 Representação Gráfica de Similitude e Classificação Léxica

Ao utilizar o *software* Iramuteq, foi possível a análise referente aos conteúdos dos textos transcritos das entrevistas e fazer a apresentação dos resultados através de figuras que retratam a realidade. Pelo que é apresentado, pode-se fazer inferências sobre o que aparece como relevante enquanto linha de raciocínio e ênfases em situações que transcorrem no seu cotidiano.

A realidade do campo, ao abordar diferentes agentes, tanto da sociedade civil quanto do poder público, mulheres e homens, constatamos que as percepções, motivações e abordagens do seu papel é diferente e optamos por apresentar os resultados da Árvores de Similitudes, do conjunto de pessoas entrevistadas em cada Conselho. Quanto aos Dendrogramas, a apresentação é individualizada, em função da análise da contribuição de cada integrante nas ações de desenvolvimento do CMDRS do qual faz parte. A diversidade de personagens caracteriza a complexidade da participação social, dada às múltiplas perspectivas que interagem em ambiente cuja hegemonia é só aparente.

2.4.1.1 Análise da História de Vida de Conselheiras e Conselheiros de Caetés

Figura 7 – Árvore de Similitude das pessoas pesquisadas no CMDRS de Caetés – PE, 2022.



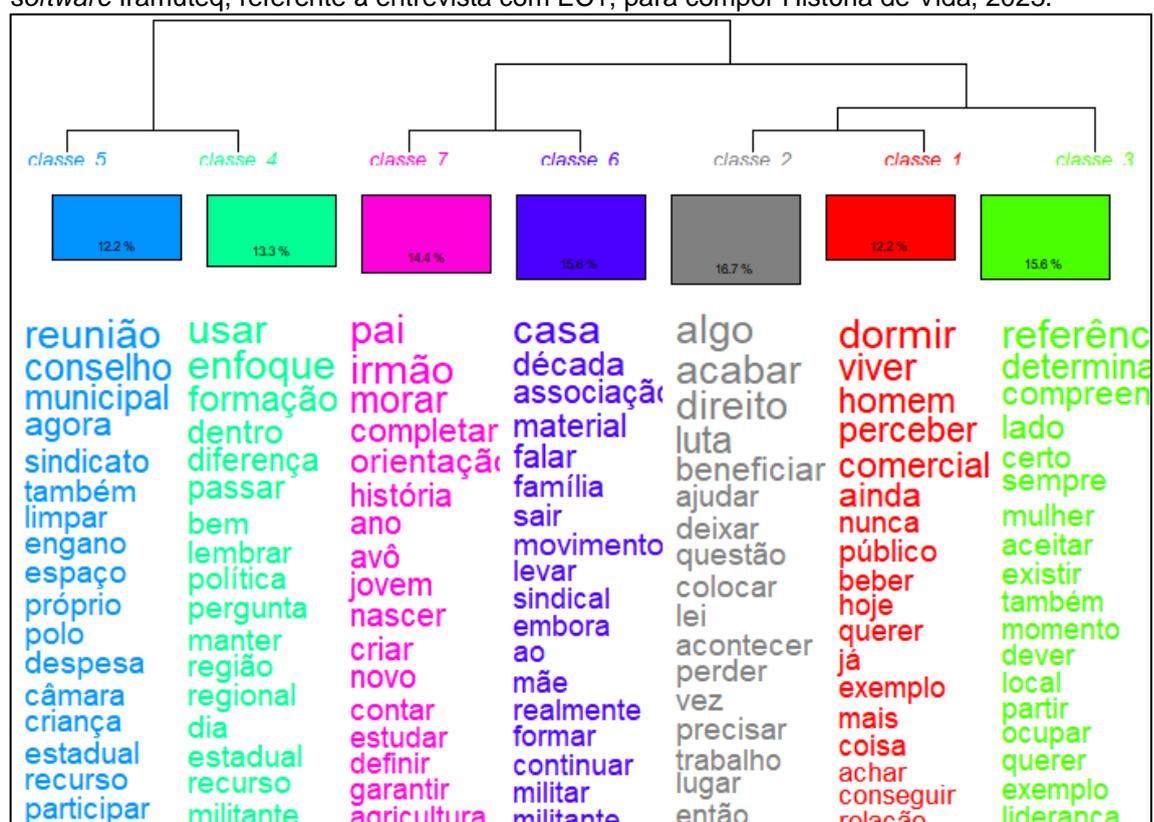
Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Árvore de Similitude (Figura 7) do município de Caetés está representada por seis comunidades. Sendo a principal com destaque para o termo lexical Gente, ligada às demais comunidades, representadas pelos termos lexicais conselho – também – ano – coisa e como. Para se chegar a esse resultado foram reunidos os textos transcritos das cinco entrevistas realizadas e organizados em corpus textuais que foram interpretados pelo software Iramuteq, para tanto, foram incluídas apenas as palavras mencionadas ao menos 40 vezes nos textos.

a) Análise da História de Vida de EC1

Uma jovem de uma comunidade quilombola, que precisou sair para estudar, fez faculdade, retornou, se tornou uma sindicalista rural, fez formação no Enfoque – formação de jovens sindicalistas rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), se reconhece como uma liderança feminina, aprendeu a pensar, ouvir, fazer o certo, o que é direito. Empoderada, se tornou Vice-presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) / Pernambuco.

Figura 8 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com EC1, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

O dendrograma (Figura 8), sistematizado (Tabela 1), mostra que as classes de palavras aparecem agrupadas em blocos que evidenciam nas duas primeiras colunas, palavras relacionadas à participação cidadã (reunião conselho, municipal, sindicato – usar, Enfoque, formação, dentro, diferença); na terceira e quarta colunas vê-se palavras que se relacionam à família (pai, irmão, morar – casa associação, falar, família); a quinta e sexta colunas sugerem se tratar da própria pessoa e seu cotidiano

de descanso e trabalho (“fazer” algo, “concluir” acabar esse fazer, “reivindicar” direitos, luta beneficiar – dormir, viver, homem, perceber, comercializar). A sétima coluna, demonstra a presença de atitudes e resiliências necessárias para administrar as relações nas diferentes dimensões (referência, determinação, compreensão, lado, certo, sempre).

Tabela 1 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC1, trazendo sete classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto no dendrograma (Figura 8).

EC1							
1	Classe 5	Classe 4	Classe 7	Classe 6	Classe 2	Classe 1	Classe 3
2	12,2%	13,3%	14,4%	15,6%	14,7%	12,2%	15,60%
3	25,5%		30,0%		26,9%		
4					42,5%		
5			72,5%				
7	Atuação social / profissional / cognitiva		Vida Pessoal / familiar / afetiva – Atuação política / militância / cidadania				

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ao fazer inferências sobre esse resultado expresso na Tabela 1, podemos constatar que a pessoa entrevistada demonstra uma significativa identificação da vida pessoal e a militância cidadã (72,5%). Essa característica tem relevância se considerarmos que desde a sua comunidade, passando pelo sindicalismo e questão de gênero e geração, chegando ao CMDRS todos são espaços de luta e resistência para conquista de direitos humanos e sociais, mas entende também a importância de investir em sua formação profissional e acadêmica.

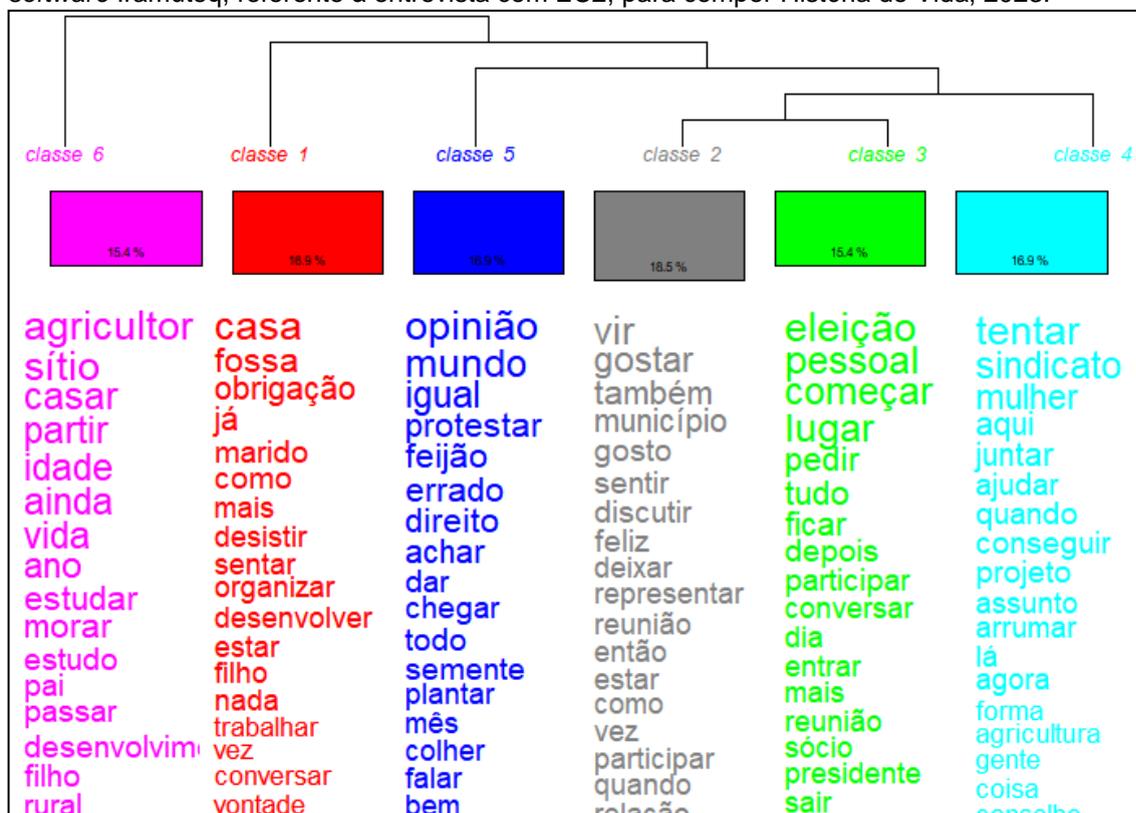
A entrevistada, filha de mãe sindicalista, informa sobre o conhecimento prévio que adquiriu em sua comunidade, e que também cursou ensino superior, mas, ressalta que os aprendizados na comunidade são mais valorizados em seus trabalhos cotidianos. Ressalta que foi a formação sindical que a instrumentalizou e preparou para o exercício da militância consciente.

b) Análise da História de Vida de EC2

Uma mulher, agricultora, presidente de associação, ocupa uma cadeira no conselho do município, enquanto conselheira, gosta do trabalho, pois entende a importância do trabalho com o meio rural, que atende mulheres, idosos, deficientes, na busca da igualdade por direitos, e alerta que não se deve faltar as reuniões, pois

lá se discute assuntos referentes ao interesse dos agricultores: crédito – com o banco, distribuição de sementes, construção das cisternas, e orientações do sindicato.

Figura 9 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com EC2, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 9), sistematizado (Tabela 2), apresenta da esquerda para a direita uma transição lógica, iniciando na primeira coluna a atividade profissional – agricultor e seu lugar de vida; adentra ao universo doméstico na segunda coluna – em sua casa; avança a partir daí para a participação social, na terceira coluna. Faz isso – quarta coluna, em nível municipal e demonstra gosto e felicidade em discutir e representar e esta atuação se dá – quinta coluna, em eventos de tomada de decisão (eleição, pessoas, começar, lugar, pedir); e essa participação é, de certa forma, subjetiva, mas tem campos, espaços e temas a ser tratados – sexta coluna (tentar, sindicato, mulher, aqui, juntar, ajudar).

Enfim, desde a busca pela sobrevivência no trabalho, perfazendo um caminho até adentrar ao universo da militância e ajudar as pessoas e a si mesmo lutando por direitos e inclusão social, há uma linearidade sem paradoxos importantes.

Tabela 2 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC2, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto apresentado do Dendrograma (Figura 10).

EC2						
1	Classe 6	Classe 1	Classe 5	Classe 2	Classe 3	Classe 6
2	15,4%	16,9%	16,9%	18,5%	15,4%	15,9%
3				33,9%		
4				49,8%		
5			66,7%			
6	83,6%					
7	99,0%					
8	Vida Pessoal/familiar/afetiva		Atuação social/profissional/cognitiva		Atuação política/militância/cidadania	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Tabela 2 demonstra uma pessoa dedicada, especialmente, aos espaços sociais a serviço da sociedade. Os espaços de trabalho, formação cognitiva e a atuação cidadã se encontram próximos, se identificando na sua prática cotidiana (presentes nas linhas 3 a 7). Para cumprir essa “missão” coloca sua vida pessoal a serviço dos projetos sociais através da associação, que tem acento no CMDRS.

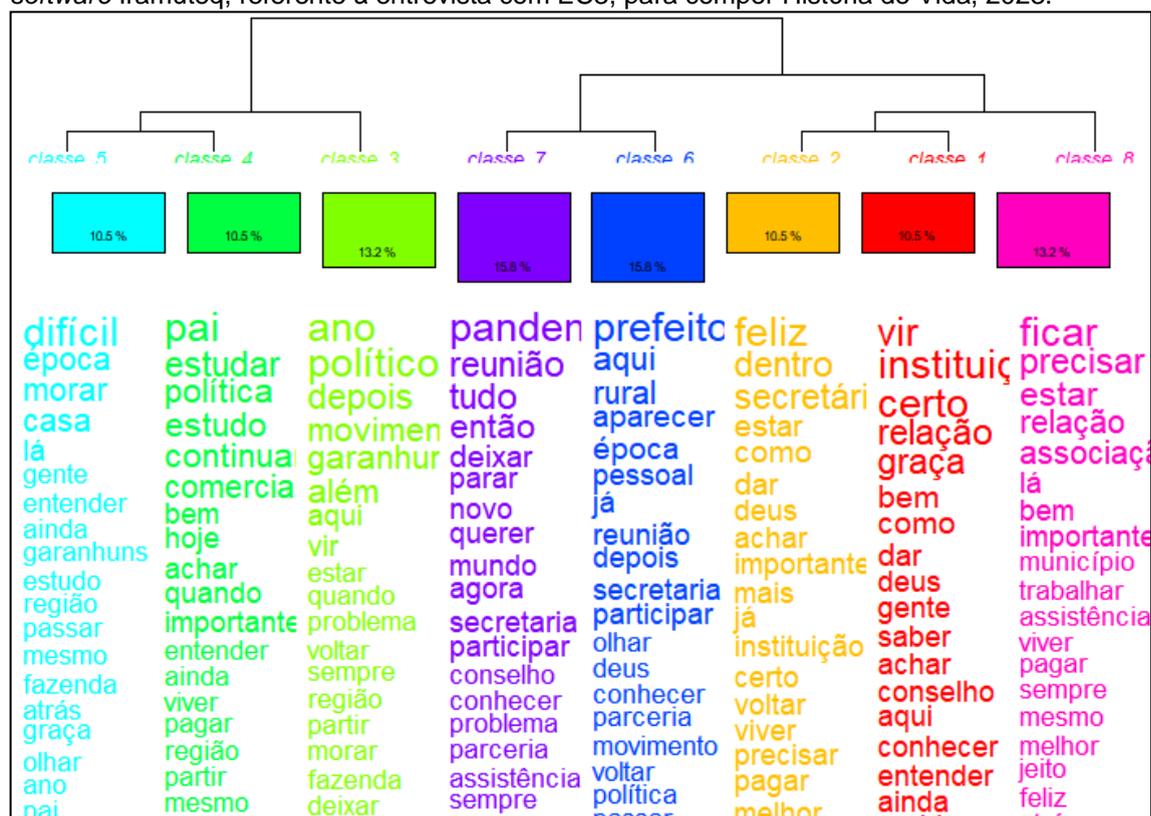
[...] quando eu cheguei na associação, o presidente em exercício não tinha o que falar para os sócios aí quem conversava era eu. Aí eu comecei perdendo o medo de falar com as pessoas, comecei a desenrolar, e assim eu vi que o pessoal, as pessoas, no dia da reunião pediram para ter aquela eleição ali, que não era tempo para mim ficar, não sei, aí foi só crescendo e dando vontade de contribuir, não desisti, você sente isso assim como a obrigação em representar a associação, as sócias, os sócios, o povo. Daí, você sente como se fosse uma missão e que você pegou para desenvolver e disse: agora eu vou, eu tenho condições, eu vou fazer pelo meu povo, eu quero estar lá, eu acho que é como uma missão (Entrevistada EC2).

Essa trajetória demonstra que houve um impulso interior, momento em que as condições psicossociais estavam reunidas na pessoa para abrir mão de um estilo de vida e adotar outro modo ao ser desafiada pelas circunstâncias, então se autopercebeu como alguém cujo tempo é chegado e pode assumir uma missão, pode contribuir e se coloca no campo. Esse desejo de servir, de ajudar, de contribuir é parte da subjetividade da formação cristã e isto fica evidenciado.

c) Análise da História de Vida de EC3

A pessoa entrevistada é homem, idoso, gestor público, e com experiência como gestor municipal. Hoje ocupa uma secretaria no município, e atua junto às associações rurais de Caetés. Na sua percepção as associações são os canais legítimos para o gestor chegar à comunidade e é na associação onde se faz as apresentações de ações do governo e ouve as demandas dos moradores daquele local. Entende que ao poder público cabe assistir às famílias e é isto que elas esperam do gestor. A participação da comunidade tem em vista “buscar” por esses serviços e quando possível os gestores “vão levar” benefícios para ajudar as pessoas da comunidade.

Figura 10 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo *software* Iramuteq, referente à entrevista com EC3, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 10), sistematizado (Tabela 3), distingue três blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 1, 2 e 3), aponta para a relação familiar afetiva e a vincula a questões sociopolíticas. Estas questões adentram (colunas 4 e 5) ao envolvimento político com consequências (pandemia, reunião, tudo, então, deixar, parar – prefeito, aqui, rural, aparecer). Esse engajamento é repleto de sentido (colunas

6 e 7) e é percebido como gratificante (feliz, dentro, secretaria, estar – vir, instituição, certo, relação, graça, bem). Na oitava coluna, percebe-se a atitude/decisão em (precisar, ficar, estar, relação, associação) ocupar esse espaço importante no município.

Tabela 3 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC3, trazendo percentuais de oito classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

EC3								
1	Classe 1	Classe 4	Classe 3	Classe 7	Classe 6	Classe 2	Classe 1	Classe 8
2	10,5%	10,5%	13,2%	15,8%	15,8%	10,5%	10,5%	13,2%
3	21,0%			31,6%		21,0%		
4	34,2%				34,2%			
5				65,8%				
	34,2%			65,8%				
6	Atuação social/profissional/ cognitiva			Atuação política/militância/ cidadania			Vida Pessoal/familiar/afetiva	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Tabela 3, por tratar-se de um profissional da gestão pública a serviço dos Agricultores Familiares, mostra que há uma distribuição do tempo compartilhada, com ênfase no interesse pessoal/familiar e na ação política (65%). Também fazendo isso enquanto profissional e precisando aprender, se preparar, para essa atuação. Há vinculação entre a atuação enquanto servidor público e político identificado com a Agricultura Familiar se faz presente, buscando “estar” próximo às organizações sociais que atuam no município ocupando espaço no CMDRS.

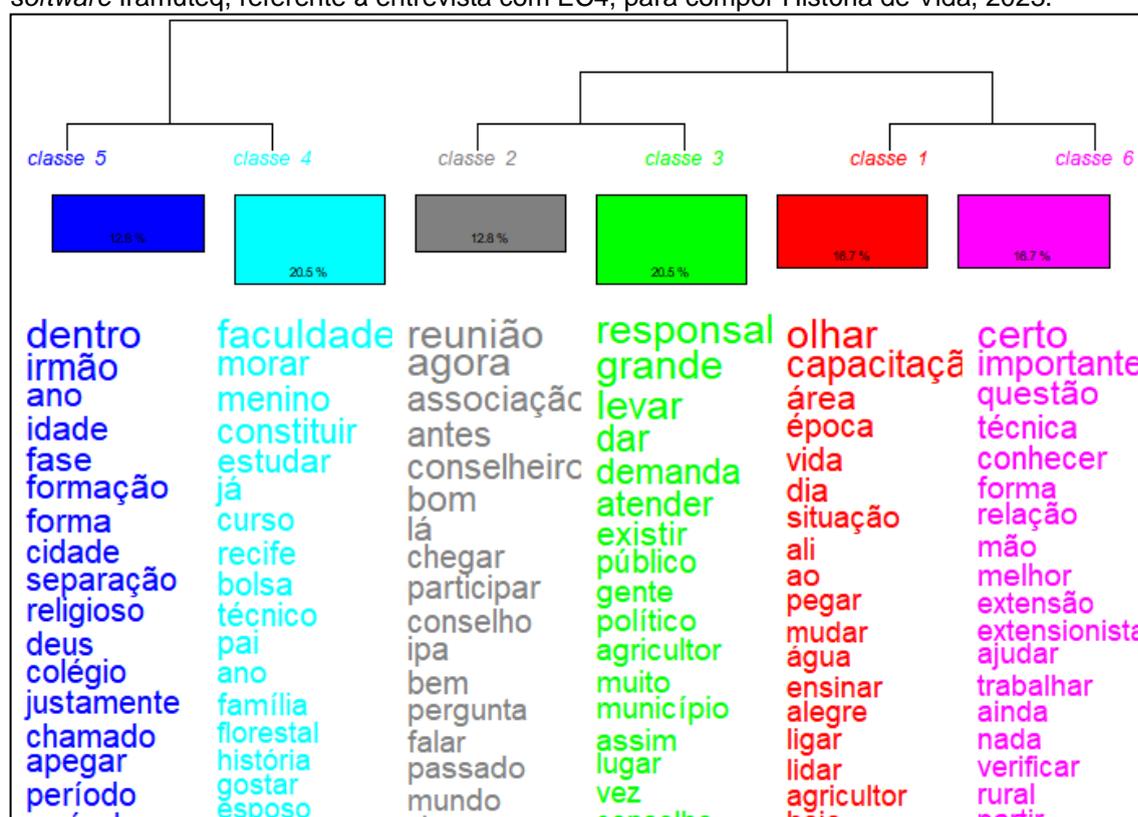
[...] chega no Conselho todo tipo de discussão do município, e agora, se as reuniões estão paradas, vai da pandemia, mas o Conselho de Caetés sempre foi um Conselho muito atuante, é verdade, o Conselho discutir políticas públicas, discutir a situação do município, é preciso conhecer tanto o município como conhecer de políticas (Entrevistado EC3)

Nesta fala, o entrevistado trata sobre a situação enfrentada pelo Conselho, em não poder se reunir presencialmente, em função da pandemia da Covid-19. Outras pessoas entrevistadas, trataram sobre as consequências, no meio rural, dos transtornos produzidos pelo quadro grave que representou a pandemia, o assunto surgiu com mais frequência junto as pessoas entrevistadas em São Bento do Una.

d) Análise da História de Vida de EC4

Um jovem do meio urbano, que decidiu fazer faculdade nas ciências agrárias, se casa e constitui família, assume responsabilidades muito cedo, é aprovado no concurso do IPA, e é lotado no interior do estado. Tem um desejo de se tornar agricultor, e se dedica, em suas horas livres, a produzir mudas, para completar as despesas de casa. Como servidor público, extensionista rural, representa sua instituição no Conselho municipal, onde se sente participe e atuante, junto à agricultores familiares de todo município.

Figura 11 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com EC4, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 11), sistematizado (Tabela 4), distingue três blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 5 e 4), aponta para a relação familiar afetiva e a vincula a questões sociopolíticas. Estas questões adentram (colunas 2 e 3) ao envolvimento político com consequências (reunião, agora, associação, conselheiro, IPA – responsável, grande, demanda, atender). Esse engajamento (colunas 1 e 6) é

percebido como gratificante (olhar, capacitação, ensinar, dar, vida – certo, importante, técnica, extensionista).

Tabela 4 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC4, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

EC4						
1	Classe 5	Classe 4	Classe 2	Classe 3	Classe 1	Classe 6
2	12,6%	20,5%	12,8%	20,5%	16,7%	16,7%
3	33,1%		33,3%		33,4%	
4	66,7%					
5	33,1%		66,7%			
6	Vida Pessoal/familiar/afetiva		Atuação social/profissional/cognitiva		Atuação política/militância/cidadania	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

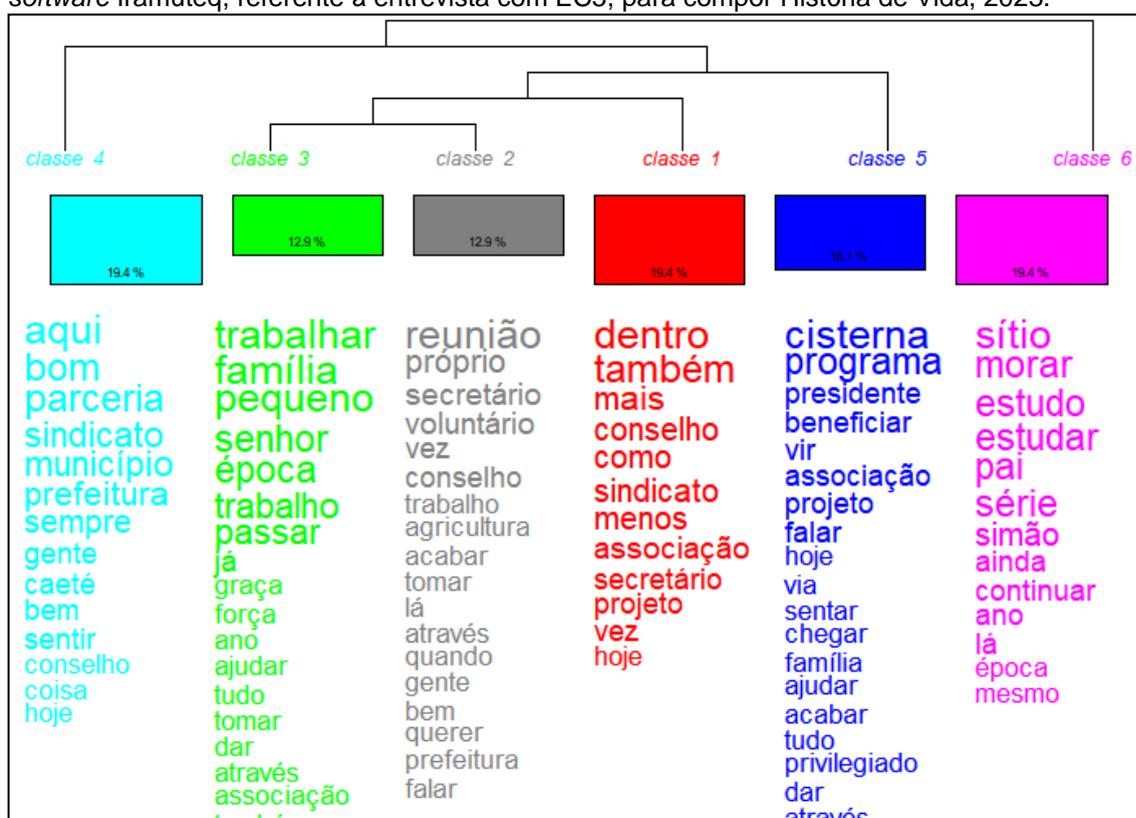
[...] até um período da minha vida até mais ou menos meus 15 anos eu fui católico e dos 15 anos em diante eu me interessei em seguir a religião evangélica, duas religiões cristãs ambas religiões pregam é o auxílio ao próximo, você olhar o próximo, respeitar o próximo, além do fato de amar a Deus. – Você segue determinados critérios que são estabelecidos por essas religiões e isso, de alguma forma, formou o seu ser e ajudou a você ter uma visão para o mundo? Sim, me ajudou principalmente na formação do meu caráter, você precisa se basear nos princípios de Deus para fazer o bem. Para ter o bem para estar em paz, espiritualmente em paz, então isso contribuiu bastante. E assim a gente sempre teve aquela expectativa de melhoras porque a gente, pelo menos na minha infância, durante a separação dos meus pais, principalmente a gente se apegou muito a Deus! Principalmente a gente já vinha nessa fase do catolicismo mas a gente se apegou muito porque foi uma fase de muita dificuldade sabe, e até eu sigo... coloco isso como exemplo para os meus filhos, chegou um período com 8 – 9 anos, eu vendendo picolé para poder colocar alimento dentro de casa, porque é eu era o homem da casa, porque eu tenho duas irmãs, e tinha a minha mãe, então, a separação sobrecarregou a mim, como sendo o homem da casa, então eu tinha que fazer algo para poder colocar algum dinheiro dentro de casa, então daí eu já comeci o processo de amadurecimento já de cedo, então a gente se apegou a Deus por causa das situações, de tudo então isso, e leva a um amadurecimento mais cedo, né... (Diálogo da Pesquisadora com EC4).

A experiência de vida da pessoa contribui para que seja construída empatia e identificação com aspectos da vida de outros que acionam o resgate de memórias compartilhadas. Desde a opção pelo curso de Agronomia, ao tipo de concurso que prestou para trabalhar com comunidades, demonstra as trajetórias comuns carregadas de valores e princípios que se cruzam em expectativas comuns a serem alcançadas pela organização social e solidariedade entre todos. A origem rural, a ética cristã do “ajudar a quem precisa” faz todo o sentido nessa relação de compromisso.

e) Análise da História de Vida de EC5

Um senhor, agricultor familiar, que atuando em trabalhos voluntários da igreja católica, se destaca na comunidade em que reside, assume a presidência da associação, entra para o Conselho, torna-se uma liderança no município, e hoje é Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Luta pela causa da Agricultura Familiar.

Figura 12 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com EC5, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 12), sistematizado (Tabela 5), distingue cinco blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 3 e 2), aponta para a relação familiar afetiva e a vincula a questões sociopolíticas (trabalhar, família, pequeno, Senhor – reunião, secretário, conselho, agricultura). Estas questões adentram (colunas 1 – 3/2) ao envolvimento político (dentro, também, conselho, sindicato, associação). Esse engajamento retrata ações sociopolíticas (colunas 5 – 1/3/2) (cisterna, programa, beneficiar, projeto, associação). Em seguida temos (4 – 5/1/3/2) continuando em questões sociopolíticas (parceria, sindicato, município, prefeitura). Na sexta classe,

percebe-se a atitude/decisão em (sítio, morar, estudar, pai) e a relação dela com as demais sociopolíticas (6 – 4/5/1/3/2).

Tabela 5 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a EC5, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

EC5						
1	Classe 4	Classe 3	Classe 2	Classe 1	Classe 5	Classe 6
2	12,6%	20,5%	12,8%	20,5%	16,7%	16,7%
3	33,3%					
4	53,8%					
5	70,5%					
6	83,1%					16,7%
7	Vida Pessoal/familiar/afetiva		Atuação social/profissional/cognitiva		Atuação política/militância/cidadania	

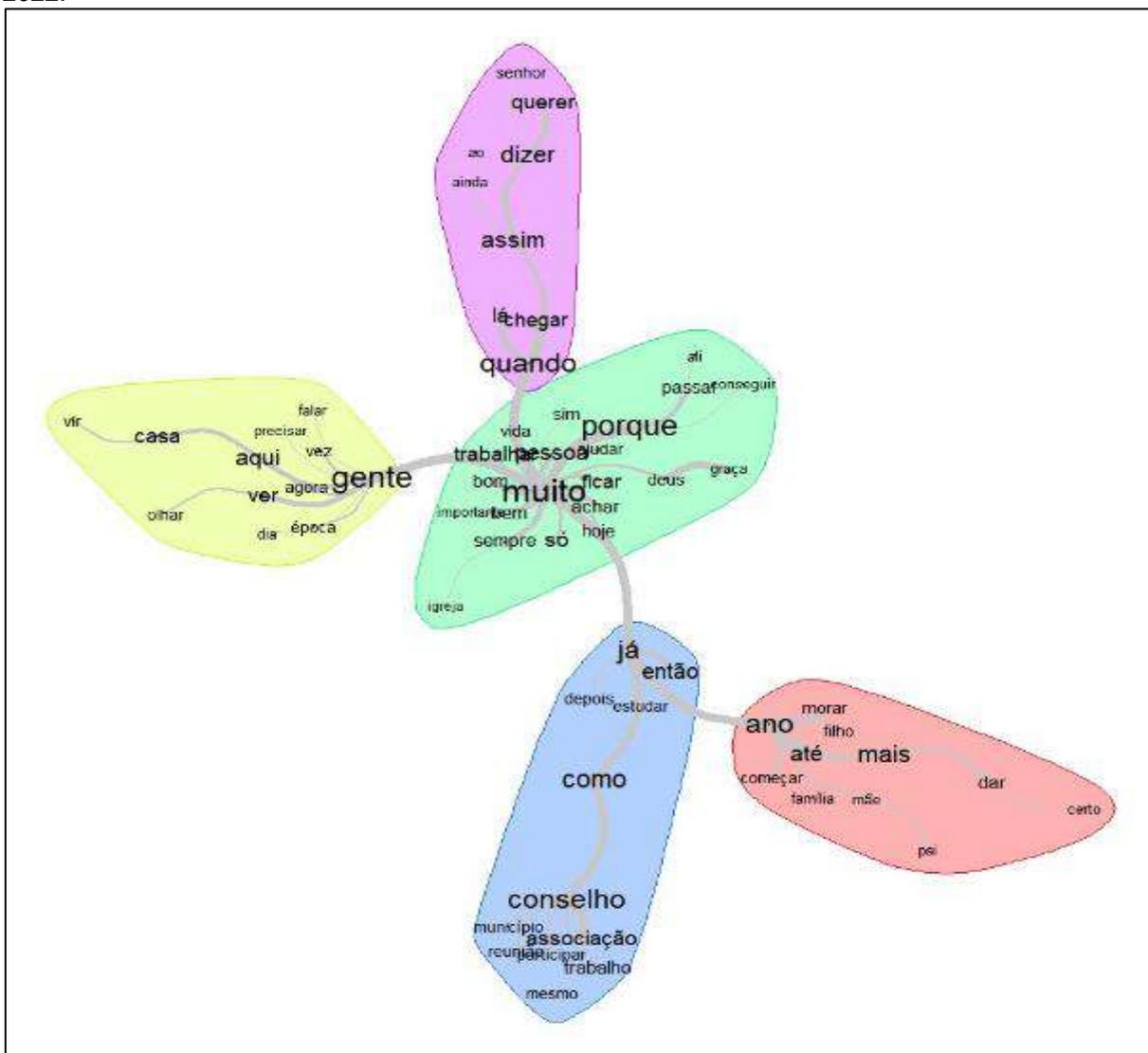
Fonte: elaborado pela autora (2023).

– Essa vida de trabalhar nos conselhos voluntariamente, e na associação, não atrapalha as relações dentro de casa? Um pouco, não deixa de atrapalhar um pouco, não muito, mas não deixa de não ter alguns casos de agente ter falha nos compromissos da responsabilidade de casa, para ir manter um compromisso nos conselhos, uma reunião, uma palestra, ainda complica um pouquinho (Diálogo da Pesquisadora com EC5).

Trata-se de um idoso de 74 anos “o meu pai dizia que estudo de pobre era cabo de enxada, ai eu só fui até a terceira série e um pouco da quarta, mas não terminei” (EC5). Para o engajamento tudo o que precisa é a disposição para ajudar a quem precisa e a satisfação é ver que as pessoas estão satisfeitas porque resolveu um problema. O aprendizado se faz na participação, o fato de não ter estudo não é motivo para não tentar. E a falta de apoio da própria família serve de exemplo para que haja incentivo para que outras famílias pensem e pratiquem atitudes diferentes. Não há tempo para parar de lutar. Esse senhor não se comporta como muitos da sua idade que se isolaram, mas está ativo e atuante no seu município e no território.

2.4.1.2 Análise da História de Vida dos Conselheiros e Conselheiras de São Bento do Una

Figura 13 – Árvore de Similitude das pessoas pesquisadas no CMDRS de São Bento do Una – PE, 2022.



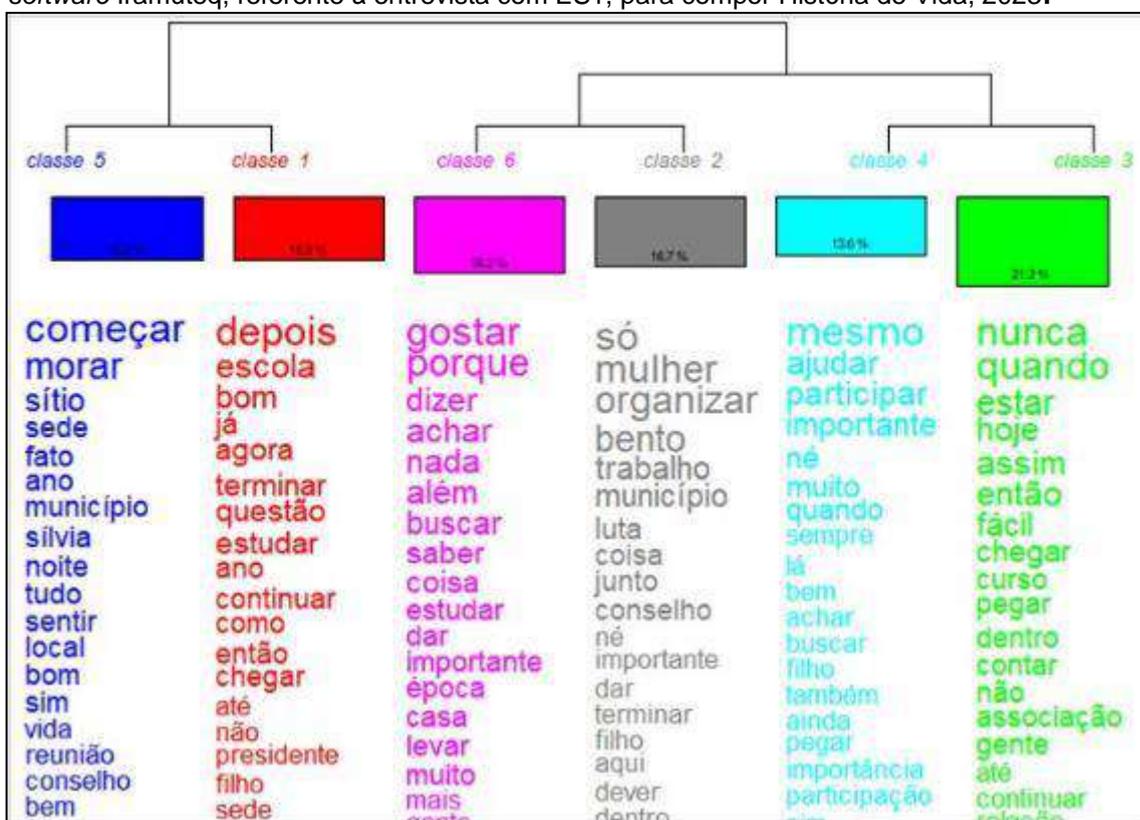
Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Árvore de Similitude do município de São Bento do Una (Figura 13) está representada por cinco comunidades. Sendo a principal com destaque para os termos lexical muito, porque, pessoa, trabalho... ligados às demais comunidades, representadas pelos termos lexicais quando – gente – já – ano – conselho – associação. Essa figura foi gerada pelo software Iramuteq a partir das cinco entrevistas desse município, organizadas em corpus textuais apropriados e selecionadas as palavras com incidência igual e maior que 40 citações nos textos.

f) Análise da História de Vida de ES1

Uma senhora de meia idade, militante comprometida com a organização das associações rurais e membra assídua no CMDRS. “Para chegar ao conselho e participar do fórum é preciso estudar sobre o município; é muito importante mesmo, sentar, juntar, achar organização nessa época”. É evidente a associação produzida pelo ramo mais forte: “a participação da gente em associação, para estar no conselho, é sempre muito importante”. A ênfase aqui destaca a importância de estudar muito, pesquisar sobre como funcionam as organizações e se apoiar nelas para se conseguir bons resultados, não basta estar no CMDRS.

Figura 14 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com ES1, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 14), sistematizado (Tabela 6), distingue três blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 5 – 1), aponta para a relação familiar afetiva e a vincula a vida pessoal afetiva (começar, morar, sítio, sentir – escola, bom, agora, continuar). Estas questões adentram ao social/profissional/cognitiva (colunas 6 – 2) (gostar, porque, dizer, achar, saber – mulher, organizar, trabalho, município,

conselho), se liga a atuação política/militante/cidadania (colunas 4 – 3) e é percebido (ajudar, participar, importante, quando, buscar, participação – nunca, estar, hoje, associação, continuar).

Tabela 6 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES1, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

ES1						
1	Classe 5	Classe 1	Classe 6	Classe 2	Classe 4	Classe 3
2	15,20%	15,20%	16,20%	16,70%	13,60%	21,20%
3	30,40%		32,90%		34,80%	
4			67,70%			
5	30,40%		67,70%			
6	Vida Pessoal/familiar/ afetiva		Atuação social/profissional/ cognitiva		Atuação política/militância/ cidadania	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

[...] então, dos 10 aos 20 anos eu continuei estudando, antes a gente estudava lá no sítio, mas depois a gente ia para escola na cidade, que já era bem distante, e a gente ia a pé, porque naquela época não tinha como ir, era para estudar que tínhamos que andar 10 km, e eu ia, gostava de estudar, os meus pais na verdade, eles brigavam comigo para que eu não fosse estudar, mas eu sempre fui teimosa insistente e continuei estudando, dava aula de catecismos numa escolinha, sempre dei aula de catecismo, depois de crisma fiz parte do Conselho da Igreja assim sempre participei dessas coisinhas que tinham lá. – Nas orientações da igreja você teve orientação sobre respeitar o próximo, ajudar o próximo? Sim, tive sim. – E teve algum trabalho da Igreja? Na verdade, eu era a cabeça! As pessoas de lá eram muito pobres, e quando falecia alguém, muitos deles não conseguiam comprar um caixão para enterrar o ente querido, e aí eu juntava umas três ou quatro pessoas, e a gente ia de casa em casa arrecadar dinheiro para fazer essa doação. As pessoas se juntavam para arrecadar feiras, só que a gente não pedia a político, nem a ninguém, a gente ia na casa, doavam pouco, o povo era muito pobre, na verdade, a gente sempre sentia que eles davam realmente o que nem tinha, mas tinha essa participação de ajudar as pessoas, eu sempre gostei desse tipo de coisa. – Era importante para você? Era muito importante, eu me sentia útil em ajudar assim. Para mim não seria mais feliz do que quando alguém me ajudava, isso eu sempre gostei (Diálogo da Pesquisadora com ES1).

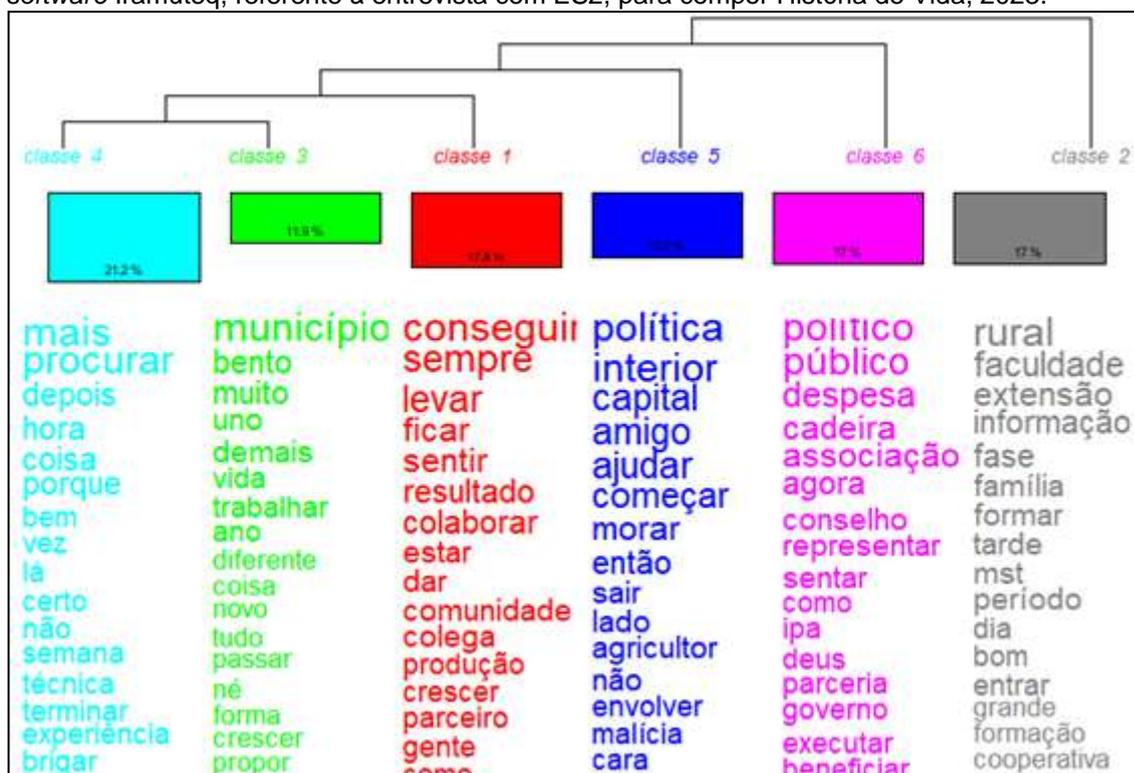
A força de vontade e a consciência de que precisa estudar, esforço pessoal, determinação, confronto e enfrentamento das adversidades, são características de uma liderança que se faz presente na organização social. Essa ampliação da consciência que possibilita a compreensão de que o sentido da vida está para além daquilo que é comunicado no “imediato” do fazer cotidiano, sair da comodidade do

caminho mais fácil, mas entender que precisa se preparar e fazer diferente é um elemento forte na entrevistada. Desobedecer e enfrentar o caminho comum faz a diferença, pois forja atitude de quem percebe os dramas dos outros e quer ajudar, sempre vendo a si mesmo como quem ajuda e não como quem precisa de ajuda, embora busque também por ajuda, mas em um sentido de parceria.

g) Análise da História de Vida de ES2

Técnico Extensionista, saindo de Recife (capital) para assumir função de Médico Veterinário em uma instituição pública de ATER. Nova realidade, exige aprendizado e quem ensina são as pessoas com as quais interagimos no trabalho e o trabalho é para além da simples prática profissional, mas exige compreender as expectativas, as linguagens e as metodologias de abordagem nas relações. “É bom seguir em uma situação que conta com pessoas e recebe aprendizado; e 2) Passar a entender a questão de sair para estudar, entrar para faculdade, criar família, e ter novo trabalho com agricultores, sentir que colabora com eles, isto dá sentido à permanência”.

Figura 15 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo *software* Iramuteq, referente à entrevista com ES2, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 15), sistematizado (Tabela 7), distingue cinco blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 4 e 3), aponta para a relação familiar afetiva e a vincula a questões sociopolíticas (mais, porque, vez, certo, experiência – município, muito, demais, vida, trabalhar, novo, crescer). Estas questões adentram ações sociais/profissional/cognitivas (colunas 1 – 4/3) ao envolvimento político (conseguir, sempre, levar, ficar, sentir, resultado, comunidade, parceiro). Esse engajamento retrata ações sociopolíticas (colunas 5 – 1/4/3) (política, interior, capital, amigo, ajudar, começar). Em seguida temos (6 – 5/1/4/3) continuando em questões sociopolíticas relacionadas à atuação política/militância/cidadania (político, público, despesas, cadeira, associação, representar, governo, Deus). Na segunda classe – sexta coluna, percebe-se a questões: Atuação social / profissional / cognitiva em conjunto com familiar (rural, faculdade, extensão, informação, família, MST, cooperativa) (2 – 6/5/1/4/3).

Tabela 7 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES2, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

ES2						
1	Classe 5	Classe 1	Classe 4	Classe 3	Classe 6	Classe 2
2	21,2%	11,9%	17,4%	15,2%	17,0%	17,0%
3	33,1%					
4	50,5%					
5	50,5%					
6	67,5%					
7	84,5%					
8	Vida Pessoal/familiar/afetiva		Atuação social / profissional / cognitiva		Atuação política/militância/ cidadania	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

[...] a gente entra numa faculdade pra estudar animais e depois a gente sai de lá para trabalhar com gente, sem ter estudado para trabalhar com gente, como tanta gente de humanas e sociais, é complicado, mas a gente desenrolou, estamos aí nessa luta até agora (Entrevistado ES2)

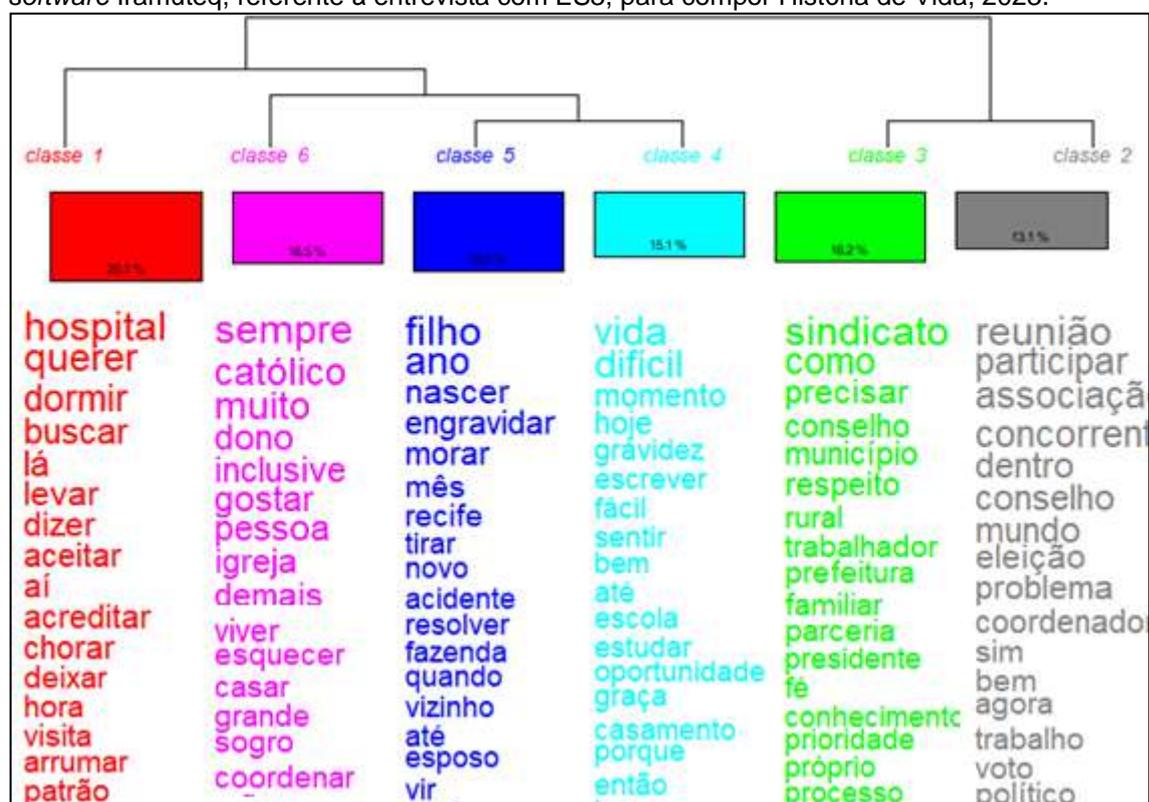
As exigências do trabalho junto às famílias desafiam os profissionais e evidenciam a inadequação dos cursos nas universidades, que enfatizam o aspecto técnico e se omitem quanto ao humano, não prepara para as relações políticas nem

para as formas de organização social. Os embates de poder soam como estranhos e não se aprende métodos de construção coletiva, como é a proposta das associações e conselhos. A experiência no CMDRS e em seus desdobramentos fica claro que todos são amadores, tateiam na tentativa e erro, desconhecem os melindres das leis e falam línguas diferentes quanto ao enfrentamento das questões e quanto à compreensão e atribuição de significados àquilo que é feito.

h) Análise da História de Vida de ES3

Mulher, meia idade, atuante assídua no CMDRS. “Fora da atuação social junto ao CMDRS, o que a mulher faz é cuidar dia e noite da casa, com roupas, esposo, filho, irmão, sogra, morando no sítio, passa a semana na cidade; a gente precisa trabalhar, ir à escola para estudar. Agora vai terminar o mandato do CMDRS, estamos fazendo uma parceria para eleição, serei candidata”. Pouco tempo depois desta entrevista, ES3 foi eleita diretora do CMDRS.

Figura 16 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com ES3, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 16), sistematizado (Tabela 8), distingue cinco blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 3 – 2), aponta para a relação ação social/profissional/cognitiva (sindicato, precisar, conselho, município, respeito, trabalhador, conhecimento – reunião, participar, associação, conselho, eleição, problema). Estas questões adentram ações de vida pessoal/familiar/afetiva (colunas 5 – 4) ao envolvimento cognitivo (filho, ano, nascer, engravidar, morar – vida, difícil, sentir, escola, estudar, graças, casamento). Esse engajamento retrata ações sociopolíticas (colunas 6 – 5/4) (sempre, católico, dono, gosta, pessoa, viver, coordenar). Em seguida temos (1 – 6/5/4) continuando em questões familiares/afetivas (hospital, querer, dormir, buscar, aceitar, chorar). Na relação (1 – 3/2) percebe-se a questões atuação política/militância/cidadania em conjunto com familiar (sindicato, conselho, município, respeito, rural, trabalhador, prefeitura, família – reunião, participar, associação, concorrência, conselho, mundo).

Tabela 8 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES3, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

ES3						
1	Classe 1	Classe 6	Classe 5	Classe 4	Classe 3	Classe 2
2	20,7%	16,5%	16,5%	15,1%	16,2%	13,1%
3			31,6%		29,3%	
4		33,0%				
5		48,1%				
6	68,8%				29,3%	
7	98,1%					
8	Vida Pessoal/familiar/afetiva		Atuação social /profissional/ cognitiva		Atuação política/militância/ cidadania	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Há muita coisa na minha vida que lembrei hoje, me emocionei alguns momentos e confesso que eu fiquei feliz pela minha história, trajetória e me sinto orgulhosa, apesar de todas as dificuldades. Então hoje eu me sinto realizada e pronta para lutar. Simbolismos, teorias, é lutar por todas as pessoas, porque eu fico feliz com a vitória do outro (Entrevistada ES3).

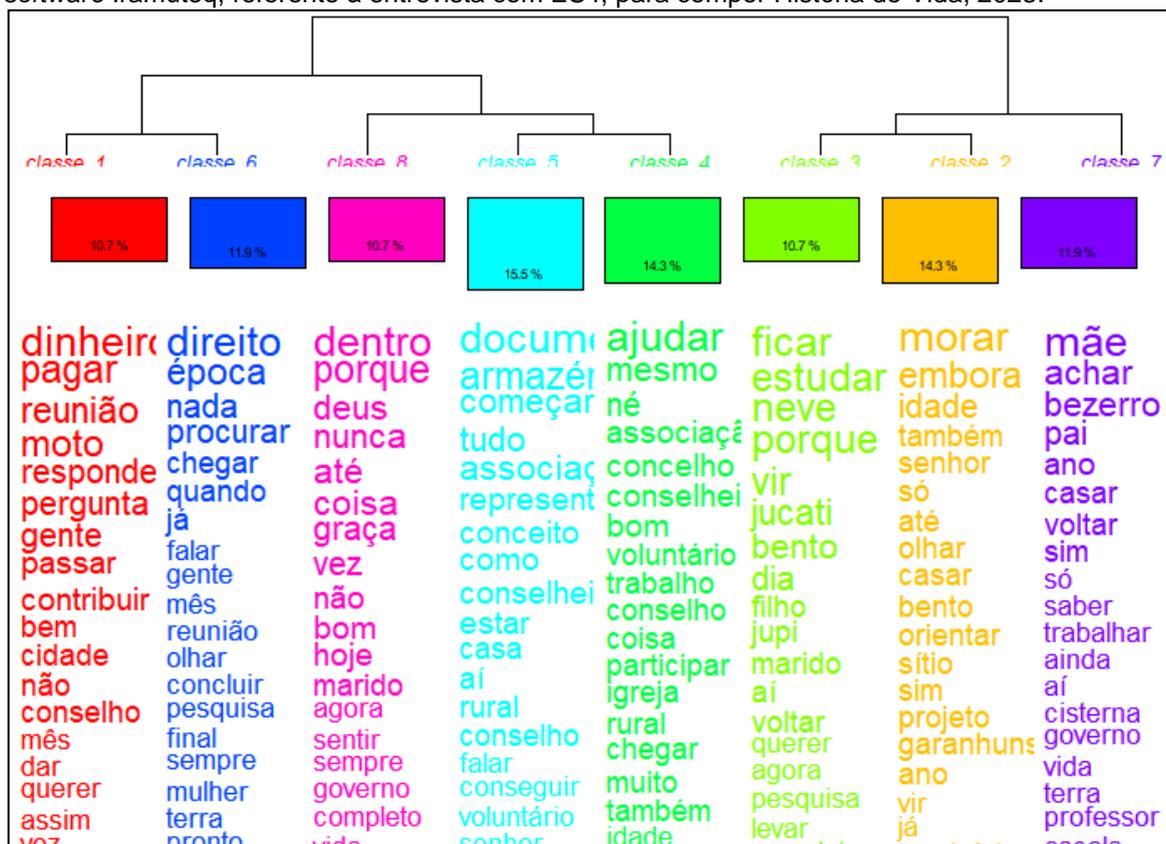
O cotidiano não favorece muito para um auto olhar, ao falar a pessoa se

percebe enquanto agente que realizações no seu universo de atuação. A felicidade está em gostar da própria história e poder se orgulhar dela, falar com alguém e sentir que está sendo ouvido, que alguém se interessa por essa história que está sendo feita. Escrever uma história que alegra a pessoa e ainda estar trazendo benefícios e ajudando outras pessoas a serem felizes, é isso que dá sentido e dá disposição para estar pronta e decidida a seguir adiante na mesma trilha.

i) Análise da História de Vida de ES4

Mulher, idosa, assentada da reforma agrária entende que o CMDRS sempre contribui e é um grande parceiro do movimento sindical; que quando chega a época (necessidade) de lutar por direitos junto ao governo, se luta e nem se percebe/sente nada de ruim. A associação, o sindicato, o conselho é a nossa força, mas precisamos dar louvor a Deus sempre, para que as coisas melhorem e se tenha trabalho, para o desenvolvimento do município.

Figura 17 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com ES4, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Esse dendrograma (Figura 17), sistematizado (Tabela 9), distingue seis blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 1 – 6), aponta para a relação ação social/profissional/cognitiva (dinheiro, pagar, reunião, moto, contribuir, cidade, conselho – direito, época, nada, procurar, quando). Estas questões continuam em ações de vida social/profissional/cognitiva (colunas 5 – 4) (documento, Armazém (assentamento), começar, associação, representante, conselheiro – ajudar, associação, conselho, bom, voluntário, trabalho, participar, igreja). Esse engajamento retrata ações sociopolíticas (colunas 3 – 2) (ficar, estudar, Neves, Jucati, São Bento do Una, Jupi, marido – morar, embora, idade, senhor, casar, sítio, projeto). Em seguida temos (8 – 5/4) continuando em questões familiares/afetivas (dentro, porque, Deus, graça, vez, bom, marido). Na relação (7 – 3/2) percebe-se a questões atuação política/militância/cidadania em conjunto com familiar (mãe, achar, bezerro, pai, casar, saber, trabalhar, cisterna, governo, vida). Encerrando, temos a relação (1/6 – 8/5/4 – 7/3/2) que retrata a união de todas as classes.

Tabela 9 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES4, trazendo percentuais de oito classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

	ES4							
1	Classe 1	Classe 6	Classe 8	Classe 5	Classe 4	Classe 3	Classe 2	Classe 7
2	10,7%	11,9%	10,7%	15,5%	14,5%	10,7%	14,3%	11,9%
3	22,6%			30,0%		25,0%		
4			40,7%			36,9%		
5	63,3%							
6	63,3%					36,9%		
7	33,3%			40,7%			26,2%	
8	Atuação social/profissional/ cognitiva			Atuação política/militância/ cidadania			Vida Pessoal/familiar/afeti va	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

– Quando a Senhora, enquanto representante da associação não recebe o benefício, mas as outras associações recebem? Minha filha, aí eu parto pra briga, a associação é de um assentamento, tem direito igual aos quilombolas, e eu vou lutar para que eu também ganhe um dedinho. Também tem alguma coisa que veio para a minha comunidade, mas assim, quando não vem, aí eu fico triste (Diálogo da Pesquisadora com ES4).

O engajamento é altruísta, mas há algumas fronteiras identitárias. Luta-se por benefícios para “mim” que estabelece um ponto de referência no espaço da associação; ao se unir em associação na comunidade, surge um sujeito coletivo que é a “minha” associação que participa no CMDRS; ao se agregar no CMDRS, se luta juntamente com outras associações e é um terceiro sujeito coletivo (“nosso CMDRS”) formado pelas (“minha”) associações. Nessa perspectiva, a participação é uma luta e o espaço “externo” é um campo de poder que dispõe de algo e para onde se vai “buscar” algum benefício e quando se consegue algo todos devem receber seu “dedinho”, que lhe cabe por direito.

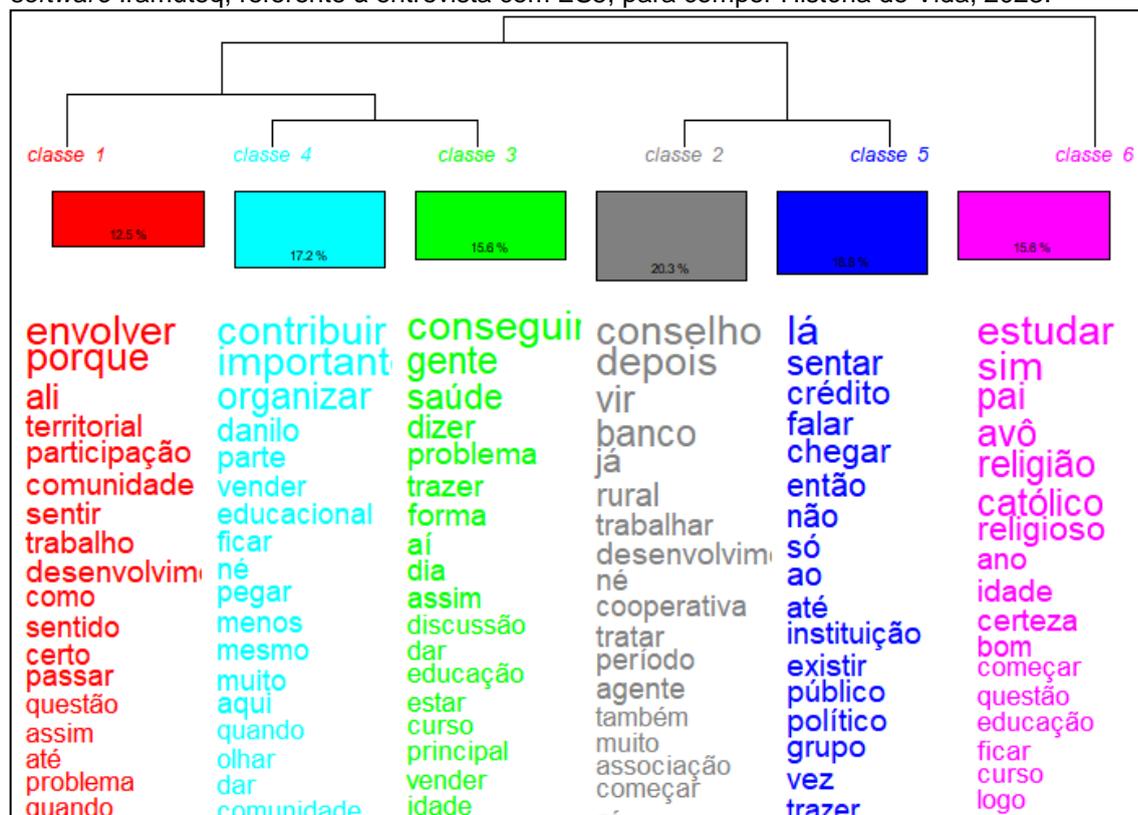
j) **Análise da História de Vida de ES5**

Homem, meia idade, funcionário público. “Nossa instituição envolve a comunidade, discute a relação humana, traz participação, conversa e se decide junto com o grupo, toda vez que se discute, construímos desenvolvimento”. Como o trabalho

exige estar atualizado com as normas legais e estar presente em todos os municípios esse entrevistado percebe que muita coisa a mais poderia ser feita pelos poderes públicos, mas entende que há dificuldades de várias naturezas, desde o entendimento de muitas pessoas sobre o que verdadeiramente significa “vantagem” e acabam reproduzindo práticas de desvantagens, até os modelos de gestão pública que não são abertos à participação.

Esse dendrograma (Figura 18), sistematizado (Tabela 10), distingue cinco blocos de agrupamentos. O primeiro (colunas 4 – 3), aponta para a atuação política/militância/cidadania (construir, importante, organizar, vender, educacional – conseguir, gente, saúde, problema, discussão, educação). Estas questões adentram ações sociais/profissional/cognitivas (colunas 2 – 5) a vida pessoal/política (conselho, banco, rural, trabalhar, desenvolvimento, cooperativa, agente, associação – lá, sentir, falar, chegar, existir). Esse engajamento retrata atuação política/militância/cidadania (colunas 1 – 4/3) (envolver, porque, territorial, participação, comunidade, sentir, trabalho, desenvolvimento). Em seguida temos (4 – 2/5) uma relação das questões Atuação social/profissional/cognitiva, com a atuação política/militância/cidadania. Na ultima relação, percebe-se a classe 6 (estudar, pai, avô, religião, católico, religioso, idade, certeza) da vida pessoal/familiar/afetiva, se relacionando com todas as outras classes (6 – 1/4/3/2/5).

Figura 18 – Classificação Léxica Descendente apresentada em dendrograma, construída pelo software Iramuteq, referente à entrevista com ES5, para compor História de Vida, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Tabela 10 – Apresentação dos percentuais dos agrupamentos hierarquizados de palavras, referentes a ES5, trazendo percentuais de seis classes de grupos com suas respectivas abrangências e hierarquizadas conforme relação de proximidade e repetição no texto.

ES5						
1	Classe 1	Classe 4	Classe 3	Classe 2	Classe 5	Classe 6
2	12,5%	17,2%	15,6%	20,3%	18,8%	15,6%
3		32,8%		39,1%		
4	45,3%					
5				39,1%		15,6%
6		39,1%				15,6%
7	Atuação política/militância/cidadania			Atuação social/profissional/cognitiva		Vida Pessoal/familiar/afetiva

Fonte: elaborado pela autora (2023).

– Como você se sente participando desse fórum para o desenvolvimento de um município? É, na verdade eu me sinto assim muito envolvido e participe, na verdade, no início eu ia nas reuniões porque era uma sistemática (exigência) da minha instituição para oferecer os produtos, mas quanto eu quando passei a participar das plenárias, dos primeiros eventos, percebi que

o que eu oferecia não era o principal assunto a tratar, quem trabalha em Conselhos, tem outras vertentes de desenvolvimento, como a questão ambiental, religiosa, segurança pública, então a gente começou a trabalhar todas essas vertentes, aí não posso somente tratar de um único assunto. Vejo que o financeiro é parte, mas precisa-se considerar as outras dimensões. O principal é cuidar dos arranjos produtivos e das parcerias empreendedoras atuando em redes, instituições de educação que se envolvam nesse trabalho, e a discussão de modo geral para fortalecer essas cadeias produtivas (Diálogo da Pesquisadora com ES5).

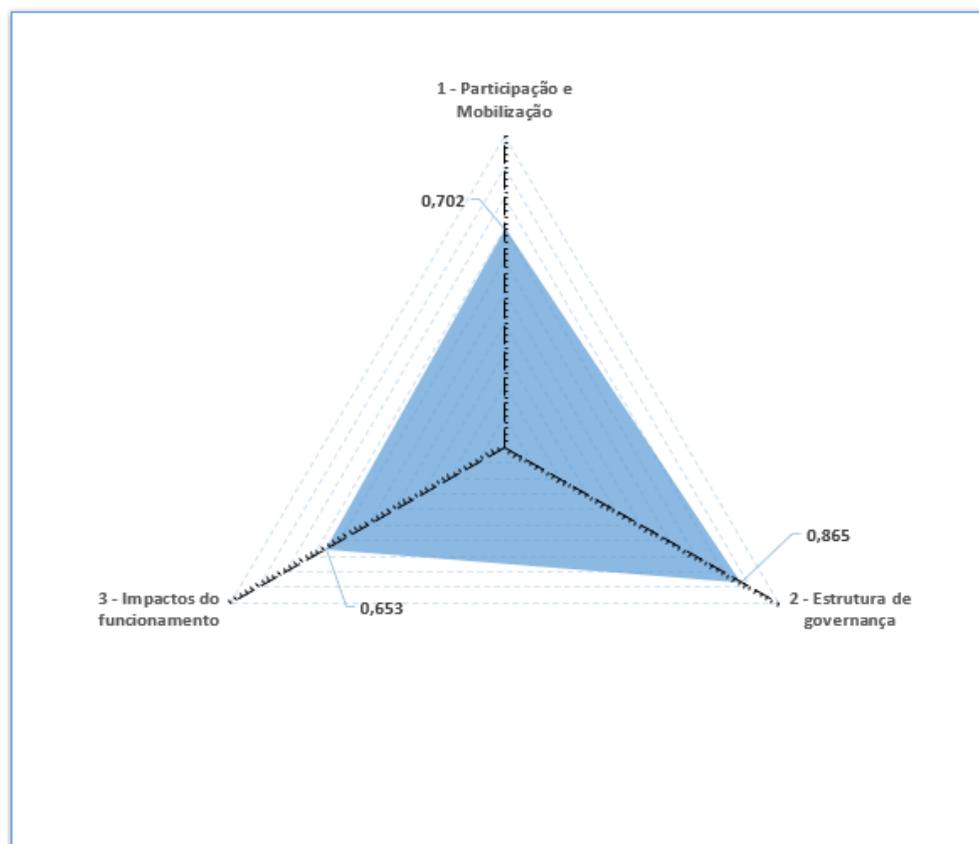
Obter renda ou lucro, embora sejam termos recorrentes, não estão isolados. O dinheiro não é a solução como princípio mas ele vem como consequência de um conjunto de valores e, formas de organização, que incluem a capacidade de planejar e fazer gestão. O papel das instituições é estar presente e auxiliar para que os mecanismos que possam contribuir para revisão de conceitos, e melhorem as capacidades das pessoas para agirem de forma articulada e organizada, entendendo que as ações coletivas trazem resultados, e os resultados devem ser pensados considerando a complexidade das relações das pessoas entre si, com suas instituições e meio ambiente.

2.4.2 Resultados do IGS

Figura 19 – Representação do resultado do Índice de Gestão Social do CMDRS de Caetés – PE, 2023.

ANÁLISE DE DADOS DO IGS - 1 - Caetés

IGS - Índice de Gestão Social



Índice de Gestão Social :	0,740
---------------------------	-------

Número de Questionários:	5
--------------------------	---

Quadro de Dimensões		
1 - Participação e Mobilização	0,702	Médio Alto
2 - Estrutura de governança	0,865	Alto
3 - Impactos do funcionamento	0,653	Médio Alto

Legenda:

0,000 - 0,200 = Baixo
 0,200 - 0,400 = Médio Baixo
 0,400 - 0,600 = Médio
 0,600 - 0,800 = Médio Alto
 0,800 - 1,000 = Alto

Dimensões e Indicadores	
Dimensão 1 - Participação e Mobilização	0,702
1.1. Capacidade de mobilização	0,300
1.2. Capacidade de decisão dos diferentes segmentos	1,104
Dimensão 2 Estrutura de governança	0,865
2.1. Capacidade de gestão do colegiado	1,127
2.2. Desempenho do funcionamento	0,603
Dimensão 3 - Impactos do funcionamento	0,653
3.1. Legitimidade	0,167
3.2. Exercício do poder	0,144
3.3. Aprendizagem	1,617
3.4. Territorialização das políticas públicas	0,760
3.5. Melhoramento dos laços sociais	0,578

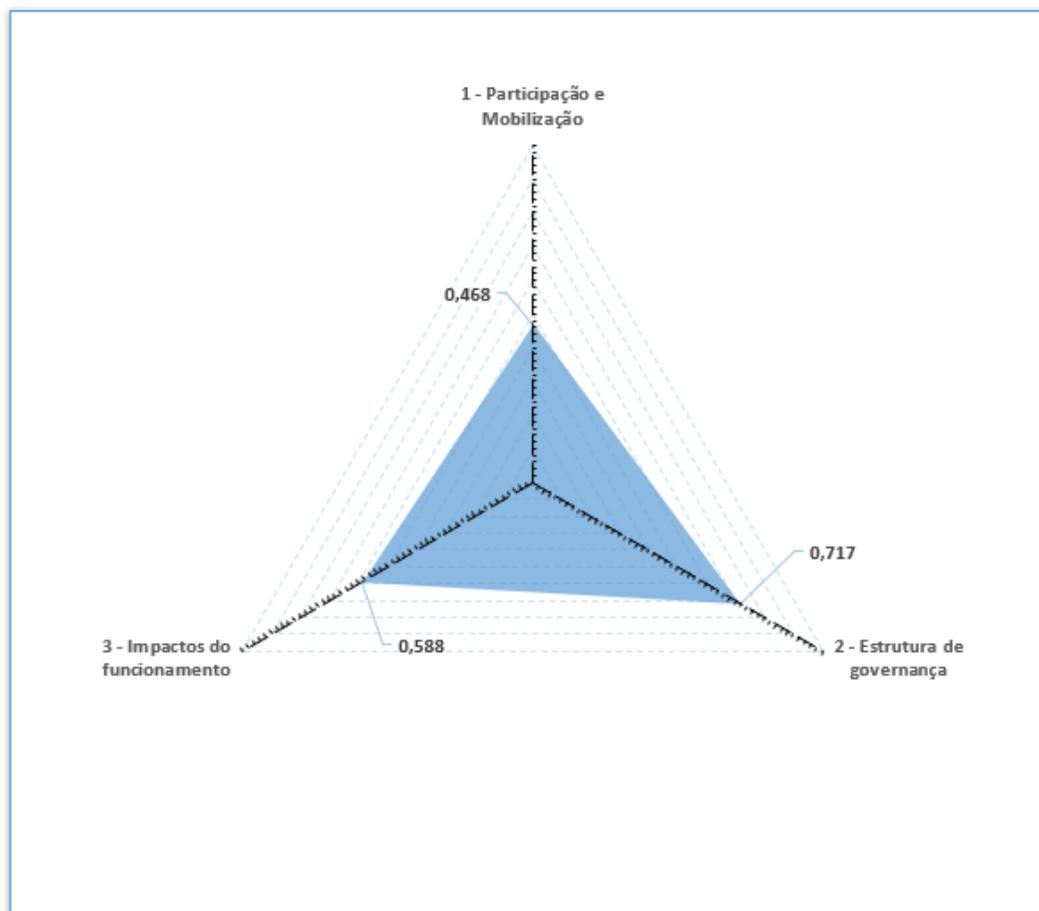
Índice de Gestão Social - IGS

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Figura 20 – Representação do resultado do Índice de Gestão Social do CMDRS de São Bento do Una – PE, 2023.

ANÁLISE DE DADOS DO IGS - 2 - São Bento do Una

IGS - Índice de Gestão Social



Índice de Gestão Social :	0,591
---------------------------	-------

Número de Questionários:	5
--------------------------	---

Quadro de Dimensões		
1 - Participação e Mobilização	0,468	Médio
2 - Estrutura de governança	0,717	Médio Alto
3 - Impactos do funcionamento	0,588	Médio

Legenda:

0,000 - 0,200 = Baixo
 0,200 - 0,400 = Médio Baixo
 0,400 - 0,600 = Médio
 0,600 - 0,800 = Médio Alto
 0,800 - 1,000 = Alto

Dimensões e Indicadores	
-------------------------	--

Dimensão 1 - Participação e Mobilização	0,468
1.1. Capacidade de mobilização	0,211
1.2. Capacidade de decisão dos diferentes segmentos	0,725
Dimensão 2 Estrutura de governança	0,717
2.1. Capacidade de gestão do colegiado	0,750
2.2. Desempenho do funcionamento	0,683
Dimensão 3 - Impactos do funcionamento	0,588
3.1. Legitimidade	0,167
3.2. Exercício do poder	0,167
3.3. Aprendizagem	1,579
3.4. Territorialização das políticas públicas	0,533
3.5. Melhoramento dos laços sociais	0,496

Índice de Gestão Social - IGS

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os resultados trazidos pelos cálculos do IGS, Figuras 19 e 20, considerando que o valor máximo seja 1, a pontuação dos dois municípios os coloca numa situação média – Caetés = 0,677 e São Bento do Una = 0,661. Os dois primeiros indicadores (1. Participação e Mobilização; e 2. Estrutura de governança) as pessoas entrevistadas atribuíram pontuação mais baixa em relação ao terceiro indicador (3. Impactos do funcionamento). Isto parece ser compreensível pois houve um longo período de pandemia (2020-2021) que obrigou à imobilização e viabilizou poucos espaços de governança.

Também considera-se a descontinuidade de políticas públicas para Agricultura Familiar, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Assim como também, a desmobilização de espaços de participação popular na gestão pública, a exemplo dos conselhos nacionais de políticas públicas setoriais.

2.4.3 Análise dos Resultados à Luz da Metodologia do *Habitus*

Através do levantamento da “História de Vida” enquanto abordagem metodológica, com caráter exploratório, nos foi possível identificar alguns padrões nos sujeitos da pesquisa que operam associadas, porém distintas, o que nos permite considerá-las como categorias.

Há uma relação evidente entre quatro dimensões da realidade de cada entrevistado: a história de vida familiar/afetiva/religiosa, a luta pela sobrevivência na agricultura ou trabalho/empregos, a atuação cidadã/sociopolítica e um quarto elemento, que é a satisfação, alegria, felicidade em estar fazendo o que fazem: ajudar, ver a vida das pessoas melhorar, resiliência e compreensão.

Esse último, parece ser a chave para impulsionar as pessoas para o engajamento social em favor do coletivo, o que demonstra a força/poder da ética cristã católica, que professa a ajuda, servindo ao próximo, numa perspectiva da autorrealização. O método do *habitus* foi observado na medida em que analisamos os tópicos sugeridos por Bourdieu para executar a pesquisa, e pode ser percebido nas seguintes situações:

1. Marcação de um segmento do social com características sistêmicas (campo): foram selecionados os agentes da pesquisa, dentre conselheiras e conselheiros, que fossem capazes de fornecer informações pertinentes a esse

estudo, e que fossem solidamente presentes, e reconhecidas e reconhecidos por pares.

2. Construção prévia do esquema das relações dos agentes e instituições objeto do estudo (posições); os critérios de inclusão e exclusão dão conta desse item, pois tanto os agentes, quanto às instituições vinculadas, são legítimos representantes dos CMDRS pesquisados.
3. Decomposição de cada ocorrência significativa, característica do sistema de posições do campo (doxa², illusio³...): ao trazer as experiências de vida, através da história registrada nas entrevistas, foi possível perceber as crenças, as motivações, a percepção do campo, que os empoderam e persuadem a se colocar como agentes sociais, de acordo com o que entendem como missão, fazendo o bem, agindo da forma certa, contribuindo voluntariamente, para a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas, e dando o seu melhor para isto. Os resultados mostram os vínculos e concatenações entre as dimensões (família, trabalho e militância) em um campo possível, sabedores dos limites e fragilidades.
4. Análise das relações objetivas entre as posições no campo (lógica): esta análise foi possível através da aplicação da ferramenta do IGS que mostra, de forma quantitativa, a posição da instituição CMDRS quanto à sua força, capacidade de gestão e geração de incidência nas políticas e na sociedade. Os resultados demonstram que, apesar dos esforços e da autopercepção de atuação satisfatória, há fragilidades importantes a serem superadas. Nesse momento, podemos inferir que as fragilidades foram agravadas pela pandemia.
5. Análise das disposições subjetivas (habitus): as entrevistas trazem essa realidade. As experiências de vida são diversas, e conforme as estruturas demonstradas nas Árvores de Similitudes e nos Dendrogramas, apresentam particularidades. No entanto, o *habitus* adquirido e reproduzido na vida pessoal e comunitária se liga à ética da ajuda e serviço ao próximo como satisfação,

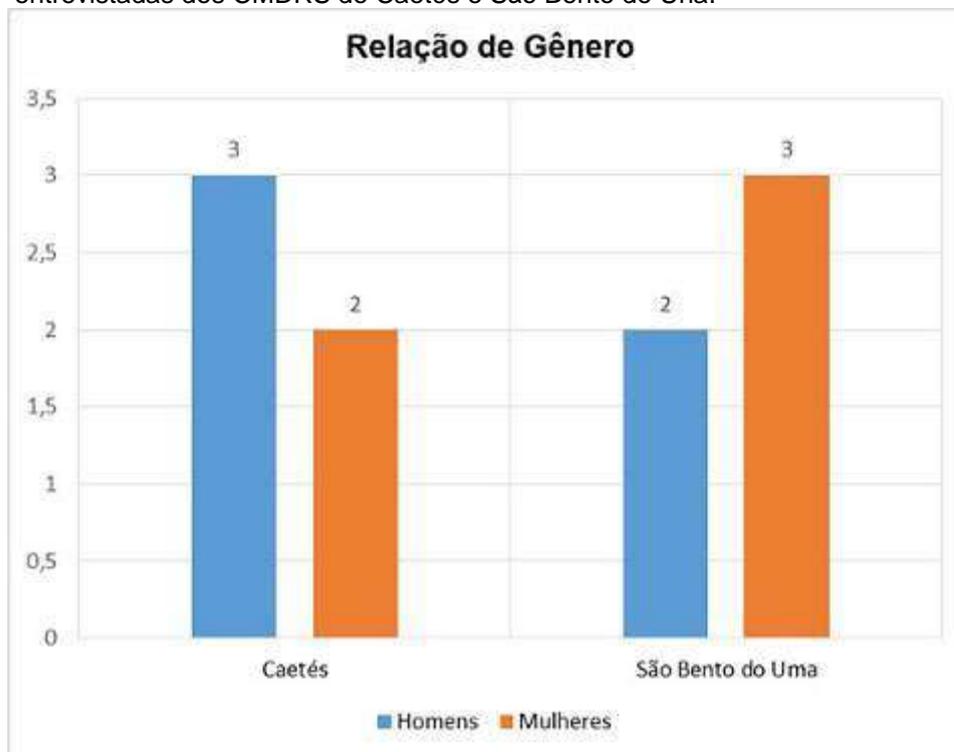
felicidade e sentimento de estar sendo útil e importante ao atender às demandas dos representados.

6. Construção de uma matriz relacional corrigida da articulação entre as posições (estrutura): as matrizes de análise trazidas – Árvore de Similitudes, Dendrograma e IGS – demonstram as inter-relações entre as subjetividades (crenças, valores éticos, missão, obrigação, direitos) e as situações objetivas (família, trabalho, CMDRS, reuniões). Essa estrutura é problematizada/questionada em situações em que exige muito esforço em presenças e discussões, e poucos resultados efetivos.
7. Síntese da problemática geral do campo: principalmente os dados demonstram incongruências entre o que buscam e acreditam estar construindo e os resultados práticos efetivamente conseguidos. O campo se mostra paradoxal. Por um lado, é simples e impõe uma rotina de reuniões, encontros, cursos, palestras, e exige presença das conselheiras e dos conselheiros. Por outro lado, não são as conselheiras e os conselheiros que decidem de forma efetiva sobre os temas, as políticas que chegam ou não chegam, os sistemas de informação e elaboração em nível de governo. Essa situação gera desconforto e exige paciência e esperança, crença e compreensão, boa vontade e tolerância com o ritmo, o jogo de poder, e o tempo da macropolítica.

Por fim, as principais situações identificadas na análise demonstram que a vida das conselheiras e dos conselheiros perpassa por dimensões existenciais e pragmáticas que os colocam com disposição para atuarem no campo. Mas, para que consigam atuar, pressupõe uma vida familiar não impeditiva, instituições de referências nas quais se apoiar (associação, conselho, igreja) e crença/esperança na possibilidade de mudar a realidade através de suas ações.

2.4.4 Análise dos Resultados à Luz do IGS

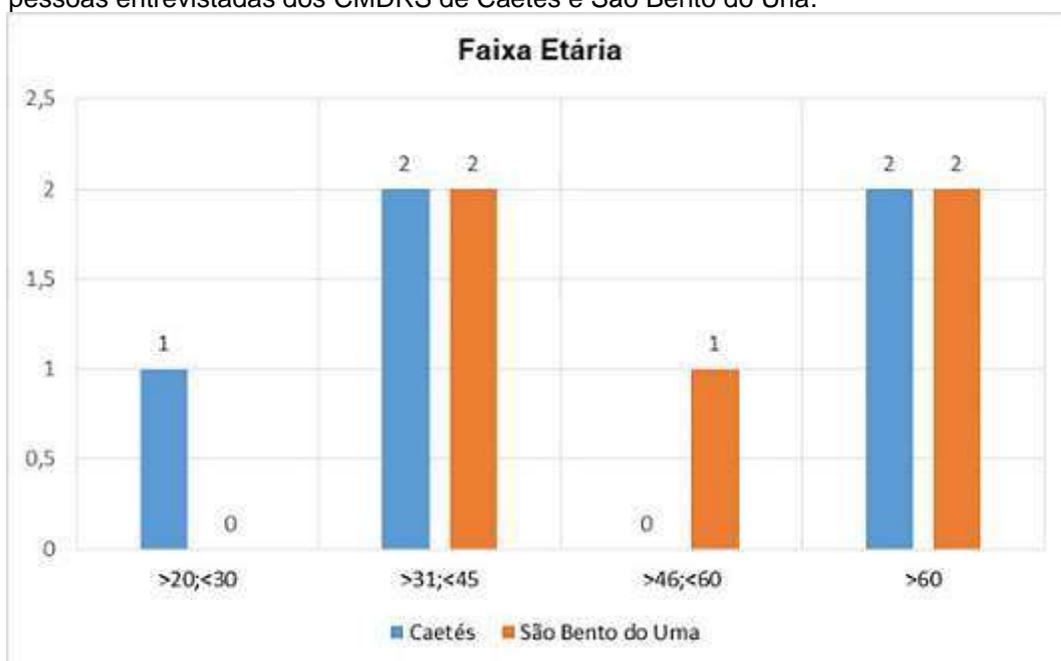
Figura 21 – Distribuição com relação ao sexo (gênero) das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A relação de sexo (gênero) entre os dois municípios se mostra equilibrada (Figura 21). No entanto, merece destaque para a seguinte situação, entre os servidores públicos e gestores, todos eram homens: dois técnicos extensionistas da instituição de ATER estadual, um secretário de agricultura e um servidor do BNB. As mulheres são das diretorias de associações rurais e sindicato, e apenas um homem da sociedade civil, sindicalista. Entretanto, como representantes do poder público, os servidores estão a serviço da sociedade, e a sociedade civil tem maioria na composição dos CMDRS. Portanto, neste campo, a relação de poder é favorável às lideranças sociais.

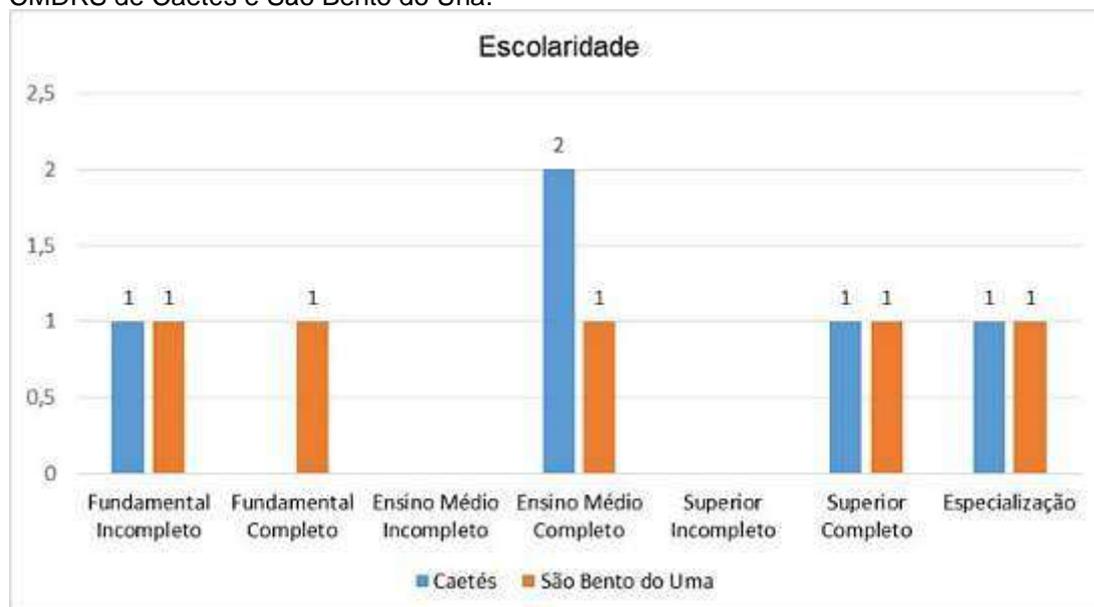
Figura 22 – Demonstração da relação de idades agrupada em quatro faixas etárias, das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Figura 22 mostra as faixas etárias e evidencia que dois grupos (31 a 45 anos e maior de 60 anos) tem igual prevalência e isto coincide nos dois CMDRS. Podemos inferir que esses na faixa dos 60 anos são oriundos das lutas pela redemocratização na década de 80, e esses na faixa de 31 a 45 são contemporâneos das gestões do Partido dos Trabalhadores que iniciou em 2003 e terminou em 2016, ambos estavam numa faixa etária propícia à formação da personalidade nos dois momentos políticos marcantes, um pela luta pela conquista de liberdade e direitos políticos e o outro da chegada ao governo como apogeu de uma luta política.

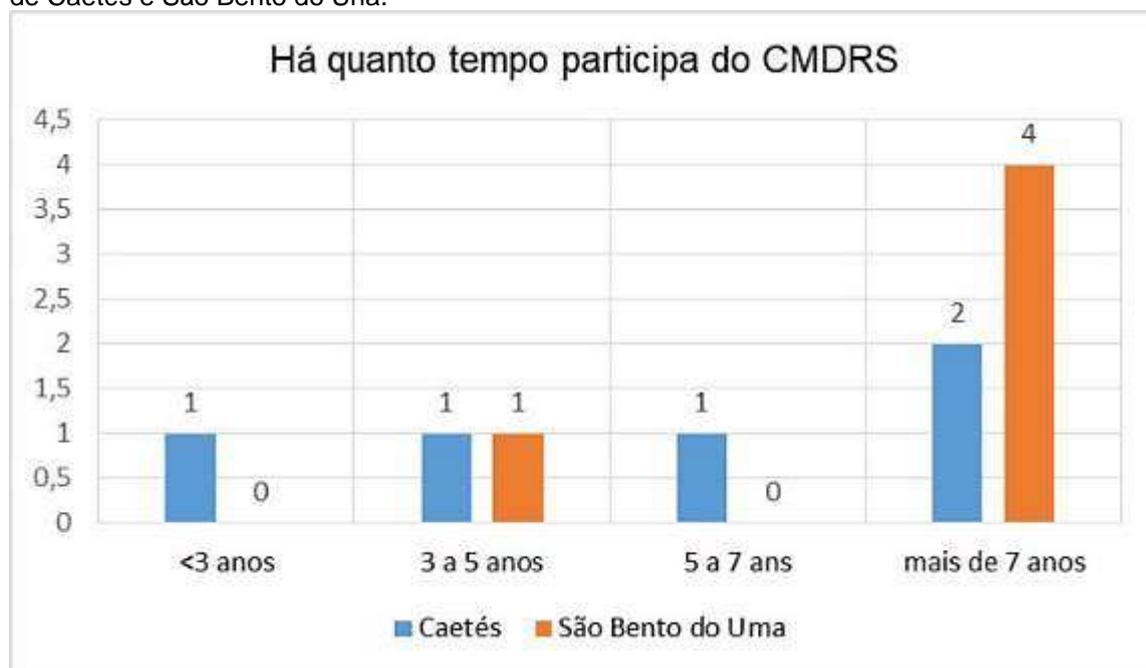
Figura 23 – Distribuição quanto ao nível de escolaridade das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A escolaridade (Figura 23) mostra que há uma diferença na formação, mas isto não parece ser motivo para nenhuma vantagem na relação concreta de poder. Todas as conselheiras e conselheiros se sentem confortáveis para interagirem e nas entrevistas, em nenhum momento, isto foi colocado, a não ser quando diretamente inquiridos e a resposta conotava ser apenas de caráter informativo, sem que isto em nada significasse uma distinção na relação política.

Figura 24 – Distribuição quanto ao tempo de participação das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una.

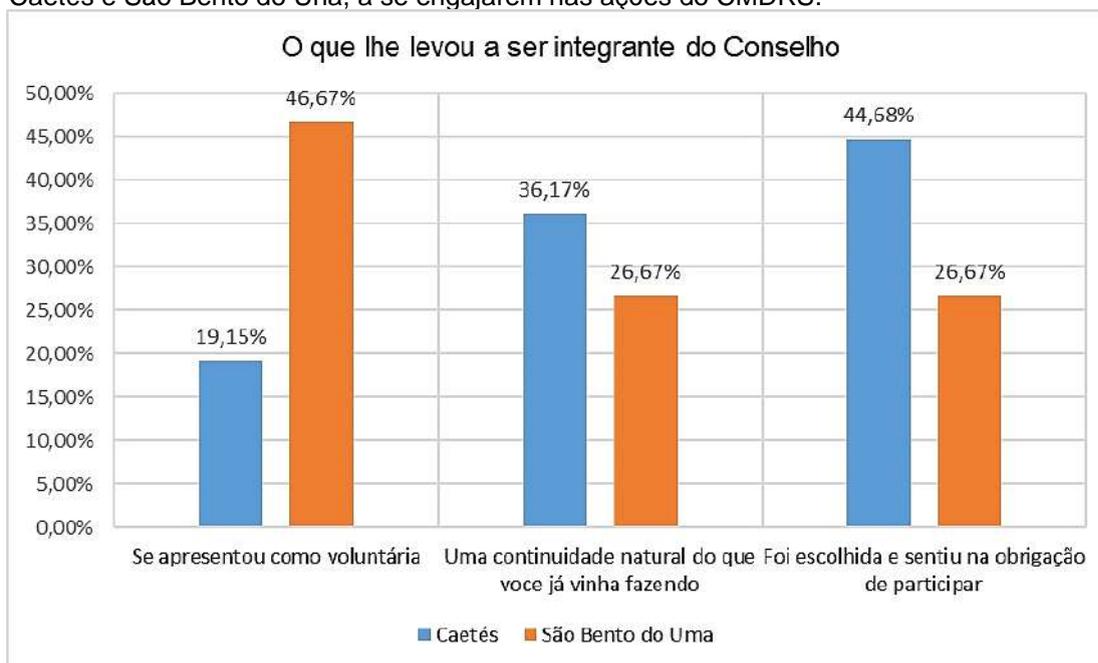


Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Figura 24 mostra quanto tempo cada entrevistado participa no CMDRS. A maioria das pessoas entrevistadas está há mais de sete anos participando. Essa realidade mostra que algumas pessoas são persistentes e se colocam em campo de forma ininterrupta ao longo da vida, mas também representa que há algo com a questão de sucessão nos cargos de diretoria nos CMDRS, pois a juventude não parece demonstrar muito interesse em ocupar esses espaços, assim como também, nas associações. Há conselheiras e conselheiros que discorrem sobre este fenômeno, apontando como um problema.

Também relatam que chegam a participar de mais de um conselho e/ou comissão, justamente pela falta de interesse de outras pessoas em participarem. E sentem que a não participação de um representante de suas instituições nestes foruns de poder, faz com que elas percam espaços e possíveis benefícios.

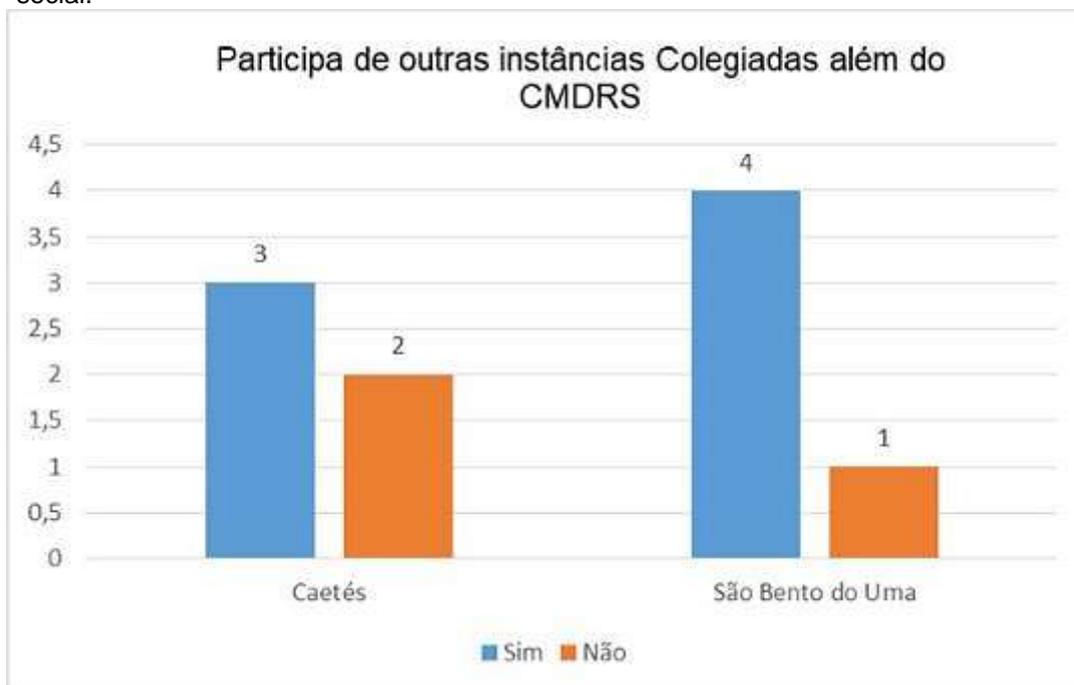
Figura 25 – Demonstração quanto a motivações que levaram as pessoas entrevistadas de Caetés e São Bento do Una, a se engajarem nas ações do CMDRS.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Figura 25 mostra os motivos que levaram as pessoas entrevistadas a se engajarem no CMDRS. Nessa representação temos, entre quem participa porque se colocou como voluntário e quem participa porque se viu obrigado, pois os cargos estavam vagos e essa “obrigação” é sinônimo de compromisso político com as causas defendidas pelo CMDRS. Três questões foram aplicadas e respondidas para compor os percentuais deste gráfico: a) Se apresentou como voluntária? b) Foi uma continuidade natural dos trabalhos que já vinha fazendo? e c) Foi escolhida pela sua instituição, e se sentiu na obrigação de participar? O município de Caetés demonstra ter mais dificuldade em encontrar lideranças dispostas a assumirem tais funções, mas nem por isto deixa de se fazer presente.

Figura 26 – Demonstração quanto ao envolvimento das pessoas entrevistadas dos CMDRS de Caetés e São Bento do Una, em outras instâncias de protagonismo e controle social.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A Figura 26 reforça a dificuldade de se encontrar pessoas para participarem das instâncias colegiadas apresentadas na Figura 25, pois os mesmos que participam no CMDRS, também ocupam cadeiras em outros colegiados, em geral, outros conselhos no próprio município. No entanto, pode ter havido um entendimento quando perguntados que a participação no sindicato ou associação comunitária também se caracteriza como instância colegiada, nesse caso não seria um acúmulo, mas uma complementaridade, já que o CMDRS é uma entidade que admite como membro outras entidades.

2.4.5 Análise dos Resultados à Luz da Conjuntura Sociopolítica

Ante o quadro da atual conjuntura sociopolítica, com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), abre-se perspectiva da retomada da estratégia da participação social que avançou significativamente nas gestões anteriores do PT (2003-2015) que se encerrou com o fim do mandato da Presidenta Dilma Vana Rousseff, frustrado pelo Golpe-2016 (Santos; Baccega; Mateus, 2021) e a implantação de um modelo de governo neoliberal (Cavalcanti; Venerio, 2017) que desmontou, através de decreto, os canais de participação social (Brasil, 2019).

Entretanto, o contexto global atual é diferente daquele da gestão anterior do PT e há que se rediscutir algumas estratégias, acrescentando e revendo elementos para a análise. Tendo em vista a formulação de uma nova versão das políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida das famílias, é importante pensar o local como *locus* privilegiado como ponto de partida para a formulação das políticas e ponto de chegada dos resultados efetivos dos investimentos. Para tanto, precisa-se considerar métodos mais efetivos para garantir a participação da sociedade (Teixeira, 2001).

A estratégia de desenvolvimento territorial deu origem a diversas políticas no Brasil em âmbito municipal, estadual, nacional e também em diversos países da América Latina com vários resultados positivos, mas também com muitos limites (Cardoso, 2011). Dentre as ações exitosas para o bioma semiárido, pode-se destacar aquelas produzidas a partir do conceito da Convivência com o Semiárido (Baptista; Pires; Barbosa, 2021; Machado; Dias; Silva, 2017), protagonizada pela sociedade civil organizada na rede da ASA (ASA, 2002, 2022).

Foram muito importantes, no início dos anos 2000, as discussões que delimitaram e classificaram definições distintas para caracterizar o rural e o urbano (Veiga, 2005) e, por outro lado, promovesse o encontro e imbricação entre esses dois espaços em um conjunto maior formando um território de identidade, complexo, mas incluyente (Abramovay, 2000, 2006; Favareto, 2010; Favareto; Schröder, 2007), de modo que esse rural depende muito da dinâmica urbana e, especialmente nas pequenas cidades, a produção e a renda dos agricultores familiares movimentam o comércio no espaço urbano. O entrevistado ES5 teve a oportunidade de estudar sobre

o desenvolvimento para o meio rural, para exercer suas atividades laborais, vejamos:

– Quando você entrou no Banco, recebeu instrução, capacitação para poder trabalhar com agricultores? A gente enquanto nessa nova função que foi criada em 97 – Agente de Desenvolvimento, teve uma série de cursos relacionados com o desenvolvimento local, também, muitos desses cursos ligados ao PNUD para ajudar as Nações Unidas, e a gente teve também de Desenvolvimento Rural Participativo (DRP), e uma série de capacitações de economia regional, economia nacional, economia Internacional. Teve também muitos cursos internos, nós temos uma Comunidade Virtual (CV) aqui. Cursos de uma unidade de CV de Aprendizagem, a gente trabalha também cursos voltados para o desenvolvimento territorial e organização, cursos em relação à questão ambiental, associações e cooperativas, até porque ser Agente de Desenvolvimento é ter um trabalho diferenciado para trabalho externo, que venho fazendo desde 97, eu me envolvi cada vez mais. Participava das reuniões dos Conselhos, depois vem aqui o advento das Reuniões Territoriais, e cresceu muito no governo! E a gente ia... agregou, somou mais, a gente fez um trabalho muito interessante, vem fazendo, continua, apesar de não ter as mesmas estruturas, menos condições que ano passado, a gente continua fazendo esse trabalho (Diálogo da Pesquisadora com ES5).

Diante da situação sociopolítica da população no período 2003-2015, que vinha tendo avanços significativos em várias áreas (empregos, educação, renda) o que não foi suficiente para evitar que houvesse engajamento social em mobilizações dos movimentos de extrema direita que protagonizaram as circunstâncias que culminaram com o impeachment, sem crime, mas fundamentada em campanha midiática e procedimentos jurídicos manipulados (Mance, 2017), faz-nos questionar sobre a relação que existe entre políticas públicas efetivas e ampliação da consciência política.

Sobre isto, é possível concordar que a conscientização política favorece a participação cidadã para elaboração das políticas públicas, mas as políticas públicas por si sós, não asseguram conscientização política que leva ao exercício da cidadania. Isto está de acordo com as interpretações de vários autores. Vejamos o relato de ES2 sobre sua participação cidadã:

[...] eu me sinto bem, eu me sinto importante, importante no sentido de poder colaborar, como eu moro aqui, com minha comunidade, levar uma opinião, uma sugestão, de tentar com palavras ou pensamentos colaborar com o crescimento coletivo, e como ser humano me sinto bem, em outros momentos como ser humano, a gente se sente frustrado com brigas, com pensamentos pequenos, a gente espera que as pessoas pensassem um pouco diferente, por estarem um pouco evoluídas, sem pensar no próprio umbigo [...] participar do Conselho me faz sentir bem, colaborar como pessoa. Ainda tenho esperança para as coisas melhorarem. [...] Estou aqui

há 15 anos, desde que cheguei aqui, sempre participo do Conselho, acho que passei um ano sem frequentar, que estava indo outra colega, mas, diria a você que sem o Conselho seria pior, porque o Conselho é a ponte de fazer chegar às políticas públicas nas associações, das associações nos seus sócios, nos agricultores, sem ele eu acho que a polarização, o domínio político, o coronelismo, seria bem mais forte. A gente sabe que ainda tem algumas coisas que estão em desacordos hoje em dia, nem tudo, não só aqui no Conselho, mas em outros lugares, tem algumas imperfeições, mas eu acho que o Conselho daqui é bem mais positivo do que negativo, é um Conselho onde as pessoas conversam, discutem, brigam, mas procuram um entendimento, tentam procurar um entendimento. Há pessoas que nunca vão chegar num consenso, tem pessoas que são de acordos, de dialogar, e outras que só querem saber de briga, mas eu entendo que o Conselho é um espaço indispensável para os agricultores (Entrevistado ES2).

James Perry e John Kingdon (1984), no livro "*Agendas, Alternatives, and Public Policies*" argumentam que a tomada de consciência política é um fator importante na definição da agenda e incidência nas políticas públicas adotadas. Eles destacam a interação entre os atores políticos, as instituições governamentais e a opinião pública na formação das políticas (Perry; Kingdon, 1985). Vejamos o relato de EC1 sobre sua tomada de consciência política:

[...] eu fiquei quatro anos na universidade, mas, a carga que eu tenho mesmo assim vem do conhecimento social, ele não veio da universidade, ele veio desse começo de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com todo esse contexto que é ser trabalhador, e lutar pela vida do trabalhador e da trabalhadora. Então o Enfoque me ajudou muito a ter por exemplo, argumentos, a me posicionar a conseguir enxergar as coisas de uma outra forma, e não só de forma sintética, mas, fazer análise sobre o que eu estava pensando, sobre o que eu estava ouvindo, sobre os projetos. O que era que eu ia mudar na vida das pessoas, o que era que iria favorecer ou atrapalhar, então, antes eu não tinha essa maturidade, depois desses processos formativos que a gente adquire, tanto a questão do posicionamento e dos argumentos, e a necessidade de estudar, de ler de compreender, também nos ajudam muito nesse sentido, e para a questão de participar do território de tomar decisões (Entrevistada EC1).

Betz, Michael, Frances Fox Piven e Richard Cloward (1971), exploram a relação entre a mobilização política e as políticas públicas no livro "*Regulating the Poor: The Functions of Public Welfare*". Eles argumentam que a tomada de consciência política dos grupos marginalizados é essencial para pressionar por mudanças nas políticas públicas que abordem a pobreza e a desigualdade social (Betz; Piven; Cloward, 1972). A entrevistada ES1 nos relata sobre a necessidade do olhar para o outro, e da

importância da união para lutar pelos direitos de quem encontra-se sofrendo por desigualdade social e falta de consciência política, que se ilude com promessas de políticos:

[...] e muitas vezes que a gente discute no Conselho benefícios que nem cabe para nossa associação. – Como é que você se sente nesse sentido, de estar lá, discutindo para melhorar a condição de vida do povo de outra associação que não é da sua? Então eu me sinto orgulhosa por estar buscando uma coisa que não é só para mim, na verdade, eu nunca pensei muito em mim, porque assim comparado a muitas situações que a gente vê, as pessoas são muito abandonadas, se tem muitas promessas, associação principalmente em época de política, as pessoas são muito lesadas, se promete muito e não se vê cumprir, e muitas vezes a gente está ali para defender, para buscar, e através da presidência do Conselho e das associações, as coisas chegam com mais facilidade do que uma pessoa neutra ir lá buscar. E juntos, todos juntos, às vezes não chega, mas pelo menos a gente faz barulho para isso (Diálogo da Pesquisadora com ES1).

Thomas Dye (2017), no livro "*Understanding Public Policy*" discute como a ampliação da consciência política influencia o processo de formulação, implementação e avaliação das ações de governo. Ele enfatiza a importância da participação cidadã, da educação apropriada e do engajamento para o protagonismo social para melhorar as políticas públicas (Dye, 2017).

– Como a Senhora se sente em trabalhar como voluntária em prol do município, dentro do Conselho? Eu vou para lutar por aqueles que não têm. Por aqueles que têm menos, aqueles que muitas vezes não têm nem o básico, eu vou para lutar por eles. Está ruim dentro do município, muitos estão mal na associação, vou para lutar por eles, porque se cada associação, se cada lugar fundar uma associação, tiver um bom conselheiro, ele vai conseguir alguma coisa para o pessoal dele, que está lá sofrendo, porque se não tiver alguém lá dentro (do Conselho) para puxar, para dizer a situação que vivem, ninguém vai lá, eu me sinto feliz quando eu faço alguma coisa por eles (Diálogo da Pesquisadora com ES4).

A entrevistada ES4, em seu relato, nos remete a Paulo Freire (2003), que aborda a relação entre políticas públicas e tomada de consciência política em sua obra "Pedagogia do Oprimido" publicada em 1968. Argumenta que a conscientização política é fundamental para a transformação social e para a participação efetiva nas decisões políticas (Freire, 2003). Dentre outros autores (Dagnino, 2004; Silva;

Cançado; Santos, 2017; Teixeira, 1997), que reforçam essa relação necessária entre a consciência cidadã e a participação nas políticas tendo em vista o bem comum. O entrevistado EC5, agricultor familiar, idoso, sindicalista e ativista das causas da Agricultura Familiar, nos relata a importância que sente em participar das ações do Conselho e se sentir percebido. Esta é uma temática cara ao meio rural, a geração.

– Como o Senhor se sente enquanto pessoa, ocupando uma cadeira no Conselho que trata o Desenvolvimento Rural deste município? Eu me sinto privilegiado pelo seguinte: por eu ser visto dentro do município, pelos gestores do município, umas outras pessoas que atuam dentro do município, que eles me veem como pessoa e como representante. Eu me sinto. Quando eu sou convidado para fazer parte de qualquer um órgão aqui mesmo no município, ou até fora do município. Eu me sinto como é que eu posso dizer, orgulhoso, por eu ser enxergado por eu ser visto, por eu ser uma pessoa que as outras pessoas me veem com bons olhos (Diálogo da Pesquisadora com EC5).

O desenvolvimento territorial, ou o território como campo de atuação dos atores que constroem o desenvolvimento local, é dinâmico e apresenta diversas faces e significados interdisciplinares (Abramovay; Favareto, 2008). Experiências demonstram, a exemplo do estado da Bahia, que o envolvimento social (através do Colegiado Territorial) e o poder público (em consórcios de municípios) pode ser salutar e representar de forma sistêmica o conjunto da sociedade no território (Fornazier; Perafán, 2018), desde que haja uma efetiva governança social (Silva *et al*, 2023). O entrevistado EC5 nos relata sobre como sente a importância da sua participação, nos fóruns de discussões e construções coletivas:

– Como você se sente enquanto pessoa, ocupando uma cadeira em um Conselho que trata de melhorar a vida das pessoas? Bom, antes de qualquer coisa, a primeira coisa que me vem à cabeça: eu me sinto muito honrado de poder estar participando ali, e vendo que as pessoas me reconhecem, que eu posso contribuir, e é por isso que eles me convidam! É a primeira coisa que me vem, que me deixa em evidência sabe, porque no momento que deixarem de me convidar, eu ficarei muito triste, porque seria sinal de que eu não estou mais contribuindo, é mais ou menos por aí (Diálogo da Pesquisadora com ES5).

Os processos de participação também produzem efeito pedagógico, pois propiciam aprendizados e valorizam as ações coletivas, com isto, amplia-se a consciência política e motiva para a participação cidadã como mecanismo de produzir

a inclusão social de forma emancipada, sem dependência de agentes externos, e os segmentos sociais historicamente cerceados vislumbram possibilidades, fortalecem suas identidades e se auto percebem como sujeitos dos processos sociais e se propõem a fazer o controle social das políticas (Perafán, 2007). O entrevistado EC4 nos relata sobre seu processo de aprendizagem a partir da participação.

– De onde vem esse negócio da gente se colocar no lugar do agricultor quem ensinou isso? Eu acho que é no dia a dia viu, eu acho que a gente vivenciando... uma coisa é você receber a capacitação, e outra coisa você tá no campo mesmo ali, vendo a realidade, então acho que o dia a dia ensina a você se colocar primeiro. Eu sou muito muito aberto, e desde pequeno eu sempre tive essa questão de me colocar no lugar do outro, mas assim pega muito mais forte, quando você se depara com a situação de uma família que está em pior condições do que a sua (Diálogo da Pesquisadora com EC4).

Entretanto, tais modelos de gestão tendem a privilegiar os segmentos sociais mais capazes de se agruparem e se organizarem em instituições que intermediam as relações com o poder público e são capazes de absorver as exigências burocráticas dos Programas, quase sempre desconectadas das situações reais em que se encontram as famílias e funcionam como filtros dificultadores do acesso aos benefícios, com isso, privilegia-se os já “privilegiados” dentre os segmentos excluídos e reproduz as alternativas “elitistas” que resolvem os problemas de forma segmentados, atingindo situações particulares e perdendo de vista as soluções coletivas (Perafán, 2007).

É importante, pois, que as Políticas Públicas sejam feitas a partir das alternativas adotadas pelas famílias e comunidades, de forma coletiva, como a solidariedade, a partilha, a comunhão, a ajuda mútua. Pois esse modelo seria bem entendido e assimilado pelas comunidades como uma extensão ampliada e universalizada daquilo que já praticam. O respeito e assimilação dos aspectos culturais locais estarão sendo contemplados nesse formato.

O ambiente rural ainda é um espaço onde os serviços públicos são mais relegados. Os serviços de saúde, educação e saneamento são privilégios das zonas urbanas. Para que esta realidade seja enfrentada e resolvida, a ênfase no rural como campo preferencial para a implementação de ações incluídas se faz importante, pois trata-se de um espaço de onde sai os alimentos para a sociedade e, paradoxalmente,

onde se encontra as maiores inseguranças alimentares (Bacelar; Favareto, 2020; Tecchio, 2012). Sobre essas questões, vejamos o relato da entrevistada ES3:

Muitas pessoas não têm nem o que comer dentro de casa, e como é que vai pagar uma taxa de associação? Isso, muitas vezes as pessoas não têm condições. A gente tem que pensar nisso também [...] Fazer uma comissão dentro do Conselho, divide o trabalho, uma pessoa da comissão vai em duas associações, a outra vai em duas e duas, e assim vai dividindo o trabalho. Mas precisamos saber como eles estão lá (Entrevistada ES3).

A soberania e segurança alimentar representam relevantes aspectos a ser considerados como mobilizadores e como bases estratégicas para que outras soluções aconteçam de forma “complementar”, por adição, no enfrentamento das causas e consequências do grave problema da desnutrição e fome (Grisa *et.al.*, 2022), reconhecendo na alimentação um direito humano básico a ser assegurado a todos os brasileiros (Zanini; Soares; Ahlert, 2021), e considerando que é uma situação-problema complexa que afeta a sociedade globalmente (Équiterre, 2005; FAO, 2022), e que está sendo enfrentada como grande desafio em diversos países por diferentes meios (Poulain; Proença, 2003; Ruaf, 2008; Touzard, 2007).

Portanto, qualquer ação exige mecanismos que mobilizem os diferentes segmentos sociais a partir de suas demandas e de suas alternativas coletivas já em curso, e também demanda que o Estado opere de forma articulada entre os entes federados; municípios, estados e União e, no interior destes, articulação entre as diferentes secretarias e ministérios a fim de que otimize os recursos e facilite os acessos às políticas. A burocracia e os mecanismos de controle devem ser democratizados e operarem, não como dificultadores, mas como facilitadores de acesso e garantidores da ética na gestão pública.

A Agricultura Familiar resiliente e efetiva (Bacelar; Favareto, 2020; Bazin; Roux, 1995), a Economia Solidária como forma de relação interpessoal (Singer, 2002), e a Agroecologia como forma de produção sustentável de alimento (Roberto Caporal; Fernández; Garcia, 2001), são importantes práticas a serem adotadas para o enfrentamento de diferentes problemas da atualidade. O entrevistado EC3, agricultor familiar – resiliente e efetivo, idoso, nos dá um exemplo de participação, auxílio ao próximo, e do sentimento de utilidade:

[...] é no jeito feliz de estar servindo, quem não serve para servir não serve para viver, a gente tem aquele prazer e muitas vezes muito feliz. Vê uma pessoa que está com necessidade ali, recebe alguma coisa e obrigado. Porque agora, tem gente que não agradece, mas a maioria agradece, mas a gente se sente muito bem porque está sendo útil né (Entrevistado EC3).

A ideia de pensar a alimentação como eixo para nortear uma nova geração de políticas territoriais, embora não o único, é que se trata de urgência. A cadeia de alimentos é controlada por poucas grandes empresas, o consumo de ultraprocessados, o retorno da fome ao Brasil, a crise ambiental antrópica sendo sentida.

O comprometimento da produção de alimentos, faz com que a alimentação seja um ato político para além do simples comer e que, há tempos, vem sendo formulados caminhos criativos (Fourcade; Muchnik; Treillon, 2010) e sendo criado sistemas para essa construção, a exemplo da *Système Agroalimentaire Localisé* (SYAL) que se propõe a combater a pobreza rural (Muchnik, 2004; Requier-Desjardins, 2010), através do fortalecimento e organização da produção local (Bacelar; Favareto, 2020; Muchnik, 2004).

Esta realidade está sintonizada com aquilo que vem sendo tema das discussões nos CMDRS pesquisados: acesso à água, crédito para produção de alimentos, ATER específica para produção, mecanismos de comercialização da agricultura familiar em circuitos curtos e vendas diretas aos consumidores, vendas institucionais e outras alternativas, práticas que evidenciam a busca por Segurança Alimentar e Nutricional como motivo agregador e desencadeador de processos.

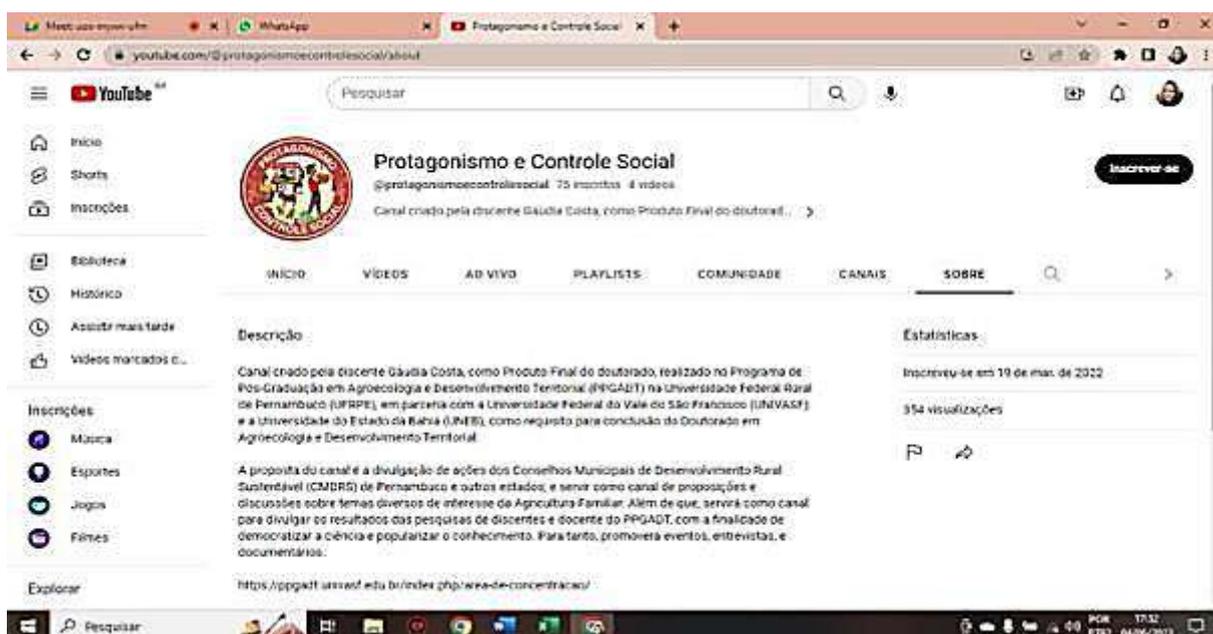
3 PRODUTOS TÉCNICOS FINAIS

3.1 Produto de comunicação

Este produto surge das pesquisas de campo, realizadas junto aos CMDRS de Caetés e São Bento do Una – PE. O produto consiste em um canal no *YouTube*, intitulado Protagonismo e Controle Social (Figura 31), que tem a finalidade de divulgação de ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; assim como de servir como canal de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar. O veículo também objetiva divulgar os resultados das pesquisas de discentes e docentes do PPGADT, com a finalidade de democratizar a ciência e popularizar o conhecimento. Para tanto, promoverá eventos, entrevistas e documentários.

Todo processo de construção e fundamentação para a criação do produto, está descrito no livro *Protagonismo e Controle Social: O Canal* (Figura 10), que compõe esta tese. Ele está subdividido em doze partes, a saber: a primeira parte traz a apresentação, elaborada por Diana Alexandrino Pinheiro (discente do PPGADT), a segunda parte traz as minhas informações curriculares, bom como do Orientador Prof. Dr. Jorge Mattos, do Coorientador Interno Prof. Dr. Wagner Lins Lira e Coorientador Externo Prof. Dr. Marcelo Miná Dias; a terceira parte traz a introdução; em seguida, os capítulos: 1) Produto de Comunicação; 2) Protagonismo e Controle Social; 3) A comunicação entre os CMDRS do estado de Pernambuco; 4) Descrição do Produto de Comunicação e sua finalidade; seguido de Referências, Apêndice e Anexos. O livro contém 57 páginas, com a capa.

Figura 27 – Imagem do Canal Protagonismo e Controle Social, YouTube, 2023.

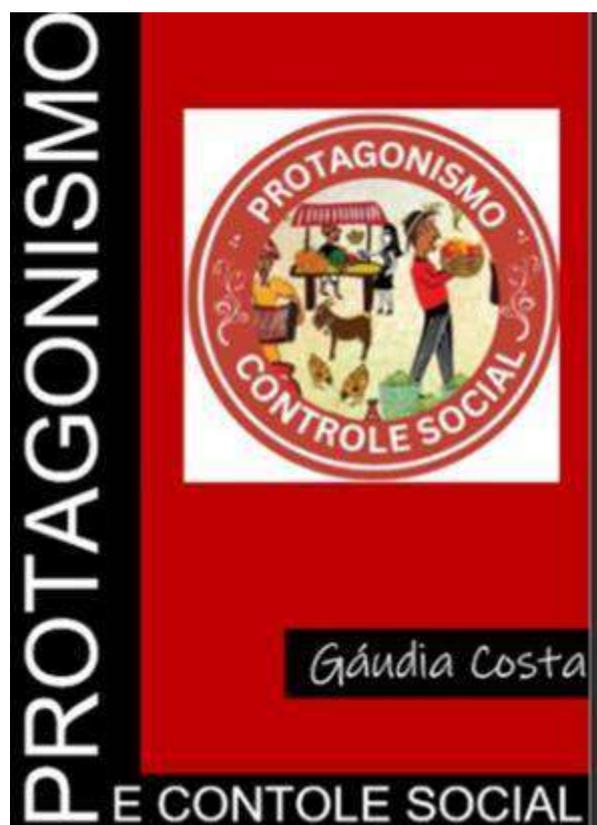


Fonte: Youtube, (2023).

3.2 Produto de Editoração

Produto elaborado cumprindo o que é determinado pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) para a produção dos produtos finais interdisciplinares, seguindo a orientação da normativa do Grupo de Trabalho CAPES, para produção Interdisciplinar, no item 16 – Produto de Comunicação.

Figura 28 – Capa e entrecapa do Produto Editorial, 2023.



Protagonismo e Controle Social
O Canal

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Este livro (Apêndice 4), apresenta a jornada de criação e desenvolvimento de um canal do YouTube intitulado "Protagonismo e Controle Social". O canal tem como propósito explorar a relevância da tecnologia de informação, e como objetivo a divulgação de ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; assim como de servir como canal de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar.

Dividido em quatro capítulos cuidadosamente elaborados, cada um abordando aspectos específicos e interconectados, este livro busca oferecer uma visão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades inerentes ao tema. Vamos mergulhar em uma jornada que nos levará a refletir sobre a natureza dos produtos de comunicação, o papel do protagonismo e controle social, a importância da comunicação entre os CMDRS no estado de Pernambuco, além de fornecer uma descrição detalhada do produto de comunicação e sua finalidade.

Figura 29 – Produto Editorial, 2023.

3 PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL

Participação é a capacidade de assumir um papel ativo e decisivo na vida, na sociedade ou em determinada situação. O protagonista é aquele que assume a responsabilidade por suas ações, toma iniciativas, busca soluções e enfrenta os desafios de forma proativa.

É a habilidade de tomar as rédeas da própria vida e agir de maneira autônoma em relação aos problemas e oportunidades que surgem. Trata-se de uma abordagem que valoriza a participação cidadã, o diálogo, a cooperação e o respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (PREZRE, 2003).

O termo protagonista vem do grego *protagonista*, "protos" significa primeiro ou primeiro a "agente" significa ator ou ator principal. É um termo usado em teatro para referir-se ao ator principal de uma peça. Assim, em literatura, refere-se ao protagonista principal da obra. Atualmente, o termo está associado à diversidade humana, que se refere a qualquer tipo de diversidade humana, incluindo a diversidade de gênero, de orientação sexual, de raça, de idade, etc. (PREZRE, 2003, p. 43).

No contexto das famílias sociais, o protagonismo é uma abordagem político-democrática que busca promover a participação ativa dos trabalhadores em seu próprio processo de construir soluções para seus problemas. Nessa perspectiva, as organizações familiares são incentivadas a assumir a sua própria liderança, desenvolvendo habilidades como autonomia, responsabilidade, liderança e cooperação. A ideia é que o protagonista ajude a formar cidadãos mais ativos, responsáveis e engajados com a sociedade (SOLÍS, 1992, 2004).

O protagonismo é um conceito muito específico e relevante, na medida em que se pode ter compreensão em relação aos diferentes setores, atividades e ações associadas. Por isso, é preciso que a sociedade se liberte de alguns preconceitos e estereótipos, para poder sentir os benefícios de um estilo de participação de sua parte na sociedade perante a responsabilidade social de seus atores.

Assim, buscando melhorar a liderança e abertura por parte dos atores sociais face à diversidade humana e étnica dos que vivem a migração (BRUNOS-FERRAZ; VARELA-VARELA, 2017, p. 95).

Assim, uma pessoa protagonista desenvolve a habilidade de assumir um papel ativo e transformar na sociedade em que está inserida, por meio de ações que impulsionam mudanças sociais positivas. Isso pode se manifestar de diversas maneiras, tais como atuação da atuação no voluntariado em grupos, coletivos, organizações, movimentos sociais ou projetos comunitários.

Essas iniciativas podem ter como propósito a defesa de direitos, a busca por justiça social, a preservação ambiental, a luta contra a discriminação e a superação da exclusão de vida da população, entre outras coisas. Controle Social, por sua vez, é um processo de participação cidadã que visa garantir a construção dos resultados planejados nos respectivos setores públicos.

De certa forma, no contexto da educação e formação de líderes, além de outras formas de implementar ações governamentais que visam às comunidades, os CDTOS desempenham um papel de certo protagonismo e controle social, pois possuem um conjunto de iniciativas e práticas que lhes permitem influenciar e fiscalizar as ações de Estado, dos governantes e dos funcionários públicos, com o intuito de assegurar o cumprimento das leis e a transparência na gestão pública (ABRAMOVICH, 2005).

Existem diversas formas de participação e envolvimento social, como a participação em reuniões de política pública, audiências públicas, manifestações, petições, monitoramento de programas e projetos sociais, entre outros. Por meio dessas práticas, a sociedade pode exercer influência nos debates governamentais, denunciar irregularidades e prestação de serviços, e demandar irregularidades e violações de poder.

Essa participação é essencial para a construção de uma cultura de cidadania, que valoriza a transparência, a responsabilidade e a ética na gestão pública. É importante salientar que o controle social não se limita apenas à denúncia de irregularidades na corrupção, mas também envolve a participação efetiva e

Fonte: elaborado pela autora (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa verificou o papel fundamental dos CMDRS como agentes de protagonismo e controle social. Ao longo do texto, destacou-se a importância desses órgãos na promoção de políticas e práticas sustentáveis em nível local, enfatizando sua capacidade de envolver a sociedade civil na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Os CMDRS têm se mostrado instrumentos eficazes para garantir a participação popular e a transparência nas execuções de políticas públicas, permitindo que diferentes setores da sociedade, como ONG, movimentos sociais, poder público e representantes da Agricultura Familiar, tenham voz ativa na definição de diretrizes e estratégias para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Essa diversidade de vozes contribui para a formulação de estratégias mais abrangentes e inclusivas, capazes de abordar os desafios socioeconômicos, ambientais e culturais específicos de cada região.

Ao reunir representantes de diversos segmentos da sociedade em um espaço de diálogo e deliberação, esses conselhos fomentam o debate, o intercâmbio de ideias e a construção coletiva de soluções para desafios sociais, ambientais, econômicos e culturais. Além disso, contribuem para o fortalecimento da democracia participativa, tornando os processos decisórios mais inclusivos, legitimando as ações governamentais e garantindo o cumprimento de metas e compromissos.

Através da análise dos resultados obtidos junto aos dois CMDRS estudados, constatou-se que a participação da sociedade civil nesses órgãos tem o potencial de impulsionar a implementação de políticas sustentáveis e a transformação efetiva das comunidades. A promoção do desenvolvimento econômico equilibrado, a proteção dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida, e a promoção da justiça social são alguns dos objetivos que podem ser alcançados por meio do protagonismo e controle social exercidos pelos conselhos.

Podemos afirmar que a macro e a micropolítica desempenham papéis significativos nas ações dos CMDRS. No âmbito macro, estes conselhos estão inseridos em um contexto político mais amplo, influenciados por políticas públicas, legislação e estruturas institucionais que moldam suas diretrizes e possibilidades de

atuação. As relações de poder, os interesses e as disputas políticas também têm impacto na formação e no funcionamento destes conselhos.

Por outro lado, as dinâmicas micropolíticas também são fundamentais nos CMDRS. A participação ativa dos diferentes atores envolvidos, refletem as relações sociais, a diversidade de interesses e as negociações presentes no âmbito local. As decisões tomadas nos CMDRS são frutos dessas interações.

A interconexão entre a macro e a micropolítica nos Conselhos é um desafio constante. É necessário buscar um equilíbrio entre as diretrizes e políticas estabelecidas em níveis superiores e as demandas e realidades locais. Além disso, é fundamental fortalecer os processos de participação e representatividade, garantindo a inclusão de diferentes vozes e perspectivas.

Portanto, compreender e abordar a macro e a micropolítica nos CMDRS é essencial para impulsionar ações efetivas de desenvolvimento rural sustentável. Esses conselhos desempenham um papel crucial na promoção de práticas agrícolas e ambientais sustentáveis, na redução das desigualdades socioeconômicas e na melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais. Ao reconhecer e enfrentar os desafios políticos em diferentes escalas, é possível construir um futuro mais equitativo e sustentável para as comunidades rurais.

O fortalecimento das economias locais, a preservação dos recursos naturais e a promoção da equidade social. Esses Conselhos são, portanto, instrumentos essenciais na construção de sociedades mais resilientes, justas e sustentáveis. No entanto, é importante destacar que a efetividade dos CMDRS depende de fatores como o engajamento e a representatividade dos atores envolvidos, a disponibilidade de recursos adequados e a existência de mecanismos de monitoramento e avaliação. Somente com o compromisso contínuo e o apoio institucional, é possível garantir que os CMDRS sejam espaços eficazes para a consolidação do desenvolvimento local sustentável.

Os CMDRS desempenham um papel fundamental como autênticos representantes da agricultura familiar. Este é um segmento de produção agrícola baseado em unidades familiares, caracterizada pela gestão do trabalho e dos recursos naturais de forma integrada. Essa forma de agricultura desempenha um papel crucial na segurança alimentar, na preservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais.

Os CMDRS se constituem na participação ativa dos agricultores familiares nos processos de tomada de decisão e formulação de políticas relacionadas a este segmento. Através desses Conselhos, os agricultores familiares têm a oportunidade de expressar suas necessidades, demandas e desafios específicos, bem como propor soluções e estratégias adequadas à realidade local.

Além disso, os CMDRS proporcionam espaços de diálogo e troca de conhecimentos entre os agricultores familiares, permitindo a construção de redes de cooperação e solidariedade. Essa interação promove a valorização da agricultura familiar, fortalece a identidade dos agricultores e fomenta a troca de experiências e práticas bem-sucedidas.

Os CMDRS também têm o potencial de representar os interesses da agricultura familiar perante outras esferas do poder público e da sociedade em geral. Através desses Conselhos, os agricultores familiares podem ter suas vozes ouvidas, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais adequadas às suas necessidades e à realidade do campo. A promoção de mecanismos inclusivos e transparentes de seleção dos representantes, assim como a garantia de sua capacitação e apoio, são essenciais para fortalecer a voz e a representatividade da agricultura familiar nos conselhos.

Os resultados da Classificação Hierárquica Descendente, representadas pelas Árvores de Similitude e pelos Dendrogramas, demonstram que existem diferentes motivações que levam ao exercício protagonista das conselheiras e conselheiros. Entretanto, a formação humanista conforme a ética cristã e as experiências de vida fundadas em valores de solidariedade e compaixão predominam como fatores motivacionais para que as conselheiras e conselheiros não desistam, mesmo diante de adversidades.

As Histórias de Vida pessoal das conselheiras e conselheiros também têm um impacto significativo em sua motivação. Aqueles que enfrentaram desafios pessoais ou passaram por adversidades desenvolvem uma compreensão mais profunda das dificuldades enfrentadas por outras pessoas. Essas experiências pessoais fortalecem sua resiliência e compromisso com a função de conselheira e conselheiro, pois têm uma perspectiva pessoal sobre a importância de oferecer apoio e ajuda aos outros, a fim de que todos tenham acesso igualmente aos bens sociais.

Os resultados do IGS revelaram que o nível de atuação dos CMDRS é classificado como médio. Essa constatação poderia ser motivo de desânimo para alguns, porém, o que se observa é justamente o contrário. A classificação média no IGS indica que ainda há espaço para avanços e aprimoramentos nos CMDRS. As conselheiras e os conselheiros compreendem que sua atuação é essencial para impulsionar mudanças significativas em suas comunidades, e estão dispostos a se dedicar para fortalecer o papel desses Conselhos como instrumentos efetivos de transformação.

No entanto, é importante ressaltar que as motivações das conselheiras e conselheiros podem variar entre os indivíduos, e outros fatores também podem influenciar seu comprometimento com a organização social. A combinação de uma formação humanista, experiências de vida e outros fatores pessoais contribui para a motivação e resiliência das conselheiras e dos conselheiros em seu trabalho diário.

O fato de a CF-88 prever a existência dos conselhos e outras leis regulamentarem seus funcionamentos e papéis específicos na sociedade, coloca esse modelo de organização como um pilar fundamental da democracia, no entanto, a realidade enfrentada pelas conselheiras e conselheiros muitas vezes é marcada por políticas públicas inadequadas, fragmentadas e pontuais.

Mesmo que esse conjunto de leis que respaldam a atuação dos CMDRS seja um fator positivo, a falta de integração entre as diferentes esferas governamentais e a ausência de uma visão estratégica de longo prazo para o desenvolvimento local sustentável podem dificultar a implementação efetiva das políticas públicas propostas pelas conselheiras e conselheiros.

As políticas fragmentadas e pontuais, que geralmente são elaboradas sem uma visão integrada e sem a participação efetiva dos CMDRS, podem resultar em ações desconectadas e com impactos limitados. Além disso, a falta de continuidade e de recursos adequados para a implementação das políticas, que nem mesmo preveem recursos para a mobilização das próprias conselheiras e conselheiros, compromete a efetividade das ações necessárias a serem executadas.

Outro desafio enfrentado pelas conselheiras e conselheiros é a falta de articulação entre os diversos setores da sociedade e entre os diferentes níveis de governo. Essa falta de articulação compromete a sinergia entre as diferentes políticas setoriais e dificulta a criação de soluções integradas e sustentáveis.

As conselheiras e os conselheiros reconhecem a importância de superar os obstáculos e buscam fortalecer sua capacidade de influência e sua articulação com os órgãos governamentais. Pois, é essencial que as políticas públicas sejam reformuladas de forma a garantir a integração e a transversalidade, considerando a perspectiva do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Além disso, é fundamental investir na capacitação das conselheiras e dos conselheiros e na garantia de recursos adequados para a implementação das ações propostas.

Ficou evidenciado que há limites e, para que os conselhos alcancem todo o seu potencial, é necessário garantir a efetiva participação da sociedade civil, a transparência nas ações e a articulação entre os diversos atores envolvidos. Além disso, é fundamental que haja apoio institucional e recursos adequados para o funcionamento dos conselhos, a fim de que possam desempenhar suas funções de forma eficiente e sustentável.

Os CMDRS são ferramentas valiosas para promover a participação cidadã e o controle social na busca por um desenvolvimento mais sustentável. Ao empoderar a sociedade civil e engajar os diferentes setores da comunidade, esses conselhos desempenham um papel fundamental na construção de um futuro mais justo, equilibrado e ambientalmente responsável em nível local. Portanto, é essencial que governos, organizações da sociedade civil e a população em geral reconheçam e valorizem o potencial desses conselhos como catalisadores de mudanças positivas e duradouras. Em síntese, os CMDRS desempenham um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento local sustentável.

Por fim, a questão norteadora: a História de Vida da pessoa é um elemento determinante para produzir condições objetivas e condicionamentos subjetivos para o exercício do protagonismo e controle social das políticas públicas, visando o desenvolvimento local? Foi respondida demonstrando que a atuação das conselheiras e dos conselheiros tem um viés pragmático, pois buscam melhorias efetivas nas condições de vida da comunidade, mas o fato de pensarem antes na comunidade do que nos seus interesses pessoais imediatos, demonstra estarem motivados por fatores subjetivos que os impulsionam na direção da solidariedade pela compaixão.

Assim sendo, confirma-se esta tese de que a participação das conselheiras e dos conselheiros extrapola os resultados práticos efetivos alcançados, e as principais motivações têm origem nos seus valores de humanismo cristão, que se manifestam na solidariedade ativada pela compaixão ante o sofrimento das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**, p. 51-70, 2006.
- ABRAMOVAY, R.; FAVARETO, A. Pode a teoria dos campos de Pierre Bourdieu ser aplicada em estudos de desenvolvimento territorial? **Notas para discussão no seminário do projeto de pesquisa “territorios rurales en movimiento”**, 2008.
- ALENCAR, J. et al. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, n. 32, p. 112–146, 2013.
- ALVES, G. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, p. 111–124, 2000.
- AMEDEO, D.; HARVEY, D. Explanation in Geography. **Geographical Review**, v. 61, n. 1, p. 147-149, 1971.
- AMORIM, F. R. DE; ELIZIÁRIO, R. DE O.; TERRA, L. A. A. O grau de inadimplência do Pronaf no assentamento de reforma agrária de Ibitiúva no município de Pitangueiras-SP. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 4, n. 1, p. 53–62, 2014.
- AQUINO, J. N. de. **Participação social nas políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso do Conselho Territorial do Alto Acre e Capixaba**. 2015. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Análise dos Impactos do Pronaf na Agricultura Brasil no período de 2007 a 2016**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **ASA-Brasil - História**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Carta de Princípios**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/CARTA-POLITICA-III-ENCONASA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- BACELAR, T.; FAVARETO, A. O papel da Agricultura Familiar para um novo Desenvolvimento Regional no Nordeste: uma homenagem a Celso Furtado. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 51, n. Suplemento especial, p. 9-29, 2020.

BAPTISTA, N. de Q.; PIRES, A.; BARBOSA, A. G. Convivência com o Semiárido. In: DIAS, A. P. *et al.* (Eds.). **Dicionário de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Expressão Popular / FIOCRUZ, 2021. p. 265-270.

BARROS, A. N. de. *et al.* Habitus, antes que método, de um Pesquisador Político. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 3, n. 2, p. 194-196, 2017.

BAZIN, G.; ROUX, B. Resistance to marginalization in Mediterranean rural regions. **Sociologia Ruralis**, v. 35, n. 3-4, p. 335-347, dez.1995.

BELTRÃO, B. A. *et al.* **Diagnóstico do município de Caetés**. Recife: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2005a.

BELTRÃO, B. A. *et al.* **Diagnóstico do município de São Bento do Una**. 2005b.

BETZ, M.; PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. Regulating the Poor: The Functions of Public Welfare. **Social Forces**, v. 50, n. 4, p. 543-544, 1972.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 289–302, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da razão**. Tradução: Mariza Correia. 9 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

BRASIL, C. C. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de infor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 24 mai. 2023a.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso

em: 24 mai. 2023b.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositi. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL, C. C. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 mai. 2023a.

BRASIL, C. C. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 24 mai. 2023b.

BRASIL, C. C. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL, C. N. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Índice de Gestão Social**. Florianópolis: MDA, 2016.

BRASIL, S. G. DA P. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projeto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Sistema de Gestão Estratégica**: Índice de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 11.371, de 1º de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília: Casa Civil, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11371.htm#art1. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal ((Revogado pelo Decreto nº 11.371, de 2023). Brasília, Secretaria Geral da Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal (Revogado pelo Decreto nº 11.371, de 2023). Brasília, Secretaria Geral da Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 14 jan. 2023.

BUARQUE, S. C. **Construir o desenvolvimento sustentável**: Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207–224, 2001.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software Iramuteq**: interface de r pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires. Florianópolis: UFSC, 2018.

CANIELLO M. *et al.* Índice de Gestão Social (IGS): cálculo/Indicadores. **Grupo de Trabalho IGS (GT-IGS) – MDA**, Caderno Especial, p. 1-5, 2014.

CAPES. **Produção técnica** - relatório de grupo de trabalho: orientação CAPES. Brasília: CAPES/MEC, 2019.

CAPORAL, F. R. (Ed.). **Extensão rural e agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: [s.n.]. 2009.

CAPORAL, F. R.; FERNÁNDEZ, S.; GARCIA, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **emater.tche.br**, 2001.

CARDOSO, A. DO S. C. de S. **Análise de eficácia e efetividade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da amazônia**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Eds.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p. 147-149.

CARVALHO, A. I. de. Os Conselhos de Saúde, participação social e reforma do estado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, n. 1, p. 23-25, 1998.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro? reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa**, v. 54, n. 215, p. 139-162, 2017.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (EDS.). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Desenvolvimento Agrário: Orientações para o acompanhamento dos Programas de Desenvolvimento Agrário**. Brasília: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Brasília: Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, 2020.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: In: MATO, D. (Ed.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. Introdução. In: DAGNINO, E. TATAGIBA, L. (Ed.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia - v. 5**. Tradução: Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1997.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Rio de Janeiro: IICA, 2007.

DELGADO, N. G.; GRISA, C. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Estud., Soc. e Agric.**, v. 22, n. 1, p. 132–163, 2014.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 12 ed. New York: Prentice Hall, 2017.

ÉQUITERRE. **Système alimentaire et sécurité alimentaire: comprendre et agir**. Montreal: Presses de l'Université du Québec, 2005.

FABREGÁ, M. B. *et al.* Self-consciousness competence as driver of innovation and environmental commitment in higher education students. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 21, n. 7, p. 1507–1523, 20 out. 2020.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). FIDA e WFP criam aliança para a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas | FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1401930/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - Mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avancados**, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FAVARETO, A. da S. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Santiago: [s.n.]. v. 26

FAVARETO, A. *et al.* **Relatório inclusão produtiva no Brasil rural e interiorano**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, 2021.

FAVARETO, A. S.; SCHRÖDER, M. Do território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil. **Anais** do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. January 2008, p. 344-365, 2007.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. **Redes**, v. 22, n. 3, p. 11-38, 2017.

FONSECA, I. F. DA. **Participação, buzzwords e poder**: uma análise crítica da tendência de proliferação de Conselhos e Comitês Locais enquanto instrumentos de gestão ambiental no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

FORNAZIER, A.; PERAFÁN, M. E. V. Os arranjos das políticas territoriais no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 5, p. 17-30, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

FOURCADE, C.; MUCHNIK, J.; TREILLON, R. **Coopérations, territoires et entreprises agroalimentaires**. Versailles: editions Quae, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 36 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

FUNAI. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil: pela defesa dos direitos indígenas. **Informe APIB**, v. 1, n. 1, p. 1–8, 2010.

GEHLEN, I. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, A. (Ed.). **Glabolización, desarrollo y territorios menos favorecidos**. Montevideu: Universidade de La República, 2006. p. 265–283.

GERSCHMAN, S. **A democracia inconclusa**. Um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. de G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos (Ed.). **Governança democrática e poder local**. A experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 175-201.

GRAMSCI, A. **Cartas do carcere (Antologia)**. Tradução: Carlos Diegues. Lisboa: Estaleiro Editora, 2011.

GRISA, C. *et al.* (Eds.). **Sistemas alimentares no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

GUEDES-FARIAS, M. G.; VARELA-VARELA, A. A mediação da informação e o protagonismo social: Experimentando a construção de um modelo em uma comunidade Brasileira. **Investigacion Bibliotecologica**, v. 31, n. 73, p. 91-110, 2017.

GUGLIANO, A. *et al.* O Pesadelo Brasileiro: Conservadorismo, Neoliberalismo e Neoextrativismo Intenso Alfredo. **Journal for Brazilian Studies**, v. 11, n. 1, p. 105–127, 2022.

GUITARRARA, P. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>. Acesso em: 14 jul. 2023.

HOURNEAUX JUNIOR, F. **Competências e funções do trabalho gerencial**. p. 1-14, 2014.

IAQUINTO, B. O. A Sustentabilidade e suas dimensões. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 157–178, 19 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/caruaru.html>. Acesso em: 22 de mai. 2022.

IRAMUTEQ. **IRaMuTeQ** – Interface R para Análise Multidimensional de Textos e Questionários. Software livre construído com software livre.2023. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

JULIÃO, F. **Ligas camponesas do brasil**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/juliao/ano/mes/40.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

KLANT, L. M.; SANTOS, V. S. dos. O uso do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo - estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso do ProfEPT e os referenciais do programa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e8210413786, 2021.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: SENAC, 2019.

LA BLACHE, P. V. de. Des caractères distinctifs de la géographie. **Constructif**, v. 60, n. 3, p. 6-9, 2021.

- LABRA, M. E.; FIGUEIREDO, J. S. A. de. Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002.
- LADOSKY, M. H.; OLIVEIRA, R. V. DE. O “Novo Sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 147, 2014.
- LANDINEZ, D. Resistiendo al control ¿Es posible una ética de la resistencia? **Revista de Estudiantes de Filosofía**, n. Sabato 105, p. 1-11, 2010.
- LAURENTINO, J. S. L. et al. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de covid-19 no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, p. 1–8, 2022.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LEITE, M. L. DOS S. **Políticas públicas, Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Foz do Iguaçu: CLAEC e-books, 2021.
- LOCKEN, S. N. **Controle compartilhado das políticas públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- LOORBACH, D. Transition Management for Sustainable Development: A Prescriptive, Complexity-Based Governance Framework. **Governance**, v. 23, n. 1, p. 161–183, jan. 2010.
- LOTTA, G.; FAVARETO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.
- MACHADO, T. T. V.; DIAS, J. T.; SILVA, T. C. da. Evolução e avaliação das políticas públicas para a atenuação dos efeitos da seca no semiárido brasileiro. **Gaia Scientia**, v. 11, n. 2, p. 84-103, 2017.
- MADRIGAL, A. G. **Os conselhos de políticas públicas à luz da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/40415/os-conselhos-de-politicas-publicas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- MANCE, E. A. Desenvolvimento Local Sustentável: Conceitos e Estratégias. **STDS – Fortaleza**, p. 1–37, 2008.
- MEDEIROS, L. S. DE. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. Movimentos sociais rurais no Brasil: O estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 123–136, 2017.
- MOREIRA, R. M. *et al.* **Organização de controle social: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros para ampliação do número de agricultores no cadastro nacional de produtores orgânico**. Secretaria

Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG. – Pouso Alegre : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2016. I edição. Ano 2017. 22p., 2017.

MORONI, J. A. O direito à participação no Governo Lula. **Saúde em debate**, v. 29, n. 71, p. 284-304, 2005.

MOTA, G. O. **Teoria dos grafos**. Osasco: Universidade. Federal do ABC, 2019.

MOTTA, R. G.; MOLA, I. C. F. História, memória e identidade na Guerra de Canudos: o interdiscurso nos posicionamentos do Exército Brasileiro e da Folha de São Paulo. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 2, p. 108, 26 jun. 2019.

MOURA, A. M. M. DE (ED.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

MUCHNIK, J. Systèmes agro-alimentaires localisés. **Fonds commun INRA/CIRAD**, v. 16, n. 7, p. 46–49, 2004.

NASCIMENTO, T. A. do. A política de desenvolvimento rural sustentável nos conselhos municipais e no colegiado territorial do Alto Sertão Sergipano. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 4, n. 1, p. 177-198, 2020.

ORTEGA, C. As Políticas Territoriais Rurais no Brasil: as ações do Governo Federal. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. DE S. (Eds.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, 2016.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. Thousand Oaks - California: Sage Publications, 2002.

PERAFÁN, M. E. V. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB). Brasília, 2007.

PEREIRA, G. M. C. L. **Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: espaços de poder da Agricultura Familiar**. Garanhuns: UNIVASF, 2018a.

PEREIRA, G. M. C. L. *et al.* Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável : protagonismo e gestão social no Agreste Meridional de Pernambuco Municipal Councils for Sustainable Rural Development : protagonism and social management in the Southern Agreste of Pernambuco. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional – FACCAT**, v. 20, n. 1, p. 146–170, 2023.

PEREIRA, G. M. C. L. **(Re)Conhecimento dos CMDRS como etapa estratégica para o alcance dos objetivos da política territorial do Agreste Meridional – PE**.

2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro, 2018b.

PEREIRA, G. M. C. L.; OLIVEIRA, J. B. DE; PEREIRA, M. A. T. Microcrédito Rural no Território do Agreste Meridional. CONIDIF - Congresso Internacional de Direitos Difusos. **Anais...Campina Grande: Realize**, 2016.

PERRY, J.; KINGDON, J. W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. **Journal of Policy Analysis and Management**, v. 4, n. 4, p. 621, 1985.

PIRAUX, M. *et al.* Avaliar a gestão social na governança territorial : bricolagem , aprendizagem e hibridação na construção do Índice de Gestão Social (IGS). **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 3, p. 1071-1095, 2020.

PIRES, R. R. C.; VAZ, A. Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. **Texto para discussão IPEA**, p. 7-56, 2012.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Caetés. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/caetes_pe. Acesso em: 4 jun. 2023a.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. São Bento do Una. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-bento-do-una_pe . Acesso em: 4 jun. 2023b.

POLLETO, L. F. *et al.* **Controle Social do Desenvolvimento Regional: avanços e Desafios na visão dos Comudes dos Coredes Celeiro, Noroeste Colonial e Missões.** XXVII Seminario de Iniciação Científica. Anais...IJUI: UNIJUI, 2019.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. da C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003.

PRESOTO, L. H.; WESTPHAL, M. F. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertiooga - SP. **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 68–77, 2005.

PRESTES, E. **Introdução à teoria dos grafos**. Disponível em: <https://www.inf.ufrgs.br/~prestes/Courses/Graph Theory/Livro/LivroGrafos.pdf> . Acesso em: 1 jun. 2023.

RAMOS, C. **A construção do sindicalismo rural brasileiro**. VI Simpósio Nacional Estado e Poder e Cultura – **Anais...** , p. 1–12, 2010.

RATZEL, F. O solo, a Sociedade e o Estado. **Geography Department, University of Sao Paulo**, p. 93-101, 1983.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

REQUIER-DESJARDINS, D. L'évolution du débat sur les SYAL: le regard d'un économiste. **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, n. 4, p. 651-668, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROMAGNOLI, R. C. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. **Psicologia e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 151–161, 2016.

RUAF, F. O uso sustentável da água na agricultura urbana. **Revista Agricultura Urbana**, n. 20, p. 1-93, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALETE, J. *et al.* **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2014.

SANTOS, L. de A.; BACCEGA, M. V. de A.; MATEUS, Y. G. A. S. (Eds.). **O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**. São Luiz: EDUFMA, 2021.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: Ed. USP, 2004.

SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Eds.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (EDS.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SASSEN, S. **Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages**. [s.l.] Princeton University Press, 2008b.

SASSEN, S. **The specialised differences of global cities – South American Cities: Securing an Urban Future**, December, 2008a. Disponível em: <https://urbanage.lsecities.net/essays/the-specialised-differences-of-global-cities>
Acesso em: 6 jun 2023

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **USP-Faculdade de Educação**, n. 20, p. 60-154, 2002.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR, N. J. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. Tradução: Sandra Ianda Correia Carmona. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

SILVA, C. C. da. *et al.* (Eds.). **Terra, territórios e territorialidades**. v. 4 ed. Salvador: Aruá Edições, 2023.

SILVA, D. J. da. *et al.* Formação de professores e currículos quilombolas no Nordeste do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 47919-47935, 2021.

SILVA, F. R. da; CANÇADO, A. C.; SANTOS, J. C. dos. Compreensões acerca do Conceito de Controle Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 24, 2017.

SILVA, H. B. da. *et al.* Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: Percepção dos Agricultores Familiares de Buriticupu-MA. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 4, p. 1–19, 4 abr. 2023.

SILVA, S. P.; CIRÍACO, J. DA S. **Análise do efeito do Pronaf sobre a renda de agricultores familiares no meio rural nordestino**. Brasília: IPEA, 2022.

SILVA, S. S.; GUIMARÃES, M. D. A. (Eds.). **Gestión de Territorios Rurales en Brasil**. San José, Costa Rica: IICA, 2008.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 6ª Reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIRAQUE, V. **Controle social da função administrativa do estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.

SMITH, A.; JOHNSON, T. Nonprobability Sampling. In: LAVRAKAS, P. J. (Ed.). **Encyclopedia of Survey Research Methods**. 2ª ed. Thousand Oaks - California: Sage Publication., 2018. p. 531–537.

SOARES, F. I. L.; SANTOS, E. A. DA S.; LAMEIRA, H. L. N. Manejo comunitário de recursos naturais: uma revisão de literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 93-109, 2022.

SOUZA, L. F. DE; SANTOS, L. S.; COSTA, G. DA S. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Agroecologia: em busca de uma produção cultural, econômica, ecológica e socialmente sustentável. In: CASTRO, A. C. (Ed.). **Desenvolvimento Sustentável e Mutações no Agrário Brasileiro: lutas e resistência**. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021. p. 65–79.

SOUZA, M. A. R. de. *et al.* O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, p. e03353, 4 out. 2018.

STIMSON, R. J.; STOUGH, R. R.; SALAZAR, M. Leadership and institutional factors in endogenous regional economic development/Liderazgo e instituciones factores endógenos del desarrollo de la economía regional. **Investigaciones Regionales**, n. 7, 2005.

STREAMYARD. **StreamYard software de transmissão ao vivo**. 2023. Disponível em:
https://streamyard.com/?pal=6336130133000192&utm_source=google&utm_medium=paid&utm_campaign=19165929746&utm_content=&utm_term=&gadid=&gclid=EAlaIQobChMI6HybjcgAMVPE9IAB3HsQOIEAAYASAAEgljU_D_BwE. Acesso em: 15 de jun. de 2023.

TECCHIO, A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de

Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

TEIXEIRA, E. C. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, v. 26, n. 27, p. 179-209, 1997.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez/EQUIP/UFBA, 2001.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP-Rio de Janeiro**, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006.

TOLEDO, C.; OLIVEIRA, M. L. R. de. Participação de agricultores familiares em CMDRS: Um estudo de caso no município de Luz-MG. **Espacios**, v. 38, n. 28, p. 1–9, 2017.

TOUZARD, J. M. Systèmes agroalimentaires localisés : interactions locales et encastrement social. XLIII^{ème} colloque de l'ASRDLF - Les dynamiques territoriales : débats et enjeux entre les différentes approches disciplinaires. **Anais...Grenoble/Chambéry, France**: 2007.

VEIGA, J. E. da. A Relação Rural Urbano no Desenvolvimento Regional. **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB**, v. 17, p. 9–22, 2005.

VEIGA, J. E. da. A relação rural urbano no desenvolvimento regional. **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB**, v. 17, p. 9-22, 2005.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias**; o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 96, p. 87-103, 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion**: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 87–145, 2000.

WIKIMÍDIA COMMUNS. **Brazil Pernambuco São Bento do Una location map.svg**. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil_Pernambuco_São_Bento_do_Una_location_map.svg#mw-jump-to-license. Acesso em: 17 jul. 2023.

WIKIPÉDIA. **Mapa de Caetés (2).png**. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_de_Caetés_%282%29.png. Acesso em: 17 jul. 2023.

ZANARDI, F. *et al.* A importância do controle social e da participação dos conselhos municipais nas políticas de combate à pobreza. **Barbarói**, v. 6, n. 30, p. 6-30, 2019.

ZANINI, E. de O.; SOARES, S. C.; AHLERT, A. Alimentação como um direito humano: perspectivas éticas e bioéticas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Questionário do IGS adaptado para CMDRS

Questionário IGS – Adaptado para CMDRS

Obs. As marcações em destaque amarelo demonstram as alterações realizadas a partir do questionário original do IGS, para adaptação aos CMDRS, realizadas por esta autora, para fins da pesquisa desta tese.

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Município

2. Nome entrevistado

3. Data

4. Forma:

Marcar apenas uma oval.

Online

Presencial

5. Gênero

Marcar apenas uma oval.

masculino

Feminino

Outro: _____

6. Ano do nascimento

7. Grau de Instrução (o maior nível)

Marcar apenas uma oval.

- Sem instrução
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

8. Tipo de entidade ou instituição você representa no Conselho?

Marcar apenas uma oval.

- Sociedade civil
- Poder público

9. Como membro do Conselho você é:

Marcar apenas uma oval.

- Titular
- Suplente
- Participante ocasional

10. Vc participa em outras instâncias colegiadas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11. Se a resposta anterior foi SIM. Marque as opções correspondentes abaixo

Marque todas que se aplicam.

- Desenvolvimento Rural ou Agrário
- Justiça
- Saúde
- Direitos Humanos
- Meio Ambiente
- Mulheres
- Segurança pública
- Crianças e adolescentes
- Educação
- Jovens
- Segurança
- Alimentar
- Idosos
- Conselho Tutelar
- LGBTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

Outro: _____

12. Você participa de algum Movimento Social ou Coletivo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. Se a resposta anterior foi sim, marque as alternativas correspondentes

Marque todas que se aplicam.

- Movimentos Sociais do Campo
- Movimentos ou Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais
- Movimentos ou Coletivos de Mulheres
- Movimentos ou Coletivos de Jovens
- Movimentos Religiosos

Outro: _____

16. Justifique a pontuação das respostas anteriores (O que poderia melhorar no Conselho)

17. A tomada de decisões no Conselho é feita por:

Marcar apenas uma oval.

Consenso

Votação

Não sei

18. Existem grupos ou pessoas que você considera importantes para o desenvolvimento do território que NÃO SÃO membros do Conselho?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Não sei

Se respondeu SIM à resposta anterior, marque as alternativas que se aplicam

Marque todas que se aplicam.

Movimento de jovens

Cooperativas

Movimentos de mulheres

Comunidades quilombolas

Órgãos de pesquisa, extensão e assistência técnica

Comunidades tradicionais

Setor empresarial

Movimentos do campo

Governo Federal

Governo Estadual

Governo Municipal

Assentados(as) e/ou acampados(as) da Reforma Agrária

Organizações Não Governamentais (ONGs)

Associações

Outro: _____

Colônias de Pescadores	<input type="checkbox"/>	[
ONGs -- Organizações Não Governamentais	<input type="checkbox"/>	[
Associações	<input type="checkbox"/>	[

20. Normalmente, qual o papel desempenhado pela Plenária do Conselho em relação aos projetos financiados? Marcar todas as alternativas que se aplicam.

Marque todas que se aplicam.

- Não participa
- Acompanha a execução
- Participa da identificação da demanda
- Participa na gestão ou funcionamento
- Participa na seleção do projeto
- Participa do monitoramento e avaliação
- Participa na elaboração
- Participa na aprovação
- Não sei

2. FUNCIONAMENTO DO CONSELHO COMO INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA

21. Quais temas foram tratados ou debatidos com mais frequência no **Conselho**? Marcar os 5 temas mais importantes.

Marque todas que se aplicam.

- Gênero
- Infraestrutura
- Raça e Etnia
- Cultura e Lazer
- Juventude
- Turismo
- Desenvolvimento rural
- Controle Social
- Saúde
- Cidadania e Inclusão Social
- Meio Ambiente
- Reforma Agrária
- Assuntos Políticos
- Regularização Fundiária
- Segurança Pública e Justiça
- Agroecologia
- Educação
- Cooperativismo e/ou Associativismo
- Segurança alimentar
- Dinamização Econômica ou Inclusão Socioproductiva
- Direitos Humanos
- Comercialização e Mercados
- Justiça

Outro: _____

PNRA - Plano
Nacional de
Reforma Agrária

PROINF - Ação
Orçamentária de Apoio
a Infraestrutura em
Territórios Rurais

PRONATEC -
Programa Nacional de
Acesso à
Formação
Profissional,
Técnica,
Tecnológica e
Emprego

Seguro Safra

SUASA - Sistema
Unificado de
Atenção à Sanidade
Agropecuária

Terra Legal

23. Houve um debate coletivo na sua entidade ou instituição para escolha dos representantes no Conselho?
Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei

24. Como são escolhidas as entidades ou instituições que participam da Plenária do Conselho?
Marcar apenas uma oval.

- Não sei
 Convocatória aberta para eleição
 Convite direto a partir de deliberação da Plenária
 Solicitação voluntária da entidade ou instituição
 A partir de incentivo ou indução de políticas públicas
 Outro: _____

25. Com relação às suas expectativas, como você avalia o funcionamento do Conselho? Avalie de 0 a 10

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>										

26. Na sua visão, existem atualmente grupos dominantes no Conselho?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

27. Se respondeu sim, quais são os grupos dominantes?

28. Na sua visão, existem atualmente grupos marginalizados no Conselho?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

29. Se respondeu sim, quais são os grupos marginalizados?

30. Avalie a capacidade de gestão do **Conselho** e suas instâncias para as seguintes atividades: Avalie de 0 a 10

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6	7	8
Planejar as ações comuns para o desenvolvimento do território	<input type="radio"/>							
Tomar decisões de maneira transparente e/ou democrática	<input type="radio"/>							
Definir as responsabilidades de cada um	<input type="radio"/>							
Encaminhar a resolução de problemas	<input type="radio"/>							
Definir regras coletivas de funcionamento	<input type="radio"/>							
Lidar/resolver conflitos	<input type="radio"/>							
Cumprir regras definidas e acordadas coletivamente	<input type="radio"/>							
Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas	<input type="radio"/>							
Animar reuniões e atividades do Conselho	<input type="radio"/>							
Definir regras de repasse de informações	<input type="radio"/>							



31. Frequentemente, quem define a agenda política e o planejamento anual do Conselho? Marque até 03 (três) alternativas quando necessário

Marque todas que se aplicam.

- Assessoria
 Núcleo Diretivo
 Secretário(a) do Conselho
 Outra Pessoa ou Grupo Coordenador(a) do Conselho
 Plenária
 Não sei

Outro: _____

32. As atividades do Conselho melhoraram após a implantação da assessoria do Prorural?

- Sim
 Não
 Não sei

33. Como avalia o trabalho desenvolvido por Organizações Não Governamentais (ONGs) que apoiam o Conselho? Por quê? Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sei

34. Frequentemente, quem constrói a pauta das atividades realizadas pelo Conselho?

Marcar apenas uma oval.

- Assessoria
 Núcleo Diretivo
 Secretário(a) do Conselho
 Coordenador(a) do Conselho
 Plenária
 Convidados
 Outra Pessoa ou Grupo
 Não sei

35. Como você avalia o repasse de informações entre os integrantes do Conselho e as entidades/instituições que eles representam? Por que?

36. Qual a sua avaliação sobre o nível de conhecimento do Conselho sobre os seguintes temas: Avalie de 0 a 10

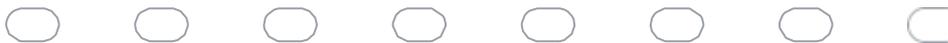
Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6	7	8
Política de desenvolvimento territorial	<input type="radio"/>							
Realidade do seu Território Rural	<input type="radio"/>							
Projetos PROINF financiados no Território	<input type="radio"/>							
Políticas Públicas em geral	<input type="radio"/>							
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PMDRSS)	<input type="radio"/>							
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS)	<input type="radio"/>							

PNRA - Plano
Nacional de
Reforma Agrária



PROINF - Ação
Orçamentária de Apoio
a Infraestrutura em
Territórios Rurais



PRONATEC -
Programa Nacional de
Acesso à
Formação
Profissional,
Técnica,
Tecnológica e
Emprego



PRONAF - Programa
Nacional de
Fortalecimento da
Agricultura Familiar



Seguro Safra



SUASA - Sistema
Unificado de
Atenção à Sanidade
Agropecuária



Terra Legal



38. Como você avalia a troca de informações entre as Instâncias do Conselho (Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico ou Câmara Técnica, Câmeras ou Comitês Temáticos/Setoriais)? Avalie de 0 a 10

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10



39. O Plano **Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PMDRSS)** orienta as decisões e ações realizadas para o desenvolvimento do Município? Avalie de 0 a 10

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>									

40. Quais ações são realizadas pelo Colegiado para elaboração e aprovação dos projetos de desenvolvimento **local**? Marcar todas as alternativas que se aplicam.

Marque todas que se aplicam.

- Análise de viabilidade técnica
- Participação de especialistas nas áreas do projeto
- Avaliação do mérito
- Coerência com o PMDRSS
- Priorização e seleção com base em critérios

41. **Existem fontes de recursos para assegurar o funcionamento do Conselho?Quais?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

Se respondeu sim, quais são as fontes de recurso?

42. Em que medida as situações a seguir prejudicam o desempenho do Conselho? Avalie de 0 a 10

Marcar apenas uma oval.

- Alta rotatividade dos membros
- Ingerência política
- Ausência de normas ou regras de convivência
- O Conselho não é escutado em outras instâncias externas
- Baixa capacidade técnica para avaliação de projetos
- O Conselho não representa os verdadeiros interesses do seus membros
- Baixa participação dos agricultores familiares
- Pouca participação dos gestores públicos
- Decisões do Colegiado não são implementadas
- Presença de grupos dominantes
- Falta de recursos financeiros para financiamento do Conselho
- Problemas com assessoria (alimentação, transporte, etc.)
- Outro: _____

3. RESULTADOS DA GESTÃO SOCIAL

43. Na sua opinião, a sociedade local considera o Conselho como um espaço legítimo (reconhecido e importante) para o desenvolvimento municipal?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

44. Sua participação no Conselho tem oferecido algum benefício para sua entidade ou instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

45. O Conselho possibilitou uma repartição mais equilibrada do poder político no Município?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

46. O processo desenvolvido pelo Conselho possibilitou uma renovação das lideranças no Município?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

47. As ações do Conselho tendem a privilegiar apenas alguns grupo específico do Município?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, há grupos privilegiados
- Não
- Não sei

51. A partir da sua participação no Conselho seu sentimento de pertencimento ao território foi fortalecido?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

52. Fazer parte do Conselho contribuiu para mudar sua maneira de pensar e agir?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

53. Como você avalia a influência do Conselho em: Avalie de 0 a 10

Melhoria do diálogo entre os atores locais

Relações com outras redes existentes (Rede de Agroecologia, Rede Nacional de Colegiados Territoriais, Outras)

Relações de cooperação entre os atores locais

54. De uma maneira geral, como evoluíram todos esses impactos do Conselho no decorrer do tempo? Avalie de 0 a 10

Legitimidade do Conselho frente à sociedade

Laços Sociais

Aprendizagem dos membros do Colegiado

Sentimento de pertencimento ao território

Territorialização de Políticas Públicas

Qualidade de vida da população

55. O que lhe levou a ser integrante do Conselho?

Se apresentou como voluntária

Uma continuidade natural do que voce já vinha fazendo

Foi escolhida e sentiu na obrigação de participar

56. Fazer parte do Conselho atrapalha suas outras atividades?

Marcar apenas uma oval por linha.

Vida em família

Atividade profissional

Contato com amigos

Relacionamentos pessoais

57. Considera importante participar do Conselho?

Você se sente útil ajudando a Outras pessoas

Você se sente impulsionada por ver os problemas e querer resolvê-los

Essa participação te ajuda psicologicamente a não se sentir sozinha

Estar com pessoas e discutindo te ajuda a se desenvolver enquanto pessoa

Amplia seus conhecimentos sobre vários temas

- Conhece gente nova e interessante
- Conhecer melhor o município
- Adquiriu mais conhecimento sobre o Território
- Aprendeu a entender e relacionar melhor com as pessoas
- Sobre como funciona a política por dentro
- Interagir com pessoas esclarecidas ajuda a ampliar a consciência
- Passou a ter mais conhecimento sobre os problemas do Municípios
- Auxilia na resolução de problemas graves da população
- Percebe melhoras nas condições da produção dos agricultores familiares
- Melhoras no beneficiamento da produção

Melhoras na
comercialização
dos produtos

Fortaleceu
movimento de
mulheres

Ajuda na
qualificação dos
Agricultores
Familiars

Está produzindo
avanços no
acesso à água

Considera fazer
parte do
Conselho uma
missão especial
ou uma atividade
normal

58. **Utiliza (ou já utilizou) recursos próprios para fazer parte das atividades do Conselho?**

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 2 – Roteiro para as entrevistas.

O roteiro para as entrevistas seguiu a seguinte ordem:

1) Família (0 à 10 anos)

Fale-me sobre seus pais, de onde são, como se conheceram, se estudaram, em que trabalhavam, onde moravam, qual sua religião de sua família quando do seu nascimento. Seus pais vivenciaram o voluntariado na igreja? Você vivenciou voluntariado, acompanhando seus pais, até os 10 anos? Você foi encaminhado para escola até os 10 anos? Onde estudou?

2) Crescimento (11 a 20 anos);

A partir da adolescência, continuou os estudos? Onde? Nesse período você se casou, constituiu família?

3) Fonte de renda da família – aposentadoria (21 à 30 / 40 / 50 / 60 / 70 anos);

Quando começou a trabalhar? Quem mantinha a casa onde morava? Que tipo de trabalho? Quantas pessoas em casa trabalhavam? E hoje, como se mantém a família? Já utilizou recursos financeiros próprios, para ações junto ao Conselho, a exemplo de transporte, alimentação, hospedagem?

4) Trabalho x família x conselho – concilia (tempo presente);

Como você concilia a relação com sua família, seu trabalho e o Conselho?

Tem problemas com sua família, em função de se dedicar ao Conselho?

5) Participa de outros conselhos (tempo presente);

Participa, ou já participou de outros Conselhos? Esse trabalho atrapalha sua vida, de alguma forma?

6) Outras ações voluntárias (tempo presente);

Já teve experiência na prática do voluntariado em sua vida? Se sim, como se sentiu quanto a isto? Por que praticar voluntariado?

7) Sentimento enquanto conselheira e conselheiro (tempo presente).

Como se sente, enquanto ser humano, ocupando uma cadeira em um conselho, que promove o desenvolvimento do município?

APÊNDICE 3 – Palavras contidas nos Dendrogramas, resultado das entrevistas.

EC1

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: gente – sentido – interferir – contar – liderança – precisar – sair – formar – história – militância – passar – ação – trabalho – pensar – direito – perceber – certo – sofrer – recurso – sindicalista – rural – Enfoque – ouvir – relação – comercial – empoderamento – estadual; estudar – período – agricultor; estão – usar – receber – ficar – casar – diferença; pessoa – militância – trabalho – bom – favorecer – deixar – agradecer – compreender – ler – determinado – dever – política – partidário; exemplo – ajuda – vez – olhar – tentar – pedir – projeto – ocupar – lugar – criança; participar – público – peso – tomo – conselho – municipal – conselheiro; já – falar – tomar – mãe – mulher – forte – nada – homem – humano – pai – avô – irmão – série – novo; mais – ainda – imaginar – levar – casa; vida – família – trabalhador – reflexão – época – ano – Atoleiro – contexto – iniciar – faculdade – completar – nascer; sempre – lado – pergunto – informação – querer – construir – carência – agricultura – acabar – acontecer; hoje – buscar – morar – beber – aceitar – liderar ; comunidade – quilombola – algo – conhecimento – dar – sentir – existir – beneficiar – lei; ver – pagar – católico – entrar – município – vivenciar – lembrar; mesmo – surgir – espaço – sindicato – próximo – conseguir – reunião – sociedade; vir – agora – manter – livre; liderança – sindical – movimento fato – associação – grande – módulo.

EC2

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: gente – agricultura – relação – feliz – missão – territorial – mulher – renda – ajudar – lugar – forma – beneficiar – nascer – filho – mãe – rotina – estudar – religião – sentir – arrumar – unidade – pagar; secretaria – junto – curso – sítio; associação – sócio – participar – querer – estar – conversar – sentar – falar – chegar – assunto – opinião – eleição – presidente – representar – conhecimento – família; quando – conseguir – juntar – entrar; trabalha – marido – olhar – terminar – estudo; vida – casa – casar – acontecer – secretaria – beneficiar – agricultor; conselho – município – conselheiro – idoso – deficiente – dar – importante – gostar – achar – mundo – igual – direito – dentro – rural – movimento

– importância – reunião – dever – pessoal – pegar – perder – faltar – discutir – interesse – agora – banco – semente – cimento – sindicato.

EC3

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: estar – trabalhar – já – vida – mais – secretário – participar – querer – hoje – importante – servir – mundo – volta – prefeitura – tudo – ficar – pagar – encerrar – agora – chegar – ano – Garanhuns – político – achar – precisar – formar; conselho – município – relação – pandemia – conhecer – dentro; Deus – fé – graça – família – entender; gente – pessoal – associação – apoio – época- pai – olhar – rural – novo – reunião – então – bem – viver – secretaria – lá – difícil – saber – parar; vir – ainda – quando – conseguir – fazer; aqui – depois – prefeito – movimento – comercial – estudar.

EC4

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: gente – ficar – importante – partir – dificuldade – município – responsabilidade – já – consta – querer – formação – precisar – trabalhar – deixar – pagar – filho – vontade – começar – agricultor – safra – demanda – verificar – conselheiro – colocar – mais – passar – IPA – levar – dinheiro – capacitação – conseguir – casa; dificuldade – muito – achar – escola – formar – chega – morar – Recife – estudar – orientação – agrícola; já – pai; ali – receber; relação – dentro – curso – fase – bolsa; ajudar – próximo; conselho – pronto – reunião; só – ainda – bem; olhar – época – faculdade; político – público; grande – estar – participar – governo – lugar – família; conhecer – extensionista – ruralidade; vida – vontade – começar – agricultor; vir – agora; período – ano – depois; extensão – desenvolvimento – meio – rural; hoje – bastante – pagar.

EC5

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: conselho – hoje – agricultura – trabalho – também – sindicato – entrar – dizer – presidente – reunião – secretaria – secretário – permanecer – voluntário - igreja; já – transporte – trabalhar – época – morar – sítio – família – ajudar – manter – família – ano – filho; associação – deixar – receber – passar – quando – acabar – estudo – pai – estudar – projeto – programa – cisterna; município – aqui – bom – prefeito – falar – sentir – sempre – saber; mais – ainda; querer – graça – Deus; vir – gente – parceria.

ES1

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: conselho – associação – gente – chegar – participar – processo – estudar – município – fórum; muito – assunto – achar – juntar – importante – sentar – organização – mesmo – época; coisa – precisar – próxima – renda – além – dar – trabalho – queijo – leite – cuidar – filho – igreja – político; estar – agradecer – olhar – agricultor – mulher – escola – pai – luta – aprender – conhecimento – saber – estudo – querer – Deus – relação – graça; gente – sempre – sentindo – reunião – ajuda – junto – através – participação – local dinheiro – casa – nascer; começar – vida – ficar – fase – casar – conselheiro.

ES2

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: conselho – cadeira – IPA – político – público – participar – movimento – viver processo – olhar – dar – jeito – agradecer; achar – bom – falar – seguir – contar – pessoa – hoje – situação – receber – aprendizado; gente – sempre – levar – empresa – formação – lá – crédito – benefício – orientar – religião – município – pequeno; coisa – hora – começo – já – ficar – mundo – negócio – diferente – época – melhorar – cabeça – programa; aqui – seco – certo – momento – humano – começar – vir – envolver – ajudar – tudo – água – comunidade – chegar – quando – sentar – amigo – exemplo – política – acaba; ano – pai – família – formar – estudo – período – idade – fácil – morar – informação – interior – capital; passar – questão – criar – família – novo – entrar – estudar – sair – faculdade – agricultor – sentir – colaborar.

ES3

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: casa – esposo – filho – irmão – semana – sogra – cuidado – roupa – morar – dia – noite – sítio – cidade; chegar – lá – trazer – procura – embora – deixar – menina – nunca; ficar – passar – mês – lembrar – mesmo – momento – criar – sentir; gente – precisa – trabalhar – escola – agora – eleição – mandato – presidente – terminar – parceria; associação – conseguir – começar – receber – conselho – dentro – trabalho – sindicato – coordenação – continua – município – agricultor; aqui – vizinho – lado – conhecer – ante – vender – pronto; sempre – falar – ajudar – mãe – igreja – criança

– hora – olhar – levar – querer- gostar – bom – chamar – junto – dinheiro – chorar – lutar; assim – inclusão – pegar – hospital – pagar – buscar – cortar – pedir – bem – participar – reunião – grana – ainda – casar – tempo – família – comunidade – falecer – mundo – Senhor; mais – novo – dar – certo – Deus – graças – hoje – pensar – usar – vida – difícil – estudar – idade – fácil – perguntar.

ES4

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstram a força entre as palavras: senhor – trabalho – coisa (graça – Deus – louvor); morar – idade; município – desenvolvimento; senhor – filho – pai – mãe; senhor – associação – conselho; associação – assentamento – começar – trabalhar – documentação; conselho – reunião – sempre – contribuir – gente – grande – parceiro; querer – conversar – conseguir – orientar – arrumar – botar – levar – muito – bom; quando – chegar – época – lutar – direito – governo – procurar – sentir – nada.

ES5

Observa-se que entre as comunidades, há as relações, que são representadas pelos ramos, e demonstra importância da palavra trabalho, que se expressa como destaque em duas comunidades, além da descrição do trabalho, quando se refere a palavra banco: gente – discussão – questão – problema – desenvolvimento – rural – religioso – religião – Deus; muito – participar – contribuir – pegar – senhor; então – importante – sentar – principal – vender – pai – estudar; trabalhar – casar – pagar – começar – idade – política – público – chegar – olhar – ação; certo – melhoria – educação – conseguir – organizar – forma – fórum; banco – crédito – conselho – reunião – associação – entrevista – passar – depois – vir – vida – área; trabalho – comunidade – instituição – discutir – humano – trazer – relação – participação – falar – envolver – grupo – vez – ganhar.

APÊNDICE 4 – Produto Editorial – Livro.

PROTAGONISMO



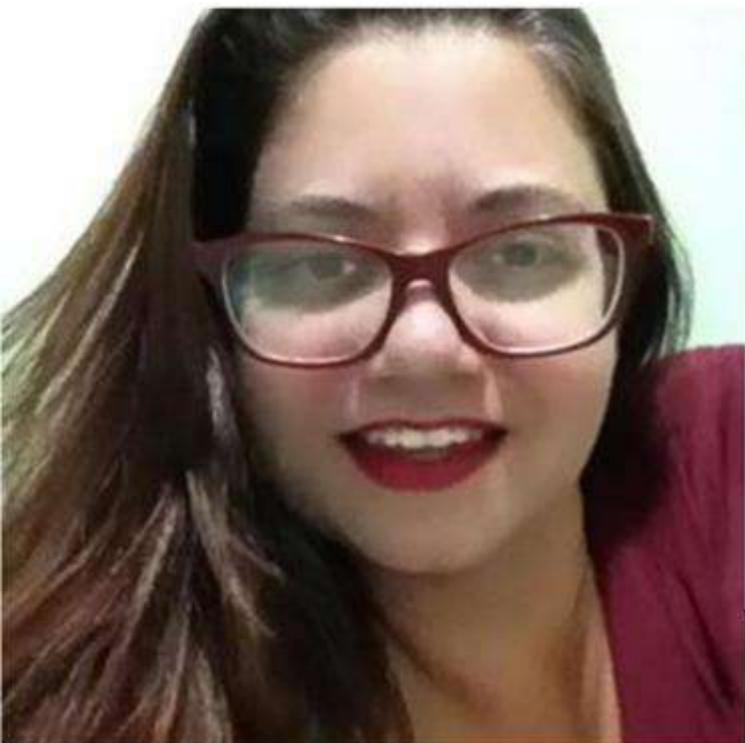
Gáudia Costa

E CONTROLE SOCIAL

Protagonismo e Controle Social

O Canal

Autora



Gáudia Maria Costa Leite Pereira

Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – início 2019. Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) - 2018, Especialista em Questão Agrária (UFAPE / UFRPE / ENFF) – 2023, Especialista em Segurança Alimentar e Agroecologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - 2023, possui graduação em Licenciatura no Setor de Técnicas Agropecuárias (2003) e Bacharelado em Zootecnia (1999) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Com larga experiência na área de planejamento rural, com ênfase em Desenvolvimento Local e Territorial Sustentável, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura Familiar, Sociologia Rural, Agroecologia, Extensão Rural, Empoderamento Social, Protagonismo Social, Equidade de Gêneros, Economia Solidária, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, e Inclusão Social. Integrante do Grupo de Pesquisa Agroecologia - Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento. Integrante do Grupo de Pesquisa Sistemas Agroalimentares e Educação na Ruralidade (SAER) - Linha de Pesquisa: Tecnologias da Comunicação Aplicadas a Novas Territorialidades. Integrante da Coordenação Estadual do Fórum de Economia Solidária de Pernambuco e da Coordenação Executiva do Fórum de Economia Solidária de Pernambuco.



Orientador



Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Coordenador do Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UFRPE. Graduado em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo (1993). Mestre em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (1995). Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (2001). Realizou estágio pós-doutoral na Universidad Pablo de Olavide, Sevilha – Espanha (2014). É professor Associado II da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenou o Núcleo de Agroecologia e Campesinato/UFRPE. Membro da CPORG-PE. Líder do Grupo de Pesquisa Agroecologia. Tem experiência em Agroecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: transição agroecológica, manejo de agroecossistemas, sistemas de produção de base ecológica, metabolismo social agrário, assentamentos de reforma agrária, extensão rural agroecológica e educação agroecológica.



Coorientador



Wagner Lins Lira

Licenciado em Ciências Biológicas (UFPE, 2006), Mestre (PPGA/UFPE, 2009) e Doutor em Antropologia (PPGA/UFPE, 2016), onde desenvolveu pesquisas etnográficas referentes ao uso ritual da bebida ayahuasca em territórios nordestinos. Pós-doutor em Educação (PPGECI/UFRPE/FUNDAJ, 2019), efetivando pesquisas relativas às bases sociais das violências em contextos escolares. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DEd/UFRPE), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI/UFRPE/FUNDAJ) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), atuando nas áreas da etnicidade, da educação das relações étnico-raciais, das culturas, dos saberes e das religiões populares e ancestrais.



Coorientador



Marcelo Miná Dias

Engenheiro Agrônomo formado na Universidade Federal da Paraíba, mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria e doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). É Professor Associado vinculado ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER/UFV).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

P436p

Pereira, Gáudia Maria Costa Leite
Protagonismo e controle social: o canal / Gáudia Maria
Costa Leite Pereira. – 1. ed. - Recife: EDUFRPE, 2023.
57 p.: il.

Inclui bibliografia, anexo(s) e apêndice(s).
ISBN: 978-65-00-79919-4
DOI: 10.29327/5307971

1. Agricultura familiar 2. Controle social 3. Desenvolvimento
rural 4. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Sustentável (Pernambuco) I. Título

CDD 338.1098134

APRESENTAÇÃO

Imensa responsabilidade é a minha, de apresentar este trabalho que considero grandioso diante da relevância que enxergo ter para a sociedade. Só não maior que a honra em o fazer, difícil será organizar as ideias para colocar no papel o que considero um emaranhado de admiração e respeito pela mulher Gáudia, pela profissional que é e pelo trabalho que desempenha. E, para dar conta dessa missão, vou buscar inspiração nela mesma, a partir dos aprendizados que tive a chance de obter em tão pouco tempo de convivência com sua pessoa.

Quem a conhece um pouco mais de perto, sabe da luta e dificuldade que tem para vencer o dia, diante do confronto com seu próprio corpo e da guerra entre a saúde e o levantar. Quem a vê de mais longe um pouquinho, é comumente recebido por um “oi” carinhoso, um auxílio ou uma orientação. E, sempre disposta a ajudar, não mede esforços. Ultrapassa seus próprios limites, muitas vezes colocando a dor do outro à frente da sua. E segue com a mesma dedicação e responsabilidade do levantar do dia. Essa é a Gáudia mulher.

No que parece ser ainda sua melhor faceta, apresento a Gáudia profissional. Amante do sertão, vejo nela o reflexo da luta sertaneja, que procura sempre dar o melhor de si, com empenho e dedicação, com resiliência e amor. Essas qualidades lhe conferem a excelência com que se compromete a exercer sua profissão.

A partir de uma ousada e despretensiosa avaliação pessoal sobre o ser humano, penso que ela encontrou no Desenvolvimento Territorial o nicho perfeito para se abrigar, havendo nele um leque de causas que resolveu abraçar, e pelas quais entende ser mais que um trabalho, e sim um ideal de luta. Vale salientar ainda a sensibilidade com que vence o racional, enxergando além do que está lhe sendo mostrado, interpretando os fatos através da percepção do ser humano e da sua espiritualidade (que se diga, carrega consigo em todas as suas ações). Soma-se a isso, os aspectos reais e estratégicos necessários ao bom desempenho do trabalho e resolução do problema que lhe foi apresentado.

Por fim, longe de mim a ousadia de falar do tema ao qual se destina essa obra, o canal do YouTube “Protagonismo e Controle Social”. Ao longo de tantos anos de

trabalho junto às comunidades e aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, a autora adquiriu expertise para tratar sobre o assunto. Agora, através do Programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, é chegado o momento desse conhecimento ganhar amplitude, atingindo o alcance que as mídias digitais possuem, permitindo dar voz a quem precisa ser ouvido, unindo inovação, informação e responsabilidade social.

E assim resumo sua história: esforço, compromisso e competência.

Você, sucesso!

Diana Maria Alexandrino Pinheiro

O nosso canal: Protagonismo e Controle Social

Do sertão do conhecimento, eu vou contar
Uma história de luta e empoderamento popular
O protagonismo e controle social, no cordel vou rimar
Pra te mostrar como juntos podemos mudar.

No YouTube do Nordeste, um canal se ergueu
Com versos e vídeos, a voz do povo se acendeu
O protagonismo, o poder de transformar
Nas mãos de cada um, a esperança a brotar.

No meio rural, o povo cansou de esperar
Por soluções que nunca vinham se encontrar
Decidiram se unir, tomar as rédeas da vida
E no controle social, fazer a luta aflorar.

Comunicaram nas mídias, na rede mundial
Vídeos, comentários, mensagens de igualdade total
Espalharam conhecimento, a informação correu
O CMDRS, o palco onde o protagonismo floresceu.

Da educação à saúde, da Agroecologia à cidadania
O povo se informou, conheceu sua valentia
Denunciaram injustiças, exigiram direitos
No controle social, encontraram seus respeitos.

A voz do povo se fez ouvir, forte e clara
As redes sociais se tornaram praça pública, sagrada
O protagonismo no cordel se entrelaçou
E o controle social como semente germinou.

Na ação do protagonismo, o povo se empoderou
No controle social, seus sonhos se realizaram
Juntos, mudaram a realidade, fizeram história
Com coragem e determinação, os seus dias transformaram.

Que essa poesia do cordel ecoe no ar
Incentivando o protagonismo, e o controle social a abraçar
No YouTube, nas mídias eletrônicas, vamos nos expressar
E juntos, construir um mundo mais justo, sem cessar.

Que o protagonismo e o controle social sejam nossa força
Para que a sociedade se transforme, com justiça e retidão
No cordel da vida, sejamos os autores
Compartilhando amor, conhecimento e revolução.

Gáudia Costa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	212
2 PRODUTO DE COMUNICAÇÃO	213
3 PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL.....	214
3.1 EXEMPLOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUE GARANTE O DIREITO DE CIDADÃOS CONTROLAREM POLÍTICAS PÚBLICAS	218
3.2 EXTENSÃO RURAL E COMUNICAÇÃO EM FUNÇÃO DO PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL.....	220
3.3 PANDEMIA E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	222
3.4 NECESSIDADE DE ATER REMOTA	223
4 A COMUNICAÇÃO ENTRE OS CMDRS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	225
4.1 1º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO.....	227
4.2 2º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO	230
4.3 3º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO	234
5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO DE COMUNICAÇÃO E DE SUA FINALIDADE	237
5.1 AVANÇOS TECNOLÓGICOS/GRAU DE NOVIDADE.....	240
5.2 CONEXÃO COM A PESQUISA.....	241
5.3 CAMPOS DESCRITIVOS	241
6 REFERÊNCIAS	242
APÊNDICE 246	
APÊNDICE 1 – Conteúdo do Formulário Google para consulta às conselheiras e conselheiros dos CMDRS de Pernambuco.....	246
ANEXOS 249	
ANEXO 1 – Convite para o 1º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.	249
ANEXO 2 – Convite para o 2º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.	250
ANEXO 3 – Convite para o 3º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.....	251
ANEXO 4 – Material didático.	252
ANEXO 5 – Evento.	253
ANEXO 6 – Entrevista.....	255
ANEXO 7 – Documentário.....	257

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem desempenhado um papel fundamental na sociedade contemporânea, transformando profundamente as formas de comunicação, acesso à informação e interação social. Nesse contexto, plataformas online, como o YouTube, surgiram como espaços democráticos e acessíveis para a criação de conteúdo e o compartilhamento de conhecimento.

Este livro apresenta a jornada de criação e desenvolvimento de um canal do YouTube intitulado "Protagonismo e Controle Social". O canal tem como propósito explorar a relevância da tecnologia de informação, e como objetivo a divulgação de ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; assim como de servir como canal de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar.

Dividido em quatro capítulos cuidadosamente elaborados, cada um abordando aspectos específicos e interconectados, este livro busca oferecer uma visão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades inerentes ao tema. Vamos mergulhar em uma jornada que nos levará a refletir sobre a natureza dos produtos de comunicação, o papel do protagonismo e controle social, a importância da comunicação entre os CMDRS no estado de Pernambuco, além de fornecer uma descrição detalhada do produto de comunicação e sua finalidade.

2 PRODUTO DE COMUNICAÇÃO

Produto elaborado cumprindo o que é determinado pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) para a produção dos produtos finais interdisciplinares, seguindo a orientação da normativa do Grupo de Trabalho CAPES, para produção Interdisciplinar⁶, no item 16 – Produto de Comunicação:

Definição: O produto implica na existência de um intermediário tecnológico para que a comunicação se realize. Trata-se, portanto, de produto midiático. Mídia compreende o conjunto das emissoras de rádio e de televisão, de jornais e de revistas, do cinema e das outras formas de comunicação de massa, bem como, das recentes mídias sociais em suas diversas plataformas. Exemplos: a) programas de mídia; b) programas de veículos de comunicação; - c) programas de mídia social. Não se aplica: Participação de docentes e discentes em programas de mídia ou mídia social sem que o autor participe do processo de elaboração do produto, o qual deverá estar aderente ao PPG (CAPES, 2019, p. 63 - grifos da autora).

Este produto surge das pesquisas de campo, realizadas junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Caetés e São Bento do Una – PE. O produto consiste em um canal no YouTube, intitulado Protagonismo e Controle Social, que tem a finalidade de divulgação de ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; assim como de servir como canal de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar. O canal também objetiva divulgar os resultados das pesquisas de discentes e docente do PPGADT, com a finalidade de democratizar a ciência e popularizar o conhecimento. Para tanto, promoverá eventos, entrevistas e documentários.

⁶RELATÓRIO DE GRUPO DE TRABALHO – Publicação que divulga os resultados de estudos e proposições advindos de Grupos de Trabalho criados pela CAPES, com a finalidade de aprimoramento do processo e de instrumentos relacionados a avaliação da pós-graduação. As publicações estão disponíveis para download gratuito no formato PDF. Acesse: <http://www.capes.gov.br/pt/relatorios-tecnicos-dav>.

3 PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL

Protagonismo é a capacidade de assumir um papel ativo e decisivo na vida, na sociedade ou em determinada situação. O protagonista é aquele que assume a responsabilidade por suas ações, toma iniciativa, busca soluções e enfrenta os desafios de forma proativa.

É a habilidade de tomar as rédeas da própria vida e agir de maneira autônoma em relação aos problemas e oportunidades que surgem. Trata-se de uma abordagem que valoriza a participação cidadã, o diálogo, a cooperação e o respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Freire, 2003).

O termo protagonismo vem do grego *protagonistes*, "protos" significa principal ou primeiro e "agonistes" significa lutador ou competidor. É um termo frequente em teatros referindo-se ao ator principal da cena. Também na literatura, refere-se ao protagonista principal do enredo. Atualmente, o termo está comumente associado à determinada categoria que se propõe a alguma ação social. Assim temos protagonismo juvenil, das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, dos índios, etc. (Pereira, 2018, p. 43).

No contexto das lideranças sociais, o protagonismo é uma abordagem político-democrática que busca promover a participação ativa dos trabalhadores em seu próprio processo de encontrar soluções para seus problemas. Nessa perspectiva, os agricultores familiares são incentivados a assumirem a sua própria história, desenvolvendo habilidades como autonomia, criatividade, liderança e cooperação. A ideia é que o protagonismo ajude a formar cidadãos mais críticos, responsáveis e engajados com a sociedade (Gohn, 1997, 2004).

O protagonismo é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento. Por isso, é preciso que o mediador se liberte de ideias conservadoras e estáticas, para poder sentir as demandas de um grupo, se conscientizando de seu

papel na sociedade perante a responsabilidade social da área em que atua, procurando incentivar a tolerância e abertura por parte dessa sociedade face à diversidade cultural e étnica dos que vivem à margem (Guedes-Farias; Varela-Varela, 2017, p. 93).

Assim, uma pessoa protagonista detém a habilidade de assumir um papel ativo e transformador na sociedade em que está inserida, por meio de ações que impulsionem mudanças sociais positivas. Isso pode se manifestar de diversas maneiras, tais como através da criação ou envolvimento em grupos, colegiados, organizações, movimentos sociais ou projetos comunitários.

Essas iniciativas podem ter como propósito a defesa de direitos, a busca por justiça social, a preservação ambiental, a luta contra a discriminação e o aprimoramento da qualidade de vida da população, entre outras metas. Controle Social, por sua vez, é um processo de participação cidadã que visa garantir a concretização dos resultados planejados nas respectivas Políticas Públicas.

De certa forma, no contexto da discussão e tomada de decisões sobre a melhor forma de implementar ações governamentais que chegam às comunidades, os CMDRS desempenham um papel de certo protagonismo e controle social, pois possuem um conjunto de mecanismos e práticas que lhes possibilitam influenciar e fiscalizar as ações do Estado, dos governantes e das instituições públicas, com o intuito de assegurar o cumprimento das leis e a transparência na gestão pública (Abramovay, 2006).

Existem diversas formas de participação e envolvimento social, como a participação em conselhos de políticas públicas, audiências públicas, manifestações, petições, monitoramento de programas e projetos sociais, entre outros. Por meio dessas práticas, a sociedade pode exercer influência nas decisões governamentais, demandar transparência e prestação de contas, e denunciar irregularidades e abusos de poder.

Essa participação é essencial para a construção de uma cultura de cidadania, que valoriza a transparência, a responsabilidade e a ética na gestão pública. É importante salientar que o controle social não se limita apenas à denúncia de irregularidades ou corrupção, mas também envolve a participação efetiva e

propositiva da sociedade na construção e implementação de políticas públicas, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. Essa é a prática cotidiana dos CMDRS pesquisados.

No Brasil, há diversos mecanismos de controle social de políticas públicas, cujo objetivo é garantir a transparência, a participação e a fiscalização da gestão pública. É comum que as conselheiras e conselheiros participem de diversos desses mecanismos, embora nem sempre sejam eles os propositores, como é o caso de audiências e denúncias. Seguem abaixo alguns dos principais mecanismos:

- ✓ *Conselhos de políticas públicas: são arenas de envolvimento da comunidade na administração estatal, estabelecidas por legislação, com a finalidade de conceber, monitorar e avaliar a execução de políticas públicas. Esses grupos são constituídos por membros do governo e da sociedade civil, que debatem e tomam decisões acerca das medidas a serem efetivadas.*
- ✓ *Ouvidorias: são canais de comunicação entre a população e as instituições públicas, que permitem que os cidadãos registrem denúncias, sugestões, elogios e reclamações sobre os serviços públicos. As ouvidorias têm por objetivo ampliar a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado.*
- ✓ *Audiências públicas: são eventos realizados pelo poder público para promover o diálogo entre as autoridades e a sociedade civil sobre temas relevantes para a comunidade. As audiências públicas têm por objetivo permitir a participação e o debate público sobre questões que afetam a população.*
- ✓ *Consultas públicas: são processos de consulta à população para coletar opiniões e sugestões sobre políticas públicas em discussão. As consultas públicas podem ser realizadas presencialmente ou pela internet, permitindo que um grande número de pessoas participe do processo de elaboração das políticas públicas.*

- ✓ Participação em processos de licitação: a Lei de Licitações permite que a sociedade civil participe dos processos de licitação de obras, serviços e compras governamentais, permitindo que os cidadãos possam fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos.
- ✓ Ações judiciais: a sociedade civil pode recorrer ao Poder Judiciário para questionar ações ou omissões do poder público que violem direitos e garantias constitucionais. As ações judiciais são um importante mecanismo de controle social, permitindo que a população exija o cumprimento da lei e a responsabilização dos gestores públicos.

Agentes sociais se tornam protagonistas quando se sentem empoderados e se capacitam, se tornam dispostos a ampliar seus horizontes e atuar de forma coletiva, pois é no grupo que ele pratica seu protagonismo. A construção desse sujeito não parte apenas da disposição particular e individual, mas aflora das e nas relações democráticas, respeitadas e incluídas. Onde as vozes de todos – com respeito às regras de decisões coletivas –, e de cada um – como sujeito que representa um lugar social de fala –, são valorizadas e consideradas relevantes para a construção de entendimentos e de caminhos coletivos.

Sendo capazes de assumir responsabilidades junto à sociedade e governos, as conselheiras e conselheiros adentram ao universo daqueles que constroem as políticas tendo em vista o bem-estar das comunidades (Carvalho, 1998; Gerschman, 1995). Sendo capazes de influenciar, modificam as relações de poder e transformam os sistemas, se libertando de políticas opressivas e colocando em seu lugar políticas que libertam. Enfatizam a transparência e boa gestão dos recursos, enxergam as pessoas excluídas e apontam perspectivas, ajudam de forma solidária sem gerar dependência nem humilhações (Gohn, 2004).

3.1 EXEMPLOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUE GARANTE O DIREITO DE CIDADÃOS CONTROLAREM POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem diversas leis brasileiras que garantem o direito dos cidadãos de controlarem as políticas públicas. Algumas das principais leis são:

- ✓ Constituição Federal de 1988: a CF-88 é a lei fundamental do país e estabelece os princípios e as normas que regem a organização do Estado e dos poderes públicos. Entre os seus dispositivos, destaca-se o artigo 5º, que garante o direito à participação política, e o artigo 37, que estabelece a obrigatoriedade da administração pública de prestar contas de suas atividades (Brasil, 1988).
- ✓ Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): essa lei estabelece as regras para o acesso a informações públicas pelos cidadãos, permitindo que qualquer pessoa possa solicitar e receber informações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. A Lei de Acesso à Informação é um importante instrumento de transparência e controle social, que possibilita a fiscalização das atividades do Estado (Brasil, 2011).
- ✓ Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009): essa lei obriga os governos federal, estaduais e municipais a disponibilizarem na internet informações sobre a execução orçamentária e financeira, permitindo que os cidadãos possam acompanhar de perto a aplicação dos recursos públicos e fiscalizar a gestão pública (Brasil, 2009).
- ✓ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742/1993): essa lei estabelece as bases do sistema de assistência social no país e prevê a participação da sociedade civil na elaboração, implementação e fiscalização das políticas de assistência social. A LOAS também cria o Conselho Nacional de Assistência Social, um importante espaço de participação e controle social (Brasil, 1993).
- ✓ Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): essa lei estabelece as normas para a proteção e promoção dos direitos da criança e

do adolescente. Entre as suas disposições, destaca-se a criação dos Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e garantir o acesso a políticas públicas específicas (Brasil, 1990a).

- ✓ Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990): essa lei estabelece as bases do sistema de saúde no país e prevê a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A lei cria os Conselhos de Saúde em todos os níveis de governo, que têm como atribuição fiscalizar a implementação das políticas de saúde e participar da elaboração do Plano de Saúde (Brasil, 1990b).
- ✓ Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): essa lei estabelece as diretrizes e os instrumentos para a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos no país. A lei prevê a participação da sociedade na elaboração e na implementação das políticas de resíduos sólidos, por meio de conselhos e fóruns de participação social (Brasil, 2010a).
- ✓ Lei do Sistema Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010): essa lei estabelece as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Cultura. A lei prevê a participação da sociedade na gestão da cultura, por meio de conselhos e conferências de cultura (Brasil, 2010b).
- ✓ Lei de Participação e Controle Social (Lei nº 13.019/2014): essa lei estabelece as normas para a celebração de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A lei prevê a participação da sociedade na gestão dos recursos públicos destinados às parcerias, por meio de conselhos, audiências públicas e outras formas de participação (Brasil, 2014).

são apenas algumas das leis brasileiras que garantem o direito dos cidadãos de controlarem as políticas públicas. Além dessas, existem diversas outras normas que estabelecem mecanismos de participação e controle social, como as leis que criam os conselhos de políticas públicas, por exemplo.

3.2 EXTENSÃO RURAL E COMUNICAÇÃO EM FUNÇÃO DO PROTAGONISMO E CONTROLE SOCIAL

Pensar os serviços de assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as famílias no Semiárido exige que seja devidamente entendido o seu conceito. Não se pode pautar pelo repasse de tecnologias, mas pela construção, através de diálogo proativo, de modo de vida adequado ao ambiente e isto é possível pela Extensão Rural, desde que observada em seu propósito.

O termo "extensão" vem do latim *Extendere*, (alargar, estender, espalhar). Comunicação também do latim *Communicatio/Communis* (tornar comum, distribuir, repartir, dividir).

Para Freire (1983), tradicionalmente os serviços de Extensão colocam o camponês enquanto objeto nos planos que visam o desenvolvimento. Nega às pessoas envolvidas com a produção como sendo sujeitos e colocam o técnico como superior, detentor do único saber válido e cabe ao extensionista entregar, doar soluções como um salvador.

A época, à qual Freire (1983) se refere, foram implantados no Brasil o modelo Difusionista Produtivista - 1964-1973 -, seguido pelo modelo do Humanismo Crítico - 1980-1989 -, que utilizavam como metodologias: demonstração técnica e demonstração de resultados utilizando recursos audiovisuais (álbum seriado, cartazes etc.); campanhas e programas de rádio; dias de campo; palestras e treinamentos; e visitas domiciliares (Pereira, 2016).

Como consequências deste modelo de Extensão Rural, as principais mudanças nos espaços rurais à época foram o amplo processo de modernização da base técnica produtiva nos espaços rurais brasileiros; forte expropriação de agricultores de base familiar; concentração da propriedade da terra; assalariamento e precarização das condições de trabalho no campo; contínuo processo de migração do campo para as cidades. Para obtenção de êxito destes modelos, os técnicos promoveram manipulações, invasão cultural e destruição dos saberes do camponês (Pereira, 2016).

Como contraponto a essa cultura autoritária e desrespeitosa dos extensionistas, Freire reconhece no camponês um ser histórico, de pensamentos próprio e situado em contexto particular onde a criatividade cria as alternativas para construir todas as formas de relações concretas e subjetividades. A presença do extensionista deve ser de diálogo em relação horizontalizada entre sujeitos que interagem para entenderem os problemas e reconstruírem juntos as soluções.

Exige-se que o técnico tome consciência de si mesmo e do seu papel na relação. Adote atitude de construir empatia e sinergias com a família entendendo seus valores e os motivos que dão significados ao seu modo de vida, juntos construirão ressignificações a partir da ampliação da consciência de ambos. Com essa visão humanista e humanitária, Paulo Freire se torna referência científica no Brasil e no mundo quanto ao significado do papel dos técnicos extensionistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Bordenave (1997), aponta que a comunicação deve ser entendida como instrumento funcional e só faz sentido se se expressa o outro em relações efetivas. A qualidade da comunicação e das relações humanas deve ser crítica e exigente, pois só assim será proativa e construirá relacionamentos que expressem a vida dos que interagem no ambiente da relação.

A comunicação se faz através de diálogos (dialógica) radical. Um modo de ser e de perceber jamais é superior ao outro, mas ambas as compreensões são passíveis de serem criticadas e reformuladas. Nenhum saber construído é sem sentido, mas não precisa ser estático e representar solução única para os problemas.

Para superar esse modelo equivocado que coloca o técnico como superior e o camponês como atrasado e resistente ao "moderno", a Extensão e a Comunicação devem ser tomadas como indissociáveis e muito bem entendidas pelos técnicos extensionistas. Para (Nascimento; Hetkowski, 2009), a Comunicação, se separada, é tida como um método de repasse de informação, imposição entendida, equivocadamente, como Educação.

A Extensão, portanto, é um mecanismo educativo que deve se dar em diálogo franco e crítico entre o técnico e a família camponesa. O levantamento de problemas deve ser compartilhado e o técnico deve contribuir com a problematização e

agregação de novos elementos para ampliar as consciências e favorecer a criatividade que trará soluções negociadas (Caporal, 2009).

Sendo assim, Caporal (2009), orienta que os técnicos extensionistas não podem parar no tempo, em sua formação inicial, mas precisam estar atualizados e se qualificando continuamente, entender de políticas públicas, agroecologia e adotar uma visão de mundo abrangente e incluyente, crítica e aberta à construção coletiva de conhecimento a fim de viabilizar soluções efetivas sob a governança da família.

3.3 PANDEMIA E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) é um termo amplo, que engloba todos os meios e ferramentas utilizados para a troca de informações e comunicação, sejam eles analógicos ou digitais. Isso inclui desde a comunicação oral e escrita, como telefone, correio e jornais, até meios mais modernos, como rádio, televisão e internet (Castells, 1999; Lemos, 2023).

Por outro lado, a TIC também se refere, especificamente, ao conjunto de tecnologias digitais, computacionais e de telecomunicações que permitem o processamento, armazenamento, transmissão e recepção de informações de forma eletrônica. Isso abrange áreas como computadores, redes de computadores, internet, telefonia móvel, sistemas de informação, softwares, entre outros (Vilaça; Araújo, 2016).

A TIC têm desempenhado um papel significativo na sociedade contemporânea, transformando a maneira como nos comunicamos, compartilhamos informações e acessamos conhecimento. Elas têm impulsionado o avanço da globalização, o desenvolvimento de economias digitais, a disseminação de informações em tempo real e o aumento da conectividade em todo o mundo (Canclini, 2011).

Nas últimas três décadas, essas tecnologias têm influenciado diversas áreas, como educação, negócios, saúde, governança, entretenimento e interações sociais, e esse processo foi acelerado com a pandemia da Covid 19. Elas permitem a

colaboração em tempo real, a troca de conhecimentos e a ampliação do acesso a serviços e recursos em diferentes contextos (Martín-Barbero, 1997; Valente; Almeida, 2022).

Devido à pandemia da Covid 19, houve uma aproximação maior da sociedade com os meios de comunicação através da internet e, embora tenha terminado o período de *lockdown*, essa cultura perdura e a tendência nos parece ser irreversível. Ocupar os espaços das mídias digitais com possibilidade de interação com os envolvidos, se faz importante para disponibilizar mais opções de debates aos usuários das redes sociais (Meirelles, 2022).

No entanto, é importante reconhecer que o acesso equitativo à TIC ainda é um desafio em muitas partes do mundo, especialmente em áreas rurais e em países em desenvolvimento. A exclusão digital e a falta de infraestrutura adequada podem criar disparidades no acesso à informação e limitar o potencial transformador dessas tecnologias (Knop, 2018).

Portanto, a TIC desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea, promovendo a comunicação, a disseminação de informações e o acesso ao conhecimento. É essencial buscar formas de ampliar o acesso equitativo a essas tecnologias e garantir que elas sejam utilizadas de maneira inclusiva, promovendo o desenvolvimento social, econômico e sustentável.

3.4 NECESSIDADE DE ATER REMOTA

Os serviços de ATER vêm sofrendo modificações importantes para adequar às necessidades reais das famílias atendidas e mitigar impactos das adaptações técnicas e políticas a fim de melhorar a qualidade de vida da população rural. Sai de um modelo verticalizado de difusão tecnológica onde o saber do técnico se apresenta como superior às experiências acumuladas dos agricultores familiares para um modelo participativo, respeitoso e dialético, conforme apresentado na “Lei de ATER” (Brasil, 2010c).

Ilustra bem esse movimento de transformação as publicações da EMATER-MG que desenvolveu a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (MEXPAR), que pressupõe uma abordagem participativa utilizada na Extensão Rural. Essa metodologia visa promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, envolvendo ativamente os agricultores e membros da comunidade no processo de tomada de decisão, planejamento e implementação de ações (EMATER, 2006).

Sem abandonar os princípios que fundamentam os serviços de Extensão Rural, a partir de 2020, pressionado pela pandemia da Covid-19, houve adaptação do Método, para continuar os serviços de atendimento às famílias e houve o desenvolvimento de mecanismos de atendimento remoto. Trata-se do MEXPAR 4.0 que apresenta o uso das tecnologias de informação como possibilidade complementar para a ATER. Conforme apresentado pela EMATER-MG em 2020 (EMATER, 2020).

A perspectiva do atendimento remoto na abordagem MEXPAR 4.0 refere-se à integração das TIC e da comunicação à distância na implementação da Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável. O atendimento remoto utiliza plataformas digitais, aplicativos móveis, videoconferências e outras ferramentas tecnológicas para facilitar a interação entre os extensionistas rurais, agricultores e membros da comunidade. Essa abordagem tem o potencial de ampliar o alcance e a eficácia das ações de Extensão Rural, superando as limitações geográficas e reduzindo custos. Algumas vantagens do atendimento remoto incluem:

- ✓ **Acesso ampliado:** com o uso de tecnologias remotas, é possível alcançar comunidades rurais distantes e de difícil acesso. Os agricultores que antes tinham dificuldades para receber assistência técnica presencial podem agora se beneficiar do atendimento remoto, aumentando seu acesso a informações e suporte especializado.

- ✓ *Economia de tempo e recursos: o atendimento remoto elimina a necessidade de deslocamento físico dos extensionistas e agricultores, reduzindo os custos associados a viagens e permitindo uma alocação mais eficiente de recursos. Além disso, os agricultores podem receber assistência no momento mais conveniente para eles, evitando a espera por visitas presenciais.*
- ✓ *Comunicação contínua: as TIC permitem uma interação contínua entre extensionistas e agricultores. Por meio de vídeochamadas, mensagens de texto ou aplicativos móveis, é possível manter um diálogo regular, trocar informações, responder a dúvidas e fornecer suporte técnico, fortalecendo o acompanhamento das ações implementadas.*

No entanto, é importante considerar alguns desafios e limitações do atendimento remoto:

- ✓ *Conectividade e infraestrutura: a disponibilidade e a qualidade das conexões de internet podem ser limitadas em áreas rurais, dificultando a comunicação remota. É fundamental garantir infraestrutura adequada e acesso confiável à internet para permitir uma interação efetiva.*
- ✓ *Perda de interação presencial: o atendimento remoto pode não substituir completamente a interação presencial. A observação direta, a compreensão contextual e a construção de relacionamentos pessoais são aspectos importantes que podem ser perdidos na abordagem remota.*

4 A COMUNICAÇÃO ENTRE OS CMDRS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Os CMDRS desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável em Pernambuco. Essas instâncias de participação social são compostas por representantes da sociedade civil e do poder público, e têm como objetivo principal a construção coletiva de políticas e ações voltadas para o meio rural.

No entanto, para que os CMDRS sejam efetivos em suas atribuições, é necessário que seus membros estejam coesos, tenham força política e compartilhem suas demandas sociopolíticas. Nesse contexto, os Encontros desempenham um papel estratégico, fortalecendo esses aspectos essenciais.

No que se refere à coesão e coordenação em rede, estes Encontros proporcionam um espaço de interação entre as conselheiras e conselheiros municipais dos CMDRS de Pernambuco. Essa oportunidade de convivência e troca de experiências contribui para fortalecer os laços entre os membros, criando uma rede de cooperação e apoio mútuo.

A coesão do grupo é essencial para que as conselheiras e conselheiros se sintam parte de um coletivo unido, motivado e comprometido com os interesses comuns do desenvolvimento rural sustentável. Além disso, a coesão fortalece a capacidade de articulação e mobilização dos CMDRS em prol de suas demandas e necessidades.

Com a construção dessa força política, os Encontros também desempenham um papel importante na consolidação dessas instâncias de participação social. Ao reunir representantes de diferentes municípios, os Encontros permitem a ampliação da representatividade e visibilidade dos CMDRS.

Essa união de esforços fortalece a incidência política das conselheiras e conselheiros, tornando suas vozes mais fortes e ampliando sua capacidade de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. A força política adquirida por meio dos encontros contribui para a defesa dos interesses das comunidades rurais e para a superação de desafios e obstáculos enfrentados.

Os Encontros são oportunidades valiosas para o compartilhamento de demandas sociopolíticas entre as conselheiras e conselheiros. Durante esses eventos, os participantes têm a chance de expor suas experiências, desafios e conquistas, identificando demandas comuns e buscando soluções conjuntas. A troca de informações e conhecimentos entre conselheiras e conselheiros fortalece a capacidade de análise e diagnóstico das questões rurais, além de facilitar a

identificação de demandas prioritárias. O compartilhamento de demandas sociopolíticas contribui para a construção de uma agenda comum, pautada pelas necessidades reais das comunidades rurais e direcionada para ações efetivas e transformadoras.

Os Encontros Estaduais dos CMDRS de Pernambuco desempenham um papel estratégico na manutenção da coesão das conselheiras e conselheiros, no fortalecimento de sua força política e no compartilhamento de demandas sociopolíticas. Esses Encontros permitem a criação de laços entre os membros, fortalecem a capacidade de articulação política e promovem o intercâmbio de informações e experiências. Dessa forma, os CMDRS se tornam mais efetivos em sua missão de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, consolidando-se como importantes atores na construção de políticas e ações voltadas para as comunidades rurais de Pernambuco.

4.1 1º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO

Figura 30 – Composição da mesa de abertura do 1º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco (ANEXO 1), com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil – Belo Jardim, 2019.



Fonte: IPA, 2019.

Figura 31 – Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS de Pernambuco, participando do 1º Encontro Estadual dos CMDRS de PE – Belo Jardim, 2019.



Fonte: SINTAPE, 2019.

Quadro 6 – Deliberações do 1º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, realizado em Belo Jardim – PE, em 17 de maio de 2019.

TEMAS	ASSUNTOS DE PAUTA
<p>Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)</p>	<p>Aumento do quantitativo do quadro técnico do IPA para atender satisfatoriamente os agricultores familiares. Foi destacado a importância do extensionista do IPA no acompanhamento das famílias agricultoras;</p> <p>As demandas de sementes entregues foram abaixo do esperado comparado a outros anos anteriores. Foi enfatizada a necessidade do IPA junto a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), valorizar a sementes crioulas, através da compra aos nossos agricultores familiares. A ideia é que esses agricultores façam um treinamento de manejo e conservação dessas sementes. O nosso estado tem áreas que cultivam sementes e que, os agricultores podem receber incentivos para a venda da sua produção;</p> <p>Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SINTAPE), reforçou a questão salarial dos Técnicos do IPA, que não vem sendo reajustado há alguns anos;</p> <p>Retomada dos Programas Terra Pronta;</p> <p>Retorno do Programa de Carro-pipa para municípios do</p>

	<p>semiárido pernambucano onde é decretado estado de calamidade pública pelo estado e homologado pelo Governo Federal, através da Defesa Civil;</p> <p>Abertura para Concurso Público para extensionistas no Estado de Pernambuco.</p>
<p>Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PróRural)</p>	<p>A grande maioria dos CMDRS relataram a ausência do PróRural nas reuniões ordinárias;</p> <p>Alguns escritórios regionais relatam a ausência devido a falta de recursos para deslocamentos;</p> <p>Os CMDRS solicitam a retomada das discussões das cadeias produtivas / arranjos produtivos nas regiões / territórios do estado;</p> <p>O PróRural deve fomentar os encontros de formação para os CMDRS fortalecendo também as associações;</p> <p>Incentivo a criação de pequenas agroindústrias em áreas de assentamento e/ou comunidades que têm possibilidade de fornecer produtos para vendas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);</p> <p>Os CMDRS citaram também a influência político-partidária nas demandas de projetos do PróRural em alguns municípios sem passar pelas deliberações dos CMDRS.</p>
CDS	<p>Os CMDRS solicitam a cadeira/participação no Conselho de Desenvolvimento do Estado para contribuir na elaboração e nas demandas da política de fortalecimento da agricultura familiar;</p> <p>A forma de garantir a participação dos CMDRS será discutida de acordo com a legislação vigente e do regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco (CDS).</p>
Segurança Pública	<p>As patrulhas rurais sejam efetivadas no Campo no sentido de inibir o uso de entorpecentes por jovens. O que há algum tempo a problemática da droga era restrito ao meio urbano, agora está chegando com mais força no meio rural, como é caso do Município de Flores no Sertão do Estado.</p>
Conclusão	<p>Diante do exposto, e das problemáticas discutidas, os CMDRS de Pernambuco junto às entidades que nos assistem, solicita a participação efetiva na elaboração do Plano Plurianual para que sejam alocados recursos para os projetos estruturantes dos</p>

municípios com o foco no fortalecimento da agricultura familiar.

A ideia é que em Agosto, possamos fazer um novo encontro e apresentar à assembleia legislativa as nossas propostas, para que sejam orçadas para ser votado em setembro o Plano Plurianual (PPA).

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório do 1º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, 2019 – Acervo CMDRS de Inajá – PE.

4.2 2º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO

Figura 32 – Composição da mesa de abertura do 2º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco (ANEXO 2), com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil – São José do Belmonte, 2022.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE.

Figura 33 – Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS de Pernambuco, participando do 2º Encontro Estadual dos CMDRS de PE – São José do Belmonte, 2022.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE

Quadro 7 – Deliberações do 2º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, realizado em São José do Belmonte, em 5 de maio de 2022.

TEMAS	ASSUNTOS DE PAUTA
Garantia Safra	<p>Reajuste do seguro para o valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) para o ano de 2022 e correção anual através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos próximos anos;</p> <p>Divulgação dos valores que compõem o fundo de aportes ao Garantia Safra através da disponibilização de extratos, para mostrar transparência no uso dos recursos;</p> <p>Buscar parcerias dos CMDRS municipais junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para consolidação dos dados de perda da safra em cada município;</p> <p>Desvincular o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da composição da renda do agricultor/a familiar;</p> <p>Buscar a inclusão na pauta de discussões da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) e Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste)⁷, do Programa Garantia Safra;</p> <p>Solicitação de ampliação da equipe técnica para atender especificamente ao programa;</p> <p>Melhorar o sistema para desbloqueio dos agricultores/as familiares.</p>
Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)	<p>Sementes: assegurar a distribuição de todas as sementes – milho (<i>Zea mays</i>), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>) e sorgo (<i>Sorghum bicolor</i>), sempre as três, a entregar de preferência dois meses antes do calendário de plantio de cada região;</p> <p>Garantia da qualidade das sementes;</p> <p>Abastecimento rural por meio de carros pipas: propor a unificação, organização e estruturação dos órgãos públicos (governos Federal, Estadual e municipal), o aprimoramento do sistema de abastecimento da água rural através de carros pipas, até que a zona rural, nas comunidades onde o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) não venha contemplá-las;</p> <p>Perfuração e instalação de Poços;</p>

⁷ Consórcio entre os 9 estados do Nordeste que tem como objetivo promover o crescimento sustentável e desenvolvimento social.

	<p>Fornecimento de dessalinizador para as regiões com poços salgados;</p> <p>Solicitar do Governo Federal a ampliação de recursos para a implantação de tecnologias de armazenamento de água e reuso de água;</p> <p>Implementação de Cadastro Único das famílias que são contempladas com carro pipa para uma melhor gestão dos recursos;</p> <p>Equipe multidisciplinar disponibilizadas nas regiões;</p> <p>Cumprimento do plano de cargo dos profissionais da SDA;</p> <p>Sistema simplificado de abastecimento de água para comunidades locais;</p> <p>Revitalizar e atualizar os planos de ação do Programa Alimenta Brasil (PAB), Antigo PAA, que é construído pelo IPA;</p> <p>Construção de cisternas de placas 16 mil e 50 mil litros;</p> <p>Construção de unidades habitacional rural para as famílias que moram casas de taipas;</p> <p>Abertura de Concurso Público para aumentar o quadro de extensionistas no Estado de Pernambuco;</p> <p>Apoio do governo na disponibilidade de vagas e locomoção para que os produtores possam participar nas feiras de negócios da agricultura familiar, a exemplo da feira realizada em Natal – RN, agora em junho de 2022;</p> <p>O Controle social do SISAR seja realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural de cada município.</p>
<p>Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural)</p>	<p>A maioria dos Conselhos reclamam da ausência do ProRural nas reuniões ordinárias. Alguns escritórios regionais do ProRural alegam a ausência devido à falta de recursos para os deslocamentos;</p> <p>Os Conselhos solicitam a retomada das discussões das cadeias de arranjos produtivos nas regiões do Estado;</p> <p>O ProRural deve fomentar os encontros de formação para os Conselhos, fortalecendo também as Associações;</p> <p>Incentivo à criação de pequenas agroindústrias em áreas de</p>

	<p>assentamento e/ou comunidades que têm possibilidade de fornecer produtos para vendas institucionais como o PAA e o PNAE;</p> <p>Os Conselhos citam também a influência político-partidária nas demandas de projetos do ProRural, em alguns municípios sem passar pelas deliberações dos Conselhos;</p> <p>Solicitamos a retomada do programa de construção de cisternas e banheiros.</p>
CMDRS – PE	<p>Estruturação dos Conselhos Municipais;</p> <p>Ampliação do assento no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que a participação dos conselhos seja por região de desenvolvimento do estado (Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Norte, Mata Sul, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco);</p>
Segurança Pública	<p>Ampliação e implantação das patrulhas rurais (Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Norte, Mata Sul, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco);</p>
Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO)	<p>A ADAGRO em diversos municípios do Estado, não vem mais exercendo o seu papel de atender o agricultor pecuarista com a assistência adequada, a não ser emitir uma Guia de Trânsito Animal (GTA) quando consegue. Isso porque na maioria dos escritórios, quando não falta impressora, falta papel, internet ou até energia. Entretanto, quando é para multar o criador, tudo isso funciona perfeitamente. Precisamos de mais melhorias e assistência.</p>
Próximo Encontro em 2023	<p>Será realizado em Sertânia.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório do 2º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, 2022. Acervo CMDRS de Inajá – PE.

3º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS DE PERNAMBUCO

Figura 34 – Composição da mesa de abertura do 3º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco (Anexo 3), com a participação de representantes governamentais e da sociedade civil – Sertânia, 2023.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE.

Figura 35 – Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS de Pernambuco, participando do 3º Encontro Estadual dos CMDRS de PE – Sertânia, 2023.



Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE.

Quadro 8 – Pauta 3º Encontro dos CMDRS de Pernambuco, realizado em 5 de maio de 2023, em Sertânia – PE.

TEMAS	ASSUNTOS DE PAUTA
<p>Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO)</p>	<p>A ADAGRO, em diversos municípios do estado não vem exercendo o seu papel fundamental de atender o agricultor pecuarista com assistência adequada, os seus escritórios regionais encontram-se inadequados para o atendimento. Nos últimos anos a ADAGRO vem deixando a desejar na eficiência de assistência aos pecuaristas no campo e nas divulgações através dos veículos de comunicação, rádio e tv, como os criadores tratar da saúde dos seus animais, por exemplo: avicultura, caprinocultura, suinocultura, equinos e bovinos. Também tem a questão do controle dos produtos oriundos da agricultura para as feiras livres e supermercados com relação aos agrotóxicos, até mesmo as feiras agroecológicas, além do controle de produtos perecíveis transportados de uma região para outra.</p>
<p>Garantia Safra</p>	<p>Tivemos um avanço muito importante na questão do reajuste, onde o valor passou dos atuais R\$ 850,00 para R\$ 1200,00 a ser pago a partir de 2024, mastemos que avançar ainda mais, queremos que esse valor seja ajustado anualmente pela inflação, mesmo que o agricultor tenha a sua contribuição também reajustada.</p> <p>O Garantia Safra precisa dar mais autonomia aos CMDRS no acompanhamento das inscrições e classificação dos agricultores, pois são os conselhos que estão no dia a dia ao lado dos agricultores, por isso tem total conhecimento e capacidade para exercer a função.</p>
<p>Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)</p>	<p>O IPA encontra-se com deficiência no quadro de funcionários para atenderos agricultores familiares. A sua frota de veículos está totalmente sucateada, há falta de recursos para combustível, dificultando os trabalhos dos técnicos extensionistas no acompanhamento e assistências das famílias agricultoras;</p> <p>As demandas de sementes entregues pelo IPA têm sido muito abaixo em relação a 3 anos atrás. Mesmo as sementes de milho recebidas nos últimos anos tiveram um poder de germinação baixíssimo e devido ao atraso das entregas, boa parte chegou bichada;</p> <p>Solicitamos que as sementes de feijão sejam distribuídas no mesmo quantitativo para todos os municípios, ou equivalente com a sua população rural, assim deixando para trás a ideia de que só alguns plantam, quando na verdade</p>

	<p>nós sabemos que todos plantam, sendo assim queremos que as sementes de feijão cheguem a todos os municípios para favorecer os agricultores familiares;</p> <p>Queremos a retomada do Programa Terra Pronta para que possa atender os agricultores no tempo certo do plantio e não deixando a responsabilidade somente para as prefeituras;</p> <p>Solicitamos a retomada do Programa Carro Pipa para os municípios do semiárido pernambucano, onde é decretado estado de calamidade pública pelo Estado e homologado pelo Governo Federal através da Defesa Civil;</p> <p>Pedimos a abertura de concurso público para aumentar o quadro de extensionista no Estado de Pernambuco;</p> <p>Rever a questão da emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), pois os órgãos emissores usam critérios diferentes, dificultando um documento de suma importância para o agricultor familiar ter acesso aos programas do governo.</p>
<p>Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural)</p>	<p>A maioria dos conselhos reclamam da ausência do Prorural nas reuniões ordinárias;</p> <p>Alguns escritórios regionais do Prorural alegam a ausência devido à falta de recursos para os deslocamentos;</p> <p>Os Conselhos solicitam a retomada das discussões das cadeias produtivas e arranjos produtivos nas regiões do Estado;</p> <p>O Prorural deve fomentar os encontros de formação para os conselhos, fortalecendo também as associações;</p> <p>Incentivo à criação de pequenas agroindústrias em áreas de assentamento e/ou comunidades que tenham possibilidade de fornecer produtos para vendas institucionais como PAA e o PNAE;</p> <p>Os conselhos citam também a influência político-partidária nas demandas de projetos do Prorural em alguns municípios sem passar pelas deliberações dos conselhos;</p> <p>Solicitamos a retomada do Programa de construção de cisternas e banheiros.</p>
<p>CMDR – PE</p>	<p>No segundo encontro dos Conselhos, no ano passado, em São José do Belmonte foram disponibilizadas 4 cadeiras para os CMDRS pelo CDRS, portanto gostaríamos de saber qual a atual situação do CDRS em relação a sua atual diretoria.</p>

Segurança Pública	Os conselhos solicitam a efetivação das patrulhas rurais, no sentido de inibir a violência no campo. O que algum tempo era uma problemática restrita ao meio urbano, hoje também está presente no meio rural; Os conselhos pedem um suporte por parte do Estado, o mínimo para que possam continuar funcionando. Suporte esse que há anos era dado pelo ProRural.
Banco do Nordeste	O Banco do Nordeste tem uma grande importância junto aos agricultores, mas precisamos de mais informações sobre as últimas novidades.
Banco do Brasil	Precisamos de mais participação junto aos agricultores.
Próximo Encontro em 2024	Será realizado em Afogados da Ingazeira.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Pauta 3º Encontro dos CMDRS de PE, 2023. Acervo CMDRS de Inajá - PE.

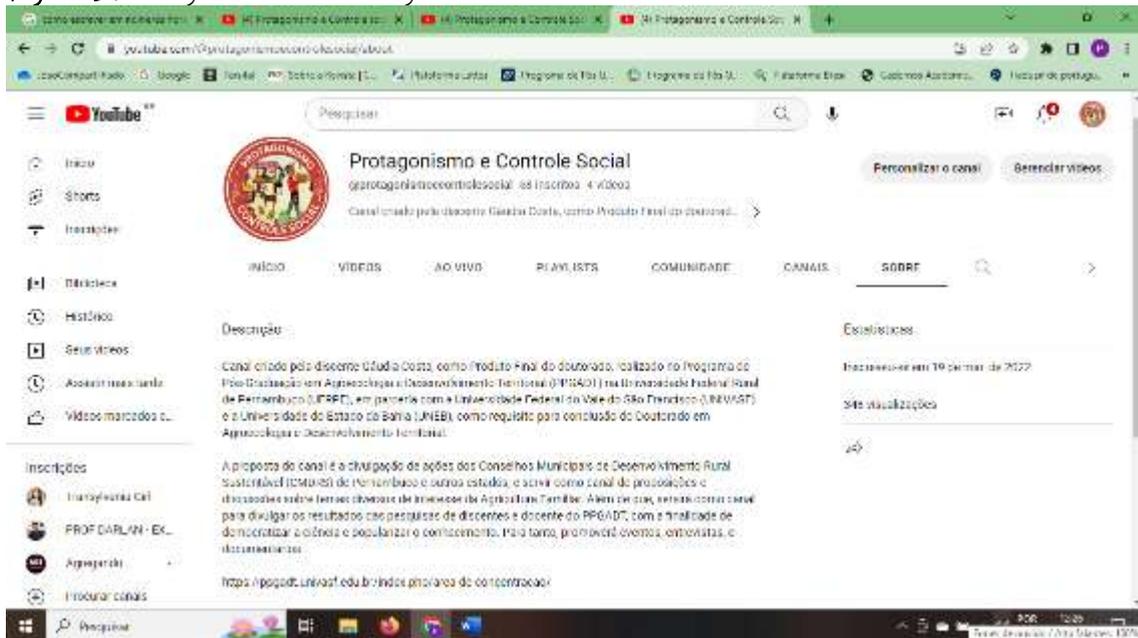
5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO DE COMUNICAÇÃO E DE SUA FINALIDADE

O Produto de Comunicação (Figura 7) é resultado do trabalho realizado no Programa de Pós-graduação de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, como requisito para conclusão de curso de Doutorado. Trata-se de um canal do YouTube que aborde temas de interesse da Agricultura Familiar, a exemplo de Agroecologia, Extensão Rural, Economia Solidária, Autogestão, Educação, Saúde, entre outros.

A proposta do produto é servir de canal para divulgação das ações dos CMDRS de Pernambuco e outros estados; servir também de canal de proposições e discussões sobre temas tratados por estes Conselhos.

O produto também buscará divulgar os resultados das pesquisas de discentes (Anexo 4) e docentes do PPGADT, com a finalidade de democratizar a ciência e popularizar o conhecimento. Além de promover eventos (Anexo 5), entrevistas (Anexo 6) e documentários (Anexo 7).

Figura 36 – Página do Canal Protagonismo e Controle Social no Youtube.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2023).

Um canal do YouTube é uma forma de mídia digital. Ele utiliza a plataforma do YouTube, que é um serviço de compartilhamento de vídeos online, para distribuir conteúdo audiovisual. Os vídeos são a forma principal de mídia em um canal nesta plataforma, podendo incluir áudio, imagens, animações e até mesmo recursos interativos (Burgess; Green, 2009).

Além dos vídeos, os canais do YouTube também podem utilizar outros elementos de mídia para complementar o conteúdo, como descrições escritas, miniaturas personalizadas, imagens de perfil e banners. Esses elementos visuais ajudam a transmitir a identidade e a mensagem do canal.

Os vídeos em um canal do YouTube podem abranger uma ampla gama de formatos, como vídeos informativos (Figura 2), tutoriais, vlogs (blogs com vídeos), entrevistas, apresentações, músicas, animações, entre outros. Isso permite que os criadores de conteúdo explorem diferentes formas de expressão e comunicação para atingir seu público-alvo.

Figura 37 – Aba “Vídeos” do Canal Protagonismo e Controle Social no Youtube.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2023).

Os canais do YouTube também permitem a interação entre os criadores e os espectadores através de recursos como comentários, avaliações, compartilhamentos e inscrições, inclusive, em tempo real (Figura 3). Essa interação e participação ativa dos espectadores são características importantes da mídia social, que o YouTube incorpora em seu formato de canal.

O YouTube é mais do que um simples produto de comunicação, ele é uma plataforma que revolucionou a maneira como consumimos conteúdo audiovisual e nos conectamos uns com os outros. Com milhões de usuários e criadores de conteúdo, o YouTube se tornou um espaço dinâmico e diverso onde podemos encontrar informações, entretenimento e inspiração (Junges; Gatti, 2019).

Podemos compartilhar nossas ideias e perspectivas com o mundo, além de aprender e descobrir novas formas de pensar e criar. A plataforma também permite que as pessoas se encontrem em comunidades com interesses e paixões semelhantes, gerando um senso de pertencimento e conexão.

Figura 38 – Aba “Ao Vivo” do Canal Protagonismo e Controle Social no Youtube.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2023).

No entanto, é importante lembrar que, como qualquer produto de comunicação, o YouTube também pode ter seus pontos negativos, como a disseminação de informações falsas e conteúdo inapropriado. Por isso, é essencial usá-lo com responsabilidade e crítica, buscando sempre fontes confiáveis, e respeitando os direitos e as diversidades de todos os usuários da plataforma.

5.1 AVANÇOS TECNOLÓGICOS/GRAU DE NOVIDADE

O Produto tem médio teor inovativo: combinação de conhecimentos pré-estabelecidos.

Discente Autora

Nome: Gáudia Maria Costa Leite Pereira

Doutorado profissional

Docentes Autores

Nome: Prof. Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos

Permanente (PPGADT/UFRPE).

Nome: Prof. Dr. Wagner Lins Lira

Permanente (PPGADT/UFRPE).

Nome: Prof. Dr. Marcelo Miná Dias

Colaborador Orientador Externo (UFV).

5.2 CONEXÃO COM A PESQUISA

Projeto de Pesquisa vinculado ao Produto de Comunicação: *Conselheiras e Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: Protagonismo e Gestão Social em busca do desenvolvimento local.*

Linha de Pesquisa vinculada ao Produto de Comunicação: 1 - *Identidade, Cultura e Territorialidades.*

5.3 CAMPOS DESCRITIVOS

Situação atual do Produto de Comunicação

Finalizado/implantado

Para composição do conteúdo dos programas, foi elaborado um formulário Google (Figura X), com uma consulta para Conselheiras e Conselheiros dos CMDRS do estado de Pernambuco, sobre o que desejariam assistir no canal. A consulta está sendo veiculada por *Whatsapp*, nos grupos de CMDRS municipais, à medida que era respondido e enviado, as respostas chegavam automaticamente na Planilha Google, de coleta de dados. No formulário, há sugestões de assuntos para múltipla escolha (APÊNDICE 1).

Obs. Até o momento, o canal funcionou em fase de testes, aguardando as orientações da Banca de Pré-Tese, para regularizar a produção de conteúdo. A

pretensão é produzir uma entrevista a cada 15 dias, e rodas de diálogo, a cada 2 meses.

Recursos e vínculos do Produto de Comunicação

Data início: 19/05/2022. Data término: Não se aplica.

Fonte do Financiamento: Custeado pela discente.

A produção necessita estar no repositório?

Sim.

Documentos Anexados (em PDF)

A produção em si.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*, p. 51-70, 2006.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRASIL, C. C. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 maio. 2023a.

BRASIL, C. C. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 24 maio. 2023b.

BRASIL, C. C. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.

BRASIL, C. C. *Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009*. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de

infor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 24 maio. 2023a.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 24 maio. 2023b.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.188**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 4 jan. 2023c.

BRASIL, C. C. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositi. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.

BRASIL, C. N. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL, S. G. DA P. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projet. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 24 maio. 2023.

BURGESS, J.; GREEN, J. (EDS.). **Youtube e a revolução digital: Como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. Tradução: Ricardo Giasseti. São Paulo: Aleph, 2009.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: USP, 2011.

- CAPES. *Produção técnica* - relatório de grupo de trabalho: Orientação CAPES. Brasília: CAPES/MEC, 2019.
- CAPORAL, F. R. (ED.). *Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*. Brasília: [s.n.].
- CARVALHO, A. I. DE. Os Conselhos de Saúde, Participação Social e Reforma do Estado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 3, n. 1, p. 23-25, 1998.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede - a era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1
- EMATER, M. G. *Metodologias participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR*. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006.
- EMATER, M. G. *Mexpar 4.0: Metodologia participativa de Extensão Rural*. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2020.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro Paz e Terra, , 1983.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.
- GERSCHMAN, S. *A democracia Inconclusa*. Um estudo da Reforma Sanitária Brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.
- GOHN, M. DA G. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. São paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOHN, M. DE G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A. DOS (Ed.). *Governança democrática e poder local*. A experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 175-201.
- GUEDES-FARIAS, M. G.; VARELA-VARELA, A. A mediação da informação e o protagonismo social: Experimentando a construção de um modelo em uma comunidade Brasileira. *Investigacion Bibliotecologica*, v. 31, n. 73, p. 91-110, 2017.
- IPA - INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO. *IPA participa do I Encontro Estadual dos CMDRS`s*. Disponível em: <https://site.ipa.br/noticias/ipa-participa-do-i-encontro-estadual-dos-cmdrss/>. Acesso em: 10 de abr. 2023.
- JUNGES, D. DE L. V.; GATTI, A. Estado da Arte Sobre o Youtube na Educação. *Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense*, v. 1, n. 2, p. 113-131, 2019.
- KNOP, M. F. T. Exclusão digital, diferenças no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação: questões conceituais, metodológicas e empíricas.

Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, p. 39, 2018.

LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 9ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2023.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações: comunicação, culturas e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MEIRELLES, F. S. *Panorama do Uso de TI no Brasil - 2022*. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/panorama-uso-ti-brasil-2022>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. Educação e comunicação: diálogos contemporâneos e novos espaços de reflexão. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Eds.). *Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 133-158.

PEREIRA, G. M. C. L. Linha do Tempo do desenvolvimento histórico e institucional da Extensão Rural no Brasil. Seminário Comunicação e Extensão. Mestrado em Extensão Rural. UNIVASF. *Anais...*Juazeiro: UNIVASF, 2016

PEREIRA, G. M. C. L. *Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: espaços de poder da Agricultura Familiar*. Garanhuns: UNIVASF, 2018.

SINTAPE, SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Diretores do Sintape participam do 1º Encontro Estadual dos CMDRS*. Disponível em: <https://m.facebook.com/sintape.sindicato/videos/617931788674642/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. DE. Tecnologias e educação: legado das experiências da pandemia COVID-19 para o futuro da escola. *Panorama Setorial da Internet*, v. 14, n. 2, p. 1-36, 2022.

VILAÇA, M. L. C.; ARAÚJO, E. V. F. DE (EDS.). *Tecnologia, sociedade e educação na era digital*. Duque de Caxias: UNI GRANRIO, 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Conteúdo do Formulário Google para consulta às conselheiras e conselheiros dos CMDRS de Pernambuco.

Figura 39 – Formulário de enquete para Conselheiras e Conselheiros de CMDRS de Pernambuco, 2023.



Fonte: acervo da autora, (2023).

Enquete para Conselheiras e Conselheiros de CMDRS
Olá, Conselheiras e Conselheiros.

Sou Gáudia Costa.

Criei um canal no Youtube como Produto Final do doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para conclusão do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

O tema da minha pesquisa são os CMDRS, particularmente, os Conselhos de Caetés e São Bento do Una.

A proposta do canal é a divulgação de ações dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Pernambuco e outros estados; e servir como espaço de proposições e discussões sobre temas diversos de interesse da Agricultura Familiar. Além de que, servirá como canal para divulgar os resultados das pesquisas de discentes e docente do PPGADT, com a finalidade de democratizar a ciência e popularizar o conhecimento. Para tanto, promoverá eventos, entrevistas e documentários.

A finalidade desta enquete, é perguntar às Senhoras e Senhores, sobre quais assuntos seriam de interesse para entrevistas, mesas e documentários.

Agradeço imensamente a participação e contribuição com os temas.

Acesso ao canal: <https://www.youtube.com/@protagonismoeconsolesocial>

*** Indica uma pergunta obrigatória**

Nome*

Sua resposta

Gênero*

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro:

Data de Nascimento*

Sua resposta

E-mail*

Sua resposta

Telefone com o DDD*

Sua resposta

Município*

Sua resposta

Nome do Conselho*

Sua resposta

Sua função no Conselho*

- Titular
- Suplente
- Outro:

Há quanto tempo participa do Conselho?*

- Menos de 2 anos
- Entre 2 e 4 anos
- Entre 4 e 6 anos
- Mais de 6 anos

Quais assuntos gostaria de ver abordados no Canal? Marque os que deseja. *

- Agricultura Familiar
- Políticas Públicas
- Protagonismo Social
- Controle Social
- Agroecologia
- Gênero
- Geração
- Desenvolvimento Sustentável
- Orçamento público
- Sucessão Rural
- Associativismo
- Cooperativismo
- Sindicalismo Rural
- Segurança e Soberania Alimentar
- Produção de Orgânicos
- Certificação de Orgânicos
- Economia Solidária
- Artesanatos
- Segurança Pública para o Meio Rural
- Saneamento Rural
- Água
- Reforma Agrária
- Crédito Rural
- Outro:

Você se dispõe a ser convidada ou convidado para entrevistas ou mesas de diálogo?*

- Sim
- Não

Quais assuntos você teria disposição de abordar em uma entrevista?

ANEXOS

ANEXO 1 – Convite para o 1º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.

Figura 40 – Convite para o 1º Encontro Estadual dos CMDRS de PE, 2019.

CONVITE

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS/Pernambuco tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar do I Encontro Estadual dos CMDRS/Municipais de Pernambuco no Auditório do Campus do IFPE (Antigo Colégio Agrícola), nesta Sexta-Feira, dia 17 de Maio, das 09h00 às 13h00. (Belo Jardim - PE)

PROGRAMAÇÃO

08h00 - Chegada e Inscrição dos Participantes	- Continuação da PAUTA- Relação dos CMDRS com as
08h30 - Café da manhã compartilhado	Sec. de Agric. Municipais; demandas das Comunidades
09h00 - Abertura e saudação inicial (Cerimonial)	Quilombola e Indígena
09h05 - Composição da Mesa (Representação dos CMDRS por Região	relacionadas aos CMDRS.
Entidades Parceiras e Entes Governamentais)	
09h15 - Mística de Abertura (entrada de produtos oriundos da roça) Música: Chuva de Honestidade (Flávio Leandro)	10h15 - Discussão da Pauta - Fala dos inscritos
09h30 - Fala dos representantes na Mesa (5 min)	12h00 - Encaminhamentos
10h00 - Apresentação da Pauta: PRORURAL (Infraestrutura/Projetos)	12h40 - Leitura e Aprovação da Ata/Carta
Fortalecimento e Infraestrutura dos CMDRS. Assistência Técnica do IPA, ITERPE e INCRA (Situação dos Assentamentos), Cons. de Des. Estadual (Representação dos CMDRS); Secretaria de Des. Agrário do Estado (Planej. para os CMDRS ?); Segurança Pública no Campo;	13h00 - Encerramento

Realização

CMDRS
Conselhos Municipais de
Desenvolvimento Rural Sustentável
- Pernambuco -

Fonte: Acervo CMDRS de Inajá – PE (2023).

ANEXO 2 – Convite para o 2º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.

Figura 41 – Convite para o 2º Encontro Estadual dos CMDRS de PE, 2022.



**2º ENCONTRO DOS
CMDRS/PE**
CONSELHOS MUNICIPAIS DE
DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTAVEL-PE

**Local: Escola Técnica (ETE)
Dia 05/05/2022 - 8h às 13h
São José do Belmonte- PE**

**ORGANIZAÇÃO:
CÍCERO JEAN E EDVÂNIO**
(87) 99150-0709 | (87) 99957-1152



Fonte: Acervo da autora (2023).

ANEXO 3 – Convite para o 3º Encontro Estadual dos CMDRS de Pernambuco.

Figura 42 – Convite para o 3º Encontro Estadual dos CMDRS de PE, 2023.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE SERTÂNIA

CONVITE

O CMDRS DE SERTÂNIA CONVIDA A TODOS OS CMDRS DE CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO AS ENTIDADES PARCEIRAS E GOVERNOS NO GERAL PARA O :

3º ENCONTRO ESTADUAL DOS CMDRS/PE

TENDO POR OBJETIVO : CONSTRUIR PROPOSTA, DISCUTIR PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDAM O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS, COMUNIDADES E AGRICULTORES FAMILIARES DE PERNAMBUCO

LOCAL : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS NA AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 03 SERTÂNIA-PE

DATA : 05 DE MAIO DE 2023

HORÁRIO : 8:00 hs

TEREMOS A HONRA DE RECEBER A TODOS !

Fonte: Acervo da autora (2023).

ANEXO 4 – Material didático.

Material didático, em vídeo, produzido pela discente do PPGADT, Diana Maria Alexandrino Pinheiro, gentilmente cedido, para ser veiculado no Canal Protagonismo e Controle Social.

Figura 43 – Material didático sobre letramento em saúde, 2023.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2023).

Figura 44 – Informações sobre letramento em saúde, 2023.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2023).

ANEXO 5 – Evento.

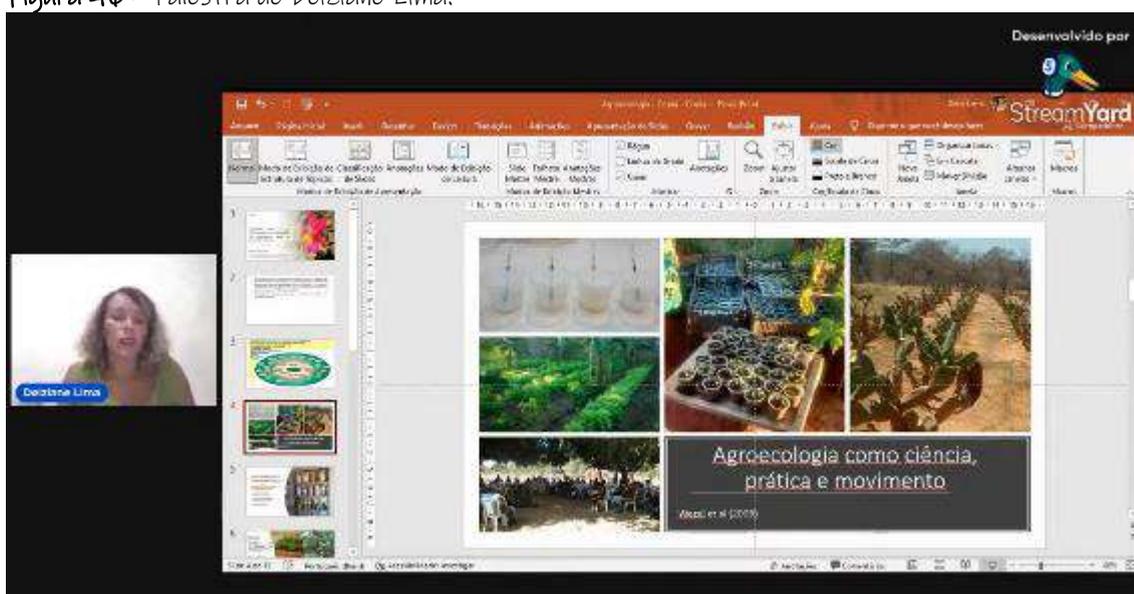
O canal realizou o evento Extensão Rural Agroecológica, em uma parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), sob a coordenação da Professora Doutora Danni Maisa da Silva, no dia 25 de março de 2022. Contou com a participação de quatro discentes do PPGADT: Xenusa Pereira Nunes (UNIVASF); Deiziane Lima Cavalcante (UFRPE); João Batista de Oliveira (UFRPE) – responsável pela transmissão; e esta autora.

Figura 45 – Xenusa Nunes como apresentadora e Deiziane Lima como palestrante.



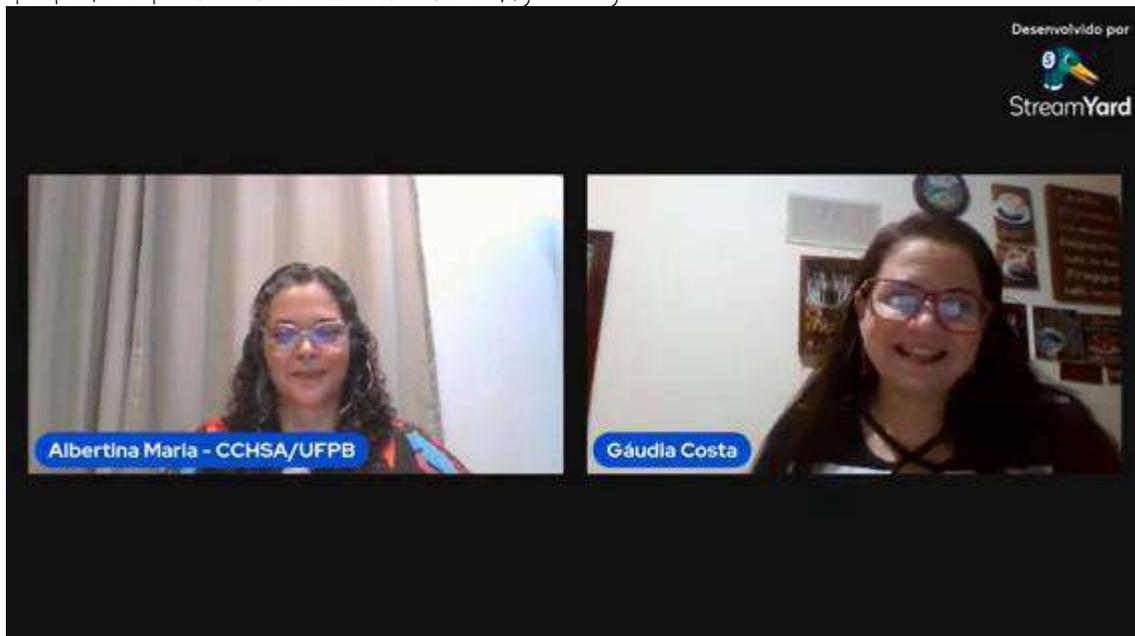
Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

Figura 46 – Palestra de Deiziane Lima.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

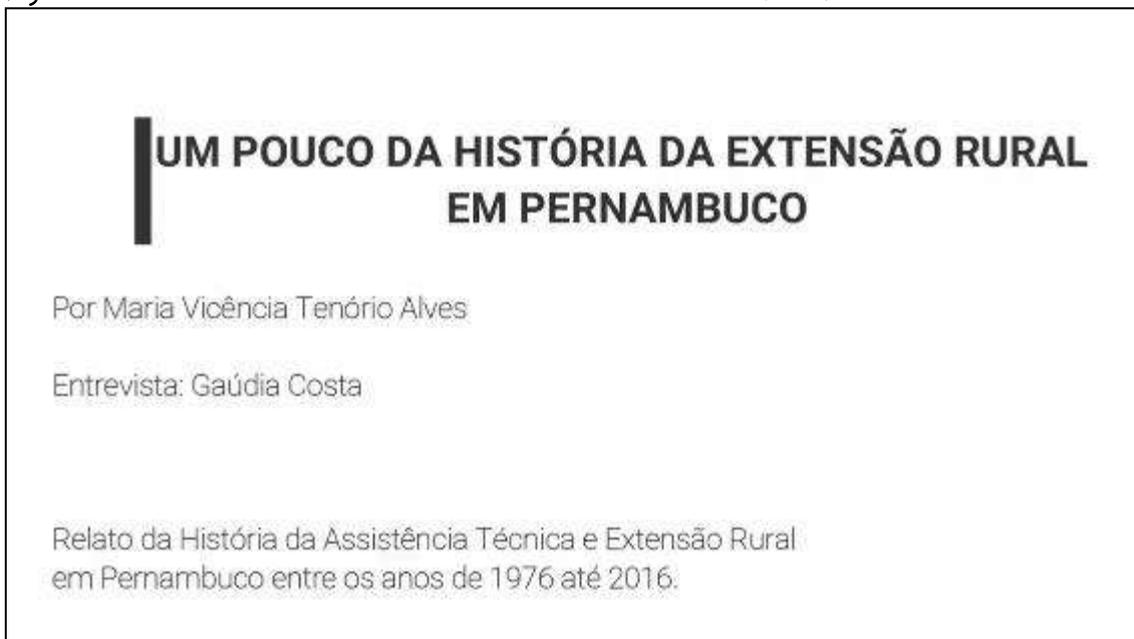
Figura 47 – Gáudia Costa apresentando a Profa. Dra. Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo (UFPB), que proferiu palestra sobre Extensão Rural Agroecológica.



Fonte: Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

ANEXO 6 – Entrevista.

Figura 48 – Entrevista com a Extensionista Rural Vicência Tenório Alves, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

Figura 49 – Gáudia Costa entrevistando a Extensionista Rural Vicência Tenório Alves, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

Figura 50 – Entrevistada a Extensionista Rural Vicência Tenório Alves, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

ANEXO 7 – Documentário.

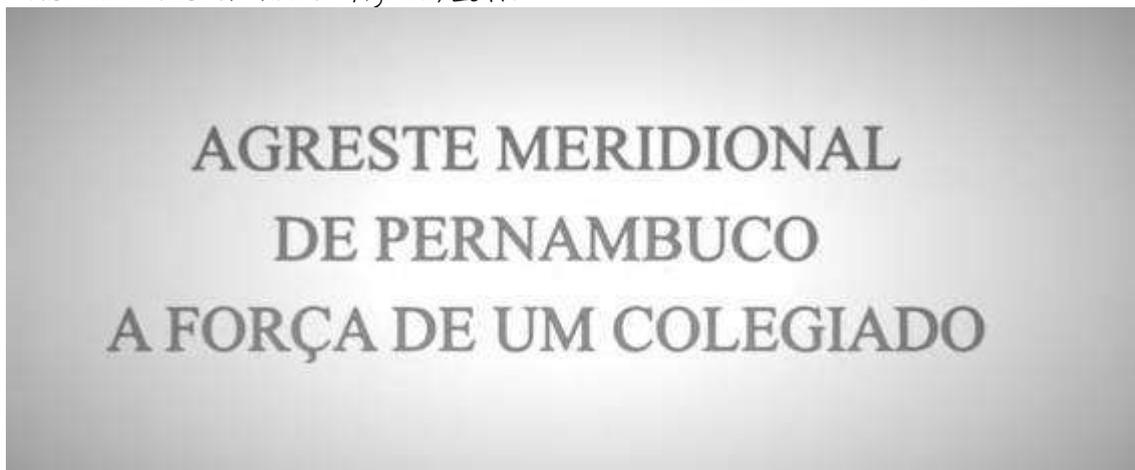
O documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016, com a finalidade de apresentar o trabalho desenvolvido pela Base de Serviços, executado por esta autora, sobre a Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco, para os demais Território do País, como exemplo exitoso de gestão social.

Figura 51 – Documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

Figura 52 – Documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

Figura 53 – Gáudia Costa como narradora no Documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

Figura 54 – O Documentário *Agreste Meridional de Pernambuco: a força de um Colegiado*, apresenta o trabalho executado na aplicação do Índice de Gestão Social (IGS), na Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco (CODETAM), 2016.



Fonte: Acervo da autora, disponível no Canal Protagonismo e Controle Social, (2022).

ANEXOS

ANEXO 1 – Lei que cria o CMDRS de Caetés – PE.



PREFEITURA MUNICIPAL
CAETÉS
 TRABALHANDO PELO PROGRESSO

LEI Nº 139/98

DE 04 DE FEVEREIRO DE 1.998

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAETÉS, DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o Inciso III de artigo 78, da Lei Orgânica Municipal de Caetés, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica Criado o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR, que dispõe sobre o desenvolvimento rural do município de Caetés, de caráter consultivo e de funcionamento permanente.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural CMDR:

I - Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do município;

II - Apreciar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR, e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores, e recomendando a sua execução;

III - Exercer vigilância sobre as execuções das ações previstas / no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural PMDR;

IV - Sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural;

V - Sugerir políticas e diretrizes as ações do Executivo Municipal no que concerne à produção, à preservação do meio-ambiente, ao fomento agropecuário e à organização dos agricultores e à regularidade do abastecimento alimentar do município;

VI - Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município;

(Continua.....)



PREFEITURA MUNICIPAL
CAETÉS
 TRABALHANDO PELO PROGRESSO

(Continuação..... Fl. 02)

VII - Promover articulações e compatibilizações entre as políticas e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural;

VIII - Acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR;

Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR tem foro e sede no município de Caetés, Estado de Pernambuco.

Art. 4º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será de dois (02) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviços relevantes prestados ao município.

Art. 5º - Integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR:

- a) Dois (02) Representantes da Prefeitura Municipal;
- b) Um (01) Representante de Entidade Religiosa;
- w) Três (03) Representantes das Associações de Agricultores;
- d) Um (01) Representante do Sindicato Rural;
- e) Um (01) Representante da EMATER ou Órgão assemelhado;
- f) Um (01) Representante da Cooperativa;
- g) Um (01) Representante da Câmara dos Vereadores.

Parágrafo 1º - Cada titular do CMDR terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

Parágrafo 2º - Somente será admitida a participação do CMDR de entidades juridicamente constituídas, com pelo menos 60% (Sessenta por cento) do Quadro social composto de agricultores e familiares e estar funcionando há, pelo menos, um ano.

Parágrafo 3º - Os membros do CMDR serão designados pelo Prefeito / Municipal, mediante indicações dos titulares dos órgãos e Entidades representados.

Art. 6º - O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDR cumprir as suas atribuições.

(Continua.....)



PREFEITURA MUNICIPAL
CAETÉS
TRABALHANDO PELO PROGRESSO

(Continuação.....Fl.03)

Art. 7ª - O CMDR elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento.

Art. 8ª - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9ª - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 20 de fevereiro de 1998.

LINDOLFO ALMEIDA DE MELO

- Prefeito -

ANEXO 2 – Estatuto do CMDRS de Caetés – PE.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL CAETÉS – PE

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE CAETÉS – PE

Art. 1º. – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caetés, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede na Avenida Luiz Pereira Júnior, s/n, no Município de Caetés, constituído de entidades da sociedade organizada, legalmente constituída, e de poder público.

CAPÍTULO II

FINALIDADES DO CONSELHO

Art. 2º. – O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caetés doravante denominado conselho, tem por finalidades:

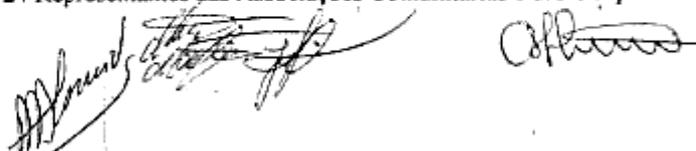
- a) Atuar como instrumento autônomo de articulação e mobilização social, buscando exercer a prática da participação e da integração com outros atores, entidades e órgãos com foco no desenvolvimento local sustentável;
- b) Atuar como mecanismo institucional de controle social das Políticas Públicas e Projetos implantados no município;
- c) Atuar como mecanismo institucional na implementação de Políticas Públicas, Programas e Projetos.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO E DA ADMISSÃO DE SEUS MEMBROS

Art.3º. – O Conselho é composto pelos seguintes membros:

- a) 01 Representante do Poder Executivo Municipal;
- b) 02 Representantes do Poder Legislativo Municipal (situação e oposição);
- c) 01 Representante das Igrejas;
- d) 01 Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município;
- e) 01 Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar;
- f) 01 Representante de Instituições Públicas (com atuação no Município) IPA, ADAGRO;
- g) 24 Representantes das Associações Comunitárias e das Cooperativas



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS – PE

§ 1º. – Os Representantes das Associações Comunitárias e das Cooperativas, potenciais beneficiários dos Programas e Projetos, devem somar 80% dos membros efetivos, os 20% restantes devem representar o Poder Público, Instituições Governamentais e Não Governamentais e outros segmentos devidamente constituídos com atuação do Município.

§ 2º. – Não será permitida a participação como membro do Conselho do representante da entidade que tiver menos de 90 (noventa) dias de criação. A admissão do membro do Conselho deverá ser deliberada pela Assembléia Geral, após a entidade interessada participar de 03 (três) assembléias do Conselho.

§ 3º. Para as deliberações quanto a admissão de membro do Conselho é exigido o voto de aprovação de 2/3 dos presentes à Assembléia Geral, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/5 nas convocações seguintes.

§ 4º. – Cada entidade com representação no Conselho indicará um membro titular e um membro suplente, através de documento oficial assinado pelo presidente da entidade, desde que o mesmo tenha poderes legais para a indicação, caso contrário, será exigida também cópia da ata da assembléia que elegeu os representantes da mesma. Todos os membros titulares terão direito a voz e a voto. Os suplentes só terão direito a voto, quando da ausência do titular. Um indivíduo só pode representar apenas e tão somente uma instituição.

§ 5º. – Caso um representante do Conselho seja desvinculado da entidade que antes participava, este, perderá automaticamente sua representação, devendo tal entidade indicar outro para substituí-lo. Se este representante ocupar cargo de diretoria, somente ao vice eleito será permitido assumir automaticamente o cargo. Na ausência ou impedimento deste, deverá ser realizada uma eleição para preencher a vaga até término do mandato.

§ 6º. – Representantes Suplentes não poderão candidatar-se a cargos de diretoria do Conselho.

Art. 4º. – AS associações e cooperativas interessadas em participar como membro do conselho deverão seguir os critérios de verificação abaixo relacionados, analisados por comissão eleita pela assembléia geral do conselho:

(Handwritten signatures and marks)

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS – PE

- Mais de 90 dias de formação legal;
- Atuação na zona rural;
- Documentação regular: CNPJ, Estatuto Social, Livro Ata, outros documentos fiscais;
- Entidade atuando em conformidade com as normas estatutárias: eleição de diretoria, realização de assembléias, contribuição dos sócios, entre outras;
- Reconhecimento da associação pelos membros da comunidade;
- Certidão negativa de débitos do INSS e Fazendas Públicas;
- Outros,

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 5º. – COMPETE AO CONSELHO:

- a) Elaborar e aprovar o Plano Anual de Trabalho do Conselho;
- b) Promover e divulgar os programas e projetos, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;
- c) Identificar e cadastrar as comunidades a serem beneficiadas com os programas e projetos, de acordo com critérios pré-estabelecidos;
- d) Receber, autorizar e priorizar as propostas de ações e projetos;
- e) Submeter aos órgãos e entidades financiadoras os projetos aprovados pelo Conselho;
- f) Acompanhar e supervisionar a implantação dos projetos aprovados e a aplicação dos recursos;
- g) Informar e esclarecer sobre as diretrizes, critérios, regras e procedimentos operacionais do Conselho;
- h) Acompanhar o processo de liberação de recursos junto aos órgãos e entidades financiadoras;
- i) Acompanhar as liberações dos recursos e execução dos projetos aprovados, verificando o desempenho das associações, o resultado dos subprojetos, bem como orientá-las em relação às prestações de contas dos projetos.
- j) Identificar as necessidades e apoiar a promoção de assistência técnica às comunidades;
- k) Participar dos treinamentos e cursos de capacitação promovidos pelos órgãos e entidades financiadoras;
- l) Disponibilizar aos órgãos e entidades financiadoras as informações quando solicitadas
- m) Reformular o Estatuto, quando for o caso e de acordo com as normas legais e estatutárias;
- n) Estimular a participação de entidades associativas existentes no Município, que não compõem o Conselho, com direito a voz.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS – PE

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 6º. – SÃO DIREITOS DOS MEMBROS DO CONSELHO:

- a) Participar das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, discutindo e votando os assuntos;
- b) Ter acesso a todos os livros e documentos do Conselho, quando necessário;
- c) Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades do Conselho e propor medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- d) Convocar a Assembléia Geral e fazer-se nele representar, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- e) Desligar-se do Conselho quando lhe convier, atreves de comunicação escrita.

Art. 7º. – SÃO DEVERES DOS MEMBROS DO CONSELHO:

- a) Observar as disposições estatutárias, bem como as dcliberações tomadas pela Diretoria e Assembléia Geral;
- b) Cumprir os compromissos assumidos pela Assembléia;
- c) Contribuir com todos os meios ao seu alcance, para o desenvolvimento e fortalecimento do Conselho.

CAPÍTULO VI

DAS SANÇÕES AOS MEMBROS DO CONSELHO

ART. 8º. – O membro do conselho que infringir as disposições deste estatuto estará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão para os reincidentes em infração punida com advertência;
- c) Exclusão para os reincidentes em infração com suspensão;
- d) Ausência em três reuniões consecutivas e seis alternadas sem justificativa, implicará no desligamento do associado.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS - PE

1º. – Para as deliberações quanto às sanções a serem aplicadas a membro do Conselho é exigido o voto de aprovação de 2/3 dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim. Não podendo deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros ou com menos de 1/5 nas convocações seguintes. A Assembléia Geral decidirá quanto à sanção aplicada ao membro infrator, que deverá ser comunicado por escrito no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da realização da referida assembleia.

2º. – Da decisão de decretar a sanção, caberá recurso à Assembléia Geral, que poderá ser imposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contando da data do recebimento da decisão pelo membro.

3º. – O recurso imposto deverá ser apreciado na próxima reunião da Assembléia Geral, quando também deverá ser proferida a decisão final.

4º. – Caso haja desligamento de alguma entidade do Conselho, a vaga será preenchida por outra entidade seguindo os critérios de verificação citados no artigo 4º. Do capítulo III, deste estatuto.

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO

Art. 9º. – SÃO ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DO CONSELHO:

- a) Assembléias Gerais
- b) Diretoria Executiva
- c) Comissão de Acompanhamento de Projetos e Controle Financeiro

Art. 10º. – A Assembléia Geral é o único instrumento de deliberação para os assuntos de competência do conselho, sendo convocada pelo coordenador por meio de edital.

§ 1º. – Caso o coordenador não convoque a Assembléia Geral, 1/4 dos membros do Conselho poderá fazê-la.

§ 2º. – Nenhuma decisão, em matéria de competência do Conselho, poderá ser tomada isoladamente por qualquer dos seus membros, inclusive por seu coordenador.



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS - PE**

§ 3º. - As Assembléias são públicas e abertas à presença de todos, razão pela qual deverão ser amplamente divulgadas, concedendo-lhes o direito de voz aos participantes.

§ 4º. - As decisões das Assembléias Gerais deverão ser registradas em ata e assinadas por todos os presentes, no caso de eleição de diretoria a priorização de projetos deverá ser destacada a relação de votantes.

§ 5º. As atas de criação, eleição e posse da diretoria e mudanças estatutárias deverão ser devidamente registradas em cartório.

Art. 11º. - COMPETE PRIVATIVAMENTE À ASSEMBLÉIA GERAL:

I. Destituir os administradores

II. Alterar o Estatuto

PARÁGRAFO ÚNICO - Para as deliberações a que se referem os incisos I e II é exigido o voto de aprovação de 2/3 dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/5 nas convocações seguintes.

Art. 12º. - O Conselho reunir-se-á em Assembléia Geral, ordinariamente, a cada mês, ou extraordinariamente, sempre que houver matérias urgentes, não previsíveis, não passíveis de apreciação e deliberação pela assembléia geral ordinária.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para as deliberação em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária é exigido a maioria absoluta dos membros em primeira convocação e o voto de aprovação de 2/3 dos presentes, e de 1/5 dos membros em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos da primeira convocação, com o voto de aprovação dos presentes.

13º. - COMPETE À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:

- a) Eleger os membros da Diretoria do Conselho;
- b) Eleger os membros da Comissão de Acompanhamento de Projetos e Controle Financeiro;
- c) Elaborar, discutir e aprovar o plano de trabalho do Conselho;
- d) Apreciar e aprovar as atas, os relatórios e a prestação de contas do Conselho;
- e) Elaborar, discutir e aprovar o regimento interno (quando necessário).



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS - PE**

Art. 14º. - A DIRETORIA DO CONSELHO SERÁ COMPOSTA DA SEGUINTE FORMA:

- Coordenador
- Vice Coordenador
- Secretário
- 2º Secretário
- Tesoureiro
- 2º Tesoureiro

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria do Conselho terá mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato. Após o segundo mandato deverá haver renovação de pelo menos 50% dos membros da diretoria, não podendo, todavia, ocupar o mesmo cargo.

Art. 15º. - COMPETE AO COORDENADOR DO CONSELHO:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outras disposições aprovadas pela Assembléia Geral;
- b) Elaborar previamente com os membros da Diretoria as pautas de reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) Respeitar as datas pré-estabelecidas para as reuniões ordinárias do Conselho;
- d) Convocar por meio de edital todos os membros do Conselho para as reuniões extraordinárias estabelecendo local data e horário;
- e) Iniciar e encerrar as reuniões;
- f) Atender aos requisitos para convocação das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- g) Assinar, juntamente com o tesoureiro, todos os documentos relativos aos pagamentos de despesas realizadas pelo Conselho;
- h) Representar o Conselho ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- i) Receber e encaminhar quaisquer reclamações dos membros do Conselho, e acompanhá-las para que sejam solucionadas;
- j) Assinar convênios e contratos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na ausência do Coordenador, as Assembléias Gerais deverão ser presididas pelo Vice-Coordenador ou por outro membro da diretoria do Conselho.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS – PE

ART. 16º. - compete ao vice-coordenador do Conselho apoiar o coordenador no desenvolvimento das atividades pertinentes ao Conselho e substituir o Coordenador quando do impedimento ou ausência.

17º. – COMPETE AO SECRETÁRIO DO CONSELHO:

- a) Responsabilizar-se pelos livros do Conselho, inclusive o de atas;
- b) Secretariar e providenciar a elaboração e registro das Atas das Assembleias Ordinárias e extraordinárias e outros documentos;
- c) Prepara e arquivar as correspondências expedidas e recebidas pelo Conselho;
- d) Arquivar e apresentar, quando solicitado, documentos do Conselho.

18º. – COMPETE AO TESOUREIRO DO CONSELHO:

- a) Exercer o controle contábil dos recursos recebidos e utilizados pelo Conselho;
- b) Apresentar sistematicamente à Assembleia Geral, as prestações de contas dos recursos recebidos e utilizados pelo Conselho;
- c) Assinar, juntamente com o Coordenador, todos os documentos relativos aos pagamentos de despesas realizadas pelo Conselho;
- d) Responsabilizar-se pela gestão financeira do Conselho juntamente com o Coordenador;
- e) Elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria, plano de aplicação dos recursos para ser apresentado, discutido e aprovado pela Assembleia Geral.

ART. 19º. – compete a comissão de acompanhamento de projetos e controle financeiro:

- a) Acompanhar e supervisionar os projetos em execução no Município, relatando à Assembleia Geral a situação dos mesmos;
- b) Controlar a gestão dos recursos financeiros do Conselho.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Comissão deverá ser constituída por 3 (três) membros do conselho, que deverão ser escolhidos pela Assembleia Geral Ordinária no mesmo pleito em que forem eleitos os membros da Diretoria Executiva, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para mais um mandato.



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS - PE

CAPÍTULO VIII
DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA

ART. 20º. – A eleição da diretoria dar-se-á por votação direta, secreta, em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim. A eleição da diretoria dar-se-á por votação direta e aberta quando na hipótese de chapa única.

ART. 21º. – A Assembléia Geral elegerá uma comissão eleitoral com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da eleição, constituída de 3 (três) representantes do Conselho, não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos ao pleito, com a finalidade de:

- a) Elaborar as instruções gerais das eleições;
- b) Receber as indicações de membros titulares e suplentes e elaborar a lista de votantes, no prazo de até 15 (quinze) dias da criação da comissão eleitoral;
- c) Elaborar os modelos das cédulas;
- d) Organizar a mesa receptora e junta apuradora;
- e) Elaborar a ata de eleição e posse da nova diretoria;
- f) Controlar a votação;
- g) Apurar os Votos;
- h) Afixar o resultado da eleição;
- i) Dar posse aos eleitos.

ART. 22º. – A Comissão Eleitoral referida no art. 20º. convocará por edital, com antecedência mínima de 8 (oito) dias antes da eleição os membros do conselho irão especificar a natureza das eleições, o local, dia e hora da realização da mesma.

ART. 23º. – Concluídos os trabalhos do pleito, inclusive com a entrega de todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

CAPÍTULO IX
DO PATRIMÔNIO DO CONSELHO




CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

CAETÉS - PE

ART. 24º. – O PATRIMÔNIO DO CONSELHO SERÁ CONSTITUÍDO DE:

- a) Benfeitorias, terrenos, construções e equipamentos que vierem a ser feitas ou adquiridas pelo Conselho;
- b) Auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular, nacional e estrangeira;
- c) Contribuições dos próprios associados, estabelecidas pela Assembléia Geral;
- d) Os bens adquiridos pelo Conselho deverão estar disponíveis para uso dos membros e instalados em locais acessíveis.

CAPÍTULO X

DOS LIVROS

ART. 25º. – O CONSELHO DEVERÁ TER:

- a) Livro de atas;
- b) Livro de presença;
- c) Livro fiscal e contábil;
- d) Livro de protocolo;
- e) Outros livros exigidos por lei.

CAPÍTULO XI

Do Fundo para a manutenção do Conselho

ART. 26º. – as associações beneficiadas com recursos de programas e projetos contribuirão para constituição do fundo de manutenção do conselho.

§ 1º. – A contribuição poderá ser obtida pelo desconto de (1% a ser estipulado pelo programa) em face do convênio firmado.

§ 2º. – A contribuição deverá ser entregue ao Conselho contra recibo deste, contendo necessariamente os seguintes dados:

- I – Nome da entidade e o nome do Conselho;
- II – Número do CNPJ da Entidade e número do CNPJ do Conselho;
- III – Nome do Representante Legal do Conselho, assim como a qualificação de ambos (nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, RG, endereço);
- IV – Número e objeto do convênio.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a large signature on the left and a circular stamp on the right.



**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
CAETÉS - PE**

§ 3º. – O recibo emitido pelo Conselho deverá estar anexo à prestação de contas que a entidade for apresentar ao programa.

Art. 27º. – Os recursos oriundos do fundo somente poderão ser utilizados após elaboração do plano de aplicação dos recursos e aprovação da Assembléia Geral ou do órgão ou entidade financiadora.

**CAPÍTULO XII
DA DISSOLUÇÃO DO CONSELHO**

Art. 28º. – A dissolução do Conselho dar-se-á por decisão tomada em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, passando o remanescente do seu patrimônio líquido à entidade de fins não econômicos com a mesma finalidade social deste Conselho.

Art. 29º. – Os casos omissos do estatuto serão deliberados pela assembléia geral, na forma do parágrafo 3º. do art. 3º.

**CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 30º. – É proibida a remuneração dos integrantes da diretoria: comissão de acompanhamento, bem como bonificação ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou conselheiros.

Art. 31º. – O presente estatuto foi aprovado em assembléia geral extraordinária, realizada em 12 de abril de 2008 observado o disposto no art. ____ do estatuto anterior, de acordo com o novo código civil brasileiro, lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e lei 11.127 de 28 de junho de 2005.

Caetés, 12 de abril de 2008.

ASSINATURA DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Almeida Manoel do Socorro
Almeida Manoel do Socorro
José Felipe de Brito
Gerlândia Maria de Lima

Caetés, 12 de junho de 2008

Oficial

EXEMPLAR DE ARQUIVO E DOCUMENTOS

Caetés - PE

Certificado nº _____ de 12/04/2008

1218 de 100

19-2

535 de 360

C-2

Caetés, 12 de junho de 2008

Oficial



AGJ095848

176
035
2.11

REQUISIÇÃO Nº 19
Quarta de Almeida
da 1ª Região
Cade

19 Junho de 08

Albécia Bezerra de Jesus

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FIDEJUSSÃO

ANEXO 3 – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Município de Caetés – PE.

PMDRSS

Plano Municipal de Desenvolvimento
Rural Sustentável e Solidário

2016

MUNICÍPIO
CAETÉS



Junho/2016

Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS

Coordenação e Sistematização:

Gáudia Maria Costa Leite Pereira – gaudiacosta@gmail.com

João Batista de Oliveira – jbatista@yahoo.com.br

Elaboração do Plano Municipal

Adeildo B. de Azevedo (Associação Atoleiro - Caetés);
 Adevandro A. Pontes (Secretário de Cultura - Caetés);
 Aline Alves da Silva (Associação Mulungu - Caetés);
 Antônio Isidoro da Silva (Associação Quilombola - Caetés);
 Arnaldo José da Silva (Igreja Católica - Caetés);
 Cícero José do Nascimento (Associação São Bernardo - Caetés);
 Claudienni Bento Cardoso (Secretário de Cultura - Caetés);
 Claudivania Salgado da Silva (Associação Porto Alegre - Caetés);
 Daniel Soares Vieira (STR - Caetés);
 Ednei Bezerra Santana (Associação Sítio tanquinho - Caetés);
 Eduardo José de Barros Silva (Associação Sítio Alegre - Caetés);
 Elisabete Lindaura da Silva (Associação Piador - Caetés);
 Gilza Maria Leite (Associação Sítio Várzea Comprida - Caetés);
 Girlandia Maria de Lima (Associação Lagunha - Caetés);
 Gregório Bezerra de Araújo (Associação Areproca - Caetés);
 Isis Mesquita Lima (IPA - Caetés);
 Israel Vieira Silva (Associação Malhada da Arara - Caetés);
 José Ailton da S. Santana - Associação Quilombola - Caetés);
 José Antônio da Silva Filho (Associação Santa Joana D'Arc - Caetés);
 José Carlos Oliveira (Associação Sítio Várzea Comprida - Caetés);
 José da Silva Barros (Associação Mulungu - Caetés);
 José Everaldo da Silva Moraes (CMDRS - Caetés);
 José Felipe Sobrinho (Diretor SCTA - Caetés);
 José Inaldo da Silva (Vereador - Caetés);
 José Leonardo (Associação C.J.L.M. - Caetés);
 José Lucinaldo da Silva (Associação Laje da Pedra - Caetés);
 José Luiz da Silva (Associação Sítio Macambira - Caetés);
 José Raimundo (Associação São Sebastião - Caetés);
 Lariza Poliana Moraes Ferreira (Secretaria Municipal de Assistência Social – Caetés);
 Lucivalter Santana Bernardo (Secretário de Educação - Caetés);
 Maria do Socorro da Silva (Associação José Arcemínio - Caetés);
 Maria Isabela Gomes de Melo (Secretário de Obras - Caetés);
 Maria José da Silva Melo (Associação Comunitária José Mendes - Caetés);
 Marilene Freitas dos Santos Soares (Associação do Sítio Pau Berro - Caetés);
 Marozan Manoel de Oliveira (CMDRS - Caetés);
 Nair Adriana Cavalcanti de Almeida (Secretaria de Educação - Caetés);
 Paulo Roberto da Silva (Associação Pão da vida - Caetés);
 Rosilene Izabel Bezerra da Silva (Secretaria da Assistência Social - Caetés);
 Severino C. Ferreira (Caetés);
 Simão Salgado da Silva (STR - Caetés);
 Tamires Pereira Delfino (Secretaria de Obras - Caetés);
 Uedislaine de Santana (STR - Caetés);
 Wisley da Silva Moraes (Vigilância em Saúde - Caetés).

Apresentação

Esse Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PMDRSS foi realizado através de construção coletiva, em oficina municipal específica para construção do Plano. Para as reflexões e sugestões das propostas foram envolvidos diferentes atores locais, tanto do poder público como da sociedade civil.

Esse documento se insere no contexto da construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS, de modo que vários dos itens abaixo foram inseridos no Plano Territorial e alguns são de interesse específico desse município.

A relação completa dos itens abaixo foi sugestão dos vinte municípios do Território da Cidadania do Agreste Meridional de Pernambuco. Por isso nem todos estão marcados com “x”, sendo que os assinalados foram mencionados por este município.

As tabelas abaixo estão organizadas em uma estrutura de três níveis. No primeiro nível, estão as “Dimensões”, quatro no total, que fornecem as linhas mestras para que, a partir delas, fossem definidos os “Objetivos”, que formam o segundo nível. Para alcançar os Objetivos, foram então pensadas as “Estratégias”, que ocupam o terceiro nível. Portanto, entende-se que ao alcançar o cumprimento das Estratégias terá então alcançado os Objetivos e, com isto, a melhoria de vida das famílias do município.

Abaixo das Estratégias, há que pensar ações concretas e específicas (atividades) a serem feitas para que cada Estratégia seja alcançada e o problema seja resolvido. Esse detalhamento cabe principalmente aos gestores municipais que deverão atribuir responsabilidades, conforme o tema em questão, bem como definir orçamento específico para atender à demanda sugerida pela sociedade nesse Plano.

Em um Planejamento, todos os elementos que compõem os níveis são relativamente flexíveis, sendo que cada nível acima pressupõe que seja mais genérico e de longo prazo. Assim sendo, os itens na coluna das Estratégias são mais flexível e necessitam ir sendo acrescentados outros ou retirando os já resolvidos ou obsoletos, conforme as situações vão sendo enfrentadas e resolvidas.

Cabe aos líderes sociais e conselheiros observarem se o poder público e as instituições competentes (a quem compete) estão observando essas sugestões e norteando suas ações visando alcançar a resolução das questões colocadas nesse Plano. Na medida em que se vai avançando na resolução, o Plano deve ir sendo atualizado, sempre buscando uma situação ideal de vida boa para a população.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS

Município: Caetés

Data: Junho/2016

DIMENSÃO AMBIENTAL							
Objetivo	Preservar a diversidade ambiental protegida e saudável			Prazos			
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
1	Criação Programa de Formação sobre Meio Ambiente (cuidados com o solo, água, fauna e flora)						
2	Conscientização da população de que estamos em região semiárida e que os gestores considerem isto.						
3	Identificação e mapeamento das APPs						
4	Recuperação das matas ciliares, revitalização de rios						
5	Construção de sementeira de plantas nativas			X	X		
6	Inclusão desse tema na grade curricular da educação formal						
7	Recuperação de Nascentes			X	X	X	Rio Una, Riacho da Ribeira, Rio Carhoto, Riacho Seco, Rio Imbuzeiro
8	Conclusão do CAR						
9	Efetivação do saneamento básico (tratamento dos esgotos)			X			
10	Criação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos						
11	Construção de usinas de reciclagem de resíduos sólidos						
12	Criação do Plano Municipal de Saneamento Básico						
13	Construção de Alcega Sanitário						

14	Coleta seletiva nas comunidades rurais			X	X		
15	Fiscalização sobre o tráfico de animais silvestres						
16	Construção de biodigestores						
17	Construção de bioágua						
18	Incrementar Políticas de resgate da flora nativa para arborização e jardinagem das áreas públicas e sociais						
19	Fortalecimento (ou criação) de Secretaria Municipal de Meio Ambiente						
20	Criação (ou fortalecimento) dos Conselhos Municipais sobre Meio Ambiente			X			Acessar o Fundo do Meio Ambiente
21	Uso Racional das áreas de preservação						
22	Turismo Ecológico						
23	Reuso da Água			X	X	X	
24	Revitalização de áreas degradadas						
25	Exploração de Energia Renovável (Eólica, Solar)						
26	Criação de parques ambientais						
27	Normatizar e fiscalizar ocupação imobiliária espaços urbanos e rurais						
DIMENSÃO POLÍTICOINSTITUCIONAL							
Objetivo	Qualificar as implantações das políticas públicas						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
28	Capacitação dos agentes institucionais (Secretarias, STR, Associações, Vigilância Sanitária,			X	X	X	Qualificar Conselheiros, diretores STR, e funcionários que atendem o público.

29	Criação de canais de informações atualizadas sobre Políticas Públicas			X	X	X	Criar ouvidoria nas Secretarias e haver diálogo entre as secretarias
30	Transparência nas ações das Instituições sociais			X	X	X	
31	Valorização dos espaços coletivos (CMDRS, Fóruns, Comissões, Associações...)			X	X	X	
32	Criação de espaço físico e liberação de recursos financeiros para funcionamento do CMDRS						
33	Nomeação dos Secretários de governo municipal, passar por consulta pública - Fóruns, Conselhos, associações -, sendo escolhidos pelos interessados naquela pasta.						
34	Criação de serviços de ouvidoria para instituições que atendem o público: órgãos públicos e privados: bancos, comércios, secretarias municipais, órgãos estaduais, sindicatos...)			X	X	X	
35	Formação da sociedade para entender de Políticas Públicas			X	X	X	
36	Melhorar estruturas das entidades que atuam no município (IPA, BNB, Outras)			X	X	X	
37	Fortalecimento (ou criação) da Secretaria de Agricultura						
38	Câmara de Vereadores mais capacitada			X	X	X	Mais autonomia e conhecerem seu papel (Direitos e Deveres), atuar de forma transparente e participar dos espaços como Conselhos

39	Prefeitura: a) Qualificar funcionários; b) criar ouvidoria; c) operar as finanças em agências bancárias no município; d) Inovar parcerias entre os órgãos que atuam no município; e) apoiar como parceiro as associações e conselhos; f) descentralizar a gestão; g) criar e dar suporte a todos os Conselhos; h) fazer orçamento participativo; i) observar o Plano Diretor			X	X	X	
40	Criação de organismo no município como agências bancárias, cartórios,			X	X	X	
41	Destinar prédios públicos não utilizados (como prédios escolares) pra uso da comunidade local						
42	Criar condições para jovens e mulheres participarem nas Políticas Públicas						
43	Instituições cruzarem dados e operarem com o mesmo banco de dados das famílias						
DIMENSÃO SOCIOCULTURAL							
Objetivo Promover Equidade de Gênero e Geração							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
44	Criação de Unidades Produtivas para Mulheres						
45	Capacitação sobre Direitos da Mulher e Feminismo						
46	Oficinas Capacitação sobre Gênero (Homem/Mulher)						
47	Criação do Conselho de Direitos da Mulher						
48	Criação de Delegacia das Mulheres						
49	Criação da Secretaria da Mulher e Juventude			X			
50	Incluir a tema Gênero no currículo escolar			X			

51	Criar condições para maior participação da mulher nas políticas públicas						
52	Implantação do CRAS Móvel						
Objetivo Promover equidade étnica a Povos Tradicionais							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
53	Identificação de grupos étnicos no município						
54	Resgate e valorização Cultural dos diferentes grupos						
55	Inclusão, no Currículo Escolar, a História dos diferentes grupos						
56	Criação de Fóruns Específicos dos grupos étnicos			X			
57	Oferecer Assistência Técnica e Social de acordo com as necessidades específicas de cada localidade						
58	Regularização das áreas específicas						
59	Crédito diferenciado para produtores tradicionais (agropecuária, piscicultura, apicultura, meliponicultura, coletores...)						
Objetivo Incrementar a Educação do Campo							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
60	Educação Contextualizada ao Universo do Rural			X			
61	Inclusão de conteúdos do campo nas disciplinas escolares (explorar os temas transversais)			X	X		Temas: Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável, Viver no Campo etc. - Capacitar as famílias
62	Capacitação dos docentes da escola pública			X	X	X	Na formação pedagógica tratar da importância da Educação do Campo

63	Realização de ações em conjunto com várias instituições pertinentes (sobre o tema)						
64	Construção de escola de referência em comunidades rurais						
65	Execução de oficinas profissionalizantes nas escolas rurais (gestão, produção, beneficiamento, comercialização, cooperativismo)						
66	Reformas de escolas no meio rural adequando-as, incluindo cultura e lazer			X			Locais: Malhada da Arara, Várzea dos Bois, Sítio Ouro, Atoleiro, Várzea Suja, Ponte Alegre, Lagunha, Malhada da Jurema, Marias Preta, Macambira
67	Melhoria do transporte escolar						
68	Programa de combate às drogas						
69	Educação sobre segurança no trânsito						
70	Bolsa de estudo para jovens que concluem o ensino médio						
71	Organização de esportes e lazer (Criar Secretarias de Transporte)						
72	Inclusão da disciplina "Educação do Campo" no currículo escolar municipal						
Objetivo Melhorar a qualidade das moradias da população							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
73	Construção de casas de alvenaria			X	X		
74	Reservatórios de água nas residências			X	X		

75	Desburocratizar o acesso ao crédito para habitação rural						
76	Ampliar rede de energia elétrica						
77	Construção de banheiros			X	X		
Objetivo	Oferecer Segurança Pública à população Rural						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
78	Criação de Patrulhas Móveis (sem Viaturas adequadas) para o meio Rural			X	X	X	
79	Criação de Delegacia da Mulher			X	X		
80	Criação do Conselho de Direitos da Mulher			X	X		
81	Criação e Manutenção de Guardas Municipais			X	X		
82	Monitoramento por câmaras			X	X	X	
83	Implantar Guarda Patrimonial			X	X	X	
84	Aumentar o contingente de policiais			X	X		
85	Presença frequente de um delegado						
86	Criar posto policial nas vilas e povoados						
87	Criar um dist. detenção DRDD						
88	Reformular o sistema de segurança discutindo com a sociedade			X	X		Manter banco de dados sobre o índice de criminalidade
89	Unificar as polícias civil e militar						
90	Melhorar Iluminação Pública						
91	Reativação da cadeia pública municipal						
Objetivo	Melhorar o Acesso à Saúde						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento

92	Oficinas sobre temas específicos e cuidados necessários (saúde da mulher, hipertensão, diabetes, DSTs, controle de vetores etc.)						
93	Aperfeiçoamento dos atendimentos ambulatoriais nos postos de saúde			X			
94	Criação de laboratórios para realização rápida de exames						
95	Construção de estrutura que atenda a localidade rural (PSF ou UPAB) suficientes, conforme critérios mínimos						
96	Postos de Apoio aos PSF/UBS com médicos permanentes, remédios e aparelhos necessários (banho de luz em criança, radiografia e outros)						
97	Aquisição de veículos suficientes e adequados para transporte de pacientes		7	X			
98	Aprimoramento do atendimento das Agentes de Saúde			X	X	X	Fiscalização do trabalho dos agentes
99	Atenção à Saúde Bucal		1	X	X		Unid. móvel
100	Estrutura de produção e distribuição de fitoterápicos e saúde preventiva			X			
101	Atenção aos cuidados com idosos						
102	Atenção para Saúde da Mulher						
103	Pediatria 24h						
104	Unidades móveis de saúde			X			
105	Atendimento especial a portadores de doenças crônicas						
106	Distribuição de Medicamentos à população			X	X	X	
107	Hospitais com médicos planejadas			X	X	X	
108	Criação/Manutenção de Casas de Apoio em Recife			X	X	X	

109	Criação de um CAPS				X		
110	Implantação da SAD-Serviço de Atendimento Domiciliar			X	X		
Objetivo	Garantir Segurança Alimentar e Nutricional						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
111	Ampliar Políticas de Renda Mínima						
112	Merenda escolar de boa qualidade nutricional observando diferentes faixas etárias			X	X		Com produtos da Agricultura Familiar
113	Universalização das cisternas e outros reservatórios de água para consumo humano e produtivo - (Mapear necessidade das famílias)		1500	X	X		Cisternas calçadas com caráter produtivo
114	Oficinas de capacitação da população sobre hábitos de alimentação saudável			X	X		
115	Implantação da Agroecologia como sistema a ser adotado na produção (quinilais produtivos, hortas, fitoterápicos, pequenos animais...)						
116	ATER específica para produção e incentivo à alimentação alternativa (para humanos e animais)			X	X		Aumentar o número de técnicos para atuarem como ADE
117	Investimentos em empreendimentos de geração de renda que independam das condições climáticas (artesanato, Turismo, Arte/Cultura, Lazer, Tecnologias etc.)						
118	Criar Programa de Horta nas Escolas						
119	Implantar Sistema de Produção Integrada da Empresa: hidropônica, hortas, pequenos animais (galinha, peixe, suínos, caprinos, ovinos)						
120	Criação de banco de sementes crioulas (plantas e animais)			X	X		

121	Controle efetivo da desnutrição da população (crianças, gestantes, idosos)			X	X	X	
122	Compras institucionais (PAA, PNAE)			X	X	X	
123	Formação das pessoas quanto aos seus direitos à alimentação previstos na Constituição Federal						
124	Estruturar centros de pesquisa/informações sobre mudanças climática						
Objetivo	Construir Equipamentos de Uso Público						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
125	Escolas						
126	Creches na zona rural			X	X		
127	Construção (ou ampliação) de Cemitério						
128	Construção de velório Público						
129	Campo de Futebol						
130	Quadras de Esporte			X			
131	Espaços Culturais			X	X		Galpão para Samba de coco Com. Sta. Luiza
132	Bibliotecas						
133	Espaços de Convivência do Idoso						
134	Pontos de Internet (Wifi) grátis nas associações e outros pontos frequentado por grupos de pessoas						
135	Centros Sociais com auditório e salas de estudo						
136	Calçamento de ruas						

137	Rádios Comunitárias			X	X	X	Que não seja rádios a serviços de partidos políticos, mas atuar com transparência a serviço da comunidade
138	Garagem municipal para veículos, máquinas e equipamentos						
139	Criação de uma propriedade (sítio) modelo para práticas de produção sustentável. Referência em agroecologia, difusão de tecnologias, sementes, amostra de equipamentos etc.						
DIMENSÃO ECONÔMICA							
Objetivo	Garantir produção perene e de qualidade - PRODUÇÃO						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant.	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
140	Qualificação dos produtores através de ATER pública de qualidade, contínua, multi e interdisciplinar			X	X	X	Dotar os produtores de condições para desenvolverem suas atividades
141	Elaboração de diagnósticos regionalizados e específicos para cada ambiente produtivo			X	X		
142	Realização de cursos em tecnologias diversas			X	X	X	Fazer parceria com SENAR, SEBRAE etc.
143	Realização de análise de solos, com orientações subsequentes: correção, uso adequada e racional			X	X	X	
144	Promoção de intercâmbios entre os agricultores que operam em ambientes parecidos						
145	Construção de Barragens de Grande Porte						

146	Construção de Barragens de Média Porte						
147	Construção de Barragens de Pequeno Porte						
148	Construção de barreiros						
149	Adoção da Agroecologia como Sistema Produtivo adequado						
150	Aquisição de tratores com implementos	3		X	X		Atender todo o município
151	Crédito rápido e barato para os produtores						
152	Estudo geo ambiental, geológico e geofísico para identificar água no subsolo e sua exploração			X	X	X	
153	Perfuração de poços						
154	Construção de adutora						
155	Estudos geológicos para identificar fontes de minérios que possam ser explorados						
156	Desassoreamento de reservatórios de água			X	X		Sítio Ribeira, Malhada da Arara, Sítio Toquino, Sítio Capim Grosso, Várzea Suja, Queimado Grande
157	Manutenção e Melhoria em reservatórios de água			X	X		
158	Regularização Fundiária e Reordenamento Agrário						
159	Reforma Agrária						
160	Fortalecer instituições que trabalham pelo desenvolvimento (CMURS, IPA, ADAGRO...)			X	X	X	Aumentar o pessoal, melhorar infraestrutura de trabalho, serem transparentes.
161	Adoção de tecnologias sustentáveis: bioágua, biodigestores, mini incineradores, curva de nível, barreiros de contenção, rotação de culturas,			X	X	X	
162	Criação de Bancos de sementes crioulas e sua adoção						
163	Energia Trifásica para Produção						
164	Melhoria Genética dos Animais						

165	Criação de pequenos animais (galinhas, suínos, cabras, ovelhas, peixes)						
Objetivo	Garantir eficiência econômica e agregação de valor aos produtores - BENEFICIAMENTO						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
166	Sistema eficiente de inseminação artificial dos animais						
167	Construção de micro indústria de processamento de frutas, cereais, leite, abatedouros para frango			X	X		
168	Incentivar o associativismo/cooperativismo como mecanismo de otimização dos recursos			X	X	X	
169	Políticas efetivas de apoio aos produtores em tempo hábil (aração de terras, sementes, insumos)						
170	Capacitação sobre a legislação e a importância de que seja observada, para diferentes produtos						
171	Capacitação em beneficiamento e criação de produtos derivados do leite						
172	Crédito facilitado para investir em beneficiamento/processamento da produção						
173	Cozinha Industrial		1	X	X		Confeccionar bolos e doces
174	Batedeira de grãos para feijão			X			Móvel
175	Aquisição de ensiladeiras		30	X			Locais: Várzea do Tatu, Bastiões, e demais associações
176	Aquisição de forrageiras						
177	Construção de pequenas agroindústrias comunitárias		5	X			Casas de Farinha na consum. Aracelis, Várzea do Tatu, Malhada, Várzea Suja e Barracas. Queijarias em:

178	Facilitar aquisição de máquinas úteis (compactadeiras, batedeiras, despoldadora, freezer, ordenhadeira...)		34	X	X	X	Prensas par tijolos ecológicos
179	Secretaria de Vigilância Sanitária estruturada com condições para fiscalizar e orientar os produtores						
180	Tanques resfriadores com geradores						
181	Matadouros Públicos Municipais para grandes animais			X	X		
Objetivo	Acelerar a comercialização e distribuição da produção - COMERCIALIZAÇÃO						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
182	Construção de estrutura de armazenamento dos produtos da Agricultura Familiar						
183	Cursos/capacitação em técnicas de venda			X	X		Contratação de Técnicas ADI
184	Capacitação sobre Planejamento da Produção						
185	Políticas de apoio à logística de adequação, transporte, embalagem e marketing dos produtos			X	X	X	Envolvendo toda a cadeia da produção
186	Construção de espaços apropriados para exposição dos produtos, para comercialização			X	X		Realização da Feira da Agricultura Familiar; Construção Casa do Artesão

187	Simplificação das burocracias de comercialização (licenças, notas fiscais, controles etc.)				
188	Manutenção das Estradas Vicinais (municipais)	X	X		Ampliar, picamar e retirar as pedras, fazer aterramentos
189	Crédito facilitado e barato para investir na comercialização				
190	Construção de pontes	X	X		
191	Construção de passagens molhadas				Sítio Bastiões - próximo ao lião; Sítio Bastiões - próximo João Bahia; Riacho Fundo do Umbuzeiro - vizinho Bastião de Arthur; Malhada da Arara - próxima Vereadora Lena; Várzea Suja - Próximo Luiz de Buju; Queimada Grande; Macambira, Morras Pretas.
192	Ampliar e desburocratizar as compras Institucionais (PAA, PNAE) e só comprar de Agricultores Familiares				
193	Rede Territorial de Artesanato e outros produtos da Agricultura Familiar				
194	Conseguir selo da Agricultura Familiar				
195	Criar Projeto Colmeia - IBGE				

ANEXO 4 – Lei que institui o CMDRS de São Bento do Una – PE.

LEI Nº 1.649 / 2001

EMENTA Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, de caráter consultivo e orientativo e de funcionamento permanente.

Art. 2º - Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural compete:

I – Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural no Município;

II – Apreciar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural PMDR, e emitir Parecer conclusivo atestado a sua viabilidade técnico-financeira, a Legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas Pelos agricultores e recomendando a sua execução;

III – Exercer a vigilância sobre a execução das ações previstas no PMDR;

IV – Sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos ou entidades públicas e Privadas que atuam no Município, ações que contribuem para o Aumento da produção agropecuária e para a geração e emprego Renda no meio rural;

Praca Historiador Adelberto Faria, 1 - Fone: (81) 3735-1156
CGC: 10.091.577/0001-00 – São Bento do Una - PE

Estado de Pernambuco

V – Sugerir políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne à produção, à preservação do meio ambiente, ao fomento agropecuário e à organização dos agricultores e a regularidade do abastecimento alimentar no Município;

VI – Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no Município;

VII – Promover articulação e compatibilização entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural;

VIII – Acompanhar e avaliar a execução do PMDR.

Art. 3º - O CMDR tem foro e sede no Município de São Bento do Una.

Art. 4º - O mandato dos membros do CMDR será de 04 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art 5º - Integram o CMDR

I – Governo Municipal:

a) Um representante da Secretaria de Agricultura

II – Do Legislativo Municipal:

a) Um representante da Câmara Municipal de Vereadores.

III – Dos usuários:

a) Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

b) Um representante da Igreja Católica;

c) Um representante das Igrejas Evangélicas;

d) Um representante das Associações Comunitárias.

1.252.016

Prefeitura Municipal de São Bento do Una — PE
Estado de Pernambuco

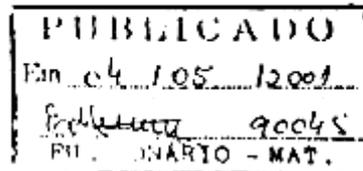
Art. 6º - O Executivo Municipal, através de seus órgãos e entidades Da administração direta e indireta, fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDR cumprir as suas atribuições.

Art. 7º - O CMDR elaborará o seu Regimento Interno para regular o seu funcionamento.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Maio de 2001


Paulo Afonso Vellozo Cintra
PREFEITO



ANEXO 5 – Estatuto do CMDRS de São Bento do Una – PE.

Estatuto Consolidado

**ESTATUTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
SÃO BENTO DO UNA – CNPJ: 05.601.344-0001/70
AGE DE 24/02/08**

CAPÍTULO I - DO CONSELHO

Art. 1º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Bento do Una, fundado em 18 de julho de 2001 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com prazos de duração indeterminado, com sede na Rua Liberato Siqueira nº44, centro - São Bento do Una – PE, constituído de entidades da sociedade organizada, legalmente constituída, e do Poder Público.

CAPÍTULO II - FINALIDADES DO CONSELHO

Art. 2º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal, doravante denominado Conselho, tem por finalidades:

a) Atuar como mecanismo institucional de controle social e na implementação das Políticas Públicas, Programas e Projetos de combate a pobreza rural implantados no Município;

PARÁGRAFO ÚNICO: Considerando como Políticas Públicas especialmente as questões da Reforma Agrária, de forma a fixar no mínimo 80% de trabalhadores rurais do município em cada projeto; viabilizar e democratizar as questões do PRONAF; condicionar recursos financeiros à realização de práticas que assegurem a conservação ambiental; promover diversificações da economias onde se aproveita a biodiversidade abrindo reais perspectivas de desenvolvimento rural sustentável.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO E DA ADMISSÃO DE SEUS MEMBROS

Art. 3º - O Conselho será composto pelas seguintes membros:

- a) Representantes do Poder Executivo Municipal (Secretaria de Agricultura)
- b) Representantes do Poder Legislativo Municipal (Oposição e situação)
- c) Representantes das Igrejas
- d) Representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Município
- e) Representantes de Associações Comunitárias e Cooperativas
- f) Representantes das Instituições Públicas (com atuação no Município)
- g) Representantes de Organizações Não Governamentais (com atuação reconhecida com as comunidades)
- h) Representantes dos movimentos sociais e outros grupos existentes no município
- i) Representantes de outros Conselhos existentes no município
- j) Representantes de outros segmentos como indústria, comércio, etc.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os representantes das Associações comunitárias, e sindicatos legalmente constituídos, e das cooperativas devem somar 80% dos membros efetivos, os 20% restantes devem representar o poder público, instituições governamentais e não governamentais e outros segmentos. Devidamente constituídos e/ou atuação no município.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não será permitida a participação como membro do Conselho o representante da entidade que tiver menos de 90 (noventa) dias de criação. A admissão de membro do Conselho deverá ser deliberada pela Assembleia Geral, após a entidade interessada participar de 03 (três) assembleias do Conselho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para as deliberações quanto à admissão de membro do Conselho é exigido o voto de aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/5 nas convocações seguintes e voto de todos os presentes.

PARÁGRAFO QUARTO - Cada entidade com representação no Conselho indicará um membro efetivo e um suplente através do documento oficial assinado pelo presidente da entidade e ata indicatória. Todos os membros efetivos terão direito a voz e a voto. Os suplentes só terão direito a voto quando da ausência do efetivo. Um indivíduo só pode representar apenas e tão somente uma instituição.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso um representante do Conselho seja desvinculado da entidade que antes participava, este perderá automaticamente a sua representação, devendo tal entidade indicar outro para substituí-lo. Se este representante ocupar cargo de diretoria, ao vice eleito será permitido assumir automaticamente o cargo.

PARÁGRAFO SEXTO - Representantes Suplentes não poderão candidatar-se a cargos de diretoria do Conselho.

[Assinatura]

Estatuto Consolidado

Art. 4º - As Associações e Cooperativas interessadas em participar como membro do Conselho deverão seguir os critérios de verificação abaixo relacionados, analisados por comissão eleita pela Assembleia Geral do Conselho:

- mais de 90 dias de formação legal
- documentação regular: CNPJ, Estatuto Social, Livro-Ata, outros documentos fiscais
- entidade atuando em conformidade com as normas estatutárias: eleição da diretoria, realização de assembleias, contribuição dos sócios, entre outras
- Reconhecimento da associação pelos membros da comunidade

CAPÍTULO IV - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 5º - Compete ao Conselho:

- a) Elaborar e aprovar o Plano Anual de Trabalho do Conselho;
- b) Promover e divulgar os programas, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;
- c) Identificar e cadastrar as comunidades a serem beneficiadas com os programas de acordo com critérios pré-estabelecidos;
- d) Receber, aprovar e priorizar as propostas dos subprojetos dos programas;
- e) Submeter os subprojetos aprovados pelo Conselho a entidades credoras dos subprojetos;
- f) Acompanhar e supervisionar a implantação dos subprojetos aprovados e a aplicação dos recursos;
- g) Informar e esclarecer sobre as diretrizes, critérios, regras e procedimentos operacionais do Conselho;
- h) Acompanhar o processo de financiamento junto às entidades;
- i) Acompanhar as liberações dos recursos e execução dos subprojetos aprovados, verificando o desempenho das Associações, o resultado dos subprojetos, bem como orientá-las em relação às Prestações de Contas dos subprojetos;
- j) Identificar as necessidades e apoiar a promoção de assistência técnica às comunidades beneficiárias com os subprojetos;
- k) Participar dos treinamentos e cursos de capacitação promovidos pelas entidades;
- l) Fornecer às entidades todas as informações quando solicitadas;
- m) Reformular o Estatuto, quando for o caso e de acordo com as normas legais e estatutárias;
- n) Estimular a participação de entidades associativas existentes no Município que não compõe o conselho com direito a voz.

CAPÍTULO V - DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 6º - São direitos dos membros do Conselho:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pelo Conselho;
- b) Participar das Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- c) Consultar todos os livros e documentos do Conselho, quando sentir necessidade;
- d) Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades do Conselho e propor medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- e) Convocar Assembleia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- f) Desligar-se do Conselho quando lhe convier, através de comunicação escrita.

Art. 7º - São deveres dos membros do Conselho:

- a) Observar as disposições estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela Diretoria e Assembleia Geral;
- b) Cumprir os compromissos assumidos pela Assembleia;
- c) Contribuir com todos os meios ao seu alcance, para o desenvolvimento e fortalecimento do Conselho;
- d) Contribuir com 1% do salário mínimo para manutenção do Conselho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As entidades inadimplentes para com O Conselho ficaram impedidas de receber projetos, votar e ser votada.

CAPÍTULO VI - DAS SANÇÕES AOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 8º - O membro do Conselho que infringir as disposições deste Estatuto ou das normas dos programas e projetos de combate à pobreza rural estará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito
- b) Suspensão para os reincidentes em infração punida com advertência
- c) Exclusão para os reincidentes em infração com suspensão.

Estatuto Consolidado

d) Ausência em três reuniões consecutivas, sem justificativa, implicará no desligamento da Entidade associada.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para as deliberações quanto às sanções a serem aplicadas a membro do Conselho é exigido o voto de aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/5 nas convocações seguintes e voto dos presidentes. A Assembleia Geral decidirá quanto à sanção aplicada ao membro infrator, que deverá ser comunicado por escrito desta decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da realização da referida Assembleia, procedimento este em que deve ser assegurado o direito de defesa e de recurso ao membro infrator, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contando da data de recebimento da decisão pelo membro, nos termos do presente Estatuto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Da decisão que decretar a sanção, caberá sempre recurso à Assembleia Geral, que poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da decisão pelo membro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O recurso interposto deverá ser apreciado na próxima reunião da Assembleia Geral, quando também deverá ser proferida a decisão final.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja desligamento de alguma entidade do Conselho, a vaga será preenchida por outra entidade seguindo os critérios de verificação citados no artigo 4º do capítulo III, deste Estatuto.

CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO

Art. 9º - São órgãos de Direção do Conselho:

- a) Assembleias Gerais;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Comissão de acompanhamento de Projeto e Controle Financeiro;

Art. 10º - A Assembleia Geral é o único instrumento de deliberação para os assuntos de competência do Conselho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nenhuma decisão, em matéria de competência do Conselho, poderá ser tomada isoladamente por qualquer dos seus membros, inclusive por seu Coordenador.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As Assembleias são públicas e abertas à presença de todos os membros, razão pela qual deverão ser amplamente divulgadas, concedendo-lhes o direito de voz aos participantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as decisões das Assembleias Gerais deverão ser registradas em ata e assinada por todos os presentes.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o coordenador não convoque a assembleia geral, 1/5 dos membros do conselho poderá fazê-la.

PARÁGRAFO QUINTO - As atas de criação, eleição e posse da diretoria e mudanças estatutárias deverão ser devidamente registradas em cartório.

Art. 11º - Compete Privativamente à Assembleia Geral:

- I- Eleger os administradores;
- II- Destituir os administradores;
- III- Alterar o Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para as deliberações a que se referem os incisos 1, 2, 3 é exigido o voto de aprovação de 2/3 dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/5 nas convocações seguintes e voto de aprovação dos presentes.

Art. 12 - O Conselho reunir-se-á em Assembleia Geral, ordinariamente, a cada mês, ou extraordinariamente, sempre que houver matérias urgentes, não previsíveis, não passíveis de apreciação e deliberação pela Assembleia Geral Ordinária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma prevista neste Estatuto, garantindo a 1/5 (um quinto) dos membros o direito de promovê-la.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Diretoria do Conselho terá mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato. Após o segundo mandato deverá haver renovação de pelo menos 50% dos membros da diretoria.

Art. 13 - Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- a) Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho;
- b) Apreciar e votar as atas, o relatório, prestação de contas do Conselho;
- c) Apreciar e votar o plano de trabalho elaborado pelo Conselho;

Estatuto Consolidado

- d) Eleger e empossar os membros da Comissão de Acompanhamento de Subprojetos e Controle Financeiro;
 e) Apreciar e aprovar os regimentos internos que venham ser elaborados.

PARÁGRAFO ÚNICO – As Assembleias Gerais poderão ser presididas por qualquer membro do Conselho, desde que indicado e aprovado pela própria Assembleia.

Art. 14 - A Diretoria do Conselho será composta da seguinte forma:

- Coordenador
- Vice Coordenador
- Secretário
- Tesoureiro

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Coordenador, o Vice Coordenador, o Secretário e o Tesoureiro terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato. Após o segundo mandato deverá haver renovação de pelo menos 50% dos membros da diretoria.

Art. 15- Compete ao Coordenador do Conselho:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outras disposições aprovadas pela Assembleia Geral;
- b) Convocar todos os membros do Conselho para as reuniões estabelecendo local, data e horário;
- c) Abrir e encerrar as reuniões;
- d) Atender aos requisitos para convocação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, todos os documentos relativos aos pagamentos de despesas realizadas pelo Conselho;
- f) Representar o Conselho ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- g) Receber e encaminhar quaisquer reclamações dos membros do Conselho, e acompanhá-las para que sejam solucionadas;
- h) Assinar convênios e contratos;

Art. 16- Compete ao Vice-Coordenador do Conselho assumir todas as funções do Coordenador quando do impedimento deste último.

Art. 17 - Compete ao Secretário do Conselho:

- a) Manter sob sua guarda os livros do Conselho, inclusive, o de Atas.
- b) Secretariar e providenciar a elaboração e registro das Atas das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias e outros documentos.
- c) Preparar e arquivar as correspondências expedidas e recebidas pelo Conselho.
- d) Desempenhar atividades outras que lhes sejam determinadas pelo Conselho e pelo Coordenador do Conselho
- e) Enviar as cópias dos relatórios de acompanhamento dos Subprojetos as entidades.
- f) Substituir, coordenador, vice-coordenador e tesoureiro na ausência dos mesmos.

Art. 18 - Compete ao Tesoureiro do Conselho:

- a) Manter o controle contábil dos recursos recebidos e utilizados pelo Conselho.
- b) Apresentar as prestações de contas dos recursos recebidos e utilizados pelo Conselho.
- c) Assinar, juntamente com o Coordenador, todos os documentos relativos aos pagamentos de despesas realizadas pelo Conselho.
- d) Responsabilizar-se pela gestão financeira do Conselho juntamente com o Coordenador.
- e) Elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria, plano de aplicação dos recursos para ser apresentado, discutido e aprovado pela Assembleia Geral.
- f) Substituir coordenador, vice-coordenador e secretário na ausência dos mesmos.

Art. 19 – Compete a Comissão de Acompanhamento de Projetos e Controle Financeiro:

- a) acompanhar e supervisionar os projetos em execução no município, relatando à Assembleia Geral a situação dos mesmos.
- b) controlar a gestão dos recursos financeiros do conselho.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Comissão deverá ser constituída por (a critério do conselho) membros do Conselho, que deverão ser escolhidos pela Assembleia Geral Ordinária no mesmo pleito em que forem eleitos os membros da Diretoria Executiva, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a relação para mais um mandato.

Estátuo Consolidado

CAPÍTULO VIII – DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA

Art. 20 - A eleição da Diretoria dar-se-á por votação direta, secreta, em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim. A eleição da Diretoria dar-se-á por votação direta e aberta quando na hipótese de Chapa Única.

Art. 21 - A Assembléia Geral criará uma Comissão Eleitoral com uma antecedência mínima de 30 dias, constituída de três representantes de membros do Conselho, não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos do pleito, com a finalidade de:

- a) Elaborar as instruções gerais das eleições;
- b) Elaborar os modelos das cédulas;
- c) Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- d) Controlar a votação;
- e) Apurar os votos;
- f) Afixar o resultado da eleição;
- g) Dar posse aos eleitos;
- h) Receber indicação das chapas dos candidatos e lista de vetantes com antecedência de 15 dias da eleição;
- i) Elaborar o Ata da Eleição e Posse da nova Diretoria.

Art. 22 - A Assembléia Geral referida no Art. 20 deverá ser convocada por edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da eleição. O edital especificará a natureza das eleições, o local, dia e hora da realização da mesma.

Art. 23 - Concluídos os trabalhos do pleito, inclusive com a entrega de todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

CAPÍTULO IX - DO PATRIMÔNIO DO CONSELHO

Art. 24 - O Patrimônio do Conselho será constituído de:

- a) Beneficências, terrenos, equipamentos e construções que vierem a ser feitas ou adquiridas pelo Conselho;
- b) Auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular, nacional e estrangeira;
- c) Contribuições das próprias associações, estabelecidas pela Assembléia Geral;
- d) Os bens adquiridos pelo conselho deverão estar disponíveis para uso dos membros e instalados em locais acessíveis.

CAPÍTULO X - DOS LIVROS

Art. 25 - O Conselho deverá ter:

- a) Livro de atas;
- b) Livro de presença;
- c) Livro fiscal e contábil;
- d) Livro de protocolo;
- e) Outros livros exigidos por lei.

CAPÍTULO XI - DO FUNDO PARA A MANUTENÇÃO DO CONSELHO

Art. 26 - As associações beneficiadas com recursos contribuirão para constituição do Fundo de Manutenção do Conselho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A contribuição deverá ser obtida pelo desconto de 2% do valor consignado a Associação em face do convênio firmado com a entidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A contribuição deverá ser entregue ao Conselho contra recibo deste, contendo necessariamente os dados seguintes:

- I- Nome da Associação e o nome do Conselho;
- II- Número do CNPJ da Associação e número de CNPJ do Conselho;
- III- Nome do Representante Legal do Conselho, assim como a qualificação de ambos (nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, RG e end.);
- IV- Número e Objeto do convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO- O recibo emitido pelo Conselho deverá estar anexo à prestação de contas que a Associação for apresentar à entidade.

Art.27 - Os recursos oriundos do Fundo somente poderão fazer às despesas definidas pela assembléia geral.

Estatuto Consolidado

CAPITULO XII – DA DISSOLUÇÃO DO CONSELHO

Art. 28 - A dissolução do Conselho dar-se-á por decisão tomada em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, passando o remanescente do seu patrimônio líquido à entidade de fins não econômicos com a mesma finalidade social deste Conselho.

Art. 29 - Os casos omissos do Estatuto serão acatados pelo Coordenador após consulta feita e aprovada pelo quorum mínimo de 2/3 dos membros do Conselho reunidos em Assembléia Geral.

Art. 30 – O presente estatuto foi reformulado mediante deliberação e aprovado em Assembléia Geral nesta data, observado o Novo Código Civil Brasileiro, lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e lei 11.127 de 28 de junho de 2005.

São Bento da Una, 24 de fevereiro de 2008.

Coordenador

Jaaci de Miranda Oliveira

Vice Coordenador

João de Amorim da Silva

Tesoureiro

Antonio Ribeiro de Oliveira

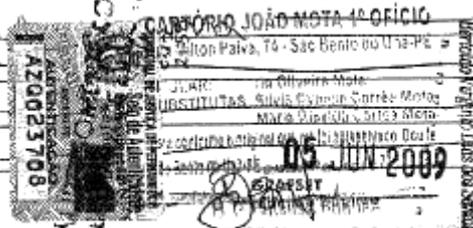
Secretário

Jaaci César Furtado de Oliveira

Jaaci

Ata Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, por reunião e voto de 10 de janeiro de 2008, às onze horas, na sede do SIS PUM, reuniram-se este Conselho com a finalidade de reestruturação do Conselho promovida pelo PRO-Rural/ICN, com base no novo código Civil Brasileiro Lei nº 10406 de 10 de janeiro de 2002 e Lei 11127 de 28 de junho de 2005. Os Conselheiros presentes, após leitura e análise do novo estatuto e feitas as devidas alterações resolveram aprovar por unanimidade as seguintes, digo, as seguintes alterações que após assinatura de todos os representantes das entidades presentes será registrado em cartório juntamente com o Estatuto. No que diz respeito a competência foi consensuado pela assembleia que se dará um novo prazo, até, impetoriamente até 05 de março de 2008 o envio dos atos indicativos das entidades, que deverão ser entregues na reunião ordinária do Conselho. Nada mais houve para ser tratado a reunião foi declarada encerrada. São Paulo da Trua 28 de Fevereiro 2008.

Maria de Jucundes Jiluseida, cargo Presidente
 Carlos Landimiro de Melo Marinho Eliane Souza Silva
 Bruno Barbosa Fernando José Francisco Xavier
 João Mendes Junior José Fernando Oliveira França José Alberto
 Professor da Escola Municipal de Ensino dos Santos, Ademar da Silva
 Brasileira Prudencio da Silva
 Ruxila Clara Aécio Deras - IPA SBU
 Gilso Ribeiro Lmp - IPA SBU
 Marlene Maria da Silva - Antonio Alves de Oliveira
 Teresinha Honorina de Lima Edilson Vasconcelos de Andrade
 Josias Vasconcelos Casabante Maria do Carmo de Melo
 DOCELEIANO VIEIRA DA SILVA Teresinha de Melo de Melo
 Claudia Gaziely Ferreira, Amun Ueda
 Vera Luz INC
 Rosângela Almeida, Proveral



CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente Ata foi averbada à margem do registro nº 752, fls. 026, do livro nº A-3: Dou fé. São Bento do Una, 08 de junho de 2009. O Interventor,


Bericão Virgílio Dias dos Santos



VALIDO SC
AUMENTADO

ILO OLIVEIRA MOTA
Tabelião e Oficial do
Registro de Imóveis, Hipoteca e RTDPJ
Sílvia Cybelle Corrêa Mota
Substituto
Maria Giselda Corrêa Mota
Substituto

U
M
B
R
A
N
O

[Handwritten signature]
~~2008~~

**ESTATUTO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL/FUMAC
SÃO BENTO DO UNA – CNPJ 05.601.344/0001-70**

CAPÍTULO I

DO CONSELHO

Art. 1º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Bento do Una é uma entidade civil sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede a Rua Liberato Siqueira, 44 – Centro, no Município de São Bento do Una-PE, constituído de entidades da sociedade organizada e do poder público municipal.

CAPÍTULO II

FINALIDADES DO CONSELHO

Art. 2º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal, doravante denominado Conselho, tem por finalidades:

- a) Atuar como mecanismo institucional de controle social das Políticas, Programas e Projetos destinados ao combate da pobreza rural implantados no município;
- b) Viabilizar e Democratizar as questões ligadas a Reforma Agrária de forma a fixar no mínimo 80% de trabalhadores rurais do município em cada projeto;
- c) Viabilizar e Democratizar as questões do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- d) Condicionar a liberação de recursos financeiros à realização de práticas que asseguram o reflorestamento e a conservação ambiental;
- e) Promover diversificação das economias onde se aproveita a biodiversidade, abrindo reais perspectivas de desenvolvimento rural sustentável.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO E DA ADMISSÃO DE SEUS MEMBROS

Art. 3º - O Conselho será composto pelos seguintes membros:

- a) Representantes do Poder Executivo Municipal
- b) Representantes do Poder Legislativo Municipal
- c) Representantes das Igrejas
- d) Representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município
- e) Representantes de Associações Comunitárias e Cooperativas
- f) Representantes das Instituições Públicas (com atuação no Município)
- g) Representantes de Organizações Não Governamentais (com atuação reconhecida com as comunidades)
- h) Representantes dos movimentos sociais e outros grupos existentes no município
- i) Representantes e outros Conselhos existentes no município
- j) Representantes de outros segmentos como indústria, comércio, etc

PARAGRAFO PRIMEIRO – Os representantes das Associações comunitárias, dos sindicatos e das cooperativas devem somar 80% dos membros efetivos, os 20% restantes devem representar o poder público, instituições governamentais e não governamentais e outros segmentos.

- **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A admissão de membro do Conselho deverá ser deliberada pela Assembléia Geral.

PARAGRAFO TERCEIRO - Para as deliberações quanto à admissão de membro do Conselho é exigido o voto de aprovação de 2/3 dos presentes à Assembléia Geral, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

PARÁGRAFO QUARTO - Cada entidade com representação no Conselho indicará um membro efetivo e um suplente. Todos os membros efetivos terão direito a voz e a voto. Os suplentes só terão direito a voto quando da ausência do efetivo.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 4º - Compete ao Conselho:

- a) Elaborar e aprovar o Plano Anual de Trabalho do Conselho;
- b) Promover e divulgar os programas de combate à pobreza rural, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;
- c) Identificar e cadastrar as comunidades a serem beneficiadas com os programas de combate à pobreza rural, de acordo com critérios pré.-estabelecidos;
- d) Receber, aprovar e priorizar as propostas dos subprojetos os programas de combate à pobreza rural;
- e) Submeter a UNITEC – Prorural / Projeto Renascer, os subprojetos aprovados pelo Conselho ou outra entidade credora dos subprojetos;
- f) Acompanhar e supervisionar a implantação dos subprojetos aprovados e a aplicação dos recursos;
- g) Informar e esclarecer sobre as diretrizes, critérios, regras e procedimentos operacionais do Conselho;
- h) Acompanhar o processo de financiamento junto à UNITEC Prorural/ Projeto Renascer ou outras entidades;
- i) Acompanhar as liberações dos recursos e execução dos subprojetos aprovados, verificando o desempenho das Associações, o resultado dos subprojetos, bem como orientá-las em relação às Prestações de Contas dos subprojetos;
- j) Identificar as necessidades e promover assistência técnica às comunidades beneficiárias com os subprojetos;
- k) Participar dos treinamentos e cursos de capacitação promovidos pela UNITEC- Prorural/Projeto Renascer ou outras entidades;
- l) Fornecer a UNITEC - Prorural/ Projeto Renascer ou outras entidades, todas as informações quando solicitadas;
- m) Reformular o Estatuto, quando for o caso e de acordo com as normas legais e estatutárias;

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 5º - São direitos dos membros do Conselho:

- a) Gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pelo Conselho;

- b) Participar das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem;
- c) Consultar todos os livros e documentos do Conselho, quando sentir necessidade;
- d) Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos informações sobre as atividades do Conselho e propor medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- e) Convocar Assembléia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto;
- f) Desligar-se do Conselho quando lhe convier, através de comunicação escrita.

Art. 6º - São deveres dos membros do Conselho:

- a) Observar as disposições estatutárias, bem como as deliberações tomadas pela Diretoria e Assembléia Geral;
- b) Cumprir os compromissos assumidos pela Assembléia;
- c) Recolher aos cofres do Conselho o valor fixado pelo Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR da UNITEC PRORURAL / Projeto Renascer ou outras entidades;
- d) Contribuir com todos os meios ao seu alcance, para o desenvolvimento e fortalecimento do Conselho;

CAPÍTULO VI

DAS SANÇÕES AOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 7º - O membro do Conselho que infringir as disposições deste Estatuto ou das normas dos programas e projetos de combate à pobreza rural estará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito
- b) Suspensão para os reincidentes em infração punida com advertência
- c) Exclusão para os reincidentes em infração com suspensão.
- d) Ausência em três reuniões consecutivas, sem justificativa, implicará no desligamento do associado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para as deliberações quanto às sanções a serem aplicadas a membro do Conselho é exigido o voto de aprovação de 2/3 dos Titulares do Conselho presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes. A Assembléia Geral decidirá quanto à sanção aplicada ao membro infrator, que deverá ser comunicado por escrito desta decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da realização da referida Assembléia, procedimento este em que deve ser assegurado o direito de defesa e de recurso ao membro infrator, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da decisão pelo membro, nos termos do presente Estatuto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recurso interposto deverá ser apreciado na próxima reunião da Assembléia Geral, quando também deverá ser proferida a decisão final.

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO

Art. 8º - São órgãos de Direção do Conselho:

- a) Assembléias Gerais;

b) Diretoria Executiva;

Art. 9º - A Assembléa Geral é o único instrumento de deliberação para os assuntos de competência do Conselho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhuma decisão, em matéria de competência do Conselho, poderá ser tomada isoladamente por qualquer dos seus membros, inclusive por seu Coordenador.

PARAGRAFO SEGUNDO – As Assembléas são públicas e abertas à presença de todos os membros, razão pela qual deverão ser amplamente divulgadas, concedendo-lhes o direito de voz aos participantes.

PARAGRAFO TERCEIRO –Todas as decisões das Assembléas Gerais deverão ser registradas em ata e assinada por todos os presentes.

Art. 10 – Compete privativamente a Assembléa Geral

- I- Destituir os administradores;
- II- Alterar o Estatuto

PARÁGRAFO ÚNICO – Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléa especialmente convocada para esse fim, exigindo-se o quorum de 2/3 dos presentes, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos membros ou com 1/3 nas convocações seguintes.

Art. 11 – O Conselho reunir-se-á em Assembléa Geral, ordinariamente, a cada mês, ou extraordinariamente, sempre que houver matérias urgentes, não previsíveis, não passíveis de apreciação e deliberação pela Assembléa Geral Ordinária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma prevista neste estatuto, garantindo a 1/5 (um quinto) dos membros o direito de promovê-la.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para as deliberações em Assembléa Geral Ordinária e Extraordinária é exigido 2/3 dos membros em primeira convocação e o voto de aprovação de maioria absoluta dos presentes, e de 1/3 dos membros em segunda e terceira convocações e o voto de aprovação dos presentes.

Art. 12 - Compete à Assembléa Geral Ordinária:

- a) Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho;
- b) Apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria ;
- c) Apreciar e votar o plano de trabalho elaborado pela Diretoria Executiva e pelos membros do Conselho;
- d) Eleger e empossar os membros da Comissão de Acompanhamento de Subprojetos;
- e) Apreciar e aprovar os regimentos internos que venham ser elaborados.

PARAGRAFO PRIMEIRO – As Assembléas Gerais poderão ser presididas por qualquer membro do Conselho, desde que indicado e aprovado pela própria Assembléa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Comissão de Acompanhamento de Subprojetos deverá ser constituída por 03 (três) membros do Conselho, que deverão ser escolhidos pela Assembléa Geral Ordinária no mesmo pleito em que forem eleitos os membros da Diretoria Executiva, para num mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para mais um mandato, fiscalizar e supervisionar os subprojetos em execução no Município, relatando à Assembléa Geral a situação dos mesmos.

Art. 13 - A Diretoria do Conselho será composta da seguinte forma:

- Coordenador
- Vice Coordenador
- Secretário

▪ Tesoureiro

PARÁGRAFO ÚNICO - O Coordenador, o Vice Coordenador, o Secretário e o Tesoureiro terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por mais um mandato.

Art. 14- Compete ao Coordenador do Conselho:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outras disposições aprovadas pela Assembléia Geral;
- b) Convocar todos os membros do Conselho para as reuniões estabelecendo local, data e horário;
- c) Abrir e encerrar as reuniões;
- d) Atender aos requisitos para convocação das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- e) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, todos os documentos relativos aos pagamentos de despesas realizadas pelo Conselho;
- f) Representar o Conselho ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- g) Receber e encaminhar quaisquer reclamações dos membros do Conselho, e acompanhá-las para que sejam solucionadas;
- h) Assinar convênios e contratos;

Art. 15- Compete ao Vice-Coordenador do Conselho assumir todas as funções do Coordenador quando do impedimento deste último.

Art. 16 - Compete ao Secretário do Conselho:

- a) Manter sob sua guarda os livros do Conselho, inclusive, o de Atas.
- b) Secretariar e providenciar a elaboração e registro das Atas das Assembléias Ordinárias e Extraordinárias e outros documentos.
- c) Preparar e arquivar as correspondências expedidas e recebidas pelo Conselho.
- d) Desempenhar atividades outras que lhes sejam determinadas pelo Conselho e pelo Coordenador do Conselho.
- e) Enviar as cópias dos relatórios de acompanhamento dos Subprojetos à UNITEC-Prorural/Projeto Renascer ou outras entidades.

Art. 17 - Compete ao Tesoureiro do Conselho:

- a) Manter o controle contábil dos recursos recebidos e utilizados pelo Conselho.
- b) Apresentar as prestações de contas dos recursos recebidos e utilizados pelo Conselho.
- c) Assinar, juntamente com o Coordenador, todos os documentos relativos aos pagamentos de despesas realizadas pelo Conselho.
- d) Responsabilizar-se pela política financeira do Conselho juntamente com o Coordenador.

CAPITULO VIII – DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA

Art. 18 - A eleição da Diretoria dar-se-á por votação direta, secreta, em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim. A eleição da Diretoria dar-se-á por votação direta e aberta quando na hipótese de Chapa Única.

06


Art. 19 – A Diretoria criará uma Comissão Eleitoral com uma antecedência mínima de 25 dias, constituída de três representantes de membros do Conselho, não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos do pleito, com a finalidade de:

- a) Elaborar as instruções gerais das eleições;
- b) Elaborar os modelos das células;
- c) Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- d) Controlar a votação;
- e) Apurar os votos;
- f) Afixar o resultado da eleição;
- g) Dar posse aos eleitos.

Art. 20 - A Assembléia Geral referida no Art. 15 deverá ser convocada por edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da eleição. O edital especificará a natureza das eleições, o local, dia e hora da realização da mesma.

Art. 21 - Concluídos os trabalhos do pleito, inclusive com a entrega de todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

CAPÍTULO IX

DO PATRIMÔNIO DO CONSELHO

Art. 22 - O Patrimônio do Conselho será constituído de:

- a) Benfeitorias, terrenos e construções que vierem a ser feitas ou adquiridas pelo Conselho;
- b) Auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular, nacional e estrangeira;
- c) Contribuições dos próprios associados, estabelecidas pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO X

DOS LIVROS

Art. 23 – O Conselho deverá ter:

- a) Livro de matrícula dos Membros do Conselho;
- b) Livro de atas de reunião da Diretoria Executiva;
- c) Livro de atas da Assembléia Geral;
- d) outros livros - fiscais, contábeis etc. exigidos por lei.

CAPÍTULO XI

DO FUNDO PARA A MANUTENÇÃO DO CONSELHO

Art. 24 - As associações beneficiadas com recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural-PCPR, contribuirão para constituição do Fundo de Manutenção do Conselho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contribuição deverá ser obtida pelo desconto de 1% (um por cento) do valor consignado à Associação em face do convênio firmado com a Unitec Prorural/Projeto Renascer ou outra entidade.

CT
 [Handwritten signature]

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição deverá ser entregue ao Conselho contra recibo deste, contendo necessariamente os dados seguintes:

- I- Nome da Associação e o nome do Conselho;
- II- Número do CNPJ da Associação e número de CNPJ do Conselho;
- III- Nome do Representante Legal do Conselho, assim como a qualificação de ambos (nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, RG e end.)
- IV- Número e Objeto do convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O recibo emitido pelo Conselho deverá estar anexo à prestação de contas que a Associação for apresentar à UNITEC Prorural/Projeto Renascer ou outra entidade.

Art.25 - Os recursos oriundos do Fundo somente poderão fazer às despesas definidas pela UNITEC Prorural / Projeto Renascer ou outra entidade.

CAPITULO XII – DA DISSOLUÇÃO DO CONSELHO

Art. 26 - A dissolução do Conselho dar-se-á por decisão tomada em Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, passando o remanescente do seu patrimônio líquido à entidade de fins não econômicos com a mesma finalidade social deste Conselho, após ouvida UNITEC PRORURAL / Projeto Renascer ou outra entidade parceira do Conselho ou seu credor.

Art. 27 - Os casos omissos do Estatuto serão acatados pelo Coordenador após consulta feita e aprovada pelo quorum mínimo de 2/3 dos membros do Conselho reunidos em Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de divergência entre o contido no presente Estatuto e as diretrizes do Programa do Projeto Renascer ou entidades várias, prevalecerá o que é correto na forma da Lei.

São Bento do Una, 03 de maio de 2006.

José César Fontoura de Oliveira
 Coordenador

Cicero Vicente da Silva
 Vice-Coordenador

José Carlos Denisio da Silva
 Tesoureiro

Mari de Miranda Almeida
 Secretário



AV. DOS
AUGUSTOS

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente estado foi protocolado

Sob nº 195, fls. 95, do livro

nº A 1, e registrado, nesta data, sob

nº 752, fls. 026, do livro nº A 3.

em Bento do Sul, 20 de 06 de 2006

[Handwritten signature]

Oficial

Silvia Cybelle Corrêa Mota
CIC 545.365.964-53

ALO OLIVEIRA MOTA
Tabellião e Oficial do
Registro de Imóveis e Hipoteca
Silvia Cybelle Corrêa Mota
Marta Gisela Corrêa Mota

ANEXO 6 – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Município de São Bento do Una – PE.

PMDRSS

Plano Municipal de Desenvolvimento
Rural Sustentável e Solidário

2016

MUNICÍPIO

São Bento do Una



Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS

Coordenação e Sistematização:

Gáudia Maria Costa Leite Pereira – gaudiacosta@gmail.com

João Batista de Oliveira – jbatista@yahoo.com.br

Elaboração do Plano Municipal

Ademar da Silva (Associação Sítio Calungo e Tapera - São Bento do Una);

Adriana Millena de Almeida (Associação Batalha - São Bento do Una);

Alessandra Cristina de Lima Soares (CODATES - São Bento do Una);

Amélia Diana Macedo de Melo (Secretaria de Trabalho e Ação Social - São Bento do Una);

Antônio Carlos Oliveira da Silva (Secretaria de Desenvolvimento Rural - São Bento do Una);

Antônio Marcos de Andrade (São Bento do Una);

Aracy de Miranda Almeida (CMDRS - São Bento do Una);

Ayanne Samylla de A. Cavalcante (Secretaria de Saúde - São Bento do Una);

Bartolomeu Florêncio (Associação Quilombola - São Bento do Una);

Brasília Prudêncio da Silva (Associação do Sítio Armazém - São Bento do Una);

Bruno Barbosa Fernando (Associação Lagoa do Almeida - São Bento do Una);

Célia Maria da Silva Rodrigues (Sítio Caldeirão - São Bento do Una);

Dejanira Souza Dos Santos (Associação Riachão da Gama - São Bento do Una);

Dinis Souza Dos Santos (Associação Nova Esperança - São Bento do Una);

Edinaldo Bezerra da Silva (Associação Jurubeba - São Bento do Una);

Elenice da Silva Santos (Associação Sítio Sodrê - São Bento do Una);

Francisco de Assis Cordeiro (Sítio Segredo - São Bento do Una);

Francisco Lourenço da Silva (Associação São Vicente - São Bento do Una);

Genésio Ferreira da Silva (Sítio Caldeirão - São Bento do Una);

Gilmara de Carvalho Cordeiro (Sítio Segredo - São Bento do Una);

Gilson Braz do Carmo (Associação Luana - São Bento do Una);

Hélio de M. Oliveira (São Bento do Una);

Itamar Siqueira Silva (Associação dos Produtores Rurais Familiares - São Bento do Una);

Jacqueline Feitosa dos Santos (COOPANEMA - São Bento do Una);

Jaricé Araújo de Oliveira Júnior (Associação Aço de Novo e STR - São Bento do Una);

Jeferson Alves de Farias (Associação São Vicente - São Bento do Una);

João Bezerra da Silva Filho (Associação Lagoa do Almeida - São Bento do Una);

José Acácio Melo do Nascimento (STR - São Bento do Una);

José Cícero Frutuoso de Oliveira (Secretaria de Desenvolvimento Rural - São Bento do Una);

José Francisco dos Santos (São Bento do Una);

José Manoel da Silva Santos (Associação Sodré - São Bento do Una);
 José Orlando da Silva (Sítio Kalunga - São Bento do Una);
 José Reinaldo Vilela da Silva (Associação Oziano - São Bento do Una);
 Joseane Rodrigues Bezerra – (Associação São Vicente- São Bento do Una);
 Josefa Luciene de Souza Marinho (Associação São Vicente - São Bento do Una);
 Joseildo Figueiredo dos Santos (Associação Unidos da Gameleira - São Bento do Una);
 Judithe Otília Santos de Lima (Sítio Queimadinha - São Bento do Una);
 Lidiane dos Santos Barbosa Oliveira (Sítio Riachão do Gama - São Bento do Una);
 Lídio Vasconcelos Guimarães (Associação Sítio Alto do Ponto - São Bento do Una);
 Luciene Silva da Rocha Santos (Associação Arrancação - São Bento do Una);
 Luiz Carlos de Azevedo (Associação Tamanduá - São Bento do Una);
 Maelly de Lima Gonçalves (Sítio Zé Bento - São Bento do Una);
 Manoel Soares da Silva (Associação Gildo Soares - São Bento do Una);
 Maria Célia dos Santos (Associação São Vicente - São Bento do Una);
 Maria Claudiana Lopes (Associação Santa Quitéria - São Bento do Una);
 Maria Ediene Soares Andrade (Associação Zé Bento - São Bento do Una);
 Maria Lacerda dos Santos (Associação do Gama - São Bento do Una);
 Maria Margarida Costa de Freitas (Associação Sítio Alto do Ponto - São Bento do Una);
 Marines de Lima de Souza (Associação São Vicente - São Bento do Una);
 Max Suel Barbosa (Associação Terra Nossa - São Bento do Una);
 Niedja Moraes da Rocha (Secretário de Educação - São Bento do Una);
 Paullane Silva de Barros (Associação Batalha - São Bento do Una);
 Paulo César Costa Carvalho Filho (COOATES - São Bento do Una);
 Paulo Edvaldo Santos (Associação PROLEITE - São Bento do Una);
 Ramon Rocha de Moraes (Associação Una do Simão - São Bento do Una);
 Rosemary dos Santos Xavier (Associação do Gama - São Bento do Una);
 Sebastião Nogueira de Souza (Associação Açude Novo - São Bento do Una);
 Sílvia Silva dos Santos (Associação Gama - São Bento do Una);
 Sílvio Charles Silva de Oliveira (Associação do Povoado Pimenta - São Bento do Una);
 Telso Dário da Silva (Associação Morro Branco - São Bento do Una);
 Valdeleide Contalicio da Silva (Associação São Vicente - São Bento do Una).

Apresentação

Esse Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PMDRSS foi realizado através de construção coletiva, em oficina municipal específica para construção do Plano. Para as reflexões e sugestões das propostas foram envolvidos diferentes atores locais, tanto do poder público como da sociedade civil.

Esse documento se insere no contexto da construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS, de modo que vários dos itens abaixo foram inseridos no Plano Territorial e alguns são de interesse específico desse município.

A relação completa dos itens abaixo foi sugestão dos vinte municípios do Território da Cidadania do Agreste Meridional de Pernambuco. Por isso nem todos estão marcados com “x”, sendo que os assinalados foram mencionados por este município.

As tabelas abaixo estão organizadas em uma estrutura de três níveis. No primeiro nível, estão as “Dimensões”, quatro no total, que fornecem as linhas mestras para que, a partir delas, fossem definidos os “Objetivos”, que formam o segundo nível. Para alcançar os Objetivos, foram então pensadas as “Estratégias”, que ocupam o terceiro nível. Portanto, entende-se que ao alcançar o cumprimento das Estratégias terá então alcançado os Objetivos e, com isto, a melhoria de vida das famílias do município.

Abaixo das Estratégias, há que pensar ações concretas e específicas (atividades) a serem feitas para que cada Estratégia seja alcançada e o problema seja resolvido. Esse detalhamento cabe principalmente aos gestores municipais que deverão atribuir responsabilidades, conforme o tema em questão, bem como definir orçamento específico para atender à demanda sugerida pela sociedade nesse Plano.

Em um Planejamento, todos os elementos que compõem os níveis são relativamente flexíveis, sendo que cada nível acima pressupõe que seja mais genérico e de longo prazo. Assim sendo, os itens na coluna das Estratégias são mais flexível e necessitam ir sendo acrescentados outros ou retirando os já resolvidos ou obsoletos, conforme as situações vão sendo enfrentadas e resolvidas.

Cabe aos líderes sociais e conselheiros observarem se o poder público e as instituições competentes (a quem compete) estão observando essas sugestões e norteando suas ações visando alcançar a resolução das questões colocadas nesse Plano. Na medida em que se vai avançando na resolução, o Plano deve ir sendo atualizado, sempre buscando uma situação ideal de vida boa para a população.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS

Município: São Bento da Una

Data: Junho/2016

DIMENSÃO AMBIENTAL							
Objetivo	Preservar a diversidade ambiental: proteção e saudável				Prazos		
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
1	Criação Programa de Formação sobre Meio Ambiente (cuidados com o solo, água, fauna e flora)			X	X	X	Envolver Secretarias de Agricultura, Assistência Social, Educação e Obras
2	Conscientização da população de que estamos em região semiárida e que os gestores considerem isto.						
3	Identificação e mapeamento das APPs			X			
4	Recuperação das matas ciliares, revitalização de rios			X	X	X	Mobilizar a população às margens do rio e Comitê Gestor da Bacia do Rio
5	Construção de sementeira de plantas nativas			X	X	X	Plantas repelentes, nativas e frutíferas
6	Inclusão desse tema na grade curricular da educação formal						

7	Recuperação de Nascentes			X	X		Envolver população ribeirinha e parcerias: IPA, Sindicato, Comitê gestor do Rio Una, Nascentes: Mariçocas, Jurubeba, Baixa, Minador, Tapera
8	Conclusão do CAR						
9	Efetivação do saneamento básico (tratamento dos efluentes)			X	X		
10	Criação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos						
11	Construção de usinas de reciclagem de resíduos sólidos						
12	Criação do Plano Municipal de Saneamento Básico						
13	Construção de Aterro Sanitário			X	X		Consórcio Intermunicipal
14	Coleta seletiva nas comunidades rurais			X	X		Secretaria Municipal de Infraestrutura
15	Fiscalização sobre o tráfico de animais silvestres						
16	Construção de biodigestores						
17	Construção de bioágua						
18	Incrementar Políticas de resgate da flora nativa para arborização e jardinagem das áreas públicas e sociais						
19	Fortalecimento (ou criação) de Secretaria Municipal de Meio Ambiente			X			
20	Criação (ou fortalecimento) dos Conselhos Municipais sobre Meio Ambiente			X			Criação da Sec. Meio Ambiente. Acessar fundo de preservação ambiental
21	Uso Racional das áreas de preservação						
22	Turismo Ecológico						
23	Reuso da Água						

24	Revitização de áreas degradadas			X	X		Das micro e pequenas bacias; Capacitação e parcerias para evitar desertificação
25	Exploração de Energia Renovável (Eólica, Solar)						
26	Criação de parques ambientais			X			Parque ambiental no espaço do Açude Velho
27	Normalizar e fiscalizar ocupação imobiliária espaços urbanos e rurais						
DIMENSÃO POLÍTICOINSTITUCIONAL							
Objetivo	Qualificar as implementações das políticas públicas						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
28	Capacitação dos agentes institucionais			X	X		Capacitação para Vereadores saberem seu papel; líderes comunitários, em elaboração de projetos.
29	Criação de canais de informações atualizadas sobre Políticas Públicas						
30	Transparência nas ações das Instituições sociais						
31	Valorização dos espaços coletivos (CMDRS, Fóruns, Comissões, Associações...)			X	X		Estruturas para Associações funcionarem: sedes, escritório, equipamentos)
32	Criação de espaço físico e liberação de recursos financeiros para funcionamento do CMDRS						
33	Nomeação dos Secretários de governo municipal, passar por consulta pública - Fóruns, Conselhos, associações -, sendo escolhidos pelos interessados naquela pasta.						

34	Criação de serviços de ouvidoria para instituições que atendem o público: órgãos públicos e privados: bancos, comércios, secretarias municipais, órgãos estaduais, sindicatos...)						
35	Formação da sociedade para entender de Políticas Públicas						
36	Melhorar estruturas das entidades que atuam no município (IPA, SSB, Outras)						
37	Fortalecimento (ou criação) da Secretaria de Agricultura			X	X	X	Definir verba no orçamento para Sec. de Agricultura
38	Câmara de Vereadores mais capacitada						
39	Prefeitura: a) Qualificar funcionários; b) criar ouvidoria; c) operar as finanças em agências bancárias no município; d) incentivar parcerias entre os órgãos que atuam no município; e) apoiar como parceira as associações e conselhos; f) descentralizar a gestão; g) criar e dar suporte a todos os Conselhos; h) fazer orçamento participativo; i) observar o Plano Diretor.						
40	Criação de organismo no município como agências bancárias, cartórias,						
41	Destinar prédios públicos não utilizados (como prédios escolares) pra uso da comunidade local						
42	Criar condições para jovens e mulheres participarem nas Políticas Públicas						
43	Instituições cruzarem dados e operarem com o mesmo banco de dados das famílias			X	X	X	Receita Federal, Ministérios, Bancos etc.
DIMENSÃO SOCIOCULTURAL							

Objetivo Promover Equidade de Gênero e Geração							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
44	Criação de Unidades Produtivas para Mulheres						
45	Capacitação sobre Direitos da Mulher e Feminismo						
46	Oficinas Capacitação sobre Gênero (Homem/Mulher)						
47	Criação do Conselho de Direitos da Mulher						
48	Criação de Delegacia das Mulheres						
49	Criação da Secretaria da Mulher e Juventude						
50	Incluir o tema Gênero no currículo escolar						
51	Criar condições para maior participação da mulher nas políticas públicas						
52	Implantação do CRAS Móvel						
Objetivo Promover equidade étnica e Povos Tradicionais							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
53	Identificação de grupos étnicos no município						
54	Resgate e valorização Cultural dos diferentes grupos						
55	Inclusão, no Currículo Escolar, a história dos diferentes grupos						
56	Criação de Fóruns Específicos dos grupos étnicos			X	X		
57	Oferecer Assistência Técnica e Social de acordo com as necessidades específicas de cada localidade						A fim de fomentar a produção, agregar valor aos produtos, fortalecer os institucionais, articular políticas públicas...
58	Regularização das áreas específicas			X	X	X	

59	Crédito diferenciado para produtores tradicionais (agropecuária, piscicultura, apicultura, meliponicultura, coletores...)						
Objetivo Incrementar a Educação do Campo							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
60	Educação Contextualizada ao Universo do Rural			X	X		Destacar a Agroecologia
61	Inclusão de conteúdos do campo nas disciplinas escolares (explorar os temas transversais)			X	X		
62	Capacitação dos docentes da escola pública			X	X	X	
63	Realização de ações em conjunto com várias instituições pertinentes (sobre o tema)			X	X	X	
64	Construção de escola de referência em comunidades rurais						
65	Execução de oficinas profissionalizantes nas escolas rurais (gestão, produção, beneficiamento, comercialização, cooperativismo)						
66	Reformas de escolas no meio rural adequando-as, incluindo cultura e lazer						
67	Melhoria do transporte escolar			X			Sítio Sodré
68	Programa de combate às drogas						
69	Educação sobre segurança no trânsito						
70	Bolsa de estudo para jovens que concluem o ensino médio						
71	Organização de esportes e lazer (Criar Secretaria de Transporte)						
72	Inclusão da disciplina "Educação do Campo" no currículo escolar municipal						

Objetivo Melhorar a qualidade das moradias da população							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
73	Construção de casas de alvenaria		4000	X	X		
74	Reservatórios de água nas residências			X	X		
75	Desburocratizar o acesso ao crédito para habitação rural						
76	Ampliar rede de energia elétrica						
77	Construção de banheiros		4000	X	X		
Objetivo Oferecer Segurança Pública à população Rural							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
78	Criação de Patrulhas Móveis (com Viaturas adequadas) para o meio Rural			X	X		
79	Criação de Delegacia da Mulher			X	X		
80	Criação do Conselho de Direitos da Mulher			X	X		
81	Criação e Manutenção de Guardas Municipais			X	X		
82	Monitoramento por câmaras						
83	Implantar Guarda Patrimonial						
84	Aumentar o contingente de policiais			X	X		
85	Presença frequente de um delegado						
86	Criar posto policial nas vilas e povoados			X			
87	Criar um disk denúncia 0800			X			
88	Reformular o sistema de segurança discutindo com a sociedade			X	X		Manter banco de dados sobre o índice de criminalidade
89	Unificar as polícias civil e militar			X			

90	Melhorar Iluminação Pública			X			
91	Reativação da cadeia pública municipal						
Objetivo Melhorar o Acesso à Saúde							
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
92	Oficinas sobre temas específicos e cuidados necessários (saúde da mulher, hipertensão, diabetes, DSTs, controle de vetores etc.)						
93	Aperfeiçoamento os atendimentos ambulatoriais nos postos de saúde						
94	Criação de laboratórios para realização rápida de exames						
95	Construção de estrutura que atenda a localidade rural (PSF ou UPAS) suficientes, conforme critérios mínimos			X			PSFs em Ipueriras, Zé Bento, Tamandá, Sítio Feijão Kelunga e adorações
96	Pontos de Apoio aos PSF/UBS com médicos permanentes, remédios e aparelhos necessários (banho de luz em criança, radiografia e outros)			X			No PSF Una do Simão e Vila do Espírito Santo
97	Aquisição de veículos suficientes e adequados para transporte de pacientes						
98	Aprimoramento do atendimento das Agentes de Saúde			X			Agentes de Saúde para os sítios Quimadinha, Colúmbi, Arrancação
99	Atenção à Saúde Bucal						
100	Estrutura de produção e distribuição de fitoterápicos e saúde preventiva						
101	Atenção aos cuidados com idosos						
102	Atenção para Saúde da Mulher						
103	Pediatria 24h						

104	Unidades móveis de saúde						
105	Atendimento especial a portadores de doenças crônicas						
106	Distribuição de Medicamentos à população						
107	Hospitais com médicos plantonistas						
108	Criação/Manutenção de Casas de Apoio em Recife						
109	Criação de um CAPS				X		
110	Implantação do SAD-Serviço de Atenção Domiciliar		X	X			
Objetivo	Garantir Segurança Alimentar e Nutricional						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
111	Ampliar Políticas de Renda Mínima						
112	Merenda escolar de boa qualidade nutricional observando diferentes faixas etárias			X	X	X	Com produtos da Agricultura Familiar
113	Universalização das cisternas e outros reservatórios de água para consumo humano e produtivo (Mapear necessidade das famílias)						
114	Oficinas de capacitação da população sobre hábitos de alimentação saudável			X	X		
115	Implantação da Agroecologia como sistema a ser adotado na produção (quintais produtivos, hortas, fitoterápicos, pequenos animais...)			X	X	X	
116	ATLR específica para produção e incentivo à alimentação alternativa (para humanos e animais)			X	X	X	Aumentar o número de técnicos para atuarem como ADL
117	Investimentos em empreendimentos de geração de renda que independam das condições climáticas (artesanato, Turismo, Arte/Cultura, Lazer, Tecnologias etc.)						

118	Criar Programa de Horta nas Escolas						
119	Implantar Sistema de Produção Integrada da Empresa: hidropônica, hortas, pequenos animais (galinha, peixe, suínos, caprinos, ovinos)						
120	Criação de banco de sementes crioulas (plantas e animais)			X	X		
121	Controle efetivo da desnutrição da população (crianças, gestantes, idosos)			X	X	X	
122	Compras institucionais (PAA, PNAE)			X	X	X	
123	Formação das pessoas quanto aos seus direitos à alimentação previstos na Constituição Federal						
124	Estruturar centros de pesquisa/informações sobre mudanças climática						
Objetivo	Construir Equipamentos de Uso Público						
Nº	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
125	Escolas						-
126	Creches na zona rural			X	X		-
127	Construção (ou ampliação) de Cemitério						-
128	Construção de velório Público						-
129	Campo de Futebol						-
130	Quadras de Esporte						-
131	Espaços Culturais			X	X		Resgatar a cultura folclórica da região e fazer apresentações semanais
132	Bibliotecas						-
133	Espaços de Convivência da Idosa						-

134	Pontos de Internet (WiFi) grátis nas associações e outras pontas frequentada por grupos de pessoas						
135	Centros Sociais com auditório e salas de estudo						
136	Calçamento de ruas						
137	Rádios Comunitárias						
138	Garagem municipal para veículos, máquinas e equipamentos						
139	Criação de uma propriedade (sítio) modelo para práticas de produção sustentável. Referência em agroecologia, difusão de tecnologias, sementes, amostra de equipamentos etc.						
DIMENSÃO ECONÓMICA							
Objetivo	Garantir produção perene e de qualidade - PRODUÇÃO						
NR	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
140	Qualificação dos produtores através de ATER pública de qualidade, contínua, multi e interdisciplinar			X	X	X	Dotar os produtores de condições para desenvolverem suas atividades
141	Elaboração de diagnósticos regionalizados e específicos para cada ambiente produtivo			X	X		
142	Realização de cursos em tecnologias diversas			X	X	X	
143	Realização de análise de solos, com orientações subsequentes: correção, uso adequada e racional						
144	Promoção de intercâmbios entre os agricultores que operam em ambientes parcelados						
145	Construção de Barragens de Grande Porte						

146	Construção de Barragens de Média Porte						
147	Construção de Barragens de Pequeno Porte						
148	Construção de barreiros			X			2 barreiros comunidade Una do Simão
149	Adoção da Agroecologia como Sistema Produtivo adequado						
150	Aquisição de tratores com implementos						
151	Crédito rápido e barato para os produtores			X			
152	Estudo geo ambiental, geológico e geofísico para identificar água no subsolo e sua exploração						
153	Perfuração de poços			X			Poço no Sítio Basílio
154	Construção de adutora			X			Para Sítio Kalunga, Napera,
155	Estudos geológicos para identificar fontes de minérios que possam ser explorados						
156	Desassoreamento de reservatórios de água						
157	Manutenção e Melhoria em reservatórios de água			X	X	X	
158	Regularização Fundiária e Reordenamento Agrário						
159	Reforma Agrária			X	X	X	Crédito Fundiário e Inova
160	Fortalecer instituições que trabalham pelo desenvolvimento (CMDRS, IPA, ADAGRO...)			X	X		Aração de terra no tempo certo
161	Adoção de tecnologias sustentáveis: bioágua, biodigestores, mini incineradores, curva de nível, barreiras de contenção, rotação de culturas,			X	X	X	
162	Criação de Bancos de sementes crioulas e sua adoção			X	X	X	Estrutura de armazenamento das sementes e técnica de preservação
163	Energia Trifásica para Produção						
164	Melhoria Genética dos animais						
165	Criação de pequenos animais (galinhas, suínos, cabras, ovelhas, peixes)			X	X		

Objetivo	Garantir Eficiência Econômica e Agregação de valor aos produtores - BENEFICIAMENTO						
NR	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
166	Sistema eficiente de inseminação artificial dos animais						
167	Construção de micro indústria de processamento de frutas, cereais, leite, abatedouros para frango			X	X		Laticínio Associação Queimadinha, Campo Limpo, Furnas, Coldeirão, Campo Redondo, Reação, Camará, Lagoa da Pedra, Pedra Comprida, Malhada, Caracol, Campo Verde, Cruzinha, Lajeado de Z, Sodré, Campo Redondo, Serrote dos Negres.
168	Incentivar o associativismo/cooperativismo como mecanismo de otimização dos recursos			X	X	X	
169	Políticas efetivas de apoio aos produtores em tempo hábil (aração de terras, sementes, insumos)						
170	Capacitação sobre a legislação e a importância de que seja observada, para diferentes produtos						
171	Capacitação em beneficiamento e criação de produtos derivados do leite						
172	Crédito facilitado para investir em beneficiamento/processamento da produção						
173	Cozinha Industrial			X	X		Confeccionar bolos e doces.
174	Batedeira de grãos para feijão						
175	Aquisição de ensiladeiras						
176	Aquisição de farrageiras						

177	Construção de pequenas agroindústrias comunitárias						
178	Facilitar aquisição de máquinas lites (empacotadeiras, batedeiras, despulpadora, freezer, ordenhadora...)			X	X		Associação Sta. Quitéria do Espírito Santo
179	Secretaria de Vigilância Sanitária estruturada com condições para fiscalizar e orientar os produtores			X	X	X	Fiscalizar as escolas, mercados e lanchonetes
180	Tanques refrigeradores com geradores						
181	Matadouros Públicos Municipais para grandes animais						
Objetivo	Apoiar a Comercialização e distribuição da produção - COMERCIALIZAÇÃO						
NR	Estratégia	Unid.	Quant	Curto	Médio	Longo	Detalhamento
182	Construção de estrutura de armazenamento dos produtos da Agricultura Familiar			X	X		
183	Curso/capacitação em técnicas de venda			X	X		Contratação de técnicos ADL
184	Capacitação sobre Planejamento da Produção						
185	Políticas de apoio à logística de adoção, transporte, embalagem e marketing dos produtos			X	X	X	Envolvendo toda a cadeia da produção
186	Construção de espaços apropriados para exposição dos produtos, para comercialização			X	X		Barracas para feira agroecológica para Via do Espírito Santo e Associação Santa Quitéria.
187	Simplificação das burocracias de comercialização (licenças, notas fiscais, contratos etc.)						

ANEXO 7 – Formulário de pesquisa do IGS.



IGS Índice de Gestão Social
SGE - Sistema de Gestão Estratégica

Nome do aplicador: _____

Data de aplicação: ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

P1 Sexo:	P2 Ano de Nascim.:	P3 UF:	P4 Município de Residência:	P5 Território de Residência:
Fem. Mas.				
P6 Qual é o seu Grau de Instrução? <i>Informar o maior nível de escolaridade.</i>				
Sem instrução		Ensino superior incompleto		
Ensino fundamental incompleto (até a 7ª série)		Ensino superior completo		
Ensino fundamental completo (8ª série concluída)		Especialização		
Ensino médio incompleto (até a 2ª ano)		Mestrado		
Ensino médio completo (3ª ano concluído)		Doutorado		
P7 Que tipo de Entidade ou Instituição você representa no Colegiado Territorial?				
Sociedade Civil		Poder Público		
P8 Você é membro do Colegiado:				
Titular		Suplente		Participante Ocasional
P9 Você participa de outra instância colegiada, além do Colegiado Territorial (Conselhos, Consórcios, outros)?				
Sim		Não		
P10 Qual outra instância colegiada você participa (Conselhos, Consórcios, outros)?				
Desenvolvimento Rural ou Agrário		Justiça		
Saúde		Direitos Humanos		
Meio Ambiente		Mulheres		
Segurança Pública		Crianças e Adolescentes		
Educação		Jovens		
Segurança Alimentar		Idosos		
Conselho Tutelar		LGBTTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros		
Outra				
P11 Você participa de algum Movimento Social ou Coletivo?				
Sim. Quantos		Não.		
P12 Qual(is) segmento(s) de atuação? <i>Informar todos os segmentos em que participa.</i>				
Movimentos Sociais do Campo		Movimentos ou Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais		
Movimentos ou Coletivos de Mulheres		Movimentos Religiosos		
Movimentos ou Coletivos de Jovens		Outros:		
P13 Há quanto tempo você participa deste Colegiado Territorial?				
Menos de 1 ano		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos
				De 5 a 7 anos
				Mais de 7 anos
P14 Quais instâncias do Colegiado Territorial você participa? <i>Informar todas as instâncias em que participa.</i>				
Plenária				
Núcleo Diretivo/Dirigente ou Similar				
Núcleo Técnico (ou Câmara Técnica)				
Câmaras ou Comitês Temáticos/Setoriais. Qual(is):				

2. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO COMO INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA

P22 Quais temas foram tratados ou debatidos com mais frequência no Colegiado Territorial? *Marcar os 5 temas mais importantes.*

Gênero	Infraestrutura
Raça e Ethia	Cultura e Lazer
Juventude	Turismo
Desenvolvimento rural	Controle Social
Saúde	Cidadania e Inclusão Social
Meio Ambiente	Reforma Agrária
Assuntos Políticos	Regularização Fundiária
Segurança Pública e Justiça	Agroecologia
Educação	Cooperativismo e/ou Associativismo
Segurança alimentar	Dinamização Econômica ou Inclusão Socioprodutiva
Direitos Humanos	Comercialização e Mercados
Justiça	Outros:

P23 Como você avalia o debate das seguintes Políticas Públicas no âmbito do Colegiado Territorial? *Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica*

Agroecologia	ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
Cooperativismo	Crédito Fundiário
Educação no Campo	Luz para Todos
MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida	Microcrédito Orientado
FAA - Programa de Aquisição de Alimentos	PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PGPM-Bio - Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROINF - Ação Orçamentária de Apoio à Infraestrutura em Territórios Rurais	PRONATEC - Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica, Tecnológica e Emprego
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica, Tecnológica e Emprego	Seguro Sefra
SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	Terra Legal

P24 Houve um debate coletivo na sua entidade ou instituição para escolha dos representantes no Colegiado Territorial?

Sim	Não	Não sei
-----	-----	---------

P25 Como são escolhidas as entidades ou instituições que participam da Plenária do Colegiado Territorial?

Convocatória aberta para eleição	Não sei
Convite direto a partir de deliberação da Plenária	Não se aplica
Solicitação voluntária da entidade ou instituição	Outro meio:
A partir de incentivo ou indução de políticas públicas	

P26 Com relação às suas expectativas, como você avalia o funcionamento do Colegiado? *Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica*

P27 Na sua visão, existem atualmente grupos dominantes no Colegiado?

Sim. Qual(is)	Não	Não sei
---------------	-----	---------

P28 Na sua visão, existem atualmente grupos marginalizados no Colegiado?

Sim. Qual(is)	Não	Não sei
---------------	-----	---------

P28 Avalie a capacidade de gestão do Colegiado e suas instâncias para as seguintes atividades: **Avalie de 0 a 10 / 99 - Não Sei / 999 - Não se aplica**

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Planejar as ações comuns para o desenvolvimento do território | <input type="checkbox"/> Tomar decisões de maneira transparente e/ou democrática |
| <input type="checkbox"/> Definir as responsabilidades de cada um | <input type="checkbox"/> Encaminhar a resolução de problemas |
| <input type="checkbox"/> Definir regras coletivas de funcionamento | <input type="checkbox"/> Lidar/resolver conflitos |
| <input type="checkbox"/> Cumprir regras definidas e acordadas coletivamente | <input type="checkbox"/> Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas |
| <input type="checkbox"/> Animar reuniões e atividades do Colegiado | <input type="checkbox"/> Definir regras de repasse de informações |

P29 Frequentemente, quem define a agenda política e o planejamento anual do Colegiado? **Marque até 03 (três) alternativas quando necessário.**

- | | | | |
|--|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Assessoria Territorial | <input type="checkbox"/> Núcleo Diretivo | <input type="checkbox"/> Secretário(a) do Colegiado | <input type="checkbox"/> Outra Pessoa ou Grupo |
| <input type="checkbox"/> Coordenador(a) do Colegiado | <input type="checkbox"/> Plenária | <input type="checkbox"/> SDT/MDA | <input type="checkbox"/> Não sei |

P30 As atividades do Colegiado Territorial melhoraram após a implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)?

- | | | | |
|------------------------------|------------------------------|----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não sei | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem NEDET) |
|------------------------------|------------------------------|----------------------------------|--|

P31 Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no território?

Avalie de 0 a 10 / 99 - Não Sei / 999 - Não se aplica

P32 Como avalia o trabalho desenvolvido por Organizações Não Governamentais (ONGs) contratadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para apoiar os territórios?

Avalie de 0 a 10 / 99 - Não Sei / 999 - Não se aplica

P34 Frequentemente, quem constrói a pauta das atividades realizadas pelo Colegiado?

- | | | | |
|--|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Assessoria Territorial | <input type="checkbox"/> Núcleo Diretivo | <input type="checkbox"/> Secretário(a) do Colegiado | <input type="checkbox"/> Outra Pessoa ou Grupo |
| <input type="checkbox"/> Coordenador(a) do Colegiado | <input type="checkbox"/> Plenária | <input type="checkbox"/> SDT/MDA | <input type="checkbox"/> Não sei |

P35 Como você avalia o repasse de informações entre os integrantes do Colegiado Territorial e as entidades/instituições que eles representam?

Avalie de 0 a 10 / 99 - Não Sei / 999 - Não se aplica

P36 Qual a sua avaliação sobre o nível de conhecimento do Colegiado Territorial sobre os seguintes temas:

Avalie de 0 a 10 / 99 - Não Sei / 999 - Não se aplica

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Política de desenvolvimento territorial | <input type="checkbox"/> Realidade do seu Território Rural |
| <input type="checkbox"/> Projetos PRONAF financiados no Território | <input type="checkbox"/> Políticas Públicas em geral |
| <input type="checkbox"/> Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRS do território) | |

P37 Qual o seu nível de informação e conhecimento sobre as seguintes políticas públicas: **Avalie de 0 a 10 / 99 - Não Sei / 999 - Não se aplica**

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Agroecologia | <input type="checkbox"/> ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural |
| <input type="checkbox"/> Cooperativismo | <input type="checkbox"/> Crédito Fundiário |
| <input type="checkbox"/> Educação no Campo | <input type="checkbox"/> Luz para Todos |
| <input type="checkbox"/> MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida | <input type="checkbox"/> Microcrédito Orientado |
| <input type="checkbox"/> PAA - Programa de Aquisição de Alimentos | <input type="checkbox"/> PAC - Programa de Aceleração do Crescimento |
| <input type="checkbox"/> PGPM-Bio - Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade | <input type="checkbox"/> PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| <input type="checkbox"/> PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural | <input type="checkbox"/> PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária |
| <input type="checkbox"/> PRONAF - Ação Orçamentária de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais | <input type="checkbox"/> PRONATEC - Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica, Tecnológica e Emprego |
| <input type="checkbox"/> PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar | <input type="checkbox"/> Seguro Safra |
| <input type="checkbox"/> SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária | <input type="checkbox"/> Terra Legal |

P38 Como você avalia a troca de informações entre as Instâncias do Colegiado (Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico ou Câmara Técnica, Câmaras ou Comitês Temáticos/Setoriais)?

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

P39 O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) orienta as decisões e ações realizadas para o desenvolvimento do Território?

*Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica (somente poderá ser considerado para **território que não possua PTDRS**)*

P40 Quais ações são realizadas pelo Colegiado para elaboração e aprovação dos projetos de desenvolvimento territorial?

Marcar todas as alternativas que se aplicam

Análise de viabilidade técnica	Participação de especialistas nas áreas do projeto
Avaliação do mérito	Não sei
Coerência com o PTDRS	Não se aplica
Priorização e seleção com base em critérios	

P41 Existem outras fontes de recursos para assegurar o funcionamento do Colegiado que não sejam da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT/MDA?

Sim, Quais? Não Não sei

P42 Como você avalia o diálogo do Colegiado com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRS ou equivalente?

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

P43 Em que medida as situações a seguir prejudicam o desempenho do Colegiado?

Avalie de 0 (Não Prejudica) a 10 (Prejudica muito) | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

- Alta rotatividade dos membros
- Ausência de normas ou regras de convivência
- Baixa capacidade técnica para avaliação de projetos
- Baixa participação dos produtores familiares
- Decisões do Colegiado não são implementadas
- Falta de recursos financeiros para financiamento do Colegiado (alimentação, transporte, etc.)
- Outros:

3. RESULTADOS DA GESTÃO SOCIAL

P44 Na sua opinião, a sociedade local considera o Colegiado Territorial como um espaço legítimo (reconhecido e importante) para o desenvolvimento territorial?

Sim Não Não sei

P45 Sua participação no Colegiado tem oferecido algum benefício para sua entidade ou instituição?

Sim Não Não sei

P46 O Colegiado possibilitou uma repartição mais equilibrada do poder político no Território?

Sim Não Não sei

P47 O processo desenvolvido pelo Colegiado possibilitou uma renovação das lideranças no território?

Sim Não Não sei

P48 As ações do Colegiado tendem a privilegiar apenas um grupo específico do território?

Sim, há grupos privilegiados Não, existe uma repartição equilibrada das ações Não sei

P50 Como você avalia seu processo de aprendizagem como resultado de sua participação no Colegiado em relação aos seguintes aspectos:
Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Apropriação da gestão social como instrumento para implementação das políticas públicas	Capacidade de intercâmbios de experiências e trocas de conhecimento
Diálogo com o poder público	Capacidade de lidar com conflitos
Visão mais clara dos desafios do Território	Capacidade de planejamento territorial
Melhor compreensão das dinâmicas atuais do território	Capacidade de expressão em público
Entendimento das políticas públicas	Capacidade de relação interpessoal
Entendimento das percepções dos grupos de interesse	Capacidade de respeitar regras ou normas pactuadas coletivamente
Capacidade de negociar	Capacidade de resolver problemas
Capacidade de definir, implementar e avaliar projetos	

P50 Em que medida o Colegiado Territorial influenciou na execução, ajuste ou orientação das seguintes Políticas Públicas federais para se adaptarem às realidades do território?

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Agroecologia	ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
Cooperativismo	Crédito Fundiário
Educação no Campo	Luz para Todos
MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida	Microcrédito Orientado
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PGPM-Bio - Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade	PNAC - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROINF - Ação Orçamentária de Apoio à Infraestrutura em Territórios Rurais	PRONATEC - Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica, Tecnológica e Emprego
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Seguro Safra
SUA5A - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	Terra Legal

P51 A partir do trabalho do Colegiado, as políticas municipais e/ou estaduais mudaram ou foram adaptadas às realidades dos territórios?

Sim Não Não sei

P52 Como você avalia a influência do Colegiado em: **Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica**

Melhoria do diálogo entre os atores locais
Relações com outras redes existentes (Rede de Agroecologia, Rede Nacional de Colegiados Territoriais, Outras)
Relações de cooperação entre os atores locais

P53 A partir da sua participação no Colegiado seu sentimento de pertencimento ao território foi fortalecido?

Sim Não

P54 Fazer parte do Colegiado contribuiu para mudar sua maneira de pensar e agir?

Sim Não

P55 De uma maneira geral, como evoluíram todos esses impactos do Colegiado no decorrer do tempo? **Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica**

Legitimidade do Colegiado frente à sociedade	Laços Sociais
Aprendizagem dos membros do Colegiado	Sentimento de pertencimento ao território
Territorialização de Políticas Públicas	Qualidade de vida da população